Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporanea_V8n2.indd 361 14/12/2018 11:45

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 8 n. 2 • Julho-Dezembro de 2018 •

Contemporanea_V8n2.indd 363 14/12/2018 11:45

Copyright 2018 © Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar

Contemporânea *– Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.*

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea *– Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.*

Comitê Editorial: *Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Samira Feldman Marzochi e Ana Carina Sabadin (editora assistente)*

Conselho Editorial: *Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefaï (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales – France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente – EUA) Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)*

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 8, n. 2, jul. – dez. (2018) – , – São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2018.

Semestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR – Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Sumarios.org (nacional) e LA Referencia; RCAAP e REDIB (internacionais).

Endereço:
Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 364 14/12/2018 11:45

Sumário

Dossiê Sociologia da Infância

ORGANIZADO POR **ANETE ABRAMOWICZ**

Sociologia da Infância: traçando algumas linhas 371
ANETE ABRAMOWICZ

A Sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância 385
MANUEL JACINTO SARMENTO

Retrieving the hidden everyday spaces of infants 407
LOUIS HOLT

Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas? 441
FABIANA LUCI DE OLIVEIRA

Biographisation de l'enfance à l'ère numérique. Les fêtes prénatales, nouveaux ressorts de l'intensité émotionnelle de l'enfance 469
VERONIQUE FRANCIS

"É de outro planeta, ele é extraterrestre." Revisitando os estudos em Geografia da Infância no Brasil..... 495
JADER LANER MOREIRA LOPES E MATHUSALAM PANTEVIS SUAREZ

Artigos

Vulnerabilidade e perigo potencial – o processo de criminalização do assédio sexual *online* no Canadá e casos julgados em Ontário (2002 – 2014)..... 515
TATIANA SAVOIA LANDINI

Agência, conhecimento e capacidades críticas no capitalismo contemporâneo: uma abordagem cosmopolita a partir de baixo 569
VANDO BORGHI

Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras da inclusão financeira..... 585
MÁRCIA PEREIRA CUNHA

Grandes obras no Nordeste: o caso da transposição das águas do rio São Francisco 607
FLÁVIO JOSÉ ROCHA DA SILVA

Entre ciência e docência? A experiência da USP para formar professores de Sociologia 635
ANA PAULA HEY, EDUARDO CARVALHO FERREIRA E MARIA REGINA CARIELLO MORAES

Resenhas

A visão de Wolfgang Streeck sobre o capitalismo contemporâneo..... 665
PEDRO MENDES RUFINO BARBOSA

O Brasil e a construção de uma ideologia sustentável..... 673
FRANCISCO LAURIMAR DO NASCIMENTO ANDRADE

Gilberto Freyre, professor e sistematizador da sociologia brasileira..... 679
AMURABI OLIVEIRA

O império do samba, trinta e seis anos depois 687
CARLOS EDUARDO DIAS SOUZA

Contents

Dossier Sociology of childhood

DOSSIER ORGANIZED BY ANETE ABRAMOWICZ

Sociology of childhood: drafting some lines..... 371
ANETE ABRAMOWICZ

The Portuguese Sociology of Childhood and its contribution to the international field of social studies of childhood 385
MANUEL JACINTO SARMENTO

Sociology of Childhood in Brazil: which children and childhoods have been portrayed? 441
FABIANA LUCI DE OLIVEIRA

"He is from the other planet, he is extraterrestrial". Revisiting studies of the childhood geography in Brazil 495
JADER LANER MOREIRA LOPES E MATHUSALAM PANTEVIS SUAREZ

Articles

Vulnerability and its potential perils – on the criminalization of online luring in Canada and court cases tried in Ontario (2002-2014)..... 543
TATIANA SAVOIA LANDINI

Agency, knowledge and critical capacities in contemporary capitalism: a cosmopolitan from below approach..... 569
VANDO BORGHI

Silent and penetrating: the process of financialization from the institutions that promote financial inclusion..... 585
MÁRCIA PEREIRA CUNHA

Megaprojects in the northeast: the case of the São Francisco river diversion project..... 607
FLÁVIO JOSÉ ROCHA DA SILVA

Between science and teaching? USP´s experience to train sociology teachers..... 635
ANA PAULA HEY, EDUARDO CARVALHO FERREIRA E MARIA REGINA CARIELLO MORAES

Book reviews

The Wolfgang Streeck's account of contemporary capitalism..... 665
PEDRO MENDES RUFINO BARBOSA

Brazil and the construction of a sustainable ideology.....673
FRANCISCO LAURIMAR DO NASCIMENTO ANDRADE

Gilberto Freyre, professor and systematizer of Brazilian sociology..... 679
AMURABI OLIVEIRA

The Samba Empire, thirty-six years later 687
CARLOS EDUARDO DIAS SOUZA

Dossiê Sociologia da Infância

ORGANIZADO POR **ANETE ABRAMOWICZ**

Contemporanea_V8n2.indd 369 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.064
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 371-383
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

Sociologia da Infância: traçando algumas linhas

Anete Abramowicz[1]

Resumo: Este artigo apresenta o dossiê "Sociologia da Infância" que pretende tirar as crianças e suas infâncias da invisibilidade social na qual elas aparecem apenas nas e como estatísticas – mortalidade infantil, trabalho infantil, desempenho escolar etc., ou como cenário da vida social (estudos sobre a família, trabalho etc.), para colocá-las no centro da cena das relações sociais, como protagonistas, buscando evidenciar sua agência. O artigo debate as concepções de criança e infância presentes no território da Sociologia da Infância, indica as dificuldades e obstáculos epistemológicos e metodológicos dessa perspectiva e aponta a maneira pela qual a SI se constitui na Europa e no Brasil no esforço de evidenciar a agência das crianças e de suas infâncias.

Palavras-Chave: Sociologia da Infância, Crianças e Infâncias, Agência

SOCIOLOGY OF CHILDHOOD: DRAFTING SOME LINES

Abstract: *This paper presents the dossier on Sociology of Childhood (SC) which aim is to take children and their childhoods away from social invisibility, once they appear only in and as statistics (child mortality, child labor, school performance, etc.) or as a setting for social life (studies on family, work, etc.), to place them at the center of the social relations scene, as protagonists, seeking to evidence their agency. The paper discusses conceptions of children and childhood in the Sociology of Childhood terrain, indicates the epistemological and methodological*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – aneteabramo@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 371 14/12/2018 11:45

difficulties and obstacles of this perspective, and points out the way in which the SC is constituted in Europe and Brazil in the effort to highlight the agency of children and their childhoods.

Key-words: *Sociology of Childhood, Children and Infants, Agency*

Apresentação

A revista Contemporânea publica pela primeira vez em um periódico de Sociologia no Brasil, um dossiê sobre a Sociologia da Infância (SI).

Este dossiê agrega pesquisas no interior de um território científico denominado Sociologia da Infância e/ou dos estudos sociais da infância. Os artigos publicados buscam colocar as crianças e suas infâncias no centro da cena das relações sociais, como protagonistas, buscando evidenciar sua agência. A Sociologia da Infância é um território consolidado em alguns países da Europa, em especial em Portugal, Inglaterra, Espanha e França, entre outros e na América Latina, particularmente na Colômbia, Argentina, Uruguai e Chile. No Brasil, há mais pesquisas e artigos da Sociologia da Infância no campo da Educação do que propriamente no campo da Sociologia. É nesse sentido que percebemos a premência de compor um dossiê, buscando evidenciar a urgência de entender a criança e sua infância a partir de paradigmas epistemológicos e metodológicos dos estudos sociais da infância, no intuito de dar textura a essa criança na vida social. *É neste sentido que a revista Contemporânea percebe a premência de compor um dossiê, buscando evidenciar a* necessidade social de entender a criança e sua infância a partir de paradigmas epistemológicos e metodológicos dos estudos sociais da infância, no intuito de dar textura a esta criança na vida social.

Desde o século XIX tem-se elaborado um conjunto de saberes sobre a infância – conceito disputado entre os diversos campos do conhecimento, e também dentro de um mesmo campo, por exemplo, da Sociologia da Infância. A infância ora é uma estrutura universal, constante e característica de todas as sociedades, ora é um conceito geracional, uma variável sociológica que se articula à diversidade da vida das crianças considerando a classe social, gênero, raça e pertencimento étnico, ou seja, ora a infância é singular, ora é plural.

Para outros, a infância é a única possibilidade de configurar história, pois designa o momento de entrada na linguagem, sem a qual nem chegaríamos na adultice, como diz Kohan (2007) a partir de Agamben (2005). A infância ocorre primeiro e é a possibilidade de se chegar ao adulto e constituir linguagem, por isso, para essa vertente, a infância, ao invés de ser um momento do "sem fala

(*infans*)" como expresso na etimologia, é a única possibilidade de constituir fala, uma vez que se a linguagem não se constitui na infância, será muito difícil de constituí-la na fase adulta[2] (Kohan, 2007). A infância é também um *métier* da criança – diriam alguns sociólogos –, uma estrutura social, uma cultura, uma experiência, uma cronologia, uma etapa de desenvolvimento, de comportamento, de maturação – dirão os psicólogos. Cada uma dessas definições perscruta diagramar e compreender o que é a criança e a infância, e cada uma das vertentes procura prescrever e normatizar a criança pela infância; e ao dizemos "infância", cada definição é diferente e se encontra em disputa.

Para compreender a criança dizemos que ela é um "corpo" que emerge a partir de relações de forças. Há que se configurar as forças que estavam postas para produzir a criança de determinada maneira em certa época de determinado modo, como aponta o trabalho pioneiro de Philippe Ariès (1960). Que linhas – que podem ser compreendidas como forças – estéticas, econômicas, sociais, sanitárias, literárias, educativas etc. fazem emergir a criança com uma determinada representação, a partir da qual ela passa a ser alvo de poderes e saberes pedagógicos, literários, pediátricos, de moda, de cuidado?

A partir do século XVIII, emerge todo um território de saber dirigido à criança. Quem produziu esse corpo, essa forma chamada "criança"? "Relações de forças", diria Michel Foucault. "Mas o originário não são os corpos, o originário são as relações de forças. São essas relações de forças que vão fundar os corpos que existem", afirma Claudio Ulpiano em sua aula sobre Foucault[3]. Com base nessa vertente, nos interessa pensar que "criança" emerge a partir do século XVIII de uma maneira singular, mesmo que crianças, esses seres pequenos, sempre tenham habitado o mundo de maneira distinta, e tenham sido pensadas por filósofos e pedagogos ao longo da história ocidental.

A ideia de "emergência" é importante porque não designa uma origem, mas significa que em um determinado momento a partir do século XVIII se "dá a ver", se visibiliza a criança a partir de diversas forças como uma forma destituída de sentido, sem essência, vazia, apesar de lotada de forças. Algo mudou

2 "Giorgio Agamben, particularmente na obra Infância e história, mostra-nos muito sugestivamente, que, se bem é verdade que a infância é a ausência de linguagem, não é menos verdade que a adultícia é a ausência da possibilidade de se inscrever na linguagem, porque já se está dentro dela, ou porque se impossibilitou de entrar durante a infância. Em outras palavras, se tirarmos os casos excepcionais, são sempre as crianças e não os adultos que aprendem a falar. Quem entra na linguagem pela primeira vez é a infância, a aprendizagem da linguagem está ligada à disposição infantil, ao abandonarmos a infância, deixamos a possibilidade de entrar na linguagem". (Kohan, 2007: 122).

3 ULPIANO, Claudio. Acervo Claudio Ulpiano. Vida, obra e conjugações. Disponível em: <https://acervo-claudioulpiano.com/aulas-em-audio/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Contemporanea_V8n2.indd 373 14/12/2018 11:45

na história para que a criança emergisse de uma certa forma. Algo mudou, e a criança emergiu. Na linha desse pensamento, uma forma não tem uma origem, mas tem uma emergência e, se as forças mudam, a forma muda. Se não há forma imutável, significa que a criança muda sempre e pode, inclusive, desaparecer.

Foucault (2001), interessa-se pelo problema daquilo que se diferencia na história, a criança é algo que emerge, pois uma diferença foi produzida. Nesse percurso epistemológico, tudo é histórico, pois tudo emerge. Não há forma que não emerja, pesquisar significa identificar as forças históricas que confluem para a constituição de determinado corpo, e nosso foco de interesse aqui é a criança.

Portanto, a criança é uma forma cuja essência é vazia (lotada de forças). Ao longo da história, atribuíram-se a ela características diversas, desde aqueles que a consideraram em perigo (frágil, dócil, ingênua, pura etc.) até os que a consideraram perigosa (violenta, indócil, incivilizada, com pouca humanidade etc.).

Foucault (2001), torna essas análises um pouco mais complexas. Ele mostra outras repercussões da invenção da infância durante os séculos XVIII e XIX. As relações entre adultos e crianças reorganizam-se em todas as instituições: familiar, escolar e instâncias de higiene pública (Kohan, 2002). O papel das crianças na família traz novas regras para as relações entre pais e filhos. Não é apenas uma questão de sorrisos e brincadeiras: a família passa a se ocupar como nunca em cuidar da saúde dos filhos. As novas leis morais concentram-se na higiene, na amamentação direta pelas mães, na vestimenta cuidada e pulcra, em exercícios físicos para um bom desenvolvimento do corpo e em toda uma série de cuidados afetivos que estreitam os laços entre pais e filhos. Surge uma nova conjugalidade que se organiza não tanto para unir dois adultos, mas para servir de matriz a esse futuro adulto de que os pais cuidam como nunca.

A criança falada

Há inúmeras dificuldades em se realizar pesquisas com crianças, seja na perspectiva histórica, sociológica, ou qualquer outra. Uma dessas dificuldades é que a criança é presente, e, também, portanto, contemporânea.

Mas o que é ser contemporânea? A criança habita em uma espécie de fratura no tempo que faz com que o tempo não se assemelhe e nem se junte. Ou seja, a criança[4] ao nascer nos indica, em relação ao tempo, que ele não é igual ao que

4 "Mas dizei, meus irmãos, de que ainda é capaz a criança, de que nem mesmo o leão foi capaz? Em que ainda o leão rapinante tem ainda de se tornar em criança? Inocência é a criança, e esquecimento, um começar-de-novo, um jogo, uma roda rodando por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado dizer-sim." (NIETZSCHE, F. *Obras Incompletas*. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 230)

Contemporanea_V8n2.indd 374 14/12/2018 11:45

foi, e nem é continuidade. A criança está no entre: o igual e o diferente, naquilo que continua e se diferencia, na fratura.

A criança é um presente do qual nós, adultos, *não fazemos parte e desconhecemos,* pois não somos mais crianças *é um presente em infância, um tempo que não somos/temos mais. É p*or isso que em nossas pesquisas queremos o ponto de vista da criança, pois não temos mais essa possibilidade no presente. Mas ela é também o presente do qual todos nós fazemos parte, pois como adultos tivemos infância, fomos crianças e somos capazes de extrair isto, no presente (pois cada um de nós é atravessado por outros tempos). Está claro, portanto, há dois presentes no olhar da criança, um, o presente em criança que não fazemos parte, e o outro presente que todos fazemos parte, pois em todas as sociedades há uma estrutura social denominada infância, na qual habitam diferentes gerações de crianças. Portanto, a criança é um passado, que ao nascer traz uma infância, na qual, de certa forma, nos reconhecemos, ela ao nascer é inscrita na história de um gênero, de uma sexualidade, de uma raça, de uma etnia e de uma classe social. Inscreve e é inscrita, na medida em que nossas práticas constituem crianças de determinadas maneiras, ao mesmo tempo em que as crianças se subjetivam como uma força sobre si próprias, que as constituem e nos constituem. A sociologia da infância chama este processo de autoria social. Mas a criança é também devir, um futuro que ainda não está e não é, uma criança que nasce traz em si este futuro, a criança pode vir a ser o tempo intempestivo, o tempo de ruptura, a fratura, a descontinuidade, daquilo que não sabemos, não somos, não está, estamos em via de nos diferir, e que será inventado. Temos poucos referenciais teóricos para lidar com tudo isto que é o contemporâneo que a criança e a infância carregam na dimensão do tempo: o ocasional, o disruptivo, a descontinuidade, o que ainda não está, a inventividade.

Outra dificuldade posta ao pesquisar crianças a partir de sua própria voz se inscreve também em uma micropolítica, em uma espécie de movimento político, pois a sociedade e a escola estão orientadas para a conformação política da criança e são incapazes de escutá-la; além das dificuldades metodológicas em relação às falas das crianças, em especial as menores.

Quais são os conceitos da sociologia da infância que foram construídos e nos quais operamos? Protagonismo infantil, processos de socialização, estrutura social, infância/criança, autoria social/agência, cultura infantil, geração, etnografia, cultura de pares, estes são os fundamentais. Podemos procurar descrever a processualidade na qual a Sociologia da Infância viveu para se construir como um território legítimo de pesquisa. Ela traz em seus movimentos inversões interessantes, novos/outros agenciamentos, novos/as pesquisadores/

as, novas perspectivas sobre as crianças, um outro olhar, um movimento contra o adultocentrismo, contra o colonialismo, entre outros. A fala da criança é uma inversão nos processos de subalternização, é um movimento político. Já sabemos que são os adultos quem falam das/sobre as crianças e que isto faz parte de uma das linhas do processo que chamamos de socialização. É o adulto quem fala na nossa hierárquica ordem discursiva. É importante destacar que não há algo na fala das crianças que seja excepcional ou diferente (apesar de que pode casualmente até haver), mas, a criança ao falar faz uma inversão hierárquica discursiva que faz falar aquelas cujas falas não são levadas em conta, não são consideradas. Os sociólogos anglo-saxões dizem, então, com razão, como Jens Qvortrup, que as crianças são, entre as minorias, as menos protegidas, porque elas não são suas próprias porta-vozes.

Sociologia da Infância na Europa

O movimento da sociologia da infância na Europa criou uma nova paisagem científica a partir da década de 80 e teve um caráter renovador no campo teórico Francês, por exemplo. Se tomarmos o ano de 1998, a revista *Éducation et Sociétés*[5] publica um dossiê que são os dois primeiros números que tratam diretamente desse assunto na França sobre a Sociologia da Infância, como uma espécie de marco deste campo na França[6], onde o redator naquela revista afirmava: "há menos de 10 anos, Anne Van Haecht definia a infância como uma terra desconhecida do sociólogo (1998: 5)". Poderíamos nos perguntar se 20 anos depois, 2018, a infância é agora uma terra conhecida do sociólogo?

De todo o modo o que vale a pena aproveitar é que a sociologia da infância tomou a criança em sua infância como o lugar de suas pesquisas, criou-se um campo, no qual os sociólogos(as) e outros(as) pesquisadores(as) que aderiram a esta vertente buscaram compreendê-la. Ao mesmo tempo, a Sociologia da Infância alargou as possibilidades teóricas de pensar a criança para além de paradigmas teóricos hegemônicos, como os da Psicologia, por exemplo, e da própria Sociologia de Durkheim opondo-se *à* maneira pela qual ele pensa os processos de socialização e a essência anômica da criança que não pode compreender as normas e as regras da sociedade.

A Sociologia da Infância faz "fugir" dois campos ao mesmo tempo: realiza a crítica à psicologia do desenvolvimento/comportamento e à sociologia

5 *Dossier*: Sociologie de l'enfance 1. Education et Sociétés. n. 1 e 2, p. 9-16, 1998.

6 Sabemos que Marcel Mauss escreveu um texto para um congresso de Sociologia da Infância que ocorreria em 1937.

da educação. Se opôs e fez frente à predominância que se verifica até hoje da psicologia do desenvolvimento e do comportamento nas pesquisas relativas à primeira infância. Podemos afirmar que a Sociologia da Infância, uma vez que faz parte desse movimento chamado de reconceitualização da pequena infância, promove críticas muito severas à psicologia do desenvolvimento e do comportamento e, ao mesmo tempo, combate pressupostos que foram tomados durante muito tempo como valendo por si mesmos. Há inúmeros exemplos disso, especialmente nas minuciosas descrições das etapas de desenvolvimento da criança, ou na teoria do apego e, também, na aliança, por vezes entre a Educação e a Psicologia, com postulados universais, com suas etapas universais, de desenvolvimento e/ou comportamento.

São duas áreas que a SI fratura para poder se constituir. É preciso entender a longa tradição da Psicologia que inscreve corpos, normatiza-os e normaliza-os, a longa e forte tradição de Piaget e de Vigotski (que trabalha com passagem de nível, de um estado de compreensão a outro),[7] naquilo que significa concepção de pesquisa, indivíduo, sujeito e de prescrições de etapas presente no debate da criança pequena.

A Sociologia da Infância opera uma grande mudança em relação à Sociologia da educação que realizou uma analítica sistêmica, no plano macrossociológico de funcionamento da escola, em especial, em relação às desigualdades sociais e para a qual o fracasso escolar no interior da escola se configurava como "um campo saturado". Dos anos 1960 até 1980 a Sociologia da educação francesa, por exemplo, tratou essencialmente sobre as questões da desigualdade social; durante esses anos os paradigmas eram constituídos pelos problemas que diziam respeito à maneira pela qual a escola reproduzia, por diversos mecanismos, a desigualdade social. Essa questão dominou a Sociologia francesa na medida em que a mobilidade social francesa poderia ser feita de maneira honrável pela escola. Esse pensamento social se deu independentemente dos atores sociais, se esforçando a pensar a partir das "leis" do sistema. O que a Sociologia da Infância francesa pretendeu foi desescolarizar a criança, ou seja, pensar a criança para além do *métier do aluno. Como a criança encarna o métier da infância para além do aluno, na realidade, é quase um retorno à Sociologia, não mais uma sociologia da escolarização, mas a uma sociologia da socialização. É*

7 Discutimos com maior aprofundamento no artigo: ABRAMOWICZ, A.; LEVCOVITZ, D.; RODRIGUES, T. C. Infâncias em Educação Infantil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 mai. 2011. doi: 10.1590/S0103-73072009000300012.

importante entender que, na França, desescolarizar a criança é uma tarefa árdua, pois este é um país em que

> o lugar da escola está no coração de sua identidade política e de seu imaginário nacional, trazer e pensar a criança para além da escola é verdadeiramente inovador. Porque a escola é o fundamento da República e da nação moderna, pois ela portou a maioria das esperanças de justiça e mobilidade social, pois a escola foi a escola libertadora que por vezes encarnou a cultura, o progresso, a esperança de salvação dos mais fracos, já que muitos debates escolares franceses se revestem de uma aparência `teológica´. (Dubet, 2008: 21).

A questão dela é como se adquire um *métier, como é esse métier, e como um sujeito encarna esse métier?*

A questão para a SI é não pensar na perspectiva de um funcionamento do sistema, mas sim em como as crianças operam, resistem ou não, a esse funcionamento. Assim, para pensar a criança, estávamos divididos entre duas lógicas principais. Uma clássica que parte do social como totalidade para, de alguma maneira, ir em direção à criança. A outra, mais nova, ou renovada, se interessa pelo sujeito singular, pela pessoa, pelos seus valores, suas expectativas, seus direitos, suas aspirações, seus cálculos, seus interesses; ela se pergunta se a criança pode se construir, e em quais condições.

Sociologia da Infância no Brasil

Quinteiro (2002) localiza a entrada da criança no campo sociológico no Brasil a partir da obra de Florestan Fernandes (1979) publicada na década de 1940 por meio do texto "As trocinhas do Bom Retiro". Sabe-se atualmente que a obra de Florestan não foi a primeira sobre crianças no campo social, já que havia a obra de Virgínia Leone Bicudo (1945) realizada de maneira sincrônica a de Florestan; no entanto, sua pesquisa não ganhou a mesma visibilidade que a dele. A partir dessa visibilidade dada à obra de Florestan, observamos que a inflexão sociológica posta pelo sociólogo está no interior do debate sobre a cultura. O folclore, um dos temas pesquisados em sua obra, era considerado uma cultura menor, uma subcultura e, portanto, pouco valorizada nas pesquisas do campo. Florestan não somente deu corpo aos estudos sobre o folclore como localizou nele as produções sobre as culturas infantis. Ou seja, "o foco principal de Florestan foi o de evidenciar os processos de socialização das crianças por meio daquilo que ele denominou de 'cultura infantil' no debate com a cultura adulta'" (Abramowicz, 2015: 15). As culturas infantis eram as manifestações das

crianças entre os grupos de crianças chamadas pelos meninos de "troças" ou "trocinhas". O trabalho de Florestan inaugurou uma nova concepção de cultura, bem como possibilitou para os sociólogos um olhar sobre as crianças e sobre a pesquisa com crianças até então negligenciado, embora ele não estivesse preocupado com as crianças, mas sim com as bases e os suportes sociais da cultura e do folclore, já que estava sob a atmosfera durkheimiana em meio a uma sociologia brasileira se constituindo. Vale ainda lembrar que nesse texto Florestan trouxe sua marca e uma especificidade para os estudos sociológicos da infância no Brasil, ou seja, uma representação de criança e de infância atravessada por elementos étnicos, sociais, etários e de gênero.

Marcel Mauss (2010) escreveu o texto "*Três observações sobre a sociologia da infância*", considerado inaugural da Sociologia da Infância francesa. O texto foi recuperado pelo professor Marcel Fournier, da Universidade de Montreal e publicado pela Revista de Antropologia Gradhiva, em 1996. Marcel Mauss apresentaria tal texto como comunicação em um Congresso da Sociologia da Infância em 1937. As questões levantadas por Mauss nesse texto são ainda objeto de análise e debate no interior do campo da Sociologia da Infância. A infância como um meio social para a criança, o problema das gerações, as técnicas do corpo e a educação da infância fazem parte do repertório teórico da Sociologia da Infância, que vem cada vez mais se constituindo como um campo profícuo e fecundo de pesquisas tanto para a Sociologia quanto para a Educação.

A partir da década de 1990, as pesquisas em Sociologia da Infância ascendem com intensidade. É possível compreender que há pelo menos três premissas fundamentais que desencadeiam os estudos sociológicos da infância: a primeira diz respeito à criança como sujeito portador de direitos e, devido a isso, tem agência; a segunda diz respeito à infância como construção social histórica e não universal e a terceira defende que as crianças são atores sociais e, desse modo, atuam na dinâmica social, transformando a história e a cultura, o que implica dizer que as crianças atuam positivamente e ativamente nos processos de socialização e são, acima disso, produtoras de cultura. Por fim, as crianças são unidade de observação, isto é, são categorias sociológicas. Reitera-se, portanto, a qualidade de um "objeto" de pesquisa e a necessidade de se pesquisar esse objeto mais intensamente.

As pesquisas nessa vertente são amplas. Em 1982, Chris Jenks apresentou em seu texto "Constituindo a criança" um esforço de constituir a criança teoricamente, frente às abordagens que abandonavam as crianças "quer à ignorância e a um estatuto secundário, quer a uma diferença radical e a um mundo bipartido" (JENKS, 2002: 214, tradução livre). Desde então, e a partir de outras tantas publicações de autores diversos (vide, por exemplo, James; Jenks; Prout, 1998;

Qvortrup, 1993; Corsaro, 2011; Alanen; Mayall, 2001), temos observado avanços constantes nos estudos da infância e das crianças, no sentido de definir teoricamente os conceitos "criança" e "infância" e avançar no sentido de olhar para as crianças numa perspectiva social.

No interior da Sociologia da Infância podemos diagramar pelo menos quatro concepções que dialogam intensamente, em particular na Europa: a "Sociologia do Discurso da Criança e da Infância", de James, Jenks e Prout, fundamentada no pensamento pós-estrutural de Foucault, Deleuze, Guattari e Bataille; a "Sociologia da Infância Estrutural" que vem sendo defendida por Jens Qvortrup, a partir de um referencial marxista; a "Sociologia das Crianças" de William Corsaro respaldada na Sociologia de Goffman, Giddens e na Antropologia de Geertz e a "Sociologia da Infância Relacional" de Leena Alanen e de Berry Mayall, alicerçada na teoria de Pierre Bourdieu (Tebet, 2013).

No Brasil, a Sociologia da Infância não aparece, necessariamente, nesse enquadre epistemológico, e constitui-se como campo próximo da educação, em especial, a educação infantil; desse modo, muitas das pesquisas brasileiras em Sociologia da Infância se constroem a partir dos aportes da Psicologia, por vezes uma psicologia social. Os temas brasileiros presentes nos estudos sociais da infância desde a década de 1970 são:

> desigualdade social e marginalidade cultural; gênero, indicadores de desempenho escolar e de desigualdade social; concepção de criança e infância; educação infantil; concepção curricular, história e políticas públicas, jogo e brincadeira e relações étnico-raciais (Abramowicz, 2015: 161).

Verificamos, desta forma, a proximidade temática com o campo da educação.

Existem também as pesquisas que buscam compreender e evidenciar as manifestações das crianças, suas linguagens e formas de produzir cultura, no interior dos aportes antropológicos. Para tanto, sustenta-se nas pesquisas etnográficas e nas metodologias de pesquisa com crianças.

A expressão "dar voz" comumente utilizada por aqueles que pretendem escutar a criança também tem sido problematizada na medida em que se coaduna com a perspectiva adultocêntrica de supor que a voz de uma criança precisa ser consentida pelo adulto. É preciso considerar que a expressão tem origem nos estudos etnográficos e estes por sua vez originaram-se na Antropologia a partir dos estudos sobre comunidades nativas e/ou "primitivas". A definição primitiva é um termo que vem sendo fortemente problematizado.

As pesquisas antropológicas que cunharam esta expressão – "dar voz", ainda que tenham tornado visíveis certas comunidades e modos de vida, visibilizam

também os sujeitos considerados "Outros". Ao trazermos esta expressão para a pesquisa com crianças não podemos deixar de contextualizá-la. "Dar voz" significa conceber que as crianças só se expressam/falam mediante uma ação concedida pelo adulto e que a visibilidade da criança só ocorre mediante o encontro com o adulto. A este respeito Qvortrup (2010) complementa o debate quando considera que só resolveremos o dilema da proteção em detrimento ao da participação quando ampliarmos e intensificarmos os debates sobre as relações de poder, as desigualdades existentes entre adultos e crianças. Que ponto de vista adotar para entender, compartilhar o ponto de vista da criança tem sido o obstáculo metodológico daqueles/las que trabalham com a perspectiva da SI.

Além disto, temos compreendido a infância enquanto um forte dispositivo que atua capilarmente sobre as crianças, produzindo-as e definindo uma mesma infância, sem que a própria criança tenha condições de interrogar sobre ela. É nesta direção que os antropólogos da infância têm indicado a impossibilidade de pensar uma infância indígena longe do trabalho, ou mesmo se perguntando se infância é um conceito que faria sentido na criança indígena, já que ela se torna indígena de determinada aldeia pela via do trabalho e a infância é consagrada pela ausência de trabalho.

A criança constrói a infância

Dissemos no início deste artigo que a essência da criança é vazia e por isto disputada. Ela foi na história construída como ingênua, pura, fruto do pecado capital, próxima a animalidade, sem razão e tantas outras conceituações que emergiram como verdade em contextos específicos, para se criar a criança como universal em oposição a uma criança enquanto única, impessoal, singular e múltipla (Abramowicz et al., 2009). Não há território e corpo mais disputado do que o da criança para atribuir-lhe uma essência e subjetividade.

Talvez o que as crianças tenham de mais potente seja a infância. O que é a infância? Foucault se pergunta se infância não constituiria justamente a liberdade de não ser adulto, de não depender da lei e de poder estabelecer relações polimorfas com as coisas, com as pessoas e com os corpos? (Foucault, 1977: 235). É isto que a infância não pode mais: produzir o adulto e não ser produzida por ele.

O esforço deste dossiê é ir ao encontro de Paolo Virno (2012), filósofo italiano e semiólogo, quando afirma: "Não é concebível um pensamento crítico que não seja também, em quaisquer de suas facetas, uma meditação sobre a infância" (Virno, 2012: 34).

Referências

ABRAMOWICZ. Anete (Org.). *Estudos da Infância no Brasil – Encontros e Memorias*. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2015.

ABRAMOWICZ, Anete; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 3, pp. 179-197, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103--73072009000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história* – destruição da experiência e origem. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. (Coleção humanitas).

ALANEN, Leena; MAYALL, Barry. *Conceptualizing child-adult relations*. London, New York: Routledge/Falmer, 2001.

ALANEN. Leena. Teoria do bem-estar das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, Tema em destaque: estudos sociais sobre a infância, pp. 689-691, set./dez. 2010.

ARIÈS, PHILIPPE. *L'ENFANT et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Plon, Paris, 1960; coll. L'Univers historique, Seuil, 1973; coll. Points-Histoire, *ibid.*, 1975.

BICUDO, Virgínia Leone. Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Tese (Mestrado em Ciências) – Divisão de estudos pós-graduação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1945.

CORSARO, William. *Sociologia da infância*. 2. ed. Tradução de Lia Gabriele R. Reis. Revisão técnica de Maria Letícia B. P. Nascimento. Porto alegre: Artmed, 2011.

DUBET, François. *Faits d´école*. Paris: Éditions de l´école des hautes études em sciences sociales, 2008.

ÉDUCATION et Sociétés. Revue Internationale de Sociologie de L´Éducation. Sociologie de l´enfance, v. 2. Paris, Bruxelles: De Boeck & Larcier, INRP, 1998.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Collection Quarto, Gallimard, 2001

_____. *Hist*ória da Sexualidade, vol. 1 – A vontade de saber. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977.

JAMES, Alisson; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

JENKS, Chris. (Ed.) *The Sociology of Childhood. Essential readings*. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 2002 (1982).

KOHAN, Walter. *A infância escolarizada dos modernos*. 2002. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/fe190d/texto04.htm#FNote6a>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. *Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. *Pro Posições, Campinas*, v. 21, n. 3, pp. 237-244, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072010000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. Especial, pp. 137-162, jul./dez. 2002.

QVORTRUP, Jens. Nine theses about "childhood as a social phenomenon. In: _____. (Ed.). *Childhood as a social phenomenon: lessons from an international project*. Eurosocial Report 47. Vienna: European Centre, 1993.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Isto não é uma criança. Teorias e métodos para os estudods de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância Inglesa. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar, 2013.

ULPIANO, Claudio. Acervo Claudio Ulpiano. Vida, obra e conjugações. Disponível em: <https://acervoclaudioulpiano.com/aulas-em-audio/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Acervo Claudio Ulpiano. Vida, obra e conjugações. Disponível em: <https://acervoclaudioulpiano.com/2017/09/26/aula-de-20081989-nietzsche-a-individuacao-e-a-identidade-ou-a-conquista-da-diferenca-2/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

VIRNO, Paolo. Infância e pensamento crítico. *Revista Imprópria*. Política e pensamento crítico, n. 2, 2012.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 371-383.

Contemporanea_V8n2.indd 384 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.065
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 385-405
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

A Sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância

Manuel Jacinto Sarmento[1]

Resumo: A Sociologia da Infância em Portugal desenvolveu-se, há cerca de vinte anos, por autonomização da investigação face às sociologias da educação, da comunicação e da família, através da definição de um objeto próprio: as crianças, enquanto seres sociais, e a infância, enquanto categoria social de tipo geracional. Desde cedo procurou estabelecer o diálogo com as sociologias da infância de expressão anglófona e francófona e estabeleceu sólidos vínculos com a investigação multidisciplinar da infância nos países de expressão portuguesa, e, em especial, no Brasil. A forte vinculação com as realidades das crianças portuguesas tem vindo a contribuir para que a sociologia da infância esteja aberta aos processos de pluralização da construção social da infância, à crítica aos processos de opressão das crianças e às consequências das desigualdades sociais na infância, e à assunção de uma dimensão de intervenção social e política transformadora das condições de vida das crianças.

Palavras-chave: Sociologia da Infância; Normatividade; Sociologia crítica.

THE PORTUGUESE SOCIOLOGY OF CHILDHOOD AND ITS CONTRIBUTION TO THE INTERNATIONAL FIELD OF SOCIAL STUDIES OF CHILDHOOD

1 Instituto de Educação e Centro de Estudos da Criança (CIEC) da Universidade do Minho – Braga – Portugal – sarmento@ie.uminho.pt

Contemporanea_V8n2.indd 385 14/12/2018 11:45

Abstract: *The Sociology of Childhood in Portugal is developed, twenty years ago, by the autonomization of research from sociology of education, sociology of media and sociology the family. It is constituted by the adoption of an object of its own: children, as social beings, and childhood, as a social category of generational type. From its begin, it sought to establish a dialogue with English-speaking and Francophone-speaking childhood sociologies and established strong links with multidisciplinary childhood research in Portuguese-speaking countries, especially in Brazil. The strong connection with the realities of Portuguese childhood has contributed to the Portuguese sociology of childhood research the processes of pluralization of childhood normativity, to criticism of the processes of oppression of children and to the consequences of social inequalities in childhood. The Portuguese sociology of childhood is embedded on social intervention and political transformation of the living conditions of children.*

Keywords: *Sociology of Childhood; Normativity; Critical Sociology.*

Introdução

O campo científico da Sociologia da Infância em Portugal é relativamente recente. A criação na Universidade do Minho, em 1997, do projeto de investigação sobre a infância em Portugal (PIIP), numa matriz claramente interdisciplinar, mas que incorporava os contributos da Sociologia da Infância, então em fase de plena afirmação na Europa, poderá ser considerado como o primeiro momento de afirmação da disciplina no país. Na sua sequência, foram criados cursos de formação pós-graduada (mestrado e doutoramento) em Sociologia da Infância e a disciplina desenvolveu-se em algumas universidades do país, tendo sido simultaneamente garantida a presença de investigadores portugueses nos comitês de pesquisa das principais associações científicas de sociologia na Europa e no mundo[2].

Neste texto, procuramos enunciar o contributo específico da Sociologia da Infância que se pratica em Portugal para o desenvolvimento do campo dos estudos sociais da infância. Com efeito, mais importante do que dar conta do percurso da disciplina científica no contexto institucional da produção sociológica em Portugal, é assinalar como a infância é tematizada e o sentido do trabalho teórico na compreensão dos modos como se estruturam as relações geracionais

2 É o caso da European Sociological Association (ESA), da International Sociological Association (ISA) e da Association Internationale de Sociologues de Langue Française (AISLF).

e quais são os contributos teóricos e empíricos para interpretar as condições sociais e as práticas sociais das crianças.

A produção sociológica da infância em Portugal procurou sempre romper com as fronteiras que a confinassem ao domínio da "ciência sociológica normal", buscando, desde sempre, estabelecer relações com outros domínios do conhecimento relevantes para o conhecimento acerca das crianças, nomeadamente as ciências da educação, as ciências da comunicação, a psicologia (especialmente a psicologia cultural e a psicologia social), a antropologia, as ciências jurídicas e, no campo sociológico, as sociologias da educação, das desigualdades e da família. Do mesmo modo, sempre evitou o confinamento a uma concepção autocentrada no seu universo linguístico ou cultural, procurando estabelecer vínculos com vários espaços de produção linguística. Sirota (2012) reconhece a vocação de articulação da Sociologia da Infância portuguesa entre campos referenciais comumente desencontrados, como são os da sociologia de expressão anglófona *vis-a-vis* a de expressão francófona – bem como promovendo estudos comparativos entre crianças de vários países, sobretudo de expressão oficial portuguesa.

É provável, pelo que acima se disse, que a Sociologia da Infância que se pratica em Portugal contribua para o debate de questões sociológicas que são transversais aos países, às traduções culturais, aos universos linguísticos e aos fatores institucionais que estruturam os campos científicos, tendo uma vocação eminentemente universalista. Fá-lo, porém, a partir das suas próprias condições de produção científica e investiga prioritariamente as condições estruturais e as práticas sociais das crianças portuguesas, com as suas particularidades.

Portugal é um país do sul da Europa, distante dos indicadores de rendimento *per capita* dos países do centro e do norte europeus, passou recentemente por um período de crise econômica e financeira, com uma gestão draconiana realizada sob a égide de organizações reguladoras internacionais (nomeadamente o FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu) que levou ao aumento das desigualdades sociais e ao empobrecimento de classes populares e amplos setores da classe média, e possui um Estado Social recente, que emergiu da revolução democrática de 25 de abril de 1974 e que sofre as vicissitudes decorrentes das influências de políticas austeritárias e da pulsão neoliberal de vários governos. Assim, as crianças portuguesas estão numa situação de especial vulnerabilidade, apesar dos progressos importantes que se verificaram com a democracia nas condições de bem-estar infantil (Portugal tem praticamente a totalidade da sua população entre os 3 e os 18 anos frequentando a educação, tem uma cobertura

alargada de saúde pública infantil e é um dos países do mundo com mais baixas taxas de mortalidade infantil). Esse fato tem um importante impacto na investigação sociológica da infância, que encontra nos direitos da criança, na sua conceituação e, sobretudo, nas suas condições de concretização, um importante tópico de análise.

Neste texto, procuraremos identificar, numa primeira parte, as principais problemáticas da Sociologia da Infância praticada em Portugal e, numa fase posterior, identificaremos os contributos principais da investigação acumulada para a construção da disciplina, a saber: o debate sobre a temática da normatividade infantil e a pluralidade das condições de generatividade, especialmente em crianças de grupos sociais em situação de subalternidade; a configuração de uma orientação paradigmática sustentada na teoria crítica, num campo internacionalmente marcado pela predominância de outras abordagens, nomeadamente estruturalistas, interpretativas ou desconstrucionistas; a sociologia pública como importante vertente da produção e disseminação do conhecimento.

Esses contributos não estão presentes em toda a literatura sociológica da infância produzida em Portugal nem totalizam as tendências, correntes e abordagens teóricas e metodológicas, mas, por sua importância e relativa singularidade, constituem aspectos que queremos especialmente destacar, enquanto síntese do que pode ser a marca de uma prática sociológica num campo que ganhou autonomia, visibilidade e significado, mas está longe, no plano interno e externo, de possuir a notoriedade de outros domínios das Ciências Sociais.

As "figuras da infância"

Em um texto recente, procedemos a uma revisão da produção de duas décadas de trabalhos em Sociologia da Infância em Portugal, procurando descortinar o modo como os constructos sobre a infância são produzidos a partir do estudo das realidades empíricas perspectivadas pelas matrizes teóricas da Sociologia (Sarmento; Fernandes; Tomás, 2017). Tomando de empréstimo o conceito de "figura", proposto por Genette (1996-2000) nos seus trabalhos de narratologia estrutural, fomos à procura da ação de estruturação discursiva sobre as crianças e dos seus resultados, cristalizados em formas de significação das crianças, representativas do trabalho de abstração e de síntese sobre as condições estruturais em que vivem e sobre as suas práticas sociais: "figuras de criança são (…) formas de formulação não ficcionais, mas abstratas, fundadas na sistematização do conhecimento produzido pela sociologia que se ocupa da infância enquanto condição social e das crianças como atores sociais concretos" (idem: 43).

Foram encontradas seis figuras: a criança pública; a criança sujeito ativo de direitos; a criança em risco; a criança do "ofício de criança"; a criança sujeito cultural e a criança cosmopolita.

A figura da criança pública refere-se à análise das caraterísticas da imagem social da criança, tal como ela é veiculada pelos *media* e se constitui como referente nas percepções e representações coletivas. A imagem pública da criança oscila continuamente entre a esperança e a tragédia (Tomás; Fernandes; Sarmento, 2011). A esperança focaliza-se na criança como projeto de uma vida melhor, um futuro mais risonho, numa população mais qualificada para uma economia mais próspera. A tragédia expressa-se nos múltiplos casos em que a violência contra as crianças se exerceu, criando um sentimento nacional de preocupação e luto: para além do caso muito midiatizado do desaparecimento, até hoje, de Maddie, uma criança britânica que passava férias com os seus pais no sul de Portugal, o assassinato de crianças no interior das famílias fere de sangue os jornais com alguma frequência, para além do caso Casa Pia, ou seja, da denúncia e posterior condenação de várias personalidades da elite associadas à violência sexual e a redes pedófilas constituídas a partir de uma secular casa de acolhimento de crianças administrada pelo Estado. De fato, a visibilidade das crianças em Portugal oscila entre o ideal romântico de uma infância que restaura o sentido da vida coletiva e o *pathos* da crise social, nas suas manifestações mais trágicas. A exposição das crianças à crise econômica e o aumento da pobreza infantil não fizeram senão aumentar esta situação.

Para além dos estudos dedicados à visibilidade da infância nos *media* (Ponte, 2005; 2013; Marôpo, 2010), a Sociologia da Infância interroga o sentido da presença da criança ao espaço público, deslindando as complexas articulações entre reserva privada da vida familiar e da guarda das crianças e exposição pública das crianças (Almeida, 2009).

O lugar da criança na sociedade, como não poderia deixar de ser, é amplamente interrogado, originando vários estudos e publicações sobre a infância como construção social e a ordem geracional da infância (Pinto, 1997; Pinto; Sarmento, 1997; Almeida, 2000, 2009; Ferreira, 2000; Sarmento, 2005; Saramago, 2005).

A figura pública da infância convoca a questão da cidadania da infância e da construção política do lugar da criança na sociedade. São de salientar, nesse caso, os estudos realizados sobre a criança em contexto educacional, numa perspectiva que se desprende dos estudos mais enraizados em sociologia da

educação, para se centrarem na "ordem social das crianças" (Ferreira, 2004) conforme ela se manifesta nos interstícios da ordem institucional da escola e instituições educativas, com destaque para as dimensões participativas das crianças (Sarmento; Abrunhosa; Fernandes, 2005), bem como a interrogação sobre o lugar da criança na cidade, no âmbito das políticas urbanas e das possibilidades de participação social das crianças (Trevisan, 2014; Sarmento; Fernandes; Tomás, 2009). Mas aí, estamos já perante outra figura de criança.

A figura da criança como sujeito de direitos tem expressão em pesquisas que interrogam o lugar da criança na configuração da ordem jurídica, com destaque especial para as confluências e contradições entre direitos de participação, provisão e de participação (Fernandes, 2009; Tomás, 2012), ou na avaliação internacional do estado de aplicação dos direitos da criança (Tomás; Fernandes, 2012; Araújo; Fernandes, 2016). Essa figura é transversal a todas as outras e emerge em estudos que têm por referente, todavia, outras dimensões analíticas e estão associadas mais fortemente a outras imagens sociais da infância.

É o caso, nomeadamente, da figura da "criança em risco". O conceito de "risco" é usado com frequência de modo acrítico, dado que se descontextualiza da situação ou do sujeito que se encontra vulnerabilizado das condições estruturais que o colocam nessa posição. "Criança em risco" e "família em risco" são expressões do senso comum que ontologizam a situação social específica em que a criança se encontra, escamoteando as condições estruturais e promovendo, com frequência, a atribuição de responsabilidade causal ao próprio sujeito da situação de vulnerabilidade em que se encontra, num processo de acusação da vítima. O conceito de risco necessita, por isso, de ser desconstruído, sinalizando a sua gênese nas desigualdades sociais e na ruptura entre os processos de ideologização do contrato social da modernidade e as condições de fato da sua atualização na modernidade tardia, de dominação do capital financeiro globalizado (Beck, 1992). A utilização na Sociologia da Infância em Portugal da figura da criança de risco tem, usualmente, um sentido analítico e supõe a desconstrução dos efeitos perversos que o seu uso acarreta. Para tanto, é indispensável a análise macroestrutural do que afeta as crianças e as priva de direitos, conduzindo a uma vulnerabilização e precarização das suas condições de existência. Essa análise é particularmente relevante no que diz respeito ao estudo da pobreza infantil e das condições econômicas e sociais que a produz, bem como das políticas públicas que estão associadas à sua intensificação. Os anos da crise econômica e financeira originaram um número considerável de importantes trabalhos que analisam a pobreza infantil em Portugal (Bastos; Nunes, 2009; Sarmento; Veiga, 2010; Wall et al., 2014a, 2014b; Sarmento; Fernandes; Trevisan,

2014, 2015; Samagaio, 2017; Diogo, 2018) sendo que alguns dos trabalhos estão especialmente atentos às formas de resposta das crianças face a situações de pobreza e exclusão social (Wall et al., 2014a; Sarmento; Trevisan, 2017).

Um outro tema constitutivo dessa figura é o do atendimento de crianças e instituições de acolhimento residencial, tema que tem conduzido a uma significativa quantidade de teses e de dissertações, considerando o elevado número relativo de crianças internadas em acolhimento residencial. A análise sociológica desses aspectos não dispensa a discussão das políticas públicas e introduz como importante elemento de questionamento as percepções e as representações das crianças em contexto de acolhimento (Fernandes, 2007; Neves, 2008; Carvalho et al., 2013). Também a abordagem da ruptura comportamental das crianças face à norma social constitui uma importante linha de investigação no campo (Carvalho, 2003; 2013).

A figura da criança do "ofício de criança" tem também uma importância acentuada na investigação da Sociologia da Infância em Portugal. O conceito de "ofício de criança" emerge por influência direta da Sociologia da Infância francófona, (especialmente a partir das obras de Chamboredon; Prévot, 1982; Sirota, 1993; Perrenoud, 1995) e refere-se especialmente às atividades ocupacionais das crianças em contexto educativo.

Portugal esteve sob o crivo da crítica internacional, nos anos 80 do século passado, por apresentar um número significativo de crianças trabalhadoras, por comparação com o resto da Europa. Nessa sequência, foram desencadeados vários programas centrados na erradicação do trabalho infantil. Em articulação com essa realidade social, o conceito de ofício de criança ganhou uma espessura própria, por considerar a dimensão do trabalho económico direto, acepção esta não presente no conceito inicial de "*métier d'enfant*". Nesse sentido, a tematização de ofício de criança na pluralidade das suas dimensões – na ordem educacional, familiar e produtiva – exprime-se num conjunto de investigações centradas nas condições de trabalho das crianças, seja num sentido conceitual (Sarmento, 2000; 2015), seja no âmbito do trabalho domiciliar (Sarmento; Bandeira; Dores, 2000), das atividades produtivas em geral (Sarmento et al., 2005), em atividades rurais (Sarmento; Stropasolas, 2010), no trabalho artístico (Melro, 2010; Melro; Tomás, 2015), ou no cruzamento entre trabalho infantil e atividades educativas (Sarmento et al., 1997).

A análise da condição do trabalho escolar como ofício é também objeto da investigação em Sociologia da Infância. A par do estudo de largo fôlego sobre a investigação portuguesa em educação que usa os referenciais infância e criança (Rocha; Ferreira, 2008), desenvolveram-se também estudos que questionam o

sentido atual do desempenho do ofício de aluno, em processo de transição e mudança estrutural (Sarmento, 2011) e a interrogação sobre o ofício de criança, numa perspectiva crítica e emancipatória da Educação Infantil (Sarmento, 2013). Esse ponto é fundamental, porque:

> Do ponto de vista epistemológico e sociológico, criança e aluno são objetos diferentes e a separação analítica desses dois ofícios é talvez uma das dimensões principais do surgimento e posterior desenvolvimento da sociologia da infância em Portugal. Reside aqui a novidade que os textos trazem para a análise do panorama nacional: a discussão entre os dois ofícios ao contestar a existência da criança somente enquanto "aluno/a" e a unidimensionalidade e dicotomia entre ofícios. A defesa da conceção da criança consignada a um lugar social, o da infância, na suas múltiplas realidades e dimensões contrapõe a visão dominante e assume-se como um pressuposto consensual entre os/as sociólogos/as da infância em Portugal" (Sarmento; Fernandes; Tomás, 2017)

As relações entre cultura escolar e culturas da infância são cruciais na distinção analítica entre os ofícios de criança e de aluno. A figura da criança sujeito de cultura assenta no conceito de culturas da infância como processos estruturados de produção simbólica realizados pelas crianças, a partir das suas interações intra e intergeracionais e expressos nos jogos, brincadeiras, formas de expressão, rituais, cerimônias e demais processos pelos quais as crianças criam e atribuem significação ao mundo. A partir de referenciais teóricos consolidados na abordagem socioantropológica das culturas infantis (especialmente dos estudos de Hardman, 2001[1973]; Corsaro, 1997; Corsaro; Eder, 1990; Fernandes, 2004; Delalande, 2001), estas são estudadas assumindo as crianças como sujeitos de culturas, produtores das suas próprias interpretações e configuradores de redes de significado estruturados e de transmissão intrageracional continuada (Sarmento, 2003; 2004; 2007).

Contrariando a ideia do senso comum de que as crianças são espectadoras passivas da produção televisiva, Pinto (2000) demonstra, por meio de um trabalho empírico de grande fôlego, como as crianças interpretam e adequam no quotidiano os programas televisivos, apresentando com frequência pontos de vista críticos sobre o que observam.

Também sobre o jogo e as práticas lúdicas, várias investigações assinalam a criatividade e inventividade infantil, em contextos multiculturais múltiplos, mesmo se a indústria cultural ameaça poderosamente as práticas brincantes

(Silva, 2011; Colonna, 2012; Barra, 2016). Em especial, estudos sobre as crianças e a Internet (Almeida; Delicado; Alves, 2008; Almeida, 2015) procuram discernir os modos de ação e interpretação das crianças, na configuração dos seus quotidianos, em que a Web e as tecnologias de informação e comunicação se apresentam como interlocutores materiais ou actantes na sua própria produção cultural.

A globalização cultural, por efeito da indústria cultural e da Web, é um traço impressivo da modernidade da infância. Mas não é esse o único traço. A imagem da criança cosmopolita procura dar conta de um dos efeitos e consequências da globalização da infância, nomeadamente o que se articula com a realização de práticas contra-hegemônicas de efeitos globais, nomeadamente através da intervenção em nome dos direitos da criança. A atual vaga migratória, em que milhares de crianças morrem afogadas no mediterrâneo, por efeito da ação conjugada das precárias condições de luta pela sobrevivência face à guerra infinita que assola os seus países e as barreiras colocadas por alguns países europeus, atribui à defesa de uma concepção de criança cosmopolita, cidadã do mundo e detentora de direitos transnacionais uma atualidade que a Sociologia da Infância ainda não conseguiu cobrir plenamente. A definição do conceito de cosmopolitismo infantil (Tomás, 2011; Tomás; Fernandes, 2004), porém, assinala um caminho de pesquisa, cuja construção teórica encontra boas balizas para ser prosseguido.

Se as figuras da infância permitem sistematizar a produção científica portuguesa em Sociologia da Infância[3], é, porventura, nos debates teóricos que melhor se poderão encontrar os aspectos de maior aporte da investigação em Sociologia da Infância no país.

Debates teóricos

A especificidade da Sociologia da Infância produzida em Portugal pode ser melhor compreendida se considerarmos os debates teóricos que tem promovido e que desenham um mapa de tendências configuradoras de um espaço teórico e metodológico próprio. Analisaremos três desses debates, numa seleção que é necessariamente decorrente de um ponto de vista particular sobre o campo. Outros olhares poderiam, porventura, sinalizar outros debates e perspectivas. Essa seleção é feita a partir de um olhar interno, implicado e, por isso, necessariamente parcial. Referir-nos-emos às questões da normatividade da infância, à concepção crítica da sociologia, à prática de sociologia pública.

3 A síntese realizada não totaliza o conjunto de trabalhos produzidos. Apenas trouxemos os que se nos afiguram mais significativos. Remetemos para o texto onde esse esforço de compilação é realizado (Sarmento; Fernandes; Tomás, 2017).

A normatividade

A diferença entre as gerações e as suas condições de existência é um processo largamente estudado na sociologia da infância e é mesmo estruturante do seu percurso teórico (e.g. Qvortrup, 2009). As gerações distinguem-se umas das outras e a sua diferenciação é constitutiva de cada uma delas. Elas são socialmente construídas, a partir da criação de normas sociais que estabelecem as respectivas relações e que garantem o que é aceitável, admissível e adequado, ou, inversamente, o que é ilegítimo, interdito ou considerado impróprio. Por exemplo, nas sociedades modernas de matriz ocidental e europeia é considerado inadequado que as gerações idosas tenham uma atividade produtiva regular e, em contrapartida, o "direito ao trabalho" da população adulta é considerado como uma norma social (apesar da sua denegação se manifestar no relativamente elevado desemprego existente e nos países capitalistas ocidentais).

A mútua produção das gerações ou "generatividade" (Honig, 2009) é profundamente normativa. É desse modo que se define o que é ser criança e o que lhe é impróprio. O próprio conceito de "infância" é utilizado, por vezes, não no sentido analítico de uma categoria geracional própria, mas como um conceito puramente normativo. É quando se utiliza na expressão corrente de "crianças sem infância", isto é, desprovidas das caraterísticas que normativamente lhe estão associadas: proteção, frequência da escola, pertença familiar, condições mínimas de conforto, acesso e usufruto de atividades lúdicas, etc. A menos que aceitemos que, sem infância, esses seres de pequena idade são "não crianças" – como lucidamente assinala Marchi (2007) –, teremos de considerar que essa "norma" de infância não é universal e temos de pluralizar o sentido da normatização infantil.

É aqui que reside o debate sobre normatividade. A condição de especial vulnerabilidade das crianças pobres em Portugal, no Brasil e nos países africanos de língua oficial portuguesa (o diálogo com a pesquisa brasileira e africana, bem como relações acadêmicas com a América Latina, tem sido crucial para este debate) apresenta um elevado número de crianças fora da norma ocidental e eurocêntrica, que vivem fora da família (meninos de rua e crianças em situação de acolhimento), abandonam precocemente a escola e são trabalhadores infantis, não são salvaguardados por políticas de Estado de proteção social, integram grupos étnicos e culturais distintos, como as crianças ciganas ou as crianças indígenas, etc. A investigação da condição social da infância das crianças excluídas, à margem, em posição de subalternidade não pode ser feita sem o questionamento da norma ocidental da infância.

O debate sobre normatividade infantil tem-se feito essencialmente a partir de dois caminhos que se cruzam.

O primeiro é o da crítica da posição hegemônica (inclusive, no interior do próprio campo teórico) sobre a universalidade da norma ocidental e eurocêntrica da infância e das suas consequências teóricas e políticas no esbatimento das diferenças culturais e sociais das crianças em situação de subalternidade ou periferia. Essa linha de discussão procura identificar as complexas relações entre identidade geracional e diferença cultural, resgatar da invisibilidade crianças "invisíveis", através de um trabalho de promoção de uma "sociologia das ausências" (Santos, 2003), potenciar uma leitura crítica da Convenção sobre os Direitos da Criança, ressalvando a exigência de uma garantia política que atenda à diferença no combate às desigualdades sociais e promovendo uma visão cosmopolítica da infância (Marchi; Sarmento, 2017; Sarmento; Marchi; Trevisan, 2018; Tomás, 2009).

O segundo caminho é o do levantamento das práticas culturais das crianças a partir de contextos periféricos da hegemonia da cultura global, mobilizando formas de expressão e de conhecimento do mundo pelas crianças que, em larga medida, escapam aos cânones da cultura escolar. Investigações realizadas com crianças africanas (Colonna, 2012; Barra, 2016), estabelecem um sólido diálogo entre a Sociologia da Infância e os estudos pós-coloniais e associam-se a uma corrente crescente, no plano internacional de crítica ao reducionismo da investigação da infância a partir do Mundo minoritário (Europa e América do Norte), rasurando das questões teóricas e metodológicas os desafios colocados pelas crianças do Sul Global (Tisdall; Punch, 2012; Punch, 2016).

A crítica à normatividade hegemônica é uma das mais prometedoras tarefas em curso no trabalho teórico da sociologia da infância.

Sociologia da Infância crítica

A investigação sobre normatividade infantil decorre de um pensamento crítico, que é adotado por parte significativa da Sociologia da Infância portuguesa, apesar desta ser, à semelhança do que acontece em todo o mundo, pluriparadigmática. A questão da opressão social da infância pelas concepções paternalistas, a par da opressão social de classe, cultural e de gênero, constituem domínios de investigação que corporizam uma orientação de pesquisa direcionada articulada com projetos de emancipação social.

Esse programa de uma Sociologia de Infância crítica é articulado em torno de sete linhas de orientação: i) prioridade analítica às crianças excluídas/

furtivas/ausentes, as crianças das margens sociais; ii) desconstrução da reflexividade institucional da infância, em que se cristalizam as concepções normativas, com contínuo descortinamento das relações entre poder e saber; iii) colocação como alvo de crítica do processo hegemônico de globalização e do individualismo institucional e do modo como opera na infância; iv) historização do processo social de construção das relações intergeracionais, em diálogo com a sociologia histórica; v) adoção de uma perspectiva que cruze estrutura e ação, seguindo os mundos sociais e culturais da infância e das suas práticas sociais; vi) abertura para o estudo transcultural dos processos de socialização e recusa de qualquer etnocentrismo cultural, social ou geracional; vii) adoção de uma perspectiva ética e política da pesquisa (Sarmento; Marchi, 2008).

A perspectiva crítica exprime-se frequentemente em metodologias de investigação orientadas para a participação social transformadora (Fernandes; Santana, 2011). A articulação entre investigação-ação, etnografia e metodologias participativas define uma linha de interpretativismo crítico que é coerente com a articulação dialética dos planos da ação com a estrutura social.

A orientação crítica presente na abordagem sociológica projeta-se em domínios de natureza teórica ou social como o conjunto dos estudos da criança (Sarmento, 2015) ou a educação de infância (Tomás, 2017). Mas também se articula com o sentido de uma sociologia de intervenção pública.

Sociologia da Infância pública

A participação da Sociologia da Infância na avaliação e construção das políticas públicas da infância é muito significativa em Portugal. Sem que a Sociologia da Infância portuguesa, em geral, se reivindique da sociologia pública (Buravoy, 2005; 2008), a verdade é que a ligação com a construção das políticas públicas, seja no plano local, seja no plano nacional, tem estado largamente presente. A participação do trabalho teórico da Sociologia da Infância na avaliação e construção das políticas públicas da infância tem sido constante e ultrapassa, em muito, pela sua importância social, a notoriedade que a disciplina possui no interior da comunidade acadêmica das Ciências Sociais e humanas. Aliás, a natureza socialmente implicada da Sociologia da Infância é, ela própria, objeto de debate no interior do campo (cf. Almeida, 2009; Sarmento, 2013).

Assim, vários domínios das políticas públicas têm sido objeto de estudo por sociólogos da infância, frequentemente convidados para a realização de trabalhos de avaliação por organismos governamentais ou por instituições sociais com grande relevância e influência no país. Entre os estudos de avaliação e

proposta de políticas para a infância, merecem referência os trabalhos sociologicamente orientados de análise da situação dos maus-tratos infantis (Almeida et. al., 1999), a avaliação do Programa para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (Sarmento et al., 2005), a avaliação do programa nacional de proteção das crianças em risco (Torres, 2008), os estudos sobre o sistema de acolhimento residencial em Portugal (Carvalho et al., 2013), bem como as propostas de estratégia para o combate à pobreza infantil (Sarmento; Veiga, 2010). Também os estudos sobre o impacto da crise econômica e social nas crianças portuguesas (Wall et al., 2014a, 2014b), as relações entre infância e internet (Almeida et al., 2015) ou os modelos pedagógicos da educação nas escolas rurais (Sarmento; Oliveira, 2005) financiados, respectivamente, pela UNICEF, pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Van Leer, têm uma matriz de sociologia da infância.

A Sociologia da Infância pública tem também expressão nas múltiplas oportunidades de acompanhamento de projetos de âmbito local, da prevenção do risco infantil ao acompanhamento das cidades amigas das crianças, da formação de profissionais de educação e do serviço social à supervisão científica de instituições de acolhimento residencial, da construção de políticas municipais de promoção da cidadania da infância à intervenção nos programas de luta contra a pobreza infantil.

A configuração pública é um traço marcante da Sociologia da Infância, não deixando de suscitar o questionamento sobre os níveis éticos e êmicos da produção do conhecimento e sobre os sentidos do trabalho científico na produção de uma modernidade reflexiva (Beck; Giddens; Lash, 1997), aberta a dimensões críticas e plurais de análise, capaz de resgatar a infância, na pluralidade da sua condição, do preconceito, do paternalismo e da opressão.

Conclusão

Desenvolvida a partir de uma forte preocupação com a situação social da infância e emergida das margens da investigação *mainstreem* em sociologia da educação, sociologia da comunicação e sociologia da família, a Sociologia da Infância em Portugal há mais de vinte anos vem traçando o seu caminho com autonomia, desenvolvendo investigação, formação avançada e extensão universitária em múltiplos domínios.

Fortemente vinculada à realidade social da infância de um país semiperiférico e às contingências de produção científica numa língua própria, fora dos espaços linguísticos dominantes, a Sociologia da Infância praticada em Portugal

procurou desde cedo articular-se com os centros de produção sociológica em línguas inglesas e francesa, estabelecendo conexões entre as abordagens e problemáticas específicas de cada um desses universos linguísticos. A articulação mais recente com a sociologia de expressão castelhana permitiu completar uma vocação universalista da Sociologia da Infância praticada em Portugal. A expressão na sua própria língua permitiu, desde cedo, o estabelecimento de sólidos laços relacionais com os países de expressão oficial portuguesa, especialmente com o Brasil, e, mais recentemente, com os países africanos que emergiram após o processo de descolonização. Essas relações exprimem-se em projetos de pesquisa comuns, em múltiplas oportunidades de intercâmbio e na formação avançada, de doutoramento e pós-doutoramento, de investigadores brasileiros e africanos em Portugal.

Essa dupla articulação – com a Sociologia da Infância dos países centrais e com as realidades sociais e acadêmicas do Brasil e dos países africanos de expressão oficial portuguesa – constitui um vetor determinante da especificidade da produção científica da Sociologia da Infância que se pratica em Portugal.

Essa especificidade exprime-se no centramento prioritário da investigação nas crianças em situação de exclusão social, afastadas do Estado de bem-estar e em posição de subalternidade face às classes dominantes, comparativamente, às crianças dos setores mais favorecidos das sociedades centrais. Um dos efeitos mais importantes desse centramento, a par da forte veiculação à realidade dos países saídos da colonização portuguesa, consiste na indagação teórica sobre as condições de opressão histórica e atual das crianças das classes populares e dos grupos étnicos colocados em situação de subalternidade.

A temática da igualdade social, seja entre crianças seja numa perspectiva transversal à sociedade, par a par com o estudo e relevação das diferenças, conduziu a Sociologia da Infância à priorização dos direitos da criança, numa perspectiva crítica, como um dos eixos teóricos de interrogação da condição social da infância. A passagem para o questionamento da construção social das relações entre gerações e a produção da normatividade infantil, numa perspectiva de pluralidade e numa visão do conflito social acerca do que é ser criança e do lugar social que lhe é atribuído, é decorrente dessa profunda preocupação com as desigualdades sociais e as diferenças entre crianças.

Complementarmente, a assunção de uma perspectiva crítica é decorrente do reconhecimento social da necessidade de transformação das realidades sociais da infância e de desconstrução analítica das concepções teóricas que naturalizam e reificam essa situação profundamente desigualitária. Não é por isso de estranhar que uma parte importante da Sociologia da Infância portuguesa

se concretize como sociologia pública, através da intervenção teórica na fundamentação e avaliação de políticas públicas da infância.

Nesse domínio, a Sociologia da Infância portuguesa, articuladora de perspectivas, abordagens e temáticas pelo trabalho de tradução linguística entre universos teóricos de diferentes tradições, concretiza-se como contraponto às tendências uniformizadoras da globalização acadêmica que tendem a ignorar a problematicidade da imposição da norma única de infância ocidentalocêntrica (Sarmento; Marchi; Trevisan, 2018).

Articulação e contraponto teórico: esta é uma boa definição de um campo teórico com vinte anos de existência, mas com um longo caminho ainda a percorrer.

Referências

ALMEIDA, Ana Nunes de. Olhares sobre a infância: pistas para a mudança. In: Vários, *Mundos Sociais e Culturais da Infância.* Braga, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, pp. 7-18, 2000.

_____. *Para uma Sociologia da Infância*. Lisboa: ICS, 2009.

_____. (Coord.) *Infâncias Digitais*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

ALMEIDA, Ana Nunes de et al. *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal:* relatório final. Lisboa. ICS/CEJ, 1999.

ALMEIDA, Ana Nunes de; DELICADO, Ana; ALVES, Nuno de Almeida. *As crianças e a internet*: relatório de um inquérito. Lisboa: ICS/FCG, 2008.

ARAÚJO, S. C.; FERNANDES, Natália. A criança como sujeito de direitos no contexto da União Europeia: nuances e diálogos necessários entre os direitos de participação e os direitos de proteção. In: BASTOS, Amália; VEIGA, F. (Eds.). *A Análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança.* V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 109-130, 2006.

BARRA, M. *Infância e Internet*: Interacções na Rede. Azeitão: Autonomia27, 2004.

_____. A Infância na Latitude Zero – As brincadeiras da 'criança global' africana. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho, 2016.

BASTOS, Amélia; NUNES, Francisco. Child poverty in Portugal. Dimensions and dynamics. *Childhood,* v. 16, n. 1, pp. 67–87, 2009. DOI: 10.1177/0907568208101691

BECK, ULRICH. *Risk society:* towards a new modernity. London. Sage, 1992.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Reflexive modernization*: politics tradition and aesthetics in the modern social order. Cambridge. Polity Press, 1997.

BUCKINGHAM, David. *After the Death of Childhood.* Growing up in the age of electronic media. Cambridge. Polity Press, 2000.

BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. (Eds.). *Por uma Sociologia Pública*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. For Public Sociology. *American Sociologist,* v. 70, n. 1, pp. 4-28, 2005.

CARVALHO, Maria João Leote. *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências.* Oeiras: Celta, 2003.

_____. Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Urbanização e Violência na Área Metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 72, pp. 79-101, 2003.

CARVALHO, Maria João Leote. et al. *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens.* Lisboa: FCG, 2013.

CHAMBOREDON, J. C.; PRÉVOT, J. O Ofício de Criança. In: GRÁCIO, Sérgio; STOER, Stephen. *Sociologia da Educação II. Antologia* – A Construção Social das Práticas Educativas, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 51-77, 1982.

COLONNA, Elena. "Eu é que fico com a minha irmã": vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho, 2012.

CORSARO, William Arnold; EDER, Donna. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology,* v. 16, pp.197-220, 1990.

_____. *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks. Pine Forge Press, 1997.

DELALANDE, Julie. *La Cour de la Récréation.* Contribution à une anthropologie de l'enfance. Rennes. Presses Universitaires de Rennes, 2001.

DIOGO, Fernando. A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. *Sociologia, Problemas e Práticas,* n. 87, pp. 71-86, 2018. DOI: 10.7458/SPP20188711726.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

FERNANDES, Natália. O centro e a margem: Infância, protecção e acolhimento institucional. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.), *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, pp. 245-275, 2007.

_____. *Infância, Direitos e Participação*: Representações, Práticas e Poderes. Porto: Afrontamento, 2009.

FERNANDES, Natália; SANTANA, J. P. Pesquisas participativas com crianças em situação de risco e vulnerabilidade: possibilidades e limites. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)igualdades.* Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2011.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. *Salvar os Corpos, Forjar a Razão.* Contributo para uma Análise da Criança e da Infância como Construção Social em Portugal. Lisboa. IIE, 2000.

_____. *"A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos"* – As Relações Sociais num Jardim da Infância. Porto: Afrontamento, 2004.

GENETTE, Gérard. *Figures* I –V. Paris: Ed. du Seuil, 1996-2002.

HARDMAN, Charlotte. Can there be an Anthropology of Children? *Childhood*, v. 8, n. 4, pp. 501-517, 2001.

HONIG, M.-S. How is the Child Constituted in Childhood Studies? In: J. QVORTRUP, Jens; CORSARO, William Arnold; HONIG, M.-S (Eds.), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. New York: Palgrave, pp. 62-77, 2009.

MARCHI, Rita de Cassia. Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a "não-criança" no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007.

MARCHI, Rita de Cassia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. *Educação e Sociedade*. Unicamp, 2017.

MARÔPO, L. S. B. A Mediação na Construção de uma Identidade de Direitos da Infância: Representações Jornalísticas de Crianças e Adolescentes em Portugal e no Brasil (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: UNL, 2010.

MELRO, A. Actividades das crianças e jovens no espectáculo artístico e desportivo: a infância na indústria do entretenimento. *Revista Pedagógica,* v. 12, n. 24, pp. 9-29, 2010.

MELRO, A.; TOMÁS, Catarina. Um outro olhar sobre a infância na indústria do entretenimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; VIELLA, M. A.; SILVA, M. R. (Orgs.), *Trabalho Infância*. Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis: Vozes, pp. 215-233, 2015.

NEVES, Tiago. *Entre educativo e penitenciário*: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes. Porto: CIIE/Edições Afrontamento, 2008.

PERRENOUD, Philippe. *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto. Porto Editora, 1995 (trad. port.; ed. original, 1994).

PINTO, Manuel. A Infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Orgs.), *As Crianças:* Contextos e Identidades. Braga. IEC/UM, pp. 31-73, 1997.

_____. *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Afrontamento, 2000.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Orgs.) *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga: Centro de Investigação de Estudos da Criança- Universidade do Minho, 1997.

_____. (Orgs.) *Saberes Sobre As Crianças*: Para um Bibliografia sobre as Crianças e a Infância em Portugal – 1974-1988. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1999.

PONTE, Cristina. *Crianças em Notícia*. A construção da infância pelo discurso jornalístico. Lisboa: ICS, 2005.

_____. *Crianças e Media*: Pesquisa Internacional e Contexto Português, do séc. XIX à Atualidade. Lisboa: ICS, 2013.

PUNCH, Samantha. Cross-world and cross-disciplinary dialogue: a more integrated, global approach to childhood studies. *Global Studies of Childhood,* v. 6, n. 3, pp. 352-364, 2016. DOI: 10.1177/2043610616665033

QVORTRUP, Jens. "The Development in Childhood: Change and Continuity in Generational Relations". In.: QVORTRUP, Jens. (ed.) *Structural, Historical and Comparative Perspectives.* Social Studies onf Children and Youth, v. 12, pp. 1-26, 2009.

ROCHA, Cristina; FERREIRA, Manuela. As crianças na escola e a reconstituição do seu ofício como alunos/as: Análise da produção académica nacional (1995-2005): Campos disciplinares, instituições e temáticas. Comparências, ausências e prelúdios. Investigar em Educação, v. 6, n. 7, pp. 17-126, 2008.

SAMAGAIO, Florbela. *Pobreza e Exclusões* – mundos plurais, olhares singulares. Porto. Editora Sílabas e Desafios, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SARAMAGO, Sílvia Sara Souza. O Protagonismo das Crianças. (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: ISCTE, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Os Ofícios da Criança. Vários. Os mundos sociais e culturais da infância. Congresso Internacional – *Actas vol. II*. Braga: IEC/UM, 2000.

_____. Imaginário e Culturas da Infância. *Cadernos de Educação*, v. 21, pp. 51-69, 2003.

_____. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. (Orgs.), *Crianças e Miúdos.* Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação. Porto: Asa, pp. 9-34, 2004.

_____. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação & Sociedade*. (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES – Brasil, v. 26, n. 91, pp. 361-378, 2005. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003

_____. Interculturalidade nas Culturas Infantis. In: DORNELAS, L. (Org.), *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância.* Petrópolis: Vozes, pp. 19-40, 2007.

_____. A reinvenção do ofício de aluno e de criança. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 6, n. 3, pp. 581-602, 2011.

_____. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. Desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo. (Orgs.) *Sociologia da Infância e a Formação de Professores.* Curitiba: Champagnat, pp. 13-46, 2013.

_____. "O trabalho das crianças é na escola": debates e controvérsias sobre trabalho infantil e a educação como trabalho. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; Viella, M. A.; Silva M. R. (Orgs.), *Trabalho Infância. Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica?* Petrópolis: Vozes, pp. 55-82, 2015.

_____. Uma agenda crítica para os Estudos da Criança. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, pp. 31-49, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. (COORD.); TOMÁS, Catarina; MELRO, A.; FERNANDES, P. Avaliação externa do Plano para a Eliminação da exploração do Trabalho Infantil (PEETI) – Dinâmica Institucional e Acção Sócio-Educativa. Relatório Final. Lisboa: PEETI, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; ABRUNHOSA, Albertina; FERNANDES, Natália. Participação Infantil na Organização Escolar. *Administração Educacional*, n. 5, pp. 73-88, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; BANDEIRA, A.; DORES, R. *Trabalho domiciliário infantil*: um estudo de caso no Vale do Ave. Lisboa: MTS, 2000.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal. *Sociedad e Infancias*, n. 1, pp. 39-59, 2017. DOI: 10.5209/SOCI.56363

_____. Políticas Públicas e Participação infantil, *Educação, Sociedade e Culturas,* nº 25, pp. 183-206, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TREVISAN, Gabriela. The economic crisis and children's rights to non-discrimination. *Teacher Education,* v. 22, n. 1, pp. 38–55, 2014.

_____. A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. In: DIOGO, Fernando; CASTRO, Alexandra; PERISTA, Pedro. (Orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal*. V. N. Famalicão: Húmus, pp. 81-101, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cassia; TREVISAN, Gabriela. "Beyond the modern norm of childhood: children as the margins as a challenge for the sociology of childhood." In: BARALDI, Claudio; COCKBURN, Tom (ed.), *Theorizing Childhood*: citizenship, rights and participation. Milton Keynes: Palgrave-Macmillan, pp. 135- 157, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MEIRA, Eduardo; NEIVA, Olívia; RAMOS, Altina; COSTA, A. A Escola e o trabalho em tempos cruzados. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Coords.) *As crianças:* Contextos e identidades. Braga: IEC/UM, pp. 265-293, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cassia. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica. *Configurações,* v. 4, pp. 91-113, 2008. DOI: 10.4000/configuracoes.498

SARMENTO, Manuel Jacinto; OLIVEIRA, Joaquim Marques. "*A Escola é o Melhor do Povo...*" – Relatório de Revisão Institucional do Projecto das Escolas Rurais. Porto. Profedições, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os sentidos do trabalho Infantil no campo. *Travessias* – revista de ciências sociais e humanas em língua portuguesa, v. 10, pp. 233-263, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TREVISAN, Gabriela. A crise social desenhada pelas crianças, *Educar em Revista*, 2017 (no prelo).

SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. (Eds.) *Pobreza Infantil*: Realidades, desafios, propostas. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2010.

SILVA, Alberto Nidio Barbosa de Araújo e. *Jogos, Brinquedos e Brincadeiras*: Trajetos Intergeracionais. Vila Verde: Athaca, 2011.

SIROTA, Régine. L'emergence d'une sociologie de l'enfance: evolution de l'objet, evolutions du regard. *Education et Sociétés,* v. 2, pp. 9-33, 1998.

_____. Le Métier d'Élève : d'une sociologie de la scolarisation à une sociologie de la socialisation *Revue Française de Pédagogie*, v. 104, pp. 85-108, 1993.

_____. L'enfance au regard des Sciences sociales. *AnthropoChildren*, v. 1, pp. 1-20, 2012.

TISDALL, K. M.; PUNCH, Samantha. Not so "new"? Looking critically at childhood studies. *Children´s Geographies,* v. 10, n. 3, pp. 249-264, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/14733285.2016.1219022

TOMÁS, Catarina. *Há muitos mundos no mundo*. Cosmopolitismo, Participação e Direitos da criança. Porto: Afrontamento, 2011.

_____. Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança? *Da Investigação às Práticas*, v. 2, n. 1, pp. 118-129, 2012.

_____. Para além de uma visão dominante sobre as crianças pequenas: gramáticas críticas na Educação de Infância. *Humanidades & Inovação*, v. 4, n. 1, pp. 13-20, 2017.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. O cosmopolistimo infantil: uma causa (sociológica) justa. APS (Org.), Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. *Actas do V Congresso Português de Sociologia*. Braga: APS, 2004.

_____. *Comments on the reports of the Committee on the rights of the child – Portugal*. Barcelona: Huygens, 2012.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália; SARMENTO, Manuel Jacinto. "Jogos de imagens e espelhos: um olhar sobre a infância e as crianças em Portugal". In: MULLER, V. (org.), *Crianças dos Países de Língua Portuguesa: História, culturas e direitos*. Maringá, UEM, pp. 189-227, 2011.

TORRES, Anália. (Coord.) *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Lisboa: CIES-ISCTE, 2008.

TREVISAN, Gabriela. "Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós". Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade. (Tese de Doutoramento não publicada). Braga: UM, 2014.

WALL, Karin. et al. *As Crianças e a Crise em Portugal*: Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais. Lisboa: UNICEF, 2014.

WALL, Karin; LEITÃO, Mafalda; ATALAIA, Susana. *Principais Desenvolvimentos das Políticas de Família em 2013*. Lisboa: Observatório das Famílias e das Políticas de Família Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

SARMENTO, Manuel Jacinto. A Sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 385-405.

Contemporanea_V8n2.indd 406 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.066
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 407-440
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

Retrieving the hidden everyday spaces of infants[1]

louise Holt[2]

Abstract: *In this paper I explore the possibilities of investigating the everyday spaces of infants and young children. Overall infants and young children have been overlooked as research partners in critical geographies and social studies of childhood. The marginalisation of infants and young children as agents in research reflects earlier concerns about the neglect of children in sociology and human geography. Where infants have appeared in sociology or human geography, they have tended to be constructed as 'objects of care' (e.g. in feminist research) and/or 'objects of analyses' (e.g. within population geography). In this paper I argue that exploring the social and spatial experience of infants critiques dominant assumptions about (children's) agency and can provide fruitful insights into processes of subjectification and the reproduction of embodied inequalities. I suggest three potential agendas for researching infants, in which I engage in a preliminary*

1 Acknowledgements: Thanks go to the mothers and infants who participated in the research. Thanks also to Sophie Bowlby for insightful comments on an early draft of this paper, to Peter Kraftl for thought provoking comments on a presentation of this paper, and to Maria Prats, Mireia Baylina, Anna Ortiz and Maria Delores Garcia-Ramon for inviting me to present an early version of this paper at the Second International Conference of Geographies of Children, Youth and Families, Universitat Autònoma de Barcelona,Spain, 16-18 July 2009. Versions of this paper have been presented at the 4th International Conference of Geographies of Children, Youth and Families in San Diego, 11-15 January 2015 and papers on a similar theme were presented at the Geographies of Young Children, Session co-organised with Stuart Aitken, at the RGS/IBG International Conference, London 3rd September 2016 & Geographies of Early Childhood, AAG San Francisco, 30 March – 4th April, 2016, with Stuart Aitken. Thanks to Gabriela Tebet whose work on a similar theme I discovered at the 4th International Conference on Geographies of Children, Youth and Families in San Diego, and with whom I have since collaborated, and to Anete Abramowicz for the invitation to submit this paper.

2 Geography and Environment – Loughborough University – Loughborough – UK – l.holt@lboro.ac.uk

Contemporanea_V8n2.indd 407 14/12/2018 11:45

analysis, drawing upon ethnographic research in a children's centre – parent/carer infants and micro-mobilities; moral geographies of specific infant/parent/carer focused spaces; micro-infant geographies, infant agency/subjectivity and subjectification in specific spaces and times; broader socio-economic inequalities reproduced in infant subjectivities: habitus. The penultimate section discusses some of the methodological and ethical complexities of researching with infants, and questions how (and if) these can be overcome.

Key Words: *Babies; early childhood; children's geographies; inter-embodiment; habitus.*

REAVENDO OS ESPAÇOS DIÁRIOS ESCONDIDOS DE BEBÊS

Resumo: Neste artigo, exploro as possibilidades de investigar os espaços cotidianos de bebês e crianças pequenas. No geral, bebês e crianças pequenas foram negligenciados como parceiros de pesquisa em geografias críticas e estudos sociais da infância. A marginalização de bebês e crianças pequenas como agentes na pesquisa reflete preocupações anteriores sobre a negligência das crianças na sociologia e na geografia humana. Nos momentos em que os bebês apareceram na sociologia ou na geografia humana, eles tenderam a ser construídos como "objetos de cuidado" (por exemplo, na pesquisa feminista) e/ ou "objetos de análise" (por exemplo, na geografia populacional). Nesse artigo, argumento que explorar a experiência social e espacial dos bebês é uma crítica às suposições dominantes sobre a agência (infantil) e pode fornecer percepções proveitosas sobre os processos de subjetivação e reprodução das desigualdades corporificadas. Sugiro três agendas potenciais para a pesquisa com bebês, nas quais me envolvo em uma análise preliminar, com base em pesquisa etnográfica em um centro de crianças – pais/ cuidadores de bebês e micro-mobilidades; geografias morais de espaços específicos para bebês/ pais/ cuidadores; geografias micro-infantis, agência/ subjetividade infantil e subjetivação em espaços e tempos específicos; desigualdades socioeconômicas mais amplas reproduzidas nas subjetividades infantis: habitus. A penúltima seção discute algumas das complexidades metodológicas e éticas da pesquisa com bebês, e questiona como (e se) elas podem ser superadas.

Palavras-chaves: Bebês; Primeira Infância; Geografia da Infância; Inter-corporeidade.

I. Introduction

The idea of exploring the socio-spaces of infants and young children emerged as when I was invited to deliver a lecture for which I wrote this paper, I had just finished my first maternity leave. I wondered what I could write about, given I had spent the best part of a year in a wonderful, often carefree, often fraught and emotional, overwhelming and all-consuming baby and mother space. And the answer was staring back at me from Rhea's[3] quizzical expression.

Before I started my first maternity leave my husband and I jokingly labelled it my sabbatical. Although I realized that I would have plenty to do, in my naiveté I was also intending to catch up with all my reading. I had envisaged that in the early months, I would have lots of time as Rhea slept during the day – and when I wasn't catching up with my own sleep I would read articles and books – both academic and instructions about how to be a parent. How Rhea wonderfully intruded her own self on my plans. How much agency that baby had to totally turn our lives upside down. Now, in light Rhea and her sister and brother, I continue to be intrigued by the way the individual personalities of the infants challenged all my expectations of parenting, and everything I thought I had learned along the journey – about sleeping, feeding, and teaching how to be in the world.

With Rhea mother and baby time was, overall, a relatively happy, fluffy bubble, but this was clearly influenced by my socio-spatial positioning; the broader political economy and my little family's relatively affluent position therein, and my social support networks (Katz, 2017). Our family's position of gentrifiers was also significant; living in an area characterized by disinvestment and a high level of socio-economic exclusion meant we had access to all the resources targeted at improving the opportunities for infants from socio-economically excluded backgrounds, along with all the other local middle-class families. Although faced with a different set of challenges in each subsequent maternity leave, including the emotional ups and downs brought on by hormones and lack of sleep, each time I realise I had a privileged position, with access to healthcare, advice and resources a plenty. I was able to take extended maternity leaves facilitated by both my relatively affluent position and UK legislation. Moving home and job shortly before the birth of my second child highlighted the importance of socio-spatial contexts to parenting young children, as the framework of support which I relied on shifted from the children's centres, which for the most part were being dismantled, to the health care sector and the voluntary sector. Our

3 All names in the paper are pseudonyms, including that of my daughter.

move coincided with increasingly Austerity in the UK when state resources were being increasingly drawn back and targeted on those with the greatest need.

During my first maternity leave, at the same time as I was so consumed by being a new mother, as a children's geographer, I became intrigued about why had I read so few geographical or social studies that really included infants as agents. These are some of the questions I want to begin to approach in this paper. Although primarily theoretical/conceptual in focus, the paper also occasionally draws upon preliminary findings from a small scale study in a children's centre in the UK. To date the research has included participant observation with a shifting group of up to 6 white, primarily middle class mothers and their infants.

I argue that there are three key reasons for the marginalisation of infants within critical geographies and social studies of childhood. First, infants do not ostensibly express the kinds of agency that have been integral to the emergence of critical research about children and youth; it is difficult to 'listen to the voices' of infants. Second, infants' agency can only be understood intersubjectively, as entwined with the socio-spatial context of their lives, most notably of families. Research into the spaces of families within critical social studies of children have been limited in comparison to other spaces, in a reaction against a tendency to subsume children within their families in earlier social research (Holt, 2011)[4]. Third, research with infants presents methodological and ethical complexities which cannot easily be addressed within the standard matrices of critical social research about children, and indeed challenges some of the central and accepted conventions.

This paper has five key sections. In the following section, I reflect upon some reasons for the relative absence social studies infants as agents, within the context of the bourgeoning inter/sub-disciplinary field of geographies and social studies of children and youth. Of course, there are some precedents for examining the socio-spaces of infants, which are explored in the third section. The discussion moves on to consider three key, interconnected, potential paths studies of the socio-spaces of infants, drawing upon a small ethnographic study of infants with their carers in a children's centre. The three avenues to explore are: parent/carer infants and micro-mobilities; moral geographies of specific infant/parent/carer focused spaces; micro-infant geographies, infant agency/subjectivity and subjectification in specific spaces and times; broader socio-economic

4 The relative lack of dialogue between researchers of children and youth and those of families is beginning to be addressed – partly by such activities as the International Conferences of Geographies of Children, Youth and Families and other recent symposia, (e.g. Interdisciplinary perspectives of family life, 2008; Holloway, 2007; see also Valentine, 2008), along with the activities of professional bodies such as the CGYF Study Group of the RGS/IBG.

inequalities reproduced in infant subjectivities : habitus. The penultimate section discusses some of the methodological and ethical complexities of researching with infants, and questions how (and if) these can be overcome. The final section offers a conclusion.

II. Why are infants as agents largely absent from geographical and social studies of childhood, and does it matter?

The emergence of the sub/inter-disciplinary field of geographies of children and youth has led to a significant growth in awareness and scholarship about the spaces and spatiality of young people (see Holt, 2011; Hopkins, 2013; Skelton, 2016). However, to date, the sub-discipline, and by extension geography and critical social studies of childhood more broadly, has tended to neglect the experiences of infants, and indeed very young children.

A key focus of geographical research about children and youth is those in the 'middle years of childhood'. Overcoming the tendency to overlook this group has been a pivotal element of the social studies of childhood (James et al., 1998). Accounts of older young people have also continued apace. A very small number of studies have attempted to engage with very young children as agents (Gallacher, 2005; Horton; Kraftl, 2010; Hancock; Gillen, 2007). There are very few studies which have sought to explore the agencies of infants, although see Tebet (2014).

The recasting of children as agents has been central to the emergence of geographical and social scholarship about young people (Holloway et al, 2018). Arguably, however, the centrality of seeking children's agency within geographical and social studies of childhood has precluded a serious engagement with infants; infants do not express the kinds of independent agency which underpin the research approaches adopted in this inter/sub-discipline. It is impossible to 'listen' to 'infants' voices in a straightforward manner, as they generally cannot talk. Arguably, infants would not respond well to the participatory, child-centred methods which have been central critical social and geographical studies of children. In relation to toddlers, Gallacher (2005: 243) claims that:

> "early childhood has been somewhat neglected, perhaps due to 'our' general underestimation of the abilities and social competence of young children and the perceived methodological difficulties in engaging with them".

I would further argue that, although infants have agency, they do not express the kinds of autonomous, sovereign, independent agency which has been

implicitly adopted in geographical and social studies of children. Thus, to engage with infants, geographers researching children and young people must continue the project of deconstructing the notions of agency adopted, to more fully explore how *all agents* only *become* through inter-subjective relations of physical and emotional interdependence in space (see for instance Butler, 2004), while still continuing to retain a notion of agency, which is central to the political project of researching with children and other groups whose voices and perspectives are so often sidelined (Holloway et al., 2018). Further, researching with infants presents challenges which can only be overcome by deconstructing the standard, and increasingly orthodox, methodological-ethical matrixes of researching with children, which are in turn underpinned by liberal notions of agents. In short then, researching infants might require unravelling some of the central tenets of how geographers and social scientists have gone about researching children.

The relative absence of infants within geography is both surprising and problematic, given the importance placed on the pre-school age group in theories of child development, critical accounts of social reproduction and psychoanalytical approaches. The limited scholarship about infants in geography is reflected in the broader social sciences (Brownlie and Leith, 2011; Tebet, 2014). Infanthood and early childhood is viewed as *the* pivotal period in which an individual's capacity to learn is largely established (Shonkoff; Phillips, 2000; Halfon et al., 2001; Campbell et al., 2014), their classed dispositions are embodied (Bourdieu; Thompson, 1991) and their personality, mental (ill-) health and wellbeing and/or anxieties and neuroses are laid down. Attachments in infancy are viewed as key to socio-emotional relationships throughout the lifecourse (Bowlby, 1969), although they are increasingly accepted as malleable throughout the lifecourse (Stern, 2006). As a result of the limited engagement from critical social scientists and geographers, very early childhood remains largely the domain of child development psychologists. Since children's geographies and social studies of childhood are premised on the need to challenge these accounts by foregrounding the social and spatial construction of childhood and the lived agency of children, it is problematic that we have been content to leave this important domain to psychology, cognitive theory and theories of attachment.

Although the static views of later life implicit in suggestions about the importance of infanthood can be challenged; our bodies and minds continue to evolve throughout life (Shilling, 2012; Bondi, 2005), infanthood is arguably a uniquely dynamic learning phase in a person's life. Classed, racialized, gendered, and sexualized identities begin to be laid down during this period of our lives, in ways that are not easily transformed later. Investigating infants can give crucial insight into

processes of subjectification; how society and nature intersects and combines in embodied identities, and therefore how societal inequalities are reproduced or can be transformed. The marginalisation of infants in academic studies also reproduces the liminal position of infants and their primary carers in broader society. The lack of critical social and geographical studies of infants' (inter)subjectivities also means that knowledges about these early states of childhood continue to be captured by the very types of developmental understandings of childhood which critical scholars of children have critiqued and moved away from.

Lack of understanding about the socio-spatial context of infancy means that norms of early childhood that have emerged in specific contexts, then become expectations of childhood developmental progress. This is a governmental process (see Rose, 1990) whereby common sense and scientific 'knowledges' coalesce and are taken as the truth. Norms which emerge as an average in specific, often in experimental and decontextualized settings become applied as an expectation for development. These categorise and label as abnormal those children who fall below these expectations (Gallacher, 2018), which actually, if a norm is just an average, a certain percentage should fall below, along with above, the norm (Foucault, 2004; Canguilhem, 1973; Philo, 2007).

III. Precedents for examining infant geographies:

Although infants as agents have not been a central concern for geographers, there are some precedents for examining geographies of infants. Here I focus on three of these: a small number of studies of young children (although not specifically infants); feminist approaches to child caring and the family; and, psychoanalytical geographies.

A small number of studies of young children (although not specifically infants) have been published within geography; key here are Gallacher (2005), Hancock and Gillen (2007), and Horton and Kraftl (2010). Gallacher (2005) uses a Foucauldian approach to explore the power-relations between children of around two years old and nursery workers in a formal child care setting. Hancock and Gillen (2007) present findings from an in-depth ethnographic study of three two year olds in their homes in diverse geographical contexts (a small Midwestern US town, a large northern city in Italy and a small mountain village in Peru). Horton and Kraftl (2010) explore the experience of Sure Start Centres by young children (aged approximately three to four). Although exploring the geographies of toddlers rather than infants, these three studies provide methodological and conceptual insights for investigating infant geographies.

Infants have been present within certain sub-disciplines of geography, notably feminist studies and population research. Here infants tend to be constructed as 'objects of care' (e.g. in feminist research) and/or 'objects of analyses' (e.g. within population geography). This clearly reflects the early position of children more generally within these strands of geographical research (Holloway; Valentine, 2000). Conceptualisations of children and childhood have been challenged and transformed within geography, including in those sub-disciplines previously critiqued for treating children as objects, such as feminist and population geography (e.g. Holloway et al., 2018; Van Blerk; Ansell, 2006; Bushin, 2009). Indeed, as Holloway (2014) points out there are many connections between feminist geography and geographies of children and youth. However, constructions of infants specifically have been largely uncontested.

The most significant existent geographical literature about infants is broadly feminist studies of child-caring and the family. Feminist geographers initially responded to the emphasis on masculinist 'public' concerns in geography which reproduced dominant discourses of child-caring as naturally private and feminine by exploring the social geographies of child bearing, raring and caring (among other concerns) (Peak, 2017). Infants have featured prominently in feminist studies, as they require a great deal of care, which is usually delivered by women – with significant impacts upon their everyday lives, and trajectories in paid careers (England, 1996). A high proportion of feminist studies of children continue to focus, rather paradoxically, on the 'public' space of non-parental child-care (e.g. Vincent et al., 2004; Boyer et al., 2013; Gallagher, 2013). Feminists geographies have, however, increasingly explored a variety of concerns, such as the interconnections between paid and unpaid caring and other work (e.g. Pratt; Yeoh, 2003; Pratt, 2004; McDowell et al., 2005), the reproduction and transformation of gendered moral geographies of parenting (e.g. Holloway, 1988; Duncan et al., 2004; Duncan; Smith, 2002; Duncan, 2005) and the intersections of everyday geographies of caring with the (global) economy (Dyck, 2005; McDowell et al., 2005). Feminist geographers have also investigated the gendered moral geographies of breastfeeding (Pain et al., 2001; Boyer et al., 2013; Boyer, 2011; Grant, 2016), engaging with critical social science scholarship (Faircloth, 2013).

Despite the insights of these studies, seldom is the agency of infants fully explored. Rather, infants and children are represented as burdens of care; they are of interest only because they require caring 'work', usually delivered disproportionately by women. A side effect of the lack of consideration of the specificity of infants' agency is that these geographies have generally not fully explored

the emotional entanglements of parenting – the joys along with the frustrations and the effort required.

Recently, feminist geographers have begun to more fully explore the emotional geographies of parenting and 'doing family' with infants (e.g. Aitken, 2000, 2009; Gabb, 2004; Lupton, 2013; Horton; Kraftl, 2009a; Madge and Connor, 2005). Parents and children have intersubjective relationships based upon reciprocal ties of emotional inter-dependency – albeit shot through with unequal relations of power between parents and children, between parents, and between parents and broader society. Infants and young children are intersubjective agents in these emotionally co-dependent relationships. Parents, like infants, are constituted and 'become' subjects through these relationships (Madge; Connor, 2005). Although the agency of infants has not been a specific focus of these accounts, studies of the intersubjective, affective relationships between parents and children, including infants, hints at the importance of infants as agents. Consider for instance Stuart Aitken's (2000) son Ross, who refused to be pacified in the usual way in the public space of a family gathering, leading to a female relative casting Aitken as an incompetent carer for being male. Infants are also increasingly present in accounts of parenting with babies and/or birth, although often more for the way they transform the social spaces of the mother than for the ways in which their subjectivities are emerging (Longhurst, 2008, 2009; Gabb, 2004; Mansfield, 2008). Infant geographies could build upon these accounts by focusing more specifically on the agency of infants.

A second precedent for exploring infant geographies is psychoanalytical approaches. Infants are figuratively present in psychoanalytical accounts, particularly those that critically engage with object-relations theories (e.g. Philo; Parr, 2003; Kingsbury; Pile, 2014) Object-relations theories prioritize early infancy as the pivotal stage of subjectification of individuals, from which personal characteristics and neurosis stem. Particular emphasis is placed on the moment of psychic separation from the (m)other, at around 6 months, when infants begin to realize that they are an independent person:

> ...the child gradually develops a sense of itself, initially as a result of its gradual realisation that it has a separate body from its mother. The child's self is constructed as a relationship between self and other objects, such that the boundaries between the self and the external world become increasingly well demarcated, but where the child's sense of self (or ego) is always mediated through its relationship to objects (Pile, 1996: 90).

Crucially, most psychoanalytical geographers emphasise that the subconscious is not bounded or separate from the social, but that these boundaries are tied to specific spatial contexts (Aitken; Herman, 1997; Bondi, 2014). Despite the importance of infanthood to psychoanalytical geographies (although compare Bondi, 2005), there is a dearth of empirical geographies that have sought to unravel how these processes of subjectification take place in actual infanthoods. Rather the emphasis is on retrieving adults' inner infant selves (Bingley, 2003). Implicitly, however, the emphasis of infanthood within these psychoanalytical accounts points to an agenda for investigating how subjects are formed in early childhood (Aitken, 2001).

The potential of infant geographies inherent in psychoanalytical approaches to geography is implicitly developed in the work of Aitken (2001) and Aitken and Herman (1997)[5]. These have proved extremely influential texts in the emergence of research into the lives and experiences of children and youth. The critical engagement of Aitken and Herman (1997) with Winnicott presents an agenda for researching infant geographies on three interconnected grounds: first, the focus of early childhood in Winnicott's psychoanalytical theory; second Aitken and Herman's emphasis on transitional spaces which emerge in early childhood; and third the substantive examples in the paper, which are primarily drawn from early childhood.

In common with other object-relations theorists, Winnicott focuses upon the moment of psychic separation from the mother in infancy as pivotal to the development of subjectivity. (Importantly Aitken and Herman point out that although Winnicott reproduces gender exclusivity in his object-relations theory, the arguments can be applied to any primary care giver.) Winnicott's thesis of this process is inherently less negative than many other psychoanalytical theories (see also Bowlby, 1969). Rather than generating ontological insecurity, Winnicott suggests that the secure child who has had a 'good enough' mother (or carers) experiences the realisation of their separateness from their (m)other as a kind of adventure:

> …According to Winnicott, the process is the creation of a *self* different from but in relation (rather than in opposition) to an *other*. Unlike Freud or Lacan, Winnicott believes that separation between the child and their external environment is generated by the child's own need for knowledge.

5 Kraftl, and Horton, 2008, also implicitly suggests an agenda for researching baby geographies. Their discussion of the geographies of children's sleep is implicitly a geography of infants and young children who are the primary targets of such 'sleep training'.

> For Winnicott, unlike Lacan and Freud, separation is not necessarily painful or a blow to the infant's narcissism or illusion of omnipotence. Rather, it is characterized as a transition into a productive period of self-realization (Aitken; Herman, 1997: 73, emphasis added).

Aitken and Herman's key argument draws out the parallels between Winnicott's notion of transitional space, which emerges through (or rather between) processes of individualisation and separation, and conceptualisations of the socio-culturally constructed nature of space. They highlight the importance of play(ing) with culture in Winnicott's account of transitional space, which emphasizes instability rather than the reproduction of fixed identity categories – prefiguring post-modern concerns (see also Katz, 2004, for a discussion of mimesis, which has similar potentialities).

By focusing upon Winnicott's object-relations theory, with its emphasis on early childhood, Aitken and Herman point to the importance of infanthood in the emergence of a subject. The substantive examples on which they draw are primarily from early childhood – from the 'crib' in the title to the 'bunnies' and 'security blankets' which are part of the "transitional space because they are the first area of experience that is neither self nor mother" (Aitken; Herman, 1997: 74). Arguably, then, Aitken and Herman's children's geographies is substantively the geography of early childhood, although the theoretical account has wide-reaching resonance. Whereas their theories have been highly influential within geography (see also Aitken, 2001), the implicit call for studies of early childhood has largely not been taken-up. Winnicott's theories of objection-relations have parallels and commonalities of emergence with attachment theories, which are discussed in the subsequent section.

IV. Fruitful avenues for infant geographies

In the sections below, I outline three potential foci for exploring infant geographies. This is clearly not an exhaustive list; rather it is one suggestion for possible research agendas.

4.1. Everyday geographies of infants and parents/carers

There is significant scope for geographers to explore the everyday spaces of infants, which have been neglected within geographical studies. Here I outline two key potential avenues for explorations of everyday geographies of infants and parents/carers, the socio-spatial movements of parent-infants and privileged

infant-parent spaces, although of course there are other places and spaces in which, through which and by which, infants' and parents' subjectivities are co-constructed. Because infants largely cannot move through space independently, and since their agency is so evidently interdependent with their carers, I use the terms infant-carer or infant-parent to suggest the co-construction of the emerging subjectivities of infants, parents and/or carers (see Section 4.2).

4.1.i Parent/carer infants and micro-mobilities

This seems an obvious place to start exploring infant geographies; the problems of moving through spaces essentially not designed with the infant-parent/carer subject in mind (Greed, 2003). The town becomes coded differently for parents and carers with infants, with routes through the town marked by: paths that are stroller-friendly (which parallel the experiences of wheelchair users in being circuitous); the cleanest place to change a nappy; where an infant can be breastfed comfortably; and later, where infant's food can be heated up. There are clear parallels here to feminist time-space geographies (e.g. Tivers, 1985; Jarvis et al., 2013; Bowlby, 1990) and disability geographies (e.g. Matthews; Vujakovick, 1995).

These everyday geographies of moving through space include socio-cultural along with physical elements (Imrie, 2014). To paraphrase Kitchin (1998) places are coded to keep infant-parent/carers in their place (see also Cresswell, 1996). Campbell (2009) highlights how society and space is designed around a norm of an able body and mind, which disables by comparison those whose bodies fall outside of these norms. Like those with mind-body-emotional differences, infants and carers are dis-abled by their inability to move through the environment freely, by their multiple deviations and the need for stops, and by being unable to negotiate steps, small doors and so on. From a socio-cultural perspective – what message is conveyed by infant changing rooms often being in the disabled toilet (see also Kitchin; Law, 2001; Hall; Wilson, 2016), or spaces to sit and breastfeed being within an infant changing facility? How do 'gazes' and social expectations of normative behaviour reproduce the marginalisation of infants-parents/carers, particularly breastfeeding mothers (see also Boyer, 2011, Grant, 2016). It is interesting to note that over time parents can become desensitized to subtle, negative glances with all but the most obvious negative responses becoming invisible. It is also intriguing to note that these experiences of parents and infants being marginalised in space are socio-spatially specific, and will differ significantly in different times and spaces. More comparative work is required about these concerns.

The individual agency of infants, as interpreted by parents/carers, influences how infants-parents/carers move through space. Infants have different responses to, for instance, how happy they are to wear a dirty nappy for a short period and whether they are fairly relaxed about when they get their lunch. Of course, an infant is dependent upon her/his parent/carer responding to her/his 'requests' such as for food or a change of nappy. However, once an infant is demanding something, by crying loudly, not responding to their request is difficult. Parent-infants become subject to sustained variably negative to understanding glances if the infant is making loud noises in public places. In the most extreme examples, when parent-infants have not responded to more subtle glances, they can be actively excluded from specific spaces (Grant, 2016).

4.1.ii Moral geographies of specific infant/parent/carer focused spaces

In common with disabled and/or gay, lesbian, bisexual and trans-gendered people, parents, especially of younger infants, often need to forge a space of acceptance and inclusion in the face of being socio-spatially constrained within society. This is arguably particularly true of mothers who work exclusively in the home and/or are on maternity leave and/or those who are breastfeeding.

Groups of breastfeeding mothers take up positions in public spaces, such as cafes, and support each other in contesting dominant expectations by breastfeeding in public. Parents (especially mothers) might visit each others' homes – particularly when male partners are not present. Also, organized activities provide social spaces wherein infants begin to socialize with others and in which parents, particularly mothers, develop social networks to share knowledges and experiences. These are exclusive spaces, which can only be entered by parents/carers, infants and the facilitators or organizers.

Although these parent-infant spaces can feel like relatively bounded, specific places, distinct from broader socio-spatial impulses, these are clearly specific moments in broader socio-spatial networks. In particular, they are influenced by social policy imperatives. In the UK, the very existence of some of these specific spaces (e.g. Sure Start Children's Centres) is tied to policy imperatives to provide a greater level of state support/intervention into particularly working class / socially excluded children's lives (Horton; Kraftl, 2009a, b; Jupp, 2013). These spaces have since been radically transformed as Austerity measures have led to closures, the reduction in services and facilities, and the increasing targeting of facilities in Children's Centres, which have disproportionately affected poorer families (Ridge, 2013).

Further, these spaces are primarily mother-infant spaces, and this is influenced by the maternity leave to which many employed women in the UK are entitled[6]. This maternity leave is welcome and helps women to combine a paid career and family life. Clearly, the leave could be more highly paid. Moreover, maternity leave is underpinned by the naturalisation of women as the most suitable carers of young infants. In the UK the leave cannot currently be shared by partners[7].

These parent-infant spaces are arenas in which particular moral geographies of parenting are reproduced (Holloway, 1998a, b; Duncan et al., 2003; Duncan et al., 2004; Duncan; Smith, 2002; Duncan, 2005). Discussions among middle class mothers in these groups were often framed around four key concerns – sleeping, nutrition, child development and the return to paid work. The relative importance of each shifted over different time periods and was often framed by the age of infants and the 'stage' that they were perceived to have reached. In the following excerpt, many of the mothers were weaning their infants, about which they compared notes:

> … the discussion moves back to the favourite topic of the time – weaning infants, and what food infants had tried. Notes are compared and ideas swapped on food the mums have cooked for the infants. There is a hint of competition as the mums discuss the adventurous, exotic and often relatively expensive recipes they have created (with ingredients such as avocado, sweet potato, guava and mango). Then Jane, a nurse announces: 'I don't cook for Jemima – my god I've got enough to do. She eats jars [of food]'. The mums look a little taken aback, and there is a short silence before Carry says, yes, I've been giving Beth jars recently, because we are going away, and I wanted her to get used to jars before we went. Another mum joins in 'I give (my baby) jars when I am out, some cafes won't heat up home-cooked food (Research diary extract, Children's Centre Group).

Infants begin to be subjectified in particular ways in these spaces, and clearly this is connected to the types of moral geographies of parenting reproduced. Of course, infants are subjectified in all the spaces through which they move, and

6 In the UK context most employed parents are entitled to take leave, which can be shared between a mother and a father, with a total of 52 weeks, the first two weeks of which must be taken by the mother. Some of this leave is paid for 9 months maternity leave, which is at a gradated level of pay (moving from 90% salary for 6 £136.78, or 90 per cent of your average weekly earnings, whichever rate is lower). In addition, some employers (particularly of professional women) enhance maternity pay. Same sex and adopting couples have the same rights.

7 Men in the UK are entitled to two weeks' paid paternity leave.

Contemporanea_V8n2.indd 420 14/12/2018 11:45

the knowledges reproduced in parent-infant spaces permeate into the home, which is a porous space rather than a bounded place (Wood; Beck, 1994). Studies of infant-parent micro-geographies in the home would also be a particularly fruitful avenue for research, given the limited amount of research that is currently conducted in the home. However, there is no necessary association with familial social relations and home spaces – clearly families interact in a variety of spaces. There is also scope for researching infant geographies within the everyday spaces of childcare (see Gallacher, 2005; Horton; Kraftl, 2009a, 2010). However, infant-parent/carer geographies are neglected by comparison to the formal spaces of childcare, and this warrants further attention (see Cortes-Morales; Christensen, 2014).

4.2.iii Micro-infant geographies, infant agency/subjectivity and subjectification in specific spaces and times

Infants cannot communicate their agency verbally or via the 'participatory methods' that children's geographers have commonly employed. Nonetheless, any parent knows that their infant is a unique individual from the moment they are born (or possibly before). Infants are able to affect change in their worlds, although this ability is dependent upon the response of others around them.

The agency of infants can only be understood as inter-subjective with their parents/carers within specific socio-spatial contexts. Infants clearly cannot be understood as sovereign, independent agents; their ability to affect change is contingent upon the appropriate interpretation of their wishes by carers and eliciting a response. Rather than infants as agents, perhaps it is fruitful to explore the infant-parent/carer-nexus; the intersubjective relationships between infants, parents-carers/others, in socio-spatial context.

Clearly, this conceptualisation of infant-parent/carer-nexus dovetails with recent challenges to representations of independent agency within social sciences (e.g. Ruddick, 2007 b). There has been a growing awareness from a variety of perspectives that the independent agent does not exist. It is increasingly accepted in geographical research, that agency emerges in specific contexts from a particular constellation of material and immaterial co-presences (Bondi, 2005; Anderson and Wylie, 2009).[8] All individuals are co-dependent in both physical and emotional senses (Butler, 2004). Infants, with their high level of physical dependency clearly demonstrate this inter-dependence. Further, in order to

8 I would, however, concur with many geographers who believe, often implicitly, that individuals become specific agents with continuities that endure between spaces and times, and are not endlessly fluid and dynamic.

thrive, infants need love and affection; it is insufficient for just their physical needs to be met.

Although unequal, the relationship between infants and parents/carers is not unidirectional. Parents/carers often gain immense fulfilment, emotional satisfaction, and a feeling of emotional reciprocity from infants (which motivates them to cope with the sleepless nights and emotional and physical exhaustion of early parenthood)[9]. I do not want to over-emphasize the positive emotions of early parenthood – clearly there are also frustrations and many parents at some points feel emotionally over-whelmed and under-responsive (or exhausted). What I do, importantly, want to express is that infants bring something to the relationship, they give something back.

The relationships between infants, their parents/carers and the social contexts in which they live, are shot-through with power relations, and the need for emotional recognition is a component of the emergence of power (Butler, 2004). Parents/ carers have much power *over* infants as infants are physically and emotionally dependent, as becomes only too obvious in horrific child abuse cases. Infants express most pertinently the corporeal vulnerability of humans (Harrison, 2008). However, in contemporary western societies, where childbirth is a specific, rather than commonplace, life event, infants completely transform and disrupt the lives of carers/parents.

Everyday infant geographies can provide a unique insight into how the processes of subjectification – or the internalisation of normative power implicit in the very construction of individuals as subject/agents – occur in specific spaces. From our earliest moments of life, we are subjectified and placed within matrices of appropriate personhood. Judith Butler (1997) suggests that at the moment of birth, to become a person, the infant is sexed. As Butler states, on being informed of the birth of an infant, the first question asked is usually 'what is it?'. We all know what is meant by the question, what is it? (The answer is, *he* is a boy or *she* is a girl). Increasingly, the ascribing of sex and the beginnings of subjectification, occurs before birth. The ascribing of agency to the foetus who cannot talk reminds us of the dangers of ventriloquism (see also Ruddick, 2007a, b). Further, the personification of the foetus begs questions about what is and what is not human, and/or a viable agent.

9 Of course this is not the experience of all parents all the time. Some parents (particularly although not exclusively mothers) find early parenting a time of deep despair, depression and/or find that they do not feel for their infants the sense of unconditional love they are expected to feel. Of course, these are often symptoms of post-natal depression. However, most parents feel some negative emotions at some stage of early parenting.

Observing the subjectification of infants within their earliest micro-spaces might provide insights into how the dynamic biological and social intertwine in constructing the subject/agent in particular socio-spatial contexts. Early childhood provides a unique opportunity to explore how these processes of subjectification occur, particularly given the importance placed on infancy in the embodiment of the norms and values of societies. In the extract below, the gendered subjectification of infants continues in the everyday practices of parents and infants. The relative importance of parental practices and infants' specific subjectivity or agency is unclear:

> … the mums are sitting in a loose circle, with the infants in between. There are three female infants (Harriet, Jessica and Charlotte) and three male infants (Peter, Paul and Jack) – all infants are around 7-8 months. Paul is very active, compared to the other infants, and is crawling around. He crawls away from his mum. Jack is rolling, away from his mum. Harriet and Charlotte are sitting close to their mums. Jessica is sitting a little further away from her mum. Peter is also sitting close to his mum. The mums periodically kiss and cuddle their infants. With the exception of Peter, the infant girls get more affection than the boys. I am not sure if this is because the boys are more active, or maybe the boys are more active because their mums prioritize independence. (Earlier Paul's mum said that he isn't a very cuddly infant). (Research diary extract, Children's Centre group).

Judith Butler (1997) explores the concept of subjectification from a variety of philosophical perspectives. Notable here is the intertwining of Foucault's theories of subjectification with post-Freudian object-relations theory in an endeavour to unravel the mechanisms of *how* normative power is internalized within psyches. Butler takes as a starting point Foucault's (1978) critique of the idea of a pre-social, interior and socially anterior psyche.

This is an important point which destabilizes universalist conceptions of the psyche, and suggests how subjectification becomes embodied. We do not (usually) consciously act appropriate subject positions; rather appropriate identity performances become embodied as natural. Geographical accounts that have drawn upon psychoanalytic theory have generally theorized the psyche as framed within social and cultural relations (e.g. Bondi, 2014; Kingsbury; Pile, 2014; Philo; Parr, 2003).

Callard (2003), however, critiques the tendency of geographers (and by extension other social theorists) to side-step that the: "… unconscious throws up

large, intractable obstacles in the path of the hoped-for achievement of subjective transformation." (Callard, 2003: 305). Although the idea of any realm of psychic life as pre-social is problematic (as this would arguably lead to universalist understandings of the psyche), I would suggest that surely the purpose of social theorists (or philosophers) delving into psychoanalysis must be to understand how the beyond-conscious aspects of minds are less open to transformation than the consciousness (see also Butler, 1997).

Observing my infants has led me to question the Foucauldian-Butlerean position that there is no interior or socially anterior psyche. Perhaps there is no internal psyche that can be understood outside of the socio-cultural matrices of specific spatial and historical contexts. Perhaps the specificities of individuals emerge from their social contexts. Each of my children was unique individual, even in utero – and this might be that they are a specific coming together of matter that comes together in specific ways, with bodies, like individual places, specific moments in space/time at a micro-scale – a specific mass of chemicals, microbes, cells, micro-fauna, and so on. Perhaps there is a more existential spiritual explanation. I would further argue that an implicit belief in the uniqueness of individuals is inherent in many accounts of agency and social transformation. The problem might be, therefore how to negotiate the uniqueness of the transformative agent without recourse to modernist, liberal notions of agency (see Holt, 2013).

In emphasising the formation of the subject/agent in power as ontologically connected to others emotionally and physically, Butler (2004) emphasises the importance of relatively positive socio-psychic processes of 'recognition', which I have discussed in more detail elsewhere (Holt, 2009; Holt et al., 2013). This stands in contrast to more masculinist and oppositional versions of the psychic formation of the subject, such as in object relations theories, where the self is produced in contrast to an (abjected) other (see also Bondi 2002). This formation of subjects within power through positive processes of recognition dovetails with Foucauldian concepts of power as ontologically generative, formative of the subject who can act (Foucault, 1979). Therefore the person is formed within power, and agency is also formed within the contexts of subjection – a genesis which can be exceeded through never fully escaped (Butler, 1997) – although of course the 'contexts' of power are dynamic and shift in space and time (see Holt, 2013, for further development of these ideas).

Butler's theories of subjection have the potential to be explored in critical dialogue with attachment theories to examine the emergence of subjects within specific 'conditions' of attachment. Although seldom discussed (and possibly

implicitly rejected) in human geography and critical studies of childhood, the importance of John Bowlby, Mary Ainsworth and colleagues' theories of attachment to early childhood studies and social policies of early childhood cannot be over stated (Bowlby, 1969, 1979, 2005; Ainsworth 1967, 1968, 1982). Attachment theory developed in dialogue with Winnicott's notions of socio-psyche development, and John Bowlby and Donald Winnicott corresponded (Bretheron, 1992). Attachment theory is inherently a more positive view of social-psyche development than object-relations theories, given the importance given to intersubjective relationships of emotional interdependence as a *requirement* for emotional and social development of children. Attachment theory is an approach that emerged from a dialogue between psychoanalytical and psychological approaches and prioritises infant-maternal relations (Hollway, 2006). Attachment has only recently gained more influence within psychoanalytical theory (Schwartz, 2007).

Attachment theory has some useful insights for geographers and critical social scientists of young children, and I argue that it is imperative that critical social scientists engage with the accepted paradigms within early childhood development and social work and social policy literature in order to both critique and sophisticate these fields, which are disproportionately influential in policy arenas. Both Winnicott's object-relations theories and attachment theory focus upon substantive maternal-infant relations within specific socio-spatial contexts, rather than clinical psychoanalytical settings (in direct opposition to Klein, e.g.1984, see also Bick, 1964, 1969; Freud, 1954). These approaches provide potential important starting points for geographies of infants. Attachment theories differ from Winnicott's object-relations by emphasising relations of attachment rather than psychic self-differentiation, providing a relatively positive account of psychic development (see also Bondi, 2005, from a different perspective).

There is perhaps good reason why critical social scholars have avoided Bowlby's attachment theory (see Hollway, 2006). It has a troubled relationship with feminism, as this work has been used to suggest that women *should* be the primary care givers of young children (e.g. Barglow et al., 1987). Attachment theory has an implicit biological reductionsim; the theory emerged from ethological studies of animals and an engagement with evolutionary theory along with psychoanalytical and psychological accounts, and emphasises attachment as universal biological survival instinct (Bretherton, 1992). Although Winnicott and Bowlby have proved influential in transforming social policy in contexts ranging from hospitals to social work, to the paid workplace (Bowlby, 2005), their research is often, problematically, used to focus critically and exclusively

upon not 'good enough' mothering, rather than the role of a range of socio-cultural and material factors in the subjection of infants (Jensen; Tyler, 2012). Indeed, it could be argued that attachment theory has a normalising power or becomes a form of governmentality whereby the 'attachments' and emotional relationships of (particularly poorer) families are measured against normative standards of attachment emerging from specific socio-spatial contexts, rather than focusing on the material inequalities between different families (see also Smith, 2014). Further, as Bessell (2016) points out, the 'strange situation' a common measure of attachment (Salter et al., 1978), denies children their basic rights under the United Nations Conventions on the Rights of the Child. It is, however, possible to broaden conceptions of attachment to a variety of caregivers and familial contexts, and there is no necessary association of attachment theory with conservative views (Kenny, 2013).

Importantly, the desire of infants to attach to their carers and others provides a context for understanding individuals' "passionate attachment to subjection" (Butler, 1997: 105). Power is reproduced via nurturing relationships along with conflictual ones. Indeed, ideas of appropriate subjectivity are perhaps (most) effectively reproduced and embodied when infants become healthy, happy, productive subjects. Critical social and geographical studies of infants could draw attention to the particular socio-spatial contexts of infants' emergence, to explore the: 'productive powers put into play through its [the infant's] interconnections and interactions with an array of others, both organic and non-organic' (Shildrick, 2010: 6). This would require in-context sociological or anthropological studies of attachment and subjection, providing methodologies which could overcome the critiques levelled by Bessell (ibid.) and opening up studies of attachment to more fully appreciate the often unequal material and social spaces of infants' emotional development, challenging the normative power of decontextualized measurements of attachment.

4.3.iv Broader socio-economic inequalities reproduced in infant subjectivities : habitus

The subjectification of infants places them, from their first moments of life, within 'acceptable' positions in relation to a host of identifiers, including class, gender, sexuality, race and ethnicity. I have elsewhere sought to explore the interconnections between Butler's conceptions of performativity and subjection and Bourdieu's notions of habitus (Holt, 2008).

Infancy is an absent presence in much of the increasing volume of geographical studies which engage with Bourdieu's theories of social reproduction. The

concept of habitus, in particular, has resonance for investigating infant geographies. Habitus is:

> the embodied materialisation of individuals' capitals, or 'internalized capital' (Bourdieu, 1984: 114; Painter, 2001; Shilling, 2013) … habitus provides an unconscious backdrop to individuals' practices within particular social 'fields" (Holt, 2008: 229).

Bourdieu and Thompson (1991) contend that habitus is subconsciously inculcated through processes of mimesis, particularly during early childhood (Butler, 1999, provides further flesh on this account by suggesting a dialogue between performativity and habitus).

Different authors have suggested that habitus is variously dynamic versus enduring and exists at either a group or individual level (compare Smith; Phillips, 2001; Cresswell, 1996). I would argue that habitus is embodied, particularly during early childhood; if we understand bodies as always connected, this does not preclude habitus existing at both the individual and group level. Although open to transformation (as our bodies and minds are not fixed at, for instance, age five) habitus does exhibit a friction to change. It is therefore pertinent to explore how class habitus is 'taught' during earliest childhood. Linda McDowell and colleagues (e.g. McDowell, 2006, 2007; McDowell et al., 2006) demonstrate the potentiality of infant geographies of habitus. Although not focusing specifically upon the agency of children, these studies explore how class habitus is reproduced within middle class families who employ largely working class paid child carers. McDowell (2006) points to the dichotomous class relations between the largely middle class parents who employ paid child carers and the typically working class child care workers. It will be interesting to review how government policy, which reproduces the middle-class norm of the mother as a paid worker, by providing financial support for the costs of childcare to lower income families transform these class relations (Duncan et al., 2004).

The focus on habitus emphasizes that the everyday geographies of infants do not see them move through bounded sites (the home, the nursery, the parent and infant group). Rather these sites are porous and connected to social, cultural and economic impulses emerging from a variety of interconnected spatial scales (see Holt, 2004, 2007; Holt et al., 2017; Holloway; Valentine, 2000; Ansell, 2009; Holloway et al., 2018; Dyck, 2005; Wood; Beck, 1994). These are embodied in the individual and reproduced subconsciously – although this is not a reductive process and there is always a potential for transformation (Holt, 2017).

The embodiment of capitals as habitus by infants is a fruitful avenue for researchers of infant geographies. Class, class faction and by extension gendered, racialized, sexualized identities are incorporated into material bodies via habitus and it is difficult or impossible to unravel social versus corporeal elements of bodies. How different classed (and class faction) identities, reproduced via various moral economies and/or cultures of parenting, are embodied as habitus in infants is intriguing. Parenting cultures shift in different spaces (Hall, 2016) and this will affect the developing, interconnected corporeality and subjectivity of infants.

Practices around nutrition, feeding and breastfeeding in particular are embodied in infants' corporeality (Holt, 2016). Practices of breastfeeding are reproduced via differential cultures of parenting (Pain et al., 2001). These cultures of parenting have a class and class faction element (Pain et al., 2001), although they are not strictly class reductive. In the excerpt below, two middle class mums discuss breastfeeding. The discussion of breastfeeding was prompted by these mums asking me if I breastfeed my daughter, and my affirmative answer:

> No, with my second baby Delia, I just tried to breastfeed for a couple of weeks. But I got mastitis [an infected, inflammation of the breast], and I just had to gave up. The midwives try to force you to breastfeed. I was told that I had to go and see the breastfeeding expert at the hospital. This time I refused to go. I did breastfeed Poppy, but I hated every minute of it. I gave up as soon as I reached that 6 months. (Samantha)
>
> Well I tried to breastfeed, I really did. But I saw how much more settled Poppy was when you put her on formula, and I thought that formula can't be bad for them, can it? I used to cry when I was feeding Emma. So in the end I thought enough is enough, and I gave up. The midwives do try to make you carry on, but I stood my ground. I don't think it can be good for Emma to see me crying when I am breastfeeding, and I think that was worse. But you do feel guilty – the default position is to feel guilty, because you know that breastfeeding is the best for them (Jane). (research diary extract, Children's Centre group).

AV. Approaches and ethics in research with infants

Within the paper I have alluded to some of the research approaches that could be used to engage with infant-parent/carer geographies. The intractable problem with researching infants is that, although they doubtless have agency, they do not communicate verbally. Most young infants' main form of communication is to cry, and parents/carers have to deduce what they want. As infants age, the range of their communication diversifies; they start to develop different

cries, they smile, they laugh, they point and wave (and can be taught other signs), they begin to vocalize 'babble' and they begin to form word – sounds. Geographical research with infants can draw lessons from those who have explored the geographies of other non-verbal actors, such as non-verbal disabled people (Bailey et al., 2015) and animals (Buller, 2015). This manoeuvre is not to equate these groups. However, the inclusion of all non-verbal agents in research contributes to ongoing critiques of the idea of the speaking, sovereign, rationally reflective agent, implicit in much social science research (see Lorimer, 2005; Horton; Kraftl, 2006; Davies; Dwyer, 2007).

Research with children and youth in geography has often tended to seek children's participation by focusing upon their competencies to communicate their agency in ways which mirror, while differing from, the capacities of adults. There has been a propensity to assume that agency can be communicated transparently (Gallacher; Gallagher, 2008). For instance, the experiences of individual children are frequently sought via interview or child-centred participatory methods (Van Blerk; Kesby, 2008). Research about children in geography has often reproduced elements of a Modernist, liberal notion of agency in practice, if not in theory[10]. The reluctance to fully jettison the sovereign, independent agent in much geographical research about young people is couched within the difficulties that social theorists have found in replacing this masculine figure with an effective alternative agent (see for instance McNay's, 1994 critique of Foucault's attempts to reconceptualise agency, which McNay argues has recourse to a liberal notion of the agent, which is also, arguably, somewhat applicable to Butler, 2004).

Research with non-verbal actors is frequently ethnographic in approach, and I would argue that such methodologies are central to researching with infants in their socio-spatial contexts. The limited number of geographical studies that have attempted to grapple with the lives of young children have been primarily ethnographic (e.g. Gallacher, 2005; Hancock; Gillen, 2007; although compare Horton; Kraftl forthcoming a). These accounts have drawn inspiration from early childhood studies and sociology (Abbott; Langston, 2004). Observation, albeit not necessary ethnographic, is the cornerstone of much social and educational research with young children.

Conducting research with infants raises ethical problems which cannot be overcome by the standard ethical repertoires of human geographers. The

10 There is a counter-story to this broad-brush approach, however, with scholars of children at the forefront of developing alternative approaches to research with young people (e.g. Woodyer, 2008; Aitken, 2009) drawing upon a longstanding ethnographic tradition (e.g. Ward, 1977, 1979; Hart, 1979; Katz, 2004).

modern, liberal independent agent is particularly sedimented into standard approaches to research ethics. Research ethics are increasingly circumscribed by the pseudo-legalistic framework of ethics committees, and Anglo-American law is designed around a modern, liberal, sovereign agent (Butler, 2004). Dyer and Demerrit (2009) emphasize that Ethics Committees have little dialogue with critical notions of ethics emerging from geography and the social sciences.

A pertinent ethical question is the extent to which adult researchers can ever really apprehend the lives and worlds of infants. The mere action of representing infants' lives involves interpreting infants' everyday practices within adult discursive frameworks, which are, presumably, meaningless to infants. The question remains, therefore, how can the researcher avoid acts of ventriloquism when interpreting the actions of infants? It is impossible to triangulate observations with infants' reflexive discussion of their actions. The interpretation of parents/carers and other significant relations of infants could be sought as a comparison to ethnographers' observations. This is not to suggest that adults can transparently speak for infants, rather significant adults can aid the researcher to *interpret* the infant's communication (see also Hall; Kearns, 2001 in relation to researching with adults with learning disabilities).

Consent is now a key element of conducting ethical research with children. Geographers would not consider conducting researching with young people without assuring demonstrable full, active consent to research (Alderson; Morrow, 2004). Clearly, it is essential that individuals are not coerced into participating in research, and/or that adult researchers do not otherwise abuse their relatively powerful position in relation to child research participants. However, the concept of gaining active consent can exclude many groups from research (Cocks, 2005). Questions are raised about whether it is ever ethical to research with those who cannot actively consent, or is it more unethical to exclude such groups from research? Researchers of young and/or disabled children have recast the issue of consent as an ongoing interpretive and reflexive process (Cocks, 2005). Similarly, in influential ethnographic studies of children and young people, such as Hart (1979), Ward (1977, 1979) and Katz (2004) consent was approached, as an ongoing process rather than a formulaic procedure. A now conventional approach to gaining written active consent would, no doubt, have been stultifying to these studies which are, overall, empowering to children and young people.

It appears inconceivable that infants can understand that they are participating in research. Infants, therefore clearly cannot even assent to participating in research. Legally, parents can consent on behalf of infants to medical care (which is used as a proxy for inclusion in research, Alderson and Morrow, 2004).

It is interesting to note that I had fewer problems passing this infant geographies project through the Ethics Committee than researching seeking the active consent of young people. Researching infants in their socio-spatial contexts can begin to answer (and raise) important questions about process of reproduction and transformation of enduring socio-spatial inequalities. Is it therefore ethical to research with infants in ways which do not directly impact upon their lives? Studies that treat infants of objects of analysis, such as the Millennium Project, do not have such qualms about informed consent.

V. Conclusion

In this paper I have begun to establish an agenda for exploring the geographies of infants and their parents/carers. Although inspired by existing work in both geographies of childhood and youth and feminism, these substantive geographies of infants are distinct in foregrounding the intersubjective agency/subjectivity of infants in their socio-spatial contexts, which has the potential to highlight how social reproduction and transformation occurs in the earliest stages of life through subjection. By focusing upon the importance of infant spaces in accounts of subjectification, I run the risk of reproducing a conception of social reproduction as fixed in early childhood. This is not my intention. Rather, I aim to highlight the specific importance of earliest childhood in accounts of subjectification, of social reproduction, and transformation. The lack of studies of infanthood means that geographers have largely not explored this very specific moment in the formation of subjects. The earliest phases of life are crucial to subjection, and the inculcation of norms and values which might later seem 'natural' may be imbedded in the beyond conscious realm, or at least as habitual. Therefore this earliest phase of life is an important arena for understanding the inculcation (and transformation) of norms and values, and the implications for with the (re)production of enduring socio-spatial inequalities. However, this is not to suggest that earliest childhood is the only moment of subjectification. Of course embodied social and cultural relations are transformed throughout our lives (Bondi, 2005). Nonetheless I would argue that the norms and values embodied in infancy are incorporated into our psyche and are difficult to transform. It is imperative that critical social and cultural geographers maintain a belief in the possibility of social transformation, and our empirical observations give substance to this belief. A sensitivity to how normative power is embodied in the formation of subjects in earliest childhood can give an insight into both this endurance, and how transformation can be

achieved. It is also crucial that knowledge about early childhood is informed by critical social and geographical perspectives, to challenge the classed and ethnocentric governmental power of normalising discourses of childhood development which under-examine the socio-spatial contexts and material differences of early childhood contexts.

My concern with infant geographies is clearly framed by my largely positive experience as a first time mother, situated as it is within particular sociocultural and economic frameworks, as a white, relatively wealthy, non-disabled British woman. There are clearly many different geographies of infants that could be written. Although an interest in subjectification could be transferred to many contexts, the ways in which processes of subjectification occur and the norms, values and lines of inequalities (re)produced and transformed would vary significantly in different geographical and social contexts. Indeed, in some contexts, globally, examining social, cultural and spatial contexts of infants' emergence might be closely tied to very stark issues of life expectancy and infant mortality, morbidity and health, demonstrating the vastly different material realities for children growing up in different contexts (see also Katz, 2017). It is crucial that we understand these context to feed into enduring normative expectations of attachment and development and to destabilise the decontextualized norms when are then applied universally and often inappropriately to childhoods, development, and families.

There is a danger that examining the inevitably intimate spaces of infants becomes so micro-scale in its focus that it is esoteric. To challenge this, risk it is crucial to develop 'counter topographies' (Katz, 2001) of the socio-spatial contexts of infants, to examine "the connectedness of vastly different places…which reproduce themselves differently amidst…common political-economic and sociocultural processes" (Katz, 2001: 1299). These counter-topographies involve collaborative working with scholars from across the globe to connect the micro-spatialities of infants in specific places with broader global processes, such as global health initiatives and the continuing power of global infant feeding companies.

References

ABBOTT, Lesley; LANGSTON, Ann. *Birth to three matters: supporting the framework of effective practice*. Maidenhead: Open University Press, 2005.

AINSWORTH, Mary Dinsmore Salter. Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child development*, v. 40, n. 4, pp. 969–1025, 1969.

AINSWORTH, Mary Dinsmore Salter; BLEHAR, Mary; WATERS, Everett et al. *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Oxon, UK: Psychology Press, 1978.

AITKEN, Stuart. *The awkward spaces of fathering*. Aldershot: Ashgate, 2009.

AITKEN, Stuart; HERMAN, Thomas. Gender, power and crib geography: transitional spaces and potential places. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 4, n. 1, 1997, pp. 63–88.

ALDERSON, Priscilla; MORROW, Virginia. *The Ethics of Research with Children and Young People: A Practical Handbook*. London: Sage, 2011.

ANDERSON, Ben; WYLIE, John. On Geography and Materiality. *Environment and Planning A*, v. 41, n. 2, pp. 318–335. DOI: 10.1068/a3940, 2009.

ANSELL, Nicola. Childhood and the politics of scale: descaling children's geographies? *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 2, pp. 190–209. DOI: 10.1177/0309132508090980, 2009.

BAILEY, Sarah; BODDY, Kasia; BRISCOE, Stuart et al. Involving disabled children and young people as partners in research: a systematic review. *Child: Care, Health and Development*, v. 41, n. 4, pp. 505–514. DOI: 10.1111/cch.12197, 2015.

BESSELL, Sharon. Rights-based Research with Children: Principles and Practice. In: EVANS, Ruth; HOLT, Louise (Eds). Methodological approaches, v. 2 of Skelton, T. (editor-in-chief) *Geographies of children and young people*, Singapore: Springer, 2016.

BINGLEY, Amanda. In here and out there: Sensations between Self and landscape. *Social & Cultural Geography*, v. 4, n. 3. Taylor & Francis Group, 2003, pp. 329–345.

BONDI, Liz. Empathy and Identification: Conceptual Resources for Feminist Fieldwork. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 2, n. 1, pp. 64–76, 2002.

_____. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, n. 4, 2005, pp. 433–448.

_____. On Freud's Geographies. In: KINGSBURY, Paul; PILE, Steve (Eds). Psychoanalytic Geographies. Farnham: Ashgate, pp. 57–72, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1984.

BOURDIEU, Pierre; THOMPSON, John. *Language and symbolic power*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1991.

BOWLBY, John. *Attachment And Loss. v. 2*. New York: Basic Books, 1973.

_____. *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge, 2005.

_____. *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock, 2005.

BOWLBY, Sophie. Women, Work and the Family: Control and Constraints. *Geography*, v. 75, n. 1, pp. 17-26, 1990.

BOYER, Kate. 'The way to break the taboo is to do the taboo thing' breastfeeding in public and citizen-activism in the UK. *Health & place,* v. 17, n. 2, pp. 430–437, 2011.

BOYER, Kate; REIMER Suzanne; IRVINE, Lauren. The nursery workspace, emotional labour and contested understandings of commoditised childcare in the contemporary UK. *Social & Cultural Geography,* v. 14, n. 5, pp. 517–540, 2013.

BRETHERTON, Inge. The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental psychology.* v. 28, n. 5, 759 p., 1992.

BROWNLIE, Julie; LEITH VALERIE M. SHEACH. Social bundles: Thinking through the infant body. *Childhood,* v. 18, n. 2, pp. 196–210, 2011.

BULLER, Henry. Animal geographies II. *Progress in Human Geography,* v. 39, n. 3, pp. 374–384. DOI: 10.1177/0309132514527401, 2015.

BUSHIN, Naomi. Researching family migration decision-making: a children-in-families approach. *Population, Space and Place,* v. 15, n. 5, pp. 429–443. DOI: 10.1002/psp.522, 2009.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford, Ca: Stanford University Press, 1997.

_____. Performativity's Social Magic. In: SHUSTERMAN, Richard. (ed.). Bourdieu: A Critical Reader. Oxford: Blackwell, pp. 113–128, 1999.

_____. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

CALLARD, Feliciy. The taming of psychoanalysis in geography. *Social & Cultural Geography,* v. 4, n. 3, pp. 295–312. DOI: 10.1080/14649360309071, 2003.

CAMPBELL, Fiona Kumari; CONTI, Gabriella; HECKMAN, JAMES. J. et al. Early childhood investments substantially boost adult health. *Science, v.* 343, n. 6178, pp. 1478–85. DOI: 10.1126/science.1248429, 2014.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of ableism: the production of disability and abledness*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

CANGUILHEM, Georges. *The Normal and the Pathological*. New York: Zone Books, 1973.

COCKS, ALISON J. The Ethical Maze. *Childhood,* v. 13, n. 2, pp. 247–266, 2006.

CORTES-MORALES, Susana; CHRISTENSEN, Pia. Unfolding the pushchair. Children's Mobilities and Everyday Technologies. *Research on Education and Media,* v. 6, n. 2, Edizioni Erickson: pp. 9–18, 2014.

CRESSWELL, Tim. *In place-out of place: geography, ideology, and transgression*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

DAVIES, Gail; DWYER, Claire. Qualitative methods: are you enchanted or are you alienated? *Progress in Human Geography,* v. 31, n. 2. Sage publicationssage CA: Thousand Oaks, CA: 257–266. DOI: 10.1177/0309132507076417, 2007.

DE CAMPOS TEBET, Gabriela Guarnieri. Geography of infants: following infants's movements and networks. In: *Fourth International Conference on Geographies of Children, Youth and Families*, San Diego, January 2015, 2015.

DE CAMPOS TEBET, Gabriela Guarnieri; ABRAMOWICZ, Anete. O bebê interroga a sociologia da infância. *Linhas Críticas*. v. 20, n. 41, pp. 43–61, 2014.

DUNCAN, Simon. Mothering, Class and Rationality. *The Sociological Review,* v. 53, n. 1. Blackwell Publishing Ltd.: 50–76. DOI: 10.1111/j.1467-954X.2005.00503.x, 2005.

DUNCAN, Simon; EDWARDS, Rosalind; REYNOLDS, Tracey. et al. Mothers and child care: policies, values and theories. *Children & Society,* v. 18, n. 4. Blackwell Publishing Ltd: pp. 254–265. DOI: 10.1002/chi.800, 2004.

DYCK, Isabel. Feminist geography, the 'everyday', and local-global relations: hidden spaces of place-making*. *Canadian Geographer / Le Géographe canadien,* v. 49, n. 3, pp. 233–243. DOI: 10.1111/j.0008-3658.2005.00092.x, 2005.

DYER, Sara; DEMERITT, David. Un-ethical review? Why it is wrong to apply the medical model of research governance to human geography. *Progress in Human Geography,* v. 33, n. 1, pp. 46–64, 2008.

EDWARDS, Claire; IMRIE, Rob. Disability and bodies as bearers of value. *Sociology,* v. 37, n. 2, pp. 239–256, 2003.

ENGLAND, Kim. Who Will Mind the Baby? Geographies of Childcare and Working Mothers. In: ENGLAND, Kim (ed.) *Who Will Mind the Baby? Geographies of Childcare and Working Mothers*. London/New York: Routledge, pp. 2–18, 1996.

FAIRCLOTH, Charlotte. *Militant lactivism? attachment parenting and intensive motherhood in the UK and France*. Oxford: Berghahn Books, 2013.

_____. *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction, trans. Robert Hurley*. New York: Pantheon, 1978.

_____. *Abnormal: lectures at the Collège de France, 1974-1975*. New York: Picador, 2003.

GABB, Jaqui. 'I Could Eat My Baby to Bits'; passion and desire in lesbian mother–children love. *Gender, Place & Culture,* v. 11, n. 3, pp. 399–415, 2004.

GALLACHER, Lesley Anne. 'The terrible twos': Gaining control in the nursery? *Children's Geographies,* v. 3, n. 2, pp. 243–264, 2005.

_____. From milestones to wayfaring: geographic metaphors and iconography of embodied growth and change in infancy and early childhood. *Geohumanities* in press, 2018.

GALLACHER, Lesley Anne; GALLAGHER, Michael. Methodological Immaturity in Childhood Research? *Childhood,* v. 15, n. 4, pp. 499–516, 2008.

GALLAGHER, Aisling. The Politics of Childcare Provisioning: A Geographical Perspective. *Geography Compass,* v. 7, n. 2, pp. 161–171, 2013.

GRANT, Aimee. 'I… Don't want to see you flashing your bits around': Exhibitionism, othering and good motherhood in perceptions of public breastfeeding. *Geoforum* 71, pp. 52–61, 2016.

GREED, Clara. *Women and planning: creating gendered realities*. London/New York: Routledge, 1994.

HALL, Edward; WILTON, Robert. Towards a relational geography of disability. *Progress in Human Geography*: 309132516659705, 2016.

HANCOCK, Roger; GILLEN, Julia. Safe places in domestic spaces: Two-year-olds at play in their homes. *Children's Geographies,* v. 5, n. 4, pp. 337–351, 2007.

HARRISON, Paul. Corporeal Remains: Vulnerability, Proximity, and Living on after the End of the World. *Environment and Planning A,* v. 40, n. 2, pp. 423–445. DOI: 10.1068/a391, 2008.

HART, Roger. *Children's experience of place*. Oxford: Irvington, 1979.

HOLLOWAY, Sarah L. Local Childcare Cultures: Moral geographies of mothering and the social organisation of pre-school education. *Gender, Place & Culture,* v. 5, n. 1, pp. 29–53. DOI: 10.1080/09663699825313, 1998.

_____. Changing children's geographies. *Children's Geographies,* v. 12, n. 4, pp. 377–392, 2014.

HOLLOWAY, Sarah L.; HOLT, Louise; MILLS, Sarah. Questions of agency: Capacity, subjectivity, spatia.lity and temporali. *Progress in Human Geography*. In press, 2018.

HOLT, Louise. Children's sociospatial (re)production of disability within primary school playgrounds. *Environment and Planning D: Society and Space,* v. 25, n. 5. DOI: 10.1068/d73j, 2007.

_____. Embodied social capital and geographic perspectives: Performing the habitus. *Progress in Human Geography,* v. 32, n. 2. DOI: 10.1177/0309132507087648, 2007.

_____. Embodying and destabilising disability and childhood. In: Hörschelmann K and Colls R (eds). Contested bodies of childhood. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, pp. 201–215, 2009.

_____. *Geographies of children, youth and families: an international perspective*. Taylor & Francis, 2010.

_____. Exploring the emergence of the subject in power: infant geographies. *Environment and Planning D: Society and Space* 31, pp. 645–663, 2013.

_____. Food, feeding and the material everyday geographies of infants: possibilities and potentials. *Social & Cultural Geography*, pp. 1–18. DOI: 10.1080/14649365.2016.1193889, 2016.

HOLT, Louise; HOLLOWAY, Sarah. L. Editorial: Theorising other childhoods in a globalised world. *Children's Geographies,* v. 4, n. 2. DOI: 10.1080/14733280600806817, 2006.

HOLT, Louise. BOWLBY, Sophie; LEA, Jennifer.'Everyone knows me…. I sort of like move about': The friendships and encounters of young people with Special Educational Needs in different school settings. *Environment and Planning A*, v. 4, n. 6, pp. 1361–1378. DOI: 10.1177/0308518X17696317, 2017.

HOPKINS, Peter. *Young people, place and identity*. London: Routledge, 2013.

HORTON, John; KRAFTL, Peter. What else? Some more ways of thinking and doing 'Children's Geographies'. *Children's Geographies,* v. 4, n. 1. Routledge, pp. 69–95. DOI: 10.1080/14733280600577459, 2006.

_____. Small acts, kind words and 'not too much fuss': Implicit activisms. *Emotion, Space and Society.* V. 2, n. 1. Elsevier, pp. 14–23. DOI: 10.1016/J.EMOSPA.2009.05.003, 2009.

_____. Tears and laughter at a Sure Start Centre: toddlers' geographies, policy contexts. In: *Geographies of Children, Youth and Families: An International Perspective*. London/New York: Routledge, pp. 235–249. 2011.

IMRIE, Rob. Space, place and policy regime. In: SOLDATIC, Karen, MORGAN, Hannah; ROULSTONE, Aalan. (eds) *Disability, Spaces and Places of Policy Exclusion*. Disability Spaces and Places of Policy Exclusion. Routledge, pp. 13–29, 2014.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing Childhood.* Williston, VT: Teachers College Press, 1998.

JARVIS, Helen; PRATT, Andy; WU, Peter Cheng-Chong. *The secret life of cities: social reproduction of everyday life*. London/New York: Routledge, 2013.

JENKS, C. A sociological approach to childhood development. In: SMITH, P. K.; HART, Craig H. (Eds). The Handbook of Child Development. Oxford: Blackwell, pp. 78–94, 2004.

JENSEN, Tracey; TYLER, Imogen. Austerity Parenting: new economies of parent--citizenship. *Studies in the Maternal,* v. 4, n. 2. Open Library of Humanities. DOI: 10.16995/sim.34, 2012.

JUPP, Eleanor. Enacting parenting policy? The hybrid spaces of Sure Start Children's Centres. *Children's Geographies,* v. 11, n. 2, pp.173–187, 2013.

KATZ, Cindi. Playing the field: questions of fieldwork in geography. *The Professional Geographer,* v. 46, n. 1, pp. 67–72, 1994.

_____. On the grounds of globalization: a topography for feminist political engagement. *Signs*: 1213–1234, 2001.

_____. *Growing up global: Economic restructuring and children's everyday lives*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2004.

KENNY, Dianna Theadora. *Bringing up baby: the psychoanalytic infant comes of age*. London: Karnac Books, 2013.

KINGSBURY, Paul. Psychoanalysis, a gay spatial science? *Social & Cultural Geography,* v. 4, n. 3, pp. 347–367, 2003.

KITCHIN, Rob. 'Out of Place', 'Knowing One's Place': Space, power and the exclusion of disabled people. *Disability & Society,* v. 13, n. 3, pp. 343–356. DOI: 10.1080/09687599826678, 1998.

KRAFTL, Peter; HORTON, John. Spaces of every-night life: for geographies of sleep, sleeping and sleepiness. *Progress in Human Geography,* v. 32, n. 4, pp. 509–524, 2008.

LONGHURST, Robyn. *Maternities: Gender, bodies and space*. London: Routledge, 2008.

_____. Youtube: a new space for birth. *Feminist Review,* v. 93, n. 1, pp. 46–63, 2009.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: non-representational conditions and concerns. *Progress in Human Geography,* v. 32, n. 4, pp. 551–559. DOI: 10.1177/0309132507086882, 2008.

LUPTON, Deborah. Infant embodiment and interembodiment: A review of sociocultural perspectives. *Childhood,* v. 20, n. 1, pp. 37–50, 2013.

MADGE, Clare; O'CONNOR, Henrietta. Mothers in the making? Exploring liminality in cyber/space. *Transactions of the Institute of British Geographers,* v. 30, n. 1, pp. 83–97. DOI: 10.1111/j.1475-5661.2005.00153.x, 2005.

MADGE, Clare; O'CONNOR, Henrietta. Mothers in the making? Exploring liminality in cyber/space. *Transactions of the Institute of British Geographers,* v. 30, n. 1, pp. 83–97. DOI: 10.1111/j.1475-5661.2005.00153.x, 2005.

MANSFIELD, B. The social nature of natural childbirth. *Social science & medicine,* v. 66, n. 5, pp. 1084–1094, 2005.

MATTHEWS, M. H.; VUJAKOVIC, Peter. Private Worlds and Public Places: Mapping the Environmental Values of Wheelchair Users. *Environment and Planning A,* v. 27, n. 7, pp. 1069–1083. DOI: 10.1068/a271069, 1995.

MCDOWELL, Linda. Reconfigurations of gender and class relations: class differences, class condescension and the changing place of class relations. *Antipode,* v. 38, n. 4, pp. 825–850, 2006.

_____. Spaces of the Home: Absence, Presence, New Connections and New Anxieties. *Home Cultures,* v. 4, n. 2. Routledge, pp. 129–146. DOI: 10.2752/174063107X208993, 2007.

_____. The new economy, class condescension and caring labour: changing formations of class and gender. *NORA—Nordic Journal of Feminist and Gender Research,* v. 16, n. 3, pp. 150–165, 2008.

MCDOWELL, Linda; RAY, Kathryn; PERRONS, Diane; et al. Women's paid work and moral economies of care. *Social & Cultural Geography,* v. 6, n. 2. Taylor & Francis groupabingdon, UK: pp. 219–235. DOI: 10.1080/14649360500074642, 2005.

MCDOWELL, Linda; WARD, Kevin; PERRONS, Diane; et al. Place, Class and Local Circuits of Reproduction: Exploring the Social Geography of

Middle-class Childcare in London. *Urban Studies*, v. 43, n. 12, pp. 2163–2182. DOI: 10.1080/00420980600936509, 2006.

MCNAY, Lois. *Foucault: A critical introduction*. New York: Continuum, 1994.

NOSWORTHY, Cheryl. *A Geography of Horse-Riding: the Spacing of Affect, Emotion and (Dis)ability Identity through Horse-Human Encounters*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

PAIN R.; BAILEY C.; MOWL G. Infant feeding in North East England: contested spaces of reproduction. *Area,* v. 33, n. 3, pp. 261–272. DOI: 10.1111/1475-4762.00030, 2001.

PAINTER J.; PIERRE, Bourdieu. In: CRANG, Mike; THRIFT, Nigel J. (ed.) *Thinking space*. First. London: Routledge, pp. 239–259, 2000.

PEAKE, Linda. The Suzanne Mackenzie Memorial Lecture: Rethinking the politics of feminist knowledge production in Anglo-American geography. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien,* v. 59, n. 3, pp. 257–266. DOI: 10.1111/cag.12174, 2015.

PHILO, Chris. A vitally human medical geography? Introducing Georges Canguilhem to geographers. *New Zealand Geographer,* v. 63, n. 2. Blackwell Publishing Asia, pp. 82–96. DOI: 10.1111/j.1745-7939.2007.00095.x, 2007.

PHILO, Chris; PARR, Hester. Introducing psychoanalytic geographies. *Social & Cultural Geography,* v. 4, n. 3, pp. 283–293, 2003.

PILE, Steve. *The body and the city: Psychoanalysis, space, and subjectivity*. London: Routledge, 1996.

PRATT, Geraldine. *Working feminism*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

PRATT, Geraldine; YEOH, Brenda. Transnational (Counter) Topographies. *Gender, Place & Culture,* v. 10, n. 2. Taylor & Francis Group, pp. 159–166. DOI: 10.1080/0966369032000079541, 2003.

RIDGE, Tess. We are All in This Together'? The Hidden Costs of Poverty, Recession and Austerity Policies on Britain's Poorest Children. *Children & Society,* v. 27, n. 5, pp. 406–417. DOI: 10.1111/chso.12055, 2013.

ROSE, Nikolas. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Routledge, 1990.

RUDDICK, Sue. At the Horizons of the Subject: Neo-liberalism, neo-conservatism and the rights of the child Part One: From 'knowing' fetus to 'confused' child. *Gender, Place and Culture,* v. 14, n. 5, pp. 513–527, 2007.

_____. At the Horizons of the Subject: Neo-liberalism, neo-conservatism and the rights of the child Part Two: Parent, caregiver, state. *Gender, Place & Culture,* v. 14, n. 6, pp. 627–640. DOI: 10.1080/09663690701659101, 2007.

SHILDRICK, Margrit. Becoming-maternal: things to do with Deleuze. *Studies in the Maternal,* v. 2, n. 1. DOI: 10.16995/sim.91, 2010.

SHILLING, Chris. *The body and social theory*. London: Sage, 2013.

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS D. A.; NATIONAL RESEARCH COUNCIL (U.S.). Committee on Integrating the Science of Early Childhood Development. *From neurons to neighborhoods: the science of early child development*. Washington: National Academy Press. Skelton T (Ed.) (2015) *Geographies of Children and Young People*. Singapore: Springer, 2000.

SMITH, Darren. P; PHILLIPS D. A. Socio-cultural representations of greentrified Pennine rurality. *Journal of Rural Studies,* v. 17, n. 4. Pergamon, pp. 457–469. DOI: 10.1016/S0743-0167(01)00014-6, 2001.

SMITH, Karen. (n.d.) *The government of childhood: discourse, power and subjectivity*. Palgrave Macmillan.

STERN, Daniel. *Interpersonal world of the infant: A view from psychoanalysis and development psychology*. London: Basic books, 2006.

SWAIN, John; FRENCH, Sally; BARNES, Colin. et al. (Eds) Designing inclusive environments and the significance of universal design. In: *Disabling barriers – enabling environments*. Los Angeles: Sage, pp. 287–298, 2014.

TIVERS, Jacqueline. *Women attached: the daily lives of women with young children*. Maidstone: Croom-Helm, 1985.

WOOD, Denis; BECK, Robert J.; WOOD I. *Home rules*. Baltimore MD: Johns Hopkins University Press, 1994.

WOODYER, Tara. The body as research tool: embodied practice and children's geographies. *Children's geographies,* v. 6, n. 4, pp. 349–362, 2008.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

HOLT, Louise. Retrieving the hidden everyday spaces of infants. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 407-440.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.067
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 441-468
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas?

Fabiana Luci de Oliveira[1]

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma meta-análise do campo de estudos da Sociologia da Infância no Brasil, orientada a responder a quatro questões: quais temáticas têm sido abordadas nesses estudos; quais metodologias e técnicas têm sido empregadas; quais crianças têm sido retratadas e se as pesquisas têm privilegiado a escola ou outros espaços da vida social das crianças. Procedeu-se a um levantamento de artigos publicados em duas plataformas de periódicos (Capes e Scielo), localizando 90 publicações indexadas pelos termos "Sociologia da Infância" e "Pesquisa com crianças". A análise de conteúdo desses artigos permitiu esboçar um quadro aproximado do que tem sido a Sociologia da Infância no Brasil, identificando quais crianças e infâncias têm sido retratadas e como esses estudos têm mobilizado o repertório teórico-metodológico da Sociologia da Infância.

Palavras-chave: Sociologia da infância; pesquisa com crianças; metodologia; meta-análise.

SOCIOLOGY OF CHILDHOOD IN BRAZIL: WHICH CHILDREN AND CHILDHOODS HAVE BEEN PORTRAYED?

Abstract: *The aim of this article is to undertake a meta-analysis of the field of studies of Sociology of Childhood in Brazil, oriented to answer four questions: what*

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – fabianaluci@ufscar.br

Contemporanea_V8n2.indd 441 14/12/2018 11:45

themes have been addressed in these studies; which methodologies and research techniques have been employed; which children have been portrayed and whether research has privileged the school or other spaces of children's social life. A review of the articles published in two journals platforms (Capes and Scielo) was carried out, finding 90 articles indexed by the terms "Sociology of Childhood" and "Research with children". The content analysis of these articles allowed to sketch an approximate picture of what has been the Sociology of Childhood in Brazil, identifying which children and childhoods have been portrayed and how these studies have mobilized the theoretical-methodological repertoire of Sociology of Childhood.

Key words: *Sociology of childhood; research with children; methodology; meta-analysis.*

Introdução

A produção de saberes sobre a criança e a infância foi hegemonicamente conduzida pelos campos da saúde e da educação, com abordagens biológicas e psicológicas prevalecendo até, pelo menos, a década de 1980. Nessa perspectiva, a infância era entendida como uma fase natural do curso da vida, um estágio de desenvolvimento, sendo a idade elemento definidor central. A criança era, assim, vista como um "vir a ser" adulto.

Isso não implica que a criança e a infância estivessem ausentes do campo das Ciências Sociais, mas sim que sua presença foi pontual e mediata, projetando preocupações com processos sociais mais amplos, como a socialização e o desvio. Mesmo na Sociologia, que conta com a expressão "Sociologia da Infância" desde as primeiras décadas do século XX (Sarmento, 2008), as crianças foram pouco ouvidas ou observadas nas pesquisas, predominando métodos indiretos de abordagem, como entrevistas com professores, pais ou responsáveis, como *proxies* para obter informações sobre elas, uma vez que a concepção prevalente era a da criança como ser incompleto e incompetente.

O questionamento dessa concepção sobre a criança e a infância deu origem a um novo campo de estudos, a chamada Nova Sociologia da Infância, que reivindicou uma mudança de paradigma e a amplificação do lugar da criança e da infância nas pesquisas sociológicas, reconhecendo as crianças como atores sociais ativos, não sendo meros produtos dos processos de socialização, e a infância como construção social, política e cultural, e não como fenômeno biológico (Qvortrup, 1994; James; Jenks; Prout, 1998; Corsaro, 2011).

Tomar a criança como ator social implica reconhecer sua competência e autonomia, posicionando-a enquanto sujeito do processo de pesquisa, e não mais como objeto. Disso resulta o princípio metodológico central do novo paradigma da infância, que é dar voz e reconhecer a agência das crianças, postulando a pesquisa *com* crianças, e não mais a pesquisa *sobre* crianças (Montadon, 2001; Sirota, 2001).

Essa mudança de paradigma impôs disputas em torno da melhor forma de capturar o olhar das crianças e acessar seus pontos de vista e suas visões de mundo, com a etnografia sendo advogada como a metodologia por excelência para a Sociologia da Infância, caracterizando-a como "a nova ortodoxia na pesquisa sobre a infância", conforme James (2007: 248).

A mudança de paradigma da Nova Sociologia da Infância fez parte de uma tendência geral da Sociologia de voltar-se à agência e à análise da vida privada (Sirota, 2001: 10), refletindo, portanto, as clivagens teórico-metodológicas centrais da disciplina, nas disputas entre estrutura *versus* agência, objetivismo *versus* subjetivismo, macro *versus* micro, e quantitativo *versus* qualitativo.

Se a nova Sociologia da Infância irrompe na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1980, no Brasil ela começa a se configurar no final da década de 1990, "na confluência entre os pedagogos e os sociólogos prioritariamente" (Abramowicz; Oliveira, 2010: 41).

O objetivo deste artigo é fazer um mapeamento do campo da Sociologia da Infância no Brasil, a partir de um levantamento sistemático das pesquisas realizadas nesse paradigma, buscando identificar as temáticas abordadas, o perfil das crianças e como e onde elas têm sido pesquisadas. A proposta não é realizar um levantamento exaustivo, mas, sim, cobrir os principais aspectos que têm sido explorados no estudo das crianças e de suas infâncias.

O mapeamento proposto dialoga com o trabalho de McNamee e Seymour (2012), que realizaram uma meta-análise de pesquisas empíricas publicadas na área de estudos sociais da infância em língua inglesa. Os autores buscaram responder a duas perguntas centrais: (i) Quem são as crianças retratadas no novo paradigma social da infância? e (ii) Quais metodologias têm sido utilizadas nessas pesquisas para acessar o ponto de vista das crianças?

> In the roughly 20 years since the beginning of the 'new' paradigm of the social study of childhood and the call for research with, rather than on, children, how had this call taken shape? Who are the children represented in the 'new' para- digm? In addition, we are also responding here to James et al.'s (1998: 191) call to 'pay heed to methodology [and] pause to ask ourselves

> whether our standard research techniques ... are indeed the most appropriate'. (Mcnamee; Seymour, 2012: 157)[2]

McNamee e Seymour (2012) analisaram um total de 320 artigos baseados em resultados de pesquisas, publicados nas revistas *Childhood*, *Children's Geographies* e *Children and Society,* entre os anos de 1993 e 2010. Sua conclusão foi a de que embora o grupo social de crianças tenha uma grande diversidade de vozes, nem todas estavam sendo ouvidas nas pesquisas sobre a infância, uma vez que havia um excesso de foco na faixa etária de crianças entre 10 e 12 anos de idade. No que se refere à perspectiva metodológica, observaram que predominaram abordagens qualitativas, sendo a entrevista qualitativa a técnica de pesquisa mais comumente utilizada.

Outro aspecto destacado pelos autores é o espaço restrito dedicado à discussão da metodologia utilizada, observando que pouca atenção é dada à justificativa da escolha dos métodos – mesmo quando se recorre aos relatórios de pesquisa que originaram os artigos, quando disponíveis. E mais ainda, 12% dos artigos nem sequer mencionavam a faixa etária das crianças sendo pesquisadas, e 75% não explicitavam porque escolheram estudar as idades das crianças presentes em suas amostras (Mcnamee; Seymour, 2012: 163).

Este artigo busca analisar, a partir do campo de estudos da Sociologia da Infância no Brasil, as mesmas perguntas propostas por McNamee e Seymour (2012), acrescentando dois aspectos, endereçando, assim, quatro questões: (i) Quais temáticas têm sido abordadas nesses estudos? (ii) As pesquisas têm sido predominantemente *com* crianças em vez de *sobre* crianças? Ou seja, quais metodologias e técnicas têm sido empregadas? (iii) Quem são as crianças retratadas na Sociologia da Infância no Brasil? Isto é, qual o perfil etário e social das crianças nessas pesquisas? e (iv) Quais espaços essas crianças têm ocupado? Essas pesquisas têm privilegiado a escola ou outros espaços da vida social das crianças?

As respostas a esses questionamentos permitem desenhar um quadro aproximado do que tem sido a Sociologia da Infância no Brasil, identificando quais crianças e infâncias têm sido retratadas e como esses estudos têm mobilizado o repertório teórico-metodológico da Sociologia da Infância.

---

2 Em tradução livre para o português: Nos cerca de 20 anos desde o início do "novo" paradigma do estudo social da infância e do apelo à pesquisa com crianças em vez de sobre crianças, como esse chamado tomou forma? Quem são as crianças representadas no "novo" paradigma? Além disso, também estamos respondendo aqui ao chamado de James et al. (1998: 191), para "prestar atenção à metodologia [e] pausar para nos perguntar se nossas técnicas de pesquisa padrão... são de fato as mais apropriadas".

Contemporanea_V8n2.indd 444 14/12/2018 11:45

Metodologia

Para mapear os estudos no paradigma da Sociologia da Infância no Brasil, duas plataformas de periódicos serviram como fonte de dados: o portal da Capes, considerando apenas os periódicos revisados por pares, e o portal Scielo. Buscou-se construir uma amostra das publicações na Sociologia da Infância que circulam no Brasil, que abarcou tanto estudos realizados por pesquisadores brasileiros, quanto estudos de pesquisadores estrangeiros publicados em língua portuguesa e acessíveis em uma dessas duas plataformas.

Para isso, foram utilizados dois termos de busca: "sociologia da infância" e "pesquisa com crianças". No portal de periódicos da Capes,[3] a busca pelo termo "sociologia da infância" retornou 61 artigos. O termo "pesquisa com crianças" retornou 50 artigos, sendo 14 deles descartados por se sobreporem à busca por "sociologia da infância", e outros 21 por tratarem exclusivamente de aspectos clínicos, como autismo, toxoplasmose, fibrose cística, desenvolvimento motor e perda auditiva. Assim, a pesquisa no portal da Capes resultou em 76 publicações.

No portal de periódicos Scielo,[4] a busca pelo assunto "sociologia da infância" retornou 22 artigos indexados, e o termo "pesquisa com crianças", 7 artigos indexados. Descartando as sobreposições à busca no portal da Capes, foram incorporados à amostra 20 artigos, totalizando 96 artigos.

Apesar do critério de busca restringir-se a termos em português, entre os 96 artigos localizados, 12 foram publicados em revistas estrangeiras. Desses, 6 permaneceram na amostra final, uma vez que pelo menos um de seus autores era brasileiro ou a publicação estava em língua portuguesa. Assim, a amostra final é composta por 90 artigos, conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Artigos indexados de acordo com termo de busca

Termos de busca	N	%
Sociologia da infância	62	69
Pesquisa com crianças	23	25
Sociologia da infância e pesquisa com crianças	5	6
Total	**90**	**100**

Fonte: a autora

3 O levantamento foi realizado no *link*: <http://www.periodicos.capes.gov.br>, utilizando a busca por assunto em: 20 nov. 2017.

4 O levantamento foi realizado no *link*: <http://www.scielo.br>, utilizando o índice de assuntos em 15 dez. 2017.

Contemporanea_V8n2.indd 445 14/12/2018 11:45

Ainda que o recorte amostral aqui utilizado possa provocar a exclusão de trabalhos relevantes na área, isso não retira da análise a qualidade de identificar tendências no campo da Sociologia da Infância no Brasil.

Esses 90 artigos foram publicados em 39 periódicos diferentes (ver Quadro 1 anexo), sendo que pouco mais da metade deles foi publicada em revistas da área de Educação e quase um terço em revistas de Ciências Sociais, sobretudo Sociologia (ver Tabela 2).

Essa informação pode ser lida como um indício de que a pesquisa em Sociologia da Infância no Brasil vem sendo conduzida principalmente por pesquisadores da área da Educação, ou ainda, que a principal audiência desses estudos está na Educação mais do que na Sociologia.

Tabela 2 – Artigos publicados de acordo com área do periódico

Área	**N**	**%**
Educação	50	56
Ciências Sociais	25	28
Psicologia e Saúde	15	17
Total	**90**	**100**

Fonte: a autora

Outra informação contextual é o ano de publicação. As buscas não impuseram recorte temporal, sendo que os dois primeiros artigos encontrados foram publicados em 2001, como tema em destaque na revista Cadernos de Pesquisa, da Fundação Carlos Chagas – tradução dos textos seminais de autoria de Régine Sirota e Cléopâtre Montandon, originalmente publicados na revista *Éducation et Sociétés*, tratando da emergência da nova Sociologia da Infância em países de língua inglesa e francesa.

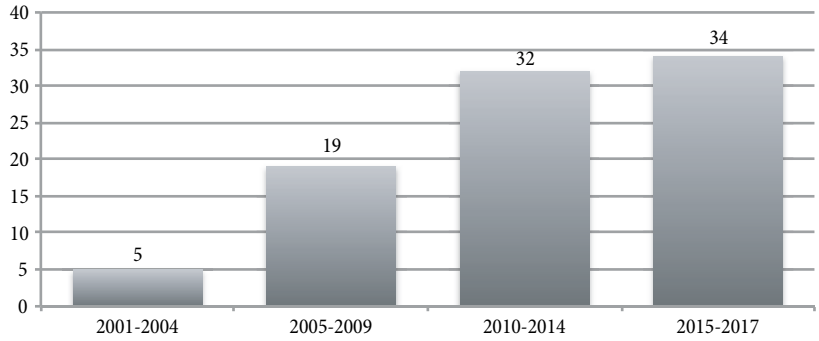
Em 2005, foi publicado o dossiê "Sociologia da Infância: pesquisa com crianças", na revista Educação e Sociedade, contendo dez artigos, todos de pesquisadores norte-americanos e europeus. Coordenadoras do dossiê, Delgado e Müller (2005) apresentam os artigos reunidos e consideram que o contexto histórico brasileiro apresenta peculiaridades sociais e culturais que precisam ser consideradas nas investigações sobre crianças no país, sendo o objetivo da publicação desses artigos baseados em outras realidades apenas o de

> ...ampliar as reflexões concernentes às pesquisas com foco nas crianças e suas culturas, em vez de estabelecer comparações. No Brasil temos um

> longo caminho a percorrer, no que se refere às pesquisas sobre e com as crianças, suas experiências e culturas. Provavelmente as crianças sabem bem mais sobre os adultos e as instituições, embora ainda compreendamos pouco sobre suas idéias acerca das pedagogias, ou sobre o que elas pensam dos adultos e das escolas que criamos pensando nelas e nas suas necessidades. Esperamos que esta publicação desencadeie novas pesquisas e olhares sobre as experiências e o ponto de vista das crianças no mundo contemporâneo. (Delgado; Müller, 2005: 357)

Se no período anterior à publicação do dossiê eram poucas as publicações na área, a partir de 2010 começa a haver um incremento, como se depreende da leitura dos dados dispostos no gráfico 1. A maior quantidade de artigos publicados foi encontrada mais recentemente, a partir de 2015, o que permite afirmar que o campo da Sociologia da Infância é uma área ainda nova e emergente no país.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos, de acordo com período de publicação



Fonte: a autora

Sobre o que se fala quando o universo de pesquisa envolve crianças e infâncias?

A classificação dos artigos em temáticas foi feita a partir da leitura dos resumos e do desenvolvimento de categorias de enquadramento baseadas nos objetivos expostos, buscando identificar padrões e relações nesses objetivos, no sentido de construir temáticas mais abrangentes.

A temática de maior incidência nessas publicações foi "metodologia de pesquisa com crianças", que reúne os artigos que tratam da base metodológica e da prática da pesquisa, discutindo as formas e as ferramentas mais adequadas para capturar e compreender o ponto de vista das crianças. Foram classificados aqui dezessete artigos.

Quase metade desses artigos tem como aspecto central da discussão as considerações éticas atinentes ao envolvimento de crianças em pesquisas, seus direitos de participação, a questão da autoria e da autorização. Os demais trazem a discussão da necessidade do desenvolvimento ou da aplicação de métodos diferentes ou "amigáveis" para se comunicar com a criança, valorizando as metodologias participativas como estratégicas para dar voz às crianças, oferecendo a oportunidade delas falarem por si mesmas. Dentre as metodologias discutidas nos artigos, a mais frequente é a etnografia.

Em segundo lugar, estão as categorias "emergência da Sociologia da Infância" e "infância, gênero e corpo", contabilizando quinze artigos cada. A primeira engloba os artigos que tratam do surgimento do campo, nos quais são delineadas suas bases teóricas e seus principais temas, incluindo textos de alguns de seus precursores, como Corsaro (2005) e Prout (2010), dentre outros traduzidos para o português, e balanços sobre o estado da arte no campo, como os já citados textos de Montandon (2001) e Sirota (2001). A categoria abarca, ainda, resenhas de livros, como *Sociologia da infância*, de autoria de William A. Corsaro (2011) e *A History of the Sociology of Childhood*, de Berry Mayall (2013).

Tabela 3 – Artigos publicados de acordo com a temática

Temáticas	**n**	**%**
Metodologia de pesquisa com crianças	17	19
Emergência da Sociologia da Infância	15	17
Infância, gênero e corpo	15	17
Visões de mundo e experiências das crianças	11	12
Culturas infantis, jogos e brincadeiras	9	10
Concepções de infância, alteridade e diferença	7	8
Infância e políticas públicas	6	7
Educação infantil e deficiência	4	4
Consumo e meios de comunicação	3	3
Infância, espacialidade e cidade	3	3
Total	**90**	**100**

Fonte: a autora

Ao considerar as temáticas "metodologia de pesquisa com crianças" e "emergência da Sociologia da Infância" em conjunto, nota-se que 40% dos artigos da amostra tratam da afirmação das bases teórico-metodológicas do campo da Nova Sociologia da Infância, o que pode ser lido como um indício de que esse

campo ainda está em processo de consolidação no Brasil. Esse indício fica mais forte quando se observa que a distribuição temporal dos artigos entre 2001 e 2017 não apresenta tendência de queda, sendo que, dos 32 artigos classificados nessas duas temáticas, quatro foram publicados no período de 2001-2004, doze entre 2005-2009, sete entre 2010-2014 e nove entre 2015-2017.

A categoria "infância, gênero e corpo", também presente em quinze artigos, reúne as publicações que trazem a interseccionalidade entre feminismo e infância, gênero e geração, e as que abordam as formas de controle dos corpos infantis e as práticas educacionais que constroem e reproduzem as diferenças de gênero, enfocando as maneiras como as relações de gênero se manifestam na escola e na interação entre crianças e entre crianças e professores.

A terceira categoria mais incidente, "visões de mundo e experiências das crianças", é a mais abrangente e reúne pesquisas que buscam responder "o que pensam as crianças sobre...". Ou seja, pesquisas que se voltam para a descrição dos pontos de vista das crianças e compreensão de suas perspectivas sobre diferentes fenômenos sociais que lhes dizem respeito, como a escola, a família, o adoecimento, a política, a cidade.

Apesar de tratarem de assuntos diversos, essas pesquisas foram classificadas em uma mesma temática por centrarem seu interesse na descrição daquilo que a criança vê quando olha o mundo, e de como ela constrói e dá sentido às suas vivências e seus desejos (Abramowicz, 2011). O foco nesses artigos é a construção das representações das crianças sobre esses fenômenos variados.

Quarta temática mais frequente, "culturas infantis, jogos e brincadeiras" reúne nove artigos que abordam as ações compartilhadas entre as crianças, no sentido da cultura de pares proposta por Corsaro (2011), do brincar como um mecanismo de sociabilidade, do repertório lúdico infantil e, ainda, da presença de tecnologias no ambiente escolar, tratando da brincadeira como aprendizado.

Em quinto lugar, com sete artigos, está a categoria "concepções de infância, alteridade e diferença", que agrupa os textos que debatem a pluralidade das infâncias, nas perspectivas da diferença e da diversidade.

Na sequência, a temática "infância e políticas públicas" abarca seis artigos que tratam de diferentes aspectos das políticas de Educação Infantil, passando por questões como a quantidade e evolução de vagas e matrículas no Ensino Infantil; o uso de apostilas e a formação continuada de professores nessa etapa; a transição do Ensino Infantil para o Fundamental; o letramento e a escuta das crianças na formulação de políticas públicas.

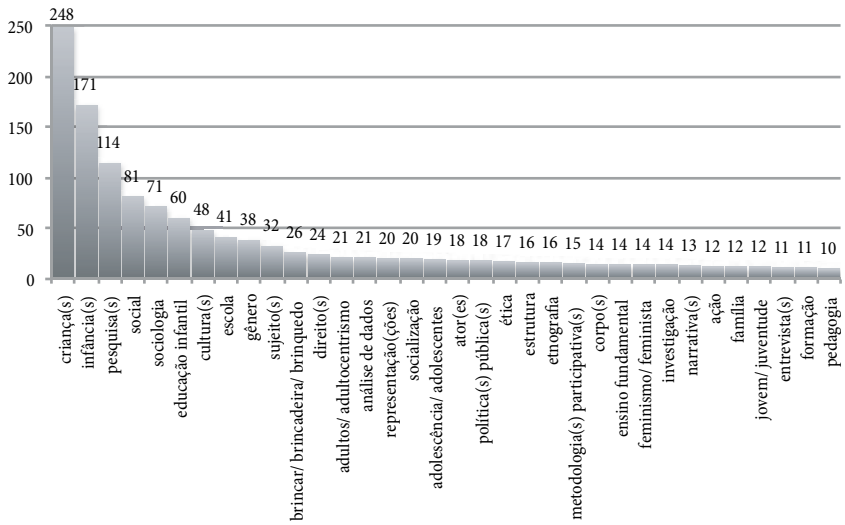
A temática "educação infantil e deficiência" está presente em quatro artigos que versam sobre a representação da criança portadora de deficiência, seu acesso e permanência na escola.

Por fim, as categorias "consumo e meios de comunicação" e "infância, espacialidade e cidade" incluem três artigos cada uma. A primeira categoria agrupa os artigos que tratam das mídias e dos meios de comunicação voltados às crianças e da criança enquanto consumidora. A segunda reúne artigos que abordam as relações das crianças com a cidade e os espaços das cidades no contexto das infâncias.

A análise de conteúdo dos resumos desses artigos apresenta os termos mais utilizados (Gráfico 2). Pela escolha das expressões de pesquisa ("sociologia da infância" e "pesquisa com crianças"), era esperado que os termos mais frequentes fossem criança(s), infância(s), pesquisa(s) e sociologia. Os três primeiros termos aparecem mais de uma vez em cada um dos 90 resumos, inclusive.

Entre os termos que não compunham as expressões de busca, destaca-se "educação infantil", com 60 ocorrências, e "cultura(s)", com 48 ocorrências nesses resumos, numa vertente forte da Sociologia da Infância de privilegiar o estudo das culturas infantis ou cultura de pares. "Escola" aparece 41 vezes, indicando um local privilegiado do estudo da cultura de pares, e também o espaço mais frequente de condução de pesquisas na Sociologia da Infância no país (como se verá adiante).

Gráfico 2 – Frequência de termos nos resumos



Base: resumos dos 90 artigos

Fonte: a autora

Os termos "gênero" e "feminista/ feminismo" são também recorrentes, com 38 e 14 menções, respectivamente. Há uma significativa interlocução entre os estudos feministas e a Sociologia da Infância. Conforme lê-se em Leonard (2016), da mesma forma que os estudos feministas deram ênfase às hierarquias de poder que afetam os aspectos relacionais da vida social entre homens e mulheres, os estudos da infância enfatizam os aspectos relacionais da vida cotidiana entre adultos e crianças, articulando as formas em que o poder afeta também essas relações.

As palavras "brincar/ brincadeira/ brinquedo" têm 26 menções. O termo "direito(s)", sempre acompanhado de "criança(s)", aparece 21 vezes, mesma incidência das palavras "adulto ou adultocentrismo", que aparecem seja para afirmar a necessidade de deixar as crianças falarem por si próprias, seja para questionar a visão adultocêntrica de criança e infância que tem predominado na Sociologia. Nessa mesma chave de mudança paradigmática está o termo "geração", que tem baixa incidência, com apenas cinco ocorrências em ensaios teóricos que propõem repensar os conceitos de criança e infância como categorias geracionais. Frise-se que os conceitos com incidência inferior a 10 não foram incluídos no gráfico.

"Socialização" ocorre 20 vezes, seja na contraposição à visão clássica da sociologia, de inculcação dos valores sociais às crianças, seja no sentido reivindicado pelo novo paradigma da infância, de ter a criança como participante ativo do processo de socialização. O termo "representações" também aparece 20 vezes, em geral indicando o objetivo dos estudos empíricos de descrever as representações das crianças sobre determinados fenômenos. As palavras "adolescentes ou adolescência" têm 19 menções, associadas às pesquisas que abordam o "ensino fundamental" – termo que ocorre 14 vezes nos resumos. "Jovem ou juventude" também aparecem associados a essas expressões, com 12 ocorrências.

O uso dos termos "ator(es)" e "ação", que somam 30 ocorrências, e o de "sujeito(s)", com 32 ocorrências, frente ao uso de "estrutura", com 16 ocorrências, é um indicativo do predomínio da perspectiva da ação na Sociologia da Infância, como já observado por Sirota (2001).

Entre os termos que remetem seja à metodologia, seja aos métodos, "análise de dados" é o mais frequente, com 21 menções, seguido por "ética", com 17 ocorrências, "etnografia", com 16, e "metodologias participativas", aparecendo 15 vezes. As palavras "investigação", "narrativa(s)" e "entrevista(s)" também se destacam, com 14, 13 e 11 menções, respectivamente.

Merece atenção a incidência maior do termo "crianças" (na maioria das vezes no plural) em relação à "infância" (na maioria das vezes no singular). Em

Shanahan (2007), assevera que existe uma diferença importante entre estudar criança e infância. O estudo das crianças, em geral, implica um interesse na agência, em atores sociais, privilegiando perspectivas teóricas interpretativistas e abordagens micro, fazendo mais uso de métodos qualitativos e metodologias participativas. Enquanto o estudo da infância volta-se para um espaço social, um conjunto diversificado de ideias culturais, predominando as abordagens macro e multimétodos. A metodologia utilizada na Sociologia da Infância no Brasil é o aspecto que será discutido na sequência.

Pesquisas *com* crianças ou *sobre* crianças?

Para a identificação das metodologias e técnicas empregadas nesses artigos, procedeu-se à leitura integral dos textos. Buscou-se verificar se a Sociologia da Infância que circula no Brasil tem respondido ao chamado dos precursores de acessar o ponto de vista das crianças, fazendo pesquisa *com* crianças, tratando-as, portanto, como sujeitos; e não *sobre* crianças, tratando-as como objeto.

Além disso, segundo Punch (2002), não há consenso na literatura sobre a forma mais adequada de acessar o ponto de vista das crianças, e essa falta de consenso se deve justamente às diferentes concepções ontológicas de criança, uma vez que a forma de vê-las impacta diretamente na forma de ouvi-las e pesquisar sobre elas e suas infâncias.

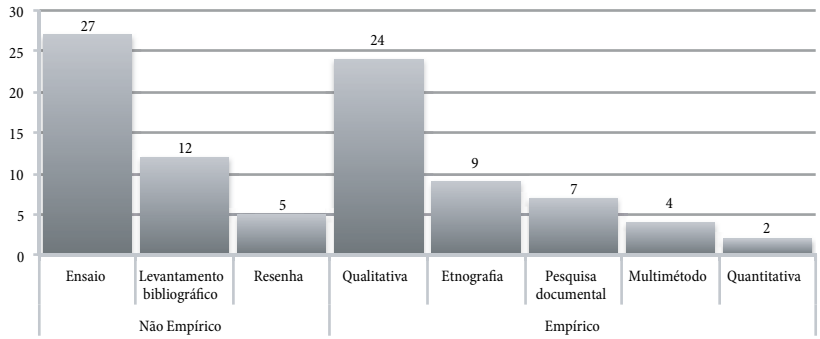
Os que concebem as crianças como muito diferentes dos adultos elegem a etnografia como a forma mais apropriada de se aproximar desse outro e de acessar seus pontos de vista. Os que as concebem como iguais, afirmam que para acessar sua visão de mundo deve-se utilizar os mesmos métodos usados na pesquisa com adultos, sem mudanças ou adaptações. E aqueles que consideram as crianças como semelhantes aos adultos, mas com níveis diferentes de competências (como um menor período de atenção ou um vocabulário mais limitado, por exemplo), advogam a adaptação dos métodos tradicionais da Sociologia às habilidades das crianças.

Para verificar como esse debate aparece na Sociologia da Infância que circula no Brasil, o primeiro passo foi identificar o delineamento metodológico adotado nos artigos. Dentre os 90 artigos da amostra, pouco mais da metade (46) apresenta delineamento empírico, trazendo análises baseadas em achados de pesquisa.

As abordagens qualitativas são as mais frequentes, presentes em 24 artigos, ou 33 contabilizando os desenhos autodenominados etnográficos (72% do total de estudos empíricos). A pesquisa documental é a terceira estratégia

mais adotada, aparecendo em 7 artigos. Embora o delineamento documental possa ser quantitativo ou qualitativo, em todos os artigos analisados na amostra a estratégia adotada foi qualitativa, o que permite afirmar que a Sociologia da Infância no Brasil tem sido majoritariamente baseada em metodologias qualitativas.

Gráfico 3 – Frequência de artigos de acordo com abordagem metodológica utilizada



Fonte: a autora

O desenho multimétodo está presente em 4 artigos e a pesquisa quantitativa, com base em dados secundários, apareceu apenas duas vezes (Gráfico 3).

Já entre os artigos não empíricos, a forma ensaio é a mais adotada – 27 dos 44 artigos são ensaios. Outros 12 artigos são baseados em levantamentos bibliográficos não sistemáticos e 5 são resenhas de livros.

Considerando apenas os artigos empíricos, a técnica mais utilizada é a entrevista qualitativa – usada em 26 dos 46 artigos. Esse resultado espelha o encontrado por McNamee e Seymour (2012). A observação é a segunda técnica mais recorrente, tendo sido empregada em 16 artigos, e o desenho fica em terceiro lugar, utilizado em 13 artigos (Tabela 4).

A análise documental foi utilizada em 8 artigos, sendo que, em geral, houve pouco detalhamento acerca do tipo de ferramenta analítica adotada, seja análise de conteúdo, fenomenológica, análise do discurso ou semiótica.

Grupo focal, produção textual e questionários foram utilizados em 8, 5 e 4 artigos, respectivamente. Outros 3 artigos se valeram de jogos. Metodologias participativas, gravação em vídeo e dados estatísticos secundários foram as estratégias menos utilizadas, aparecendo em apenas 2 artigos cada uma.

Contemporanea_V8n2.indd 453 14/12/2018 11:45

Tabela 4 – Artigos de acordo com a forma de geração dos dados

Técnicas	**n**	**%**
Entrevista	26	57
Observação	16	35
Desenho	13	28
Análise documental	8	17
Grupo focal	8	17
Produção textual	5	11
Questionário	4	9
Jogos	3	7
Metodologias participativas	2	4
Gravação (vídeo)	2	4
Dados secundários	2	4
Total	**46**	*

** soma excede 100% pois um mesmo artigo pode utilizar mais de uma técnica*
Fonte: a autora

É preciso inteirar aqui a mesma ressalva analítica que McNamee e Seymour (2012) fizeram em sua meta-análise dos estudos sobre a infância publicados em língua inglesa: os artigos baseados em pesquisas empíricas fornecem poucos detalhes sobre o delineamento e as escolhas metodológicas ao relatarem os procedimentos de pesquisa. Raros foram os que apresentaram descrições mais completas das técnicas de pesquisa empregadas e as justificativas para suas escolhas.

Esses dados revelam que a grande maioria dos estudos fez uso de técnicas e instrumentos de coleta ou análise de dados tradicionais na Sociologia, incluindo aqueles que foram considerados por alguns pesquisadores da infância como inadequados para o uso com crianças – como entrevistas, produção textual e questionários.

Apenas 7 dos 46 artigos valeram-se de técnicas desenvolvidas ou adaptadas para serem aplicadas na pesquisa com crianças, como a gravação em vídeo, o uso de jogos e outras metodologias participativas. E poucos utilizaram a etnografia (apenas 9 estudos), contrariando a percepção de James (2007: 248) de que essa metodologia tenha se tornado a nova ortodoxia na pesquisa sobre a infância, uma vez que o delineamento qualitativo mais comum foi o estudo de caso.

Isso indica que a visão predominante por aqui tem sido a de que fazer pesquisa com crianças é o mesmo ou algo semelhante a fazer pesquisa com adultos, numa concordância com James, Jenks e Prout (1998: 191) de que para estudar as crianças não é preciso adotar técnicas novas ou exóticas.

Contemporanea_V8n2.indd 454 14/12/2018 11:45

Essa constatação alinha-se, também, à afirmação de Lange e Mierendorff (2009) de que a reivindicação da Nova Sociologia da Infância passa mais pela metodologia do que pelas técnicas de pesquisa, já que esse campo propõe uma nova agenda epistemológica de condução e interpretação dos dados, que busca privilegiar a criança como sujeito e reconhecer suas diferentes competências, postulando um processo de pesquisa negociado, baseado em uma abordagem emancipatória, não implicando a necessidade de métodos novos. Inclusive, segundo os autores, nenhum método completamente novo teria sido criado nessa perspectiva. As novidades estariam mais ligadas ao emprego da tecnologia a antigos métodos, como o uso de gravações em vídeo na observação.

Nesse sentido, a Sociologia da Infância no Brasil segue majoritariamente o princípio central do novo paradigma, ouvindo diretamente as crianças e observando-as nas pesquisas.

Por outro lado, a partir da leitura desses artigos e das escolhas metodológicas feitas, é possível afirmar que a infância tem sido vista principalmente como um fenômeno de pequena escala, com o predomínio do interesse nas interações e ações, em microrrelações. Conforme afirmaram Qvortrup, Corsaro e Honig (2009: 6), a impressão que se têm é que, pelo fato de serem pequenas, as crianças acabam sendo conceitualmente presas em um mundo micro ou de particularismos, sendo raramente estudadas como pessoas que fazem parte de um tecido social mais amplo.

Privilegiar a perspectiva da criança não significa que as pesquisas devam limitar-se a uma microorientação, enfocando fenômenos de pequena escala, e negligenciando os macroaspectos da infância, pois as crianças estão inseridas em um mundo global, devendo-se equilibrar a estrutura e a ação nas análises (Qvortrup, 2000: 78), o que não tem sido feito nos estudos publicados no Brasil.

Na análise de conteúdo fica explícito, ainda, o uso instrumental do referencial teórico-metodológico da Sociologia da Infância, com parte expressiva dos autores mobilizando-o apenas para afirmar brevemente a criança como ator social ativo, a infância como construção social, e a necessidade de acessar a visão das crianças em primeira-mão e interpretar os significados por meio das experiências das crianças e das redes nas quais estão incorporadas (Corsaro, 2011), sem maiores elaborações. Sobretudo os estudos publicados nas áreas de saúde e psicologia restringem-se a adicionar um parágrafo mencionando o referencial metodológico da Sociologia da Infância e justificar a escuta das crianças nas pesquisas, sem adentrar nas implicações teórico-conceituais dessa afirmação.

Quais crianças têm sido retratadas?

Qual o perfil etário e social das crianças retratadas nas pesquisas? Constatou-se que a Sociologia da Infância no Brasil tem dado voz às crianças, com predomínio de abordagens qualitativas por meio de entrevistas ou observação. Mas quais crianças têm tido voz? Todas as crianças ou há algum recorte etário e social específico?

Em princípio, de acordo com a definição utilizada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança,[5] todo ser humano com menos de dezoito anos é considerado criança. Assim, optou-se aqui por adotar a classificação a partir da faixa etária em anos completos, seguindo os intervalos da idade escolar (ver Tabela 5). Cada estudo empírico foi classificado na faixa etária correspondente, sendo que aqueles que trabalham com escopos etários mais amplos foram classificados em mais de uma categoria. Por exemplo, os que seguem à risca a definição das Nações Unidas foram contabilizados em todas as cinco categorias.

Apenas três estudos empíricos não especificaram a faixa etária estudada, sendo dois deles estudos documentais que não abordam crianças diretamente: um analisando a forma como a sexualidade aparece na literatura infantil; um o espaço que a Sociologia da Infância ocupa em programas de pós-graduação e outro um estudo qualitativo fundamentado em memórias de adultos sobre o brincar na infância.

Diferente de McNamee e Seymour (2012), que observaram que as idades de 10, 11 e 12 anos foram as mais comumente relatadas nas pesquisas em língua inglesa, aqui, as idades privilegiadas estão no grupo de crianças entre 6 a 10 anos, que correspondem à faixa etária do ensino fundamental I. O segundo grupo mais frequente foi o de 4 a 5 anos, correspondendo à idade pré-escolar. O terceiro mais abordado foi de 0 a 3 anos. Os grupos de menor atenção foram os de crianças entre 11 a 14 anos e 15 a 17 anos. Assim, no Brasil, a Sociologia da Infância tendeu a privilegiar o estudo das crianças mais novas.

Por outro lado, no mesmo sentido observado por McNamee e Seymour (2012), aqui também raros são os pesquisadores que mencionam os motivos de escolher estudar o grupo etário em que se concentraram. Em geral, apenas os que trabalharam com políticas públicas ou voltaram sua atenção especificamente à creche elaboraram tal justificativa. As justificativas reúnem motivações

5 Ver documento "A Convenção sobre os Direitos da Criança", adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

sociológicas relacionadas à questão de pesquisa, considerações técnicas de acessibilidade e marcos de desenvolvimento.

Tabela 5 – Artigos de acordo com faixa etária das crianças

Faixa etária (em anos completos)	**n**	**%**	**Idade escolar**
0 a 3 anos	16	35	*Creche*
4 a 5 anos	19	41	*Pré-escola*
6 a 10 anos	21	46	*Ensino Fundamental I*
11 a 14 anos	13	28	*Ensino Fundamental II*
15 a 17 anos	13	28	*Ensino Médio*
Sem informação	3	7	
Total (empíricos)	**46**	*	

* *soma excede 100% pois um mesmo artigo pode compreender mais de uma faixa etária*

Fonte: a autora

No que se refere ao perfil social das crianças, predomina o olhar para as camadas populares, sobretudo nas escolas públicas, e para as periferias quando se trata de explorar os espaços públicos. A dimensão dos espaços é explorada na sequência.

Em quais espaços as crianças têm sido retratadas?

Leonard (2016) afirmou que a Sociologia dominante até a década de 1980 marginalizou as crianças nos temas da família, da educação e do desvio, e que a criança raramente falava ou participava nessas pesquisas. Se a Nova Sociologia da Infância passou a ouvir e observar diretamente as crianças, os espaços de interesse não tiveram grande alteração, com a escola sendo o lugar majoritariamente pesquisado, palco de mais da metade dos estudos empíricos aqui analisados.

Um quarto das pesquisas (12 artigos) tem por base análises documentais ou de dados estatísticos de larga escala, não tratando diretamente de um espaço. Na sequência, instituições como hospitais e centros psicossociais foram os espaços mais privilegiados, estudados em 7 pesquisas. Os espaços públicos, como bairros e áreas públicas de lazer, foram escolhidos em 4 estudos. Já a família foi pouco observada, sendo que apenas três estudos se voltaram a analisar as crianças no ambiente familiar.

Tabela 6 – Artigos de acordo espaço

Espaço	n	%
Escola	28	61
Documentos/Dados estatísticos	12	26
Instituições (ONG, centro psicossocial, hospital)	7	16
Espaços públicos	4	8
Casa	3	7
Total	**46**	*

** soma excede 100% pois um mesmo artigo pode compreender mais de um espaço*

Fonte: a autora

Das 28 pesquisas que foram realizadas em escolas, 22 (79%) escolheram analisar apenas escolas públicas; duas analisaram escolas públicas e privadas; duas, apenas escolas privadas, e duas foram realizadas em escolas de outros países. Assim como é escassa a informação sobre os porquês das escolhas das faixas etárias das crianças, poucos estudos justificaram o motivo da escolha do espaço onde foram conduzidos. Em grande parte das pesquisas a escolha do lugar parece mais associada aos aspectos técnicos de acessibilidade do que às questões sociológicas perseguidas.

Tabela 7 – Artigos de acordo com tipo de escola

Escola/creche	n	%
Pública	22	79
Privada	2	7
Pública e privada	2	7
Escolas em outros países	2	7
Total	**28**	**100**

Fonte: a autora

Considerações finais

A proposta deste artigo foi mapear a Sociologia da Infância que se produz ou circula no Brasil, respondendo a quatro questões. A primeira delas, sobre o que se fala quando a pesquisa envolve crianças e infâncias, permitiu identificar que o assunto dominante é a metodologia de pesquisa e a constituição da nova

Sociologia da Infância e dos princípios fundamentais do novo paradigma da infância. Dois quintos dos artigos são ensaios ou levantamentos bibliográficos não sistemáticos que buscam sedimentar esse campo de estudos. Os outros três quintos estão distribuídos por oito temáticas, sendo as mais frequentes aquelas ligadas ao gênero, às visões de mundo e representações das crianças e às culturas infantis.

A segunda questão diz respeito à produção de conhecimento na área, voltada à identificação das metodologias utilizadas, indagando se os estudos têm considerado as crianças como sujeitos ou objetos da pesquisa. Ou seja, em que medida o chamado para realização de pesquisas *com* crianças e não *sobre* crianças tem sido atendido.

Os dados do levantamento indicam que a Sociologia da Infância que circula no país tem procurado privilegiar o ponto de vista da criança, predominando abordagens qualitativas, sendo entrevistas e observação as técnicas mais usadas, indicando, assim, que a percepção dominante é a de que fazer pesquisa com crianças é a mesma coisa ou algo semelhante a fazer pesquisa com adultos.

Ao mesmo tempo, essa Sociologia tem se dedicado majoritariamente aos fenômenos de pequena escala, às microrrelações e interações, com pouca atenção dada à "ordem macrogeracional mais ampla" (Leonard, 2016). A Sociologia da Infância no Brasil tem sido, predominantemente, uma microssociologia da infância. Essa constatação é reforçada quando se responde às duas outras questões que orientaram essa meta-análise: quem são as crianças retratadas e onde elas têm sido estudadas.

As pesquisas com crianças e sobre infâncias abarcam todo espectro etário, de 0 a 18 anos incompletos. Mas há uma concentração de atenção nas crianças mais novas, com um pico observado entre 6 a 10 anos, correspondendo à idade escolar do primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Esse pico etário é reflexo da concentração de pesquisas conduzidas na escola: 79% dos artigos baseados em pesquisa empírica transcorreram no ambiente escolar. Fosse o objetivo discutir a cultura de pares, o brincar, as relações de gênero na infância, os valores políticos das crianças, ou suas representações sobre os mais variados fenômenos, a escola constituiu-se em espaço privilegiado. Sobretudo a escola pública, enfatizando o olhar, assim, às camadas populares, e tratando, direta ou indiretamente, da desigualdade social.

É inegável que nos dezesseis anos de publicações cobertos nessa meta-análise, a Sociologia da Infância conseguiu disseminar seu princípio fundamental de dar voz às crianças, principalmente no sentido de deixar as crianças falarem por si mesmas sobre o que vêem quando olham (para) o mundo, a cidade, a

escola e o que pensam e sentem com relação aos fenômenos que tocam suas vidas diárias.

A Sociologia da Infância vem conseguindo, em alguma medida, desconstruir a hegemonia da saúde e da psicologia do desenvolvimento, afirmando as crianças como atores sociais, portadoras de autonomia, intenções, desejos e capacidades, e com uma história para contar. Mas ainda há muito trabalho a ser feito para a consolidação desse campo, em especial na amplificação do alcance das vozes dessas crianças.

O recurso ao referencial teórico-metodológico da Sociologia da Infância tem sido bastante instrumental, limitando-se à dimensão do acesso à visão de mundo das crianças em primeira-mão. Mas o chamado para se fazer pesquisas *com* crianças e não *sobre* crianças não deve ser lido somente nessa chave, trata-se, principalmente, de mudar a concepção de "criança", de deixar de percebê-la como um vir a ser, como capital humano, valorizada em termos de sua utilidade futura. Trata-se agora de dar um passo além na mobilização dessa discussão, produzindo maior visibilidade e incorporando essas vozes à ordem simbólica relacional mais ampla.

Referências

ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: GOULART, A. L.; FINCO, D. (Orgs.). *Sociologia da Infância no Brasil*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, p. 17-35, 2011.

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. *Educação* (UFSM), v. 35, n.1, p. 39-52, 2010.

CORSARO, W. A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 443-464, 2005.

_____. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Apresentação Dossiê Sociologia da infância: pesquisa com crianças. *Educação & Sociedade*. v. 26, n. 91, p. 351-360, 2005.

JAMES, A. Ethnography in the study of children and childhood. In: ATKINSON, P. et al. (Orgs.). *Handbook of Ethnography*. London: SAGE, p. 246-258, 2007.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

LANGE, A.; MIERENDORFF, J. Method and Methodology in Childhood Research. In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M-S. (Orgs.). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 78-96, 2009.

LEONARD, M. *The Sociology of Children, Childhood and Generation*. London: SAGE Publications, 2016.

MCNAMEE, S.; SEYMOUR, J. Towards a sociology of 10-12 year olds? Emerging methodological issues in the 'new' social studies of childhood. *Childhood*, v. 20, n. 2, p. 156-168, 2012.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*; v. 112, p. 33-60, 2001.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 729-750, 2010.

PUNCH, S. Research with children: the same or different from research with adults? *Childhood*, v. 9, n. 3, p. 321-341, 2002.

QVORTRUP, J. Childhood Matters: An Introduction. In: QVORTRUP, J; BARDY, M; SGRITTA, G; WINTERSBERGER, H. (Orgs.) *Childhood Matters*: Social Theory, Practice and Politics. Aldershot: Avebury, p. 1-23, 1994.

_____. Macroanalysis of childhood. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Orgs.). *Research with Children:* Perspectives and Practices. London: Falmer Press, p. 77-97, 2000.

QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M-S. *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. (Orgs.) *Estudos da Infância*: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, p. 17-39, 2008.

SHANAHAN, S. Lost and Found: The Sociological Ambivalence Toward Childhood. *The Annual Review of Sociology*, v. 33, p. 407-428, 2007.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 112, p. 7-31, 2001.

ANEXO

Quadro 1 – Artigos de acordo com título, autoria, revista e ano de publicação

ID	Título	Autoria	Revista	Ano
1	Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa	MONTANDON, Cléopâtre	Cadernos de Pesquisa	2001
2	Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar	SIROTA, Régine	Cadernos de Pesquisa	2001
3	Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo	ROSENBERG, Fulvia	Revista Estudos Feministas	2001
4	Metodologias de pesquisa empírica com crianças	SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa	Sociologia, Problemas e Práticas	2001

5	Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças	KRAMER, Sonia	Cadernos de Pesquisa	2002
6	Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância	SARMENTO, Manuel Jacinto	Educação & Sociedade	2005
7	Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica	MOLLO-BOUVIER, Suzanne	Educação & Sociedade	2005
8	Denominações da infância: do anormal ao deficiente	PLAISANCE, Eric	Educação & Sociedade	2005
9	Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas	DELGADO, Ana Cristina Coll e MÜLLER, Fernanda	Cadernos de Pesquisa	2005
10	As práticas educativas parentais e a experiência das crianças	MONTANDON, Cléopâtre	Educação & Sociedade	2005
11	As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa	ALDERSON, Priscilla	Educação & Sociedade	2005
12	Interações afetivas na família e na pré-escola	MONDIN, Elza Maria Canhetti	Estudos de Psicologia	2005
13	Apresentação Dossiê "Sociologia da infância: pesquisa com crianças"	DELGADO, Ana Cristina Coll e MÜLLER, Fernanda	Educação & Sociedade	2005
14	Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância?	JAVEAU, Claude	Educação & Sociedade	2005
15	Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas	CORSARO, William A.	Educação & Sociedade	2005
16	Crianças e jovens, atores sociais na escola: como os compreender?	RAYOU, Patrick	Educação & Sociedade	2005
17	Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida	GULLESTAD, Marianne	Educação & Sociedade	2005
18	Primeiro os amigos: os aniversários da infância, dar e receber	SIROTA, Régine	Educação & Sociedade	2005
19	Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero	KOSMINSKY, Ethel V.	Revista Estudos Feministas	2007
20	O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead	GRIGOROWITSCHS, Tamara	Educação & Sociedade	2008
21	Desafios da Sociologia da Infância: uma área emergente	SILVA, Cleber Fabiano da; RAITZ, Tânia Regina e FERREIRA, Valéria Silva	Psicologia & Sociedade	2009

22	O protagonismo da criança no cenário hospitalar: um ensaio sobre estratégias de sociabilidade	MOREIRA, Martha Cristina Nunes e MACEDO, Aline Duque de	Ciência e Saúde Coletiva	2009
23	Aos olhos das crianças: a formação de valores políticos	COLARES, Elisa Sardão	Sociedade e Estado	2009
24	Aspectos éticos e estratégias para a participação voluntária da criança em pesquisa.	SIGAUD, Cecília Helena de Siqueira et al.	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2009
25	Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	LAZZARETTI DE SOUZA, Ana Paula et al.	Avances en Psicología Latinoamericana	2010
26	A infância enquanto categoria estrutural	QVORTRUP, Jens.	Educação e Pesquisa	2010
27	Reconsiderando a nova sociologia da infância	PROUT, Alan	Cadernos de Pesquisa	2010
28	Childhood and its Regimes of Visibility in Brazil An Analysis of the Contribution of the Social Sciences	DE CASTRO, Lucia Rabello e KOSMINSKY, Ethel V	Current Sociology	2010
29	A criação de uma cultura de grupo na brincadeira: um estudo com crianças entre 2 e 4 anos	DELVAN, Josiane da Silva e CUNHA, Maiara Pereira	Interação em Psicologia	2010
30	O brincar em narrativas autobiográficas: um estudo intergeracional	COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos	ETD: Educação Temática Digital	2010
31	A creche da Educação Infantil: entre o ofício e o direito	PEDROSO NASCIMENTO, Maria Letícia Barros	Estudos de Sociologia	2010
32	A hospitalização e o adoecimento pela perspectiva de crianças e jovens portadores de fibrose cística e osteogênese imperfeita.	DE MELLO, Daniele Borges e MOREIRA, Martha Cristina Nunes	Ciência e Saúde Coletiva	2010
33	A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer?	CONTI, Maria Aparecida; BERTOLIN, Maria Natacha Toral ePERES, Stela Verzinhasse	Ciência e Saúde Coletiva	2010
34	A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção	ABRAMOWICZ, Anete e OLIVEIRA, Fabiana de	Educação (UFMS)	2010
35	De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental	MOTTA, Flávia Miller Naethe	Educação e Pesquisa	2011

36	A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas	NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de e CASTANHEIRA, Maria Lúcia	Educação e Pesquisa	2011
37	Corsaro WA. Sociologia da infância	MOREIRA, Martha Cristina Nunes e SOUZA, Waldir Da Silva	Ciência e Saúde Coletiva	2011
38	A Sociologia da Infância: esboço de um mapa	MORUZZI, Andrea Braga	Educação: Teoria e Prática	2011
39	De objetos a sujeitos de pesquisa: contribuições da Sociologia da Infância ao desenvolvimento de uma etnografia da educação de crianças caiçaras	PEREIRA, Bárbara Elisa e PEDROZO NASCIMENTO, Maria Leticia Barros	Educação: Teoria e Prática	2011
40	Relações e conflitos entre crianças na Educação Infantil: o que elas pensam e falam sobre isso	CORSI, Bianca Rodriguez	Educar em Revista	2011
41	Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças	XAVIER FILHA, Constantina	Revista Estudos Feministas	2011
42	Bom dia silêncio: a ação da infância no cinema	FRONCKOWIAK, Ângela	Signo	2012
43	Niños, niñas y sus opiniones: ocio y deporte en una ciudad brasileña	MÜLLER, Veronica Regina e MOURA ARRUDA, Fabiana	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2012
44	Vulnerabilidades de crianças que nascem e crescem em periferias metropolitanas: notícias do Brasil	FREITAS, Marcos de e MECENA, Elizane de	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2012
45	As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas	PEDROSO NASCIMENTO, Maria Letícia Barros	Revista Brasileira de Educação	2012
46	A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças.	XAVIER FILHA, Constantina	Revista Brasileira de Educação	2012
47	Julia Lopes de Almeida teatróloga: apontamentos sobre a peça inédita "O Caminho do Bem"	FANINI, Michele Asmar	Revista Estudos Feministas	2013
48	Eventos interacionais e eventos de letramento: um exame das condições sociais e semióticas da escrita em uma turma de educação infantil	CASTANHEIRA, Maria Lúcia; NEVES, Vanessa Ferraz Almeida e GOUVÊA, Maria Cristina Soares de	Cadernos Cedes	2013

49	Reflexões sobre infância e gênero a partir de publicaõess em revistas feministas brasileiras	PRETTO, Zuleica e S. LAGO, Mara C.	Revista Artemis	2013
50	Adolescentes como sujeitos de pesquisa: a utilização do genograma como apoio para a historia de vida	CARDIM, Mariana Gomes e MOREIRA, Martha Cristina Nunes	Interface: Comunicação Saúde Educação	2013
51	Extratos familiares, gênero e a divisão sexual do trabalho	FURLAN, Cassia C. e MÜLLER, Veronica R.	Revista Artemis	2013
52	Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento	MÜLLER, Fernanda e NUNES, Brasilmar Ferreira	Educação & Sociedade	2014
53	Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos	ABRAMOWICZ, Anete e RODRIGUES, Tatiane Consentino	Educação & Sociedade	2014
54	Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância	XAVIER FILHA, Constantina	Educar em Revista	2014
55	Construções de significados acerca do adoecimento e morte nas narrativas de crianças com câncer	AQUINO, Ana Maria de; CONTI, Luciane De e PEDROSA, Arli	Psicologia: Reflexão & Crítica	2014
56	O lúdico e a violência nas brincadeiras de luta: um estudo do "se – movimentar" das crianças em uma escola pública de São Luís, Maranhão – Brasil	FARIAS, M. J. A.; I.D. WIGGERS e VIANA, R. N. A.	Holos	2014
57	Os bebês e os estudos antropológicos: conhecendo os bebês Beng	NUNES, Míghian	Política & Trabalho	2015
58	Consumo alimentar infantil: quando a criança é convertida em sujeito	DUTRA, Rogéria Campos de Almeida	Sociedade e Estado	2015
59	O lugar da sociologia da educação nas ciências da educação: o caso dos programas de mestrado e doutoramento portugueses	SILVA, Camila da e ALVES, Mariana	Política & Sociedade	2015
60	Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos	SENKEVICS, Adriano Souza e CARVALHO, Marília Pinto de	Cadernos de Pesquisa	2015
61	A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero	RIBEIRO, Claudia Regina; GOMES, Romeu e MOREIRA, Martha Cristina Nunes	Ciência e Saúde Coletiva	2015
62	Accounting for Gender in the Sociology of Childhood	BARTHOLOMAEUS, Clare e SENKEVICS, Adriano Souza	SAGE Open	2015
63	A igualdade de gênero nas instituições de educação infantil brasileiras	FINCO, Daniela	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2015

64	O ponto de vista da criança no debate sobre comunicação e consumo	OROFINO, Maria Isabel	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2015
65	Crianças e games na escola: entre paisagens e praticas	FANTIN, Monica	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2015
66	Bonecos com Corpos-Velhos: o que dizem as crianças sobre envelhecimento.	DORNELLES, Leni Vieira	Educação & Realidade	2015
67	Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças	XAVIER FILHA, Constantina	Educação e Pesquisa	2015
68	Estudos da criança e pesquisa com crianças: Nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos	DORNELLES, Leni Vieira e FERNANDES, Natalia	Curriculo sem Fronteiras	2015
69	Por uma ética da responsividade: Exposição de princípios para a pesquisa com crianças	PEREIRA, Rita Marisa Ribes	Curriculo sem Fronteiras	2015
70	Infância(s), alteridade e norma: Dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais	MORAES LIMA, Patrícia de	Curriculo sem Fronteiras	2015
71	Infância-esquecimento, infância-viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças	AMORIM, Marcello F. de.	Curriculo sem Fronteiras	2015
72	A perspectiva de crianças sobre a creche	CRUZ, Silvia Helena Vieira e CRUZ Rosimeire Costa de Andrade	Eventos Pedagógicos	2015
73	A Escola Para O Jovem: Representações De Alunos Em Situação De Distorção Idade-Série No Município De Areia Branca-RN	SOUZA, Francisco das Chagas Silva; MEDEIROS NETA, Olivia Morais e SILVA, Alexsandra Moura da	Holos	2015
74	Acesso e permanência da criança na escola	VICTOR, Sonia Lopes e PILOTO, Sumika Soares De Freitas Hernandez	Journal of Research in Special Educational Needs	2016
75	Plano nacional de educação e educação especial	SOUZA, Fernanda C. e PRIETO, Rosângela G.	Journal of Research in Special Educational Needs	2016

76	Quando a participação de crianças e jovens com deficiência não se resume à atividade: um estudo bibliográfico	SANTOS, Tatiana Vasconcelos dos; MOREIRA, Martha Cristina Nunes e GOMES, Romeu	Ciência e Saúde Coletiva	2016
77	Outro olhar sobre as crianças: emergência, desenvolvimento e novas perspectivas para a sociologia da infância	PINTO, Viviane e MÜLLER, Fernanda	Estudos de Sociologia	2016
78	Transversalidades: gênero e feminismos em diversidade e movimento	PAIVA, Rosana Carvalho	Revista Estudos Feministas	2016
79	Mapas vivenciais: possibilidades para a Cartografia Escolar com as crianças dos anos iniciais	LOPES, Jader Janer Moreira ; COSTA, Bruno Muniz Figueiredo e AMORIM, Cassiano Caon	Revista Brasileira de Educação em Geografia	2016
80	Dicionário das crianças: uma possibilidade de significados para representações	KOHLS, Tatiani Müller; VARGAS, Vagner de Souza e BUSSOLETTI, Denise Marcos	Conexões Culturais	2016
81	O que você quer ser quando crescer? Escolarização e gênero entre crianças de camadas populares urbanas.	SENKEVICS, Adriano Souza e CARVALHO, Marília Pinto de	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2016
82	Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios.	FERNANDES, Natália	Revista Brasileira de Educação	2016
83	Eu vo lá ontem, papai! —experiência e culturas infantis: reflexões sobre infância e temporalidade recursiva	SANCHES, Eduardo Oliveira e SILVA, Divino José da	Educação & Sociedade	2016
84	Encontros e desencontros de crianças e adultos na Educação Infantil: uma análise a partir de Martin Buber	KRAMER, Sonia et al.	Pro-Posições	2016
85	Os desafios da pesquisa ética com crianças	FRANCISCHINI, Rosângela e FERNANDES, Natália	Estudos de Psicologia	2016
86	Metodologias participativas em pesquisa com crianças: abordagens criativas e inovadoras.	PEREIRA, Viviane Ribeiro et al.	Revista Gaúcha de Enfermagem	2016
87	O que dizem crianças sobre os espaços públicos onde brincam	PINTO, Paula Sanders Pereira e BICHARA, Ilka Dias	Interação em Psicologia	2017

88	Contribuciones en el campo de la Sociología de la Infancia: diálogos con Lourdes Gaitán Muñoz.	VOLTARELLI, Monique Aparecida	Educar em Revista	2017
89	Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas	MARCHI, Rita de Cássia e SARMENTO, Manuel Jacinto	Educação & Sociedade	2017
90	Políticas públicas e a voz das crianças	CRUZ, Silvia Helena Vieira e MARTINS, Cristiane Amorim	Laplage em Revista	2017

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas? *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 441-468.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.068
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 469-493
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

Biographisation de l'enfance à l'ère numérique. Les fêtes prénatales, nouveaux ressorts de l'intensité émotionnelle de l'enfance

Véronique Fancis[1]

Résumé: *Le processus de biographisation de la petite enfance a connu diverses impulsions et les récits de naissance ont fortement contribué à l'affirmation de la singularité de l'individu, du couple parental et de la famille. Ce mouvement s'est inscrit à l'intersection de plusieurs sphères d'influences en particulier les sphères socio-sanitaire, scolaire et marchande. Depuis quelques années, dans le contexte français, une nouvelle tendance se dessine. Elle affirme la place des fêtes prénatales positionnées comme un nouveau segment du récit biographique. Ces événements à caractère festif et ludique apparaissent comme des temps de sociabilités féminines où les participantes explorent collectivement, par différents jeux et activités, une immersion dans le monde de la petite enfance. De type qualitatif, l'étude sur laquelle se fonde ce texte combine une exploration de la blogosphère parentale – sites en ligne et blogs réalisés par les parents – et l'analyse d'entretiens menés auprès de jeunes femmes. Quelles sont les caractéristiques des fêtes prénatales ? Quel sens revêtent ces pratiques ? Les résultats montrent la proximité des activités qui y sont partagées avec celles qui ponctuent les fêtes enfantines de l'anniversaire: jeux, goûter, activités de loisirs créatifs. Le patrimoine musical qui est mobilisé renvoie également aux cultures enfantines. Marquées de cette intensité émotionnelle*

1 Université d'Orléans/ Université Paris – Nanterre – Paris – veronique.francis@univ-orleans.fr

Contemporanea_V8n2.indd 469 14/12/2018 11:45

associée à la mémoire de l'enfance, ces fêtes prénatales peuvent être abordées comme des temps de passage qui revisitent ses rituels.

Mot-clés: *fêtes prénatales; sociologie de l'enfance; récit biographique; étude qualitative; France.*

BIOGRAPHY OF CHILDHOOD IN THE DIGITAL AGE. BABY SHOWERS, A NEW SOURCE OF EMOTIONAL INTENSITY OF CHILDHOOD

Abstract: *The biographization process of early childhood has known several impulses, and birth narratives have strongly contributed to the emphasis of the singularity of the individual, the parental couple, and the family. This movement has been written about in the intersection of several spheres of influence, particularly the socio-well-being, scholastic and commercial spheres. For the last few years, in the French context, a new tendency has emerged. It confirms the place of the baby shower which appears to be a new segment of the biographical narrative. These events, with the festive and playful characteristics, appear as times of feminine sociability where the participants collectively explore, through different games and activities, an immersion in the world of early childhood. In a qualitative approach, the study of which is this text is based on combines an exploration of the parental blogosphere—websites and blogs created by the parents—and an analysis of interviews conducted with young women. What are the characteristics of baby showers ? What are the meanings involved in these practices? The results show the proximity of prenatal activities with the ones shared and punctuated in children's birthday parties: games, tastings, creative leisure activities. The musical heritage and the food also refer to children's cultures. Indicated in this emotional intensity associated with the memory of childhood, these baby showers can be connected to the passage of time associated with childhood rituals.*

Key-words: *baby showers; sociology of childhood; biographical narrative; qualitative study; France.*

BIOGRAFIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA ERA DIGITAL. FESTAS PRÉ-NATAIS, NOVAS FONTES DA INTENSIDADE EMOCIONAL DA INFÂNCIA.

Resumo: O processo de biografização da primeira infância conheceu várias impulsões, e as narrativas de nascimento contribuíram significativamente para a afirmação da singularidade do indivíduo, do casal parental e da família. Este

movimento se inscreve na intersecção de diversas esferas de influências, em particular, nas esferas sócio-sanitárias, escolares e de mercado. Nos últimos anos, no contexto francês, uma nova tendência se desenha. Ela afirma o lugar das festas pré-natais que aparecem como um novo segmento da narrativa biográfica. Esses acontecimentos de caráter festivo e lúdico aparecem como momentos de sociabilidade feminina, em que os participantes exploram coletivamente, por meio de diferentes jogos e atividades, uma imersão no mundo da pequena infância. De natureza qualitativa, o estudo no qual este texto se baseia combina uma exploração da blogosfera parental – *sites online* e *blogs* realizados pelos pais – e a análise de entrevistas realizadas com mulheres jovens. Quais são as características das festas pré-natais? Quais os sentidos revestem essas práticas? Os resultados mostram a proximidade dessas atividades com àquelas que são compartilhadas e que pontuam as festas infantis de aniversário: jogos, degustações, atividades de lazeres criativos. O patrimônio musical que é mobilizado também se refere igualmente às culturas infantis. Marcadas por uma certa intensidade emocional associada à memória da infância, essas festas pré-natais podem ser abordadas como momentos de passagem que revisitam rituais.

Palavras-chave: festas pré-natais; sociologia da infância; narrativa biográfica; estudo qualitativo; França.

*****

La naissance est un repère temporel à partir duquel se tisse une trame de narrations construites autour d'usages et de pratiques marqués par des rituels d'appartenance au groupe (Neuburger, 2006). Les récits sont portés par des objets « saturés de significations implicites » (Kaufmann, 1997) qui contribuent à la lisibilité d'une organisation sociale chargée de sens et ancrent le processus de biographisation de la petite enfance.

Ce processus a connu diverses impulsions depuis le XVIè siècle et les récits de naissance ont fortement contribué à la mise en relief de la singularité des individus, parents et enfant. Ces récits sont à l'intersection des sphères socio-sanitaires, scolaires et marchandes. Ils témoignent des codes de civilité autour de la naissance et de leurs liens aux traditions, tout en révélant les mutations en cours. De nombreux travaux de sociologie soulignent ainsi les évolutions liées aux modes de vie familiaux (De Singly, 1996, 2007) ou aux modes d'élaboration et de transmission de la mémoire familiale et individuelle (Muxel, 1996).

Depuis quelques années, dans le contexte français, une nouvelle tendance se dessine du fait de la place prise par les fêtes dédiées à la future mère et l'enfant à naître. Ces événements apparaissent comme un nouveau segment du récit biographique. Cet article vise à cerner le sens que revêtent ces pratiques inscrites dans un processus de socialisation de type intragénérationnel où la future mère se tourne vers des sœurs, cousines ou amies, figures qui ont un rôle de pôle d'identification à la période de la naissance (Jacques, 2007). En examinant les caractéristiques de ces fêtes prénatales, le texte souligne l'étendue des rituels de célébration de la naissance et de l'enfance.

Rituels de naissance et affirmation de l'individu-sujet

Place du récit et expression du sujet

La lente émergence du sujet s'est dessinée au travers de l'art immémorial du conteur et de « sa faculté d'échanger des expériences » (Benjamin, 2000: 115). Dès l'aube de la modernité, la place du récit se confirme et conduit au développement progressif des écrits personnels. Leur augmentation, dûe au processus d'alphabétisation et aux évolutions sociales (Mordenti, 2001), consolide la place faite aux récits. Qu'ils soient oraux ou écrits, ils contribuent progressivement à l'affirmation du *Je* qui dessine la place de l'individu singulier. Le développement des écrits personnels – tels que les échanges épistolaires, les journaux personnels, les mémoires, autobiographies et livres de famille – met en lumière les formes d'expression du sujet.

Les nombreuses études menées en Italie sur les livres de famille révèlent que ces documents, généralement réalisés par les hommes, rendent visibles les étapes de l'enfance et la transition vers la parentalité (Cazalé Bérard; Klapisch-Zuber, 2004). Les récits sur la famille font apparaître la « conscience de soi » combinée à la « représentation de soi » individuelle associée au 'nous' familial » (Mordenti, 2001). Les événements relatés dans les livres de famille et journaux de naissance témoignent de l'activité des pères et des mères. Ils soulignent les représentations de la maternité et des rôles parentaux. Dans ces livres de famille où le *Je* s'affirme, émerge la place de l'individu, de ses croyances et représentations. Les journaux et albums de naissance soutiennent le processus « d'individualisation corrélé avec l'émergence historique d'un individu-sujet » (Kaufman, 2002: 117), l'enfant dont l'histoire s'écrit avant même la venue au monde, au fur et à mesure que les adultes réalisent cette transition vers la parentalité. Les récits, courts ou plus développés, font apparaître une conception de l'enfance, tout en témoignant des rituels associées à la naissance et à l'enfance.

Comme de nombreux objets, ces journaux de naissance « participent à la fois à la conservation de la mémoire collective d'une société et à la conservation de la mémoire individuelle » (Kaufman, 1997: 114). Fortement marqués par l'empreinte de l'image et de l'écrit, ces objets sont au centre de pratiques d'archivage destinées à consigner les traces qui témoignent de la maternité, de la naissance et la petite enfance. Les récits qui s'y trouvent produisent et fournissent « en quelque sorte une cartographie des rôles et des mondes possibles dans lesquels l'action, la pensée et l'autodéfinition sont permises (ou désirables) » (Bruner, 2000: 87). Au cœur d'un double processus, biographique et d'individualisation, qui révèle les *individus-sujets* (Kaufman, 2002), les récits concernent spécialement l'enfant à naître, le futur père et surtout, la future mère.

Récits de naissance et biographisation de l'enfance

Au fil des siècles, les écritures familiales deviennent plus précises et nombreuses. Le XIXe siècle marque l'attachement à trois valeurs montantes, celles de l'amour conjugal, maternel et paternel (Walch, 2016). Dans les pratiques épistolaires qui se répandent (Dufief, 2000) s'affirme le modèle familial conventionnel de la famille bourgeoise qui fait une place de plus en plus visible au rôle maternel et à la place des émotions. Les correspondances échangées entre les femmes, amies et membres de la famille, se démarquent des pratiques de civilité usuelles, notamment pour aborder l'expérience féminine de la maternité. Si les correspondances portent souvent sur les bouleversements, les événements heureux ou les épreuves vécues par les parents, elles peuvent aussi aborder l'expérience ordinaire du quotidien comme le montre l'étude approfondie d'échanges épistoliers entre une mère expérimentée et une jeune mère (Francis, 2006).

L'expérience parentale est portée et soutenue par un mouvement de biographisation qui s'appuie sur une pédagogie par le journal. Très présent dans les pays protestants, elle se répand en France à la fin du XVIIIe siècle. Au cours des décennies les jeunes gens de la bourgeoisie sont encouragés par leurs éducateurs à tenir un journal personnel d'éducation (Delieuvin, 2003 ; Hess, 1998; Illiade, 2006; Lejeune, 1993). Avant d'être une pratique spontanée, le journal personnel est un instrument pédagogique permettant le contrôle de soi grâce à la production d'un espace intérieur (Lyon Caen, 2016).

Orienté vers l'introspection et la réflexivité, ce mouvement marque l'essor des *écritures parentales* (Francis, 2011a, 2013). Les textes, succincts ou développés, souvent accompagnés d'images ou de petits objets, témoignent de l'enfant à venir, du bébé venu au monde, ou même de l'enfant disparu lorsque le deuil

a frappé la famille. Marqués par leur dimension mémorielle, ils témoignent de l'élaboration de récits sur les expériences – corporelles, affectives, sociales,…- associées à la maternité et à la paternité, au sein de l'espace familial perçu comme seul refuge des émotions (Walch, 2016). Car la sphère privée devient en effet le lieu quasi unique où les émotions peuvent être vécues ouvertement. Témoignages de la vie de l'enfant, les journaux de naissance sont progressivement réalisés par les femmes (Fine, 2000), mères, grands-mères, marraines. Ils retracent les étapes de la petite enfance et certains d'entre eux abordent même l'expérience de la maternité.

Ce processus de biographisation de la petite enfance connaît une nouvelle impulsion lorsqu'il s'étend au-delà des cercles de la bourgeoisie.

Au début du XXe siècle, sous le développement de l'alphabétisation de masse, de la lutte contre la mortalité infantile et de la diffusion des méthodes de la puériculture, des carnets de suivi sanitaire sont distribués. Ils ont pour objectif de guider les mères et les professionnelles, de contrôler et rationaliser les soins aux bébés. Ces carnets visent en premier lieu à assurer la surveillance des enfants placés en nourrice ou de ceux qui dépendent de l'assistance publique (Rollet-Echalier, 1990). Ils sont également diffusés par différents organismes américains qui s'engagent en faveur de l'éducation des mères des milieux ouvriers pour lutter contre la mortalité infantile (Knibielher; Fouquet, 1977), et pour aider les familles touchées par les violences des guerres mondiales. Ces carnets de naissance sont aussi destinés à guider les mères des milieux ruraux et ouvriers dans le suivi de leur nourrisson, afin de surveiller son poids, sa taille et les étapes de son développement. Ils introduisent des guides pour le récit en proposant des thèmes associés à l'observation de l'enfant et des cadres pour l'écriture. Une firme d'aliments destinés aux bébés fait la promotion de ses produits en offrant aux mères la possibilité de réaliser un journal de naissance illustré. Elles sont encouragées à suivre le développement de leur enfant en reportant sa courbe de croissance et en réalisant de courts récits sur les événements marquants de son existence. À partir des années 1960, dans un contexte de forte croissance des biens de consommation pour l'enfance (Cook, 2004), l'offre éditoriale des journaux de naissance explose. Sur des albums aux formes variées et revendiquant des tons affirmés – du plus conventionnel au plus décalé – les parents sont de plus en plus souvent invités à reporter les dates marquantes de la vie de leur enfant et à y réaliser le récit des *premières fois* (Fine; Labro; Lorquin, 1993).

Le récit participe toujours plus à la mise en relief de l'identité et ce mouvement s'inscrit dans une «configuration» (Elias, 1970) à l'intersection de plusieurs sphères d'influences et précisément les sphères marchande, socio-sanitaire et

scolaire. Les albums de naissance intègrent images et écrits tout en soutenant des pratiques et en en modifiant d'autres. Illustrés par ces images de l'enfance associées à la tendresse et au bonheur, souvent reliés aux modèles de l'éducation religieuse, les récits donnent à entendre la voix du jeune enfant. Car le processus biographique consiste à investir le '*je*' de l'enfant et à le faire parler de la découverte de son monde sous la plume du *parent biographe* (Francis, 2011b).

Modernité, postmodernité, hypermodernité et moi émotionnel

La formation de l'individu moderne s'inscrit dans le processus de déploiement de la modernité marqué par une forte rationalisation des schèmes de conduite et de pensée (Illouz, 2010). Plusieurs points caractérisent la modernité notamment la dimension biographique qui repose sur deux axes, narratif et émotionnel. Mobilisant l'introspection, elle est envisagée comme activité épistémique qui prend appui sur le dialogue intérieur et transforme le rapport à soi. L'activité biographique consolide ce mouvement en faveur du moi moderne fondé sur un moi émotionnel. L'émotion et l'émotionnel occupent en effet une place croissante dans la formation de l'identité de l'individu, dans sa définition de lui-même, ainsi que dans l'approche réflexive de ses relations à soi et aux autres. Dès lors, au cours de la seconde moitié du XIXe siècle, la vie privée devient, selon la formule de l'historien John Demos (1998), une *serre à émotions*. Si la philosophie cartésienne avait conduit à contrôler, voire à supprimer les passions, conduisant ainsi à rejeter les émotions, celles-ci s'imposent comme mode d'appréciation des relations au sein de la famille (Illouz, 2010). L'identité se nourrit de ces interactions émotionnelles et l'ère de la modernité impose progressivement un « moi expressif » articulé à l'expérience et à l'intériorité de l'individu. L'amour parental devient le pilier de la vie privée. Le couple et la famille sont fondés sur le sentiment qui impose le modèle de la famille relationnelle (De Singly, 1996).

Par ailleurs, le sujet émotionnel se constitue à partir des influences de la psychologie et de la psychanalyse ainsi que sous l'emprise de l'économie capitaliste, ce qui est loin d'être négligeable. Nombreux sont les produits – ceux de l'ameublement, de la décoration ou de l'alimentation – qui mettent en scène l'idéal familial et le sentiment parental. La vente de laits et de bouillies pour les bébés donne lieu par exemple, à la distribution de carnets destinés à valoriser l'image de la petite enfance et de la mémoire familiale sur le mode de l'émerveillement (Francis, 2006). La rationalisation des pratiques de soin et d'éducation est tout à la fois liée à l'économie de marché et aux approches scientifiques qui, loin d'être

en opposition, sont étroitement imbriquées. L'ère de la modernité est reliée à la sphère marchande, ce qui suppose une prise en compte des intrications entre capitalisme et formation de l'individu. Associée à la consommation de biens et d'expériences productives d'émotions, la modernité produit de l'individualité et du singulier. Si elle a été dominée par des doctrines, celles du communisme ou du libéralisme par exemple, l'analyse de leurs effets sur les sociétés et les individus a conduit à leur démantèlement ou à leur effritement. Ceci a eu pour conséquence l'entrée dans la période postmoderne, marquée par la *crise des grands récits* décrits par le philosophe Lyotard (1979), et par le retour à « un sujet plus individuel que collectif, plus intime que politique, plus personnel que social, plus subjectif qu'historique » (De Gaulejac, 2010: 263).

L'ère hypermoderne des sociétés mouvantes et fragmentées, inscrit quant à elle l'individu dans un processus où le *Je* est confirmé (Touraine, 1992). Le *Je* repose sur l'inventivité, et plus particulièrement celle qui explore la marge ou qui marque une rupture avec les modèles classiques. Les pratiques des institutions et les discours experts apparaissant insuffisantes pour infléchir des évolutions sociales et de nouvelles formes de rapports sociaux émergent. Elles intégrent des approches flexibles, réticulaires et provisoires. Les figures du Sujet semblent de plus en plus incarnées par la valorisation des pratiques alternatives où la référence se distancie d'un « Sujet Majuscule » pour reconnaitre les « sujets minuscules » (De Gaulejac, 2010) qui, en mobilisant un potentiel d'initiatives multiples, individuelles et collectives, témoignent de leur créativité et de leur historicité. Les efforts pour affirmer le *Je* sont déployés, notamment pour résister à la consommation de masse et à la société marchande, pour tisser des réseaux de relations où se conjuguent « quête de soi et quête de liberté dans ses relations à autrui » (De Gaulejac, 2010).

L'image photographique comme révélatrice des rituels de la naissance et l'enfance

Introduite depuis la fin du XXè siècle dans la vie quotidienne (Maresca, 2004), la photographie est massivement présente dans les récits de soi où traces scripturales et iconographiques s'entremêlent. Ce média est largement utilisé pour conserver des traces de la grossesse, de la naissance et de la petite enfance. En marquant une prééminence du perceptif sur le scriptural, les photographies offrent une vue sur les différents contextes de vie. Ces images fixes ou animées sont réalisées pour mémoriser les temps forts, pour exposer des situations, ordinaires ou exceptionnelles. Utilisées pour accompagner et donner du poids aux récits, les photographies visent aussi à limiter la distance entre

Contemporanea_V8n2.indd 476 14/12/2018 11:45

les individus et à maintenir les liens familiaux et amicaux. Ces traces de vie illustrées qui sont mises en circulation pour nourrir les relations de proximité, contribuent également à singulariser l'individu. Les photographies numériques établissent un lien nourri de marques personnalisées. Éléments constitutifs de l'ancrage des narrations dans une réalité visuelle mise en circulation pour assurer des traits d'union entre individus, les photographies illustrent et déploient les récits de naissance. Les usages de la photographie affirment l'attention singulière faite à l'enfant autant qu'ils singularisent la naissance et la petite enfance de chacun.

Parmi les objets de naissance, les albums photographiques occupent une place centrale. Ces objets, réalisés sur support papier ou numérique, soutiennent autant qu'ils éclairent cette période de transition de la naissance et de l'enfance.

Si les objets de papier permettent de conserver la mémoire des événements, de garder le souvenir de petits détails et de revenir sur des expériences particulières, les supports numériques se sont aussi imposés parmi les parents (Francis, 2006, 2016a-b) et parmi les professionnelles de la petite enfance (Chapon; Francis, 2015; Francis, 2015; 2016c). Les blogs familiaux, où les photographies sont omniprésentes, sont largement utilisés pour assurer des liens au sein du groupe familial, avec le réseau amical ou en direction d'une communauté d'internautes lorsque le besoin se fait sentir d'élargir la communication avec un groupe de parents. Depuis le début des années 2010, le développement de plates-formes de blogs gratuites a considérablement diversifié les pratiques concernant les journaux et albums de naissance. Sur la Toile, les journaux en ligne suivent « un fil de l'existence » (Lejeune; Bogaert, 2006), en l'occurrence l'expérience parentale ou la vie familiale. Selon qu'ils s'adressent à un cercle restreint ou à une large communauté d'internautes, le blog est marqué par son « extimité », surtout lorsque son auteur affirme la démarche publique et collective de sa pratique (Rouquette, 2008).

Les blogs qui fédèrent les communautés de parents structurent aussi un espace sociotechnique. Celui-ci est dynamisé par l'interconnexion qui relie les blogs entre eux grâce aux possibilités de mise en ligne, de lecture des messages et de réponse à ces *posts.* Car les blogueurs ne sont pas uniquement des auteurs qui s'affichent sur la Toile. Ils sont aussi composés de ceux qui consultent des blogs de parents et qui y contribuent grâce à leur lecture et à leurs commentaires. Tous ces récits qui abordent la grossesse et la naissance montrent le besoin de témoigner des expériences qui marquent les individus, y compris lors de situations de rencontres.

La fête prénatale, un nouveau rite de passage ?

Les rites de passage

Les rites de passage accompagnent les changements qui ont lieu pour l'individu et rythment la vie humaine *du berceau à la tombe* (Van Gennep, 1909/1981). Ils se caractérisent par les trois stades successifs de séparation, de marge et d'agrégation, sachant qu'un stade ou l'autre peut être plus ou moins marqué. Ces rites de passage sont marqués par un cérémonial organisé autour d'inscriptions matérielles comprenant la succession de ces trois stades ainsi qu'une dimension spatiale. Ces rites de passage soulignent des frontières entre deux états qui renvoient symboliquement à ceux de la nature, à ses espaces et à ses territoires avec leurs limites matérialisées par la montagne, le col, la rivière ou l'océan. Concernant la grossesse et la naissance, les rites visent à protéger le bébé et la mère, à faciliter la mise au monde et à soustraire le groupe aux mauvaises influences. Ils sont donc placés parmi les rites de protection et correspondent à des procédés de séparation tout au long de la grossesse où certaines périodes sont marquées par le retrait de la vie sociale, puis le retour à la collectivité (Ploss, 1927). Certains rites ont pu avoir une grande visibilité mais celle-ci s'est réduite au fur et à mesure que les techniques médicales et les institutions augmentaient leur influence sur le suivi de la mère et de l'enfant. En France, cette influence s'est en partie développée sous la tutelle des services de la Protection Maternelle et Infantile (PMI) chargés de veiller sur la grossesse, sur la naissance et sur la santé des enfants jusqu'à l'âge de six ans (Charrier; Clavandier, 2013). Instaurée après la seconde guerre mondiale alors que la mortalité infantile reste importante, la PMI vise le développement d'une politique de santé. Celle-ci comprend des consultations prénatales et post natales gratuites, la surveillance médicale des enfants jusqu'à l'âge de 6 ans et l'utilisation d'un carnet de santé qui soutient l'éducation des mères (Rollet-Echalier, 1990) notamment celles des familles populaires, sur lesquelles les institutions exercent un contrôle social particulier (Donzelot, 1977).

Des postes de médecins, de sages-femmes, d'infirmières, de puéricultrices, de psychologues, de conseillères conjugales et de travailleuses familiales sont créés en 1975 dans les services de PMI afin d'assurer le suivi des jeunes mères et des enfants. Les préparations à la naissance, les consultations et visites à domicile s'inscrivent dans des actions médico-sociales, individuelles ou collectives, qui visent la promotion de la santé maternelle et infantile. Elles sont déterminées en fonction des besoins sanitaires et sociaux de la population dans

Contemporanea_V8n2.indd 478 14/12/2018 11:45

chaque département. Si les textes institutionnels mentionnent l'importance de tenir compte des besoins des populations, différentes études montrent néanmoins le poids de la médicalisation systématique ainsi que les violences ou maltraitances d'origine médicale pendant la grossesse et l'accouchement (Cesbron, 2004). Le problème, désormais placé au rang d'épidémie mondiale de mauvais traitements par les institutions de santé, résulte d'une mauvaise qualité réelle ou perçue des soins non respectueux, violents et coercitifs dans les établissements. Sont dénoncés le recours massif à l'usage de la péridurale qui concerne en France près de 80% des accouchements, l'utilisation d'hormones de synthèse pour les accélérer ou encore l'épisiotomie qui touche environ 50% des femmes. C*e contexte explique le* déplacement qui *s'est opéré* en faveur d'une transformation des pratiques liées à la grossesse et à la préparation de la naissance. Dans c*e mouvement visant à* affirmer leurs dimensions sociales et affectives *et à* « *réenchanter la maternité* » *(Challut;* Baran*, 2017)*, les observations montrent la place de plus en plus importante prise par les fêtes prénatales. Quelles sont leurs caractéristiques et quels sens revêtent ces pratiques ? Telles sont les questions centrales abordées ici afin d'éclairer ces événements qui s'imposent en tant que premier segment du récit biographique sur la petite enfance.

Explorer la blogosphère parentale et les pratiques

La méthodologie mise en œuvre pour cette recherche porte sur l'étude de la presse spécialisée, en particulier le magazine *Parents.* Créé en 1969 ce magazine mensuel considéré comme le leader de la presse parentale francophone est présent sur le web depuis 2006. Son site, *Parents.fr* affiche cette phrase sur sa page d'accueil « *Bientôt ou déjà parents, on vous accompagne* ». Il offre de multiples rubriques couvrant toutes les situations susceptibles d'intéresser les futurs parents ainsi que les jeunes mères et pères. Toutes les étapes sont couvertes depuis le projet d'enfant, la grossesse, la petite enfance. Une application pour les téléphones multifonctions est disponible depuis 2010. Elle offre par exemple la possibilité d'accéder à un guide sur la grossesse mais aussi de créer un suivi personnalisé de la grossesse semaine par semaine permettant de comprendre l'évolution du fœtus in utero et les examens médicaux préconisés, ou encore de préparer l'accueil du bébé. Des rubriques sont réservées aux échanges avec des experts gynécologues, nutritionnistes, psychologues… Par ailleurs, le site soutient les parents auteurs d'un blog consacré au journal de naissance ou, plus largement, à leur expérience de parents.

Le recueil de données porte sur l'étude des numéros de la revue *Parents* au cours des années 2007-2017, dont les articles renvoient régulièrement à des sites en ligne. Par ailleurs, ont été explorés les blogs de parents développés grâce aux sites de publications gratuits sans lien direct avec le secteur marchand – *Wordpress*, *Overblog*, *Canalblog*, *Kaezo*… Une variété considérable de blogs existe sur le web social. Parmi ceux-ci ont été éliminés les photoblogs et vidéoblogs constitués quasi exclusivement de photographies et de vidéos, ainsi que les blogs promotionnels à visée rémunératrice où alternent les billets personnels et messages faisant la promotion de produits de puériculture. Ces blogs sont souvent proposés par des web entrepreneuses, des journalistes ou des femmes exerçant des professions dans les milieux socioéconomiques aisés. Leur objectif marketing ou leur visée citoyenne ou militante peuvent être très présents et chaque dimension influence, encadre et véhicule, à différents niveaux, des normes parentales. Les blogs intégrés dans le corpus de cette recherche sont donc ceux orientés vers le récit de soi où « l'agglomérat de traces et de données se révèle être une écriture du soi en constituant une certaine manière de se manifester à soi-même et aux autres » (Foucault, 2001: 1244).

Les espaces de la blogosphère parentale s'influencent mutuellement. C'est pourquoi cette étude, sur les fêtes prénatales, ou les *baby shower* selon l'expression couramment utilisée dans les pays anglosaxons, croise plusieurs sources de données. Outre l'analyse de contenu de la revue *Parents* et des énoncés des blogs, quinze entretiens ont été réalisés en face à face ou par téléphone, auprès de jeunes femmes qui avaient pris part à une fête prénatale, en tant qu'invitées ou que futures mères. Parmi elles, deux vivent seules et treize vivent en couple. Ce corpus, qui a fait l'objet d'une analyse qualitative de type thématique, permet d'offrir une vue sur les principales tendances qui caractérisent les fêtes prénatales dans le contexte français.

Esthétique de l'enfance et fêtes prénatales

Une montée en puissance des fêtes prénatales

En France, la presse spécialisée relayée par la blogosphère parentale témoigne de la montée en puissance des fêtes prénatales entre les années 2013-2014. Ces événements sont de plus en plus courants et ont bénéficié de la popularité acquise dans le contexte anglosaxon. Pour les femmes actives, c'est souvent au début du congé de maternité que cet événement est placé. Paola a organisé une fête prénatale alors qu'elle était enceinte de sept mois et demi. La majorité de ses

invitées étaient déjà mères ce qui a conduit à partager de nombreuses expériences autour de l'accouchement et des premières semaines du bébé. Au cours de la fête qu'elle nomme *baby shower,* huit amies étaient à ses côtés, réunies par ses soins. Leurs discussions ont porté sur le choix du prénom du bébé, sur le matériel de puériculture ou encore sur l'investissement du futur papa. Elle a reçu de nombreux cadeaux : des friandises à déguster à la maternité, des crèmes de soin pour le corps, un vernis à ongles et un livre sur les bébés. A l'issue de cette journée, elle était fatiguée mais heureuse du déroulement de la journée marquée par des discussions animées et de nombreuses anecdotes drôles.

Marlène, qui n'est pas encore mère, raconte avoir participé à plusieurs fêtes organisées pour des amies enceintes au cours des mois précédents et précise que ce phénomène est récent. De fait, ces fêtes prénatales apparaissent comme des manifestations de plus en plus visibles. Dans le contexte français, elles ont bénéficié de la publicité faite par la presse féminine traditionnelle et par les articles en ligne. L'étude de la blogosphère féminine montre en effet la place des blogs ouverts dans la montée en puissance des fêtes prénatales. Sur un site créé en 1999 par la société *aufeminin.com* qui propose un magazine féminin en ligne traitant de mode, de décoration de la maison ou de santé, 97 articles sont consacrés aux fêtes prénatales appelées aussi *baby shower.* Depuis 2015 un nombre considérable de photographies a été déposé par les lectrices pour témoigner de cet événement durant leur grossesse. On les voit entourées de jeunes femmes de leur âge, partageant des activités ou un goûter. Les organisatrices de ces fêtes puisent à des sources d'inspiration diverses. Parmi elles figure la lecture des blogs de parents et la consultation des réseaux sociaux. Le temps de préparation de l'événement participe au succès des fêtes prénatales. Leur attrait est décuplé lorsque les préparatifs sont marqués par le sceau du secret et par la préparation de surprises pour la future mère.

Astrid a organisé la fête prénatale de sa sœur. Elle tenait à accueillir de manière festive le premier enfant attendu dans la famille. Elle a œuvré dans le secret avec l'aide du papa qui s'est éclipsé après avoir accompagné la future maman. Elle montre des photographies et précise: « *J'aime m'occuper de la décoration et j'avais choisi les couleurs rose et dorée, avec des pompons, des guirlandes en forme de landau, des assiettes et serviettes avec des dessins de tétines ornées de l'inscription Bébé* ». Un réseau tel que *Pinterest* participe à la dissémination des pratiques. La circulation de photographies magnifie une esthétique des fêtes prénatales reposant sur l'harmonie des couleurs, le choix des matériaux et le goût du détail, confirmant ainsi une tendance celle « où l'esthétique remplace l'art » (Michaud, 2003: 169).

Les fêtes prénatales concernent majoritairement les jeunes femmes. Cependant, il arrive que les futurs pères, les frères et les amis soient invités. Ainsi, Anna a organisé sa fête prénatale avec son conjoint en conviant, un mois avant la date prévue pour l'accouchement, quatorze invités hommes et femmes. Elle précise que la décoration, achetée en magasin, privilégiait des couleurs se démarquant des stéréotypes genrés. Car, de fait, les grandes enseignes marchandes proposent depuis les années 2015 des éléments de décoration pour les fêtes prénatales qui soulignent les formes de standardisation à l'œuvre. Les éléments de décoration et la vaisselle en carton proposés en couleurs bleues, roses et pastels, sont ornés de ces représentations emblématiques de la petite enfance telles que le berceau ou la tétine. Ces éléments archétypaux sont ceux associés à cette culture matérielle de l'enfance du *cute* et du *cool* (Cook, 2004). Le commerce en ligne tente quant à lui de déployer une plus grande inventivité et une diversité de produits est proposée par les sites. Cette offre est elle aussi relayée par les photographies qui circulent sur les réseaux sociaux favorisant la promotion de nouveaux *designs* liés à une gamme de couleurs étendue, des graphismes variés ou même des messages à l'humour décalé. Les images fixes et animées représentent une source d'inspiration pour les organisatrices qui ont à cœur de singulariser chaque fête prénatale et de marquer, à différents niveaux, que son caractère unique est à l'image de l'événement tout aussi unique de la naissance et du bébé à venir.

Parmi ces produits proposés par diverses enseignes, les cartes préimprimées font partie de ces cadeaux offerts pour prolonger le temps de la fête. Les jeux de *baby cards* sont composés de messages préimprimés indiquant les différents âges anniversaires ou des étapes clés par exemple, « *j'ai souri pour la première fois* », « *le ….. j'ai fait mes premiers pas* ». Destinées à être placées près de l'enfant avant la prise photographique afin que l'image intègre le texte, elles visent à personnaliser les photographies. L'image intègre désormais des messages préimprimés des *premières fois* (Fine, 2000) caractéristiques des récits de naissance intégrés à l'album photographique, « *support et vecteur du 'roman familial' qui a autorisé l'intériorité, légitimé l'identité, l'état civil, la considération sociale de soi* » *(Garat, 2011:* 76).

Plonger dans l'enfance et prolonger la fête

Les fêtes prénatales peuvent être définies comme un temps de célébration de la maternité et de l'enfance. Ce moment où ses amies entourent la future mère, est placé sous le double signe de l'amitié et du ludique. L'exclusivité féminine est

souvent revendiquée au nom de la liberté d'évoquer les sujets les plus intimes sans retenue.

De nombreuses activités sont proposées pour impulser l'ambiance de la fête prénatale et pour rapprocher les participantes qui ne connaissent pas toutes l'expérience de la maternité. Elles permettent de « faire ensemble en discutant », et la revendication de l'« entre filles » répond au besoin de « *discuter sans complexe* ».

Les jeux imposent une dimension ludique à ces fêtes. Ils consistent à deviner la taille du ventre de la maman, le poids du futur bébé, le moment de sa naissance, son sexe si celui-ci n'est pas révélé, ou encore le prénom choisi pour l'enfant. En fonction de leurs performances une ou plusieurs participantes sont désignées gagnantes, ce qui leur donne droit à une sortie au restaurant ou à une séance de cinéma avec la future mère. Après la naissance, celle qui a par exemple deviné le poids de l'enfant partagera elle aussi un moment privilégié avec la jeune mère. Ces activités de devinettes donnant lieu à de nouveaux temps de loisirs partagés, décuplent le moment de la fête. Ils la prolongent, autant qu'ils fortifient les amitiés féminines mobilisées autour de l'enfance et de sa célébration. Parmi les multiples jeux de devinette proposés, l'un d'entre eux affirme tout particulièrement ce « *retour à l'enfance* » qui caractérisent ces fêtes prénatales. Les participantes doivent s'identifier mutuellement à partir de photographies qui les montrent bébés. Une atmosphère emblématique de la toute petite enfance est recréée au travers d'un environnement visuel, créatif et ludique. Les participantes « *s'amusent* » à réaliser des guirlandes et des banderoles en forme de tétine ou de landau, à confectionner des hochets ou à construire « *des gâteaux de couches* » à l'allure de monticules enrubannés. Les réalisations deviendront des objets de décoration éphémère de la chambre du futur bébé ou des éléments de son trousseau. De menus présents personnalisés sont confectionnés pour accompagner les rituels qui scanderont bientôt le temps de la jeune mère avec son bébé: tétée, change, toilette, endormissement, promenade. S'il arrive que les participantes offrent des cadeaux individuels ou collectifs achetés dans le commerce de la grande distribution afin de contribuer au bien-être de la future mère, au trousseau du bébé ou à l'équipement de puériculture, les fêtes prénatales sont aussi l'occasion de fabriquer des cadeaux en groupe. Des activités de dessin, de peinture ou de couture visent à agrémenter les vêtements du trousseau du bébé et à décorer la chambre. Faire de ses mains permet de « *réaliser ensemble et dépasser l'anxiété de la fin de la grossesse* ». Les activités de création manuelle, très populaires, sont inspirées par la sphère des loisirs créatifs devenue un secteur marchand en pleine expansion. Valorisant le *Do It Yourself* (DIY) l'activité, au-delà de la réalisation, correspond au besoin de

créativité, à la recherche de sérénité, de cohésion ou même d'accomplissement. Les formes de ritualisation sont soutenues par des mises en scène visuelles et des codes de réalisation, comme le montrent nettement certaines activités telles que le coloriage de mandalas. On observe une tendance à se démarquer des modèles de la consommation de masse en privilégiant des approches alternatives qui consistent à « *fabriquer de ses doigts* », « à faire en groupe », à « *détourner les objets* » ou à « *récupérer* ».

Ces tendances, où apparait de manière plus ou moins forte une vision alternative des modes de consommation, affirment la singularité de ce temps de présence auprès de la future mère, autant qu'il vise à le prolonger, y compris pour les hommes. Car si la grande majorité des fêtes prénatales se déroulent sans eux, ils ne sont pas pour autant oubliés. En effet, la fête prénatale a pour but de créer des suites. Les activités créatives et ludiques visent la réalisation de traces, durables ou éphémères, pour soutenir la jeune mère – et le cas échéant son conjoint – pendant les semaines qui suivront la naissance. L'un des objectifs est de prolonger le temps collectif de la fête par des réalisations que les jeunes parents découvriront après la naissance, au fil des premières semaines. Celles-ci visent à apporter un réconfort lorsque la fatigue gagnera compte tenu de la présence permanente auprès du nourrisson et des nuits interrompues. Des dessins et messages sont réalisés sur les sous-vêtements du bébé et sur les couches pour provoquer le rire des jeunes parents et leur procurer de l'énergie lorsqu'ils les découvriront. Ces traces visent à raviver les plaisirs partagés lors de la fête prénatale et à prolonger les marques de soutien aux jeunes parents. Parfois, un « *livre souvenir* » assure le prolongement à la fête. Chaque convive y écrit un mot d'encouragement destiné à être lu pendant la phase de travail en salle de naissance et peut l'accompagner de messages et comptines pour accueillir le bébé.

Une célébration de l'enfance

Les fêtes prénatales échappent à la codification des fêtes religieuses ou des fêtes familiales où certaines conventions imposent encore leurs marques. Avec leurs activités ludiques – jeux, réalisations manuelles – qui font écho aux configurations et aux moments qui scandent les fêtes d'anniversaire enfantines (Sirota, 1999), ces fêtes sont une occasion de « *replonger dans le monde de l'enfance* » et de le célébrer. Les activités et les jeux misent sur les contacts corporels (masser la future mère ou réaliser des dessins sur son ventre) et sur le plaisir de la régression (observer des participantes se donner à manger de la compote les yeux bandés et s'amuser à les voir se barbouiller comme des bébés). La plongée

dans le monde de l'enfance se réalise également au travers de la chanson. Les moments ludiques intègrent l'exploration du patrimoine enfantin chanté qui occupe une large place dans les activités partagées. Les jeunes femmes passent en revue les berceuses et chansons enfantines. Elles s'amusent à faire appel à cette mémoire de leur enfance. En chantant en chœur les comptines du répertoire traditionnel, elles réalisent des tests pour éprouver leurs connaissances. Le recours à *YouTube* est fréquent pour se remémorer les paroles des comptines ou pour rechercher des traductions dans les langues des participantes. Ces moments sont particulièrement appréciés par les jeunes femmes qui sont éloignées du monde de l'enfance, celles qui ne sont pas encore mères ou qui ne travaillent pas au contact des jeunes enfants.

Lors de ces événements conviviaux, la célébration de l'enfance passe aussi par la nourriture qui a une place centrale. Les participantes réalisent des biscuits en forme de landau, sucent des tétines en sucre et confectionnent des sirops ou des laits fouettés. Les aliments préparés et partagés sont fortement marqués par les cultures de l'enfance. Sont privilégiés les mets sucrés et ceux composés d'aliments liquides ou réduits en purée. Ils sont parfois présentés dans des biberons ou dans de petits gobelets munis de pailles. La tendance venue des Etats-Unis de déguster un *Vagina Cake, gâteaux collectifs ou individuels décorés de façon à simuler une vulve féminine, est largement citée sur les blogs. Les jeunes femmes manifestent le besoin de* « *rire un bon coup* » soit en évoquant cette pratique jugée d'un parfait mauvais goût, soit en la proposant à la dégustation par provocation. Car le *gore* contribue aussi à créer une ambiance et à provoquer des moments de rire pour tenir à distance l'anxiété qui pèse sur le temps de la grossesse. Les jeux de devinettes qui ponctuent ces événements festifs, notamment les dégustations, contribuent largement à créer l'ambiance constitutive de l'esthétique des fêtes prénatales. On déguste des compotes aux goûts variés pour donner deviner leur composition. On consomme des friandises et des sucreries. Les participantes se plaisent à raconter qu'elles le font sans complexe. Manger des petits gâteaux décorés de glaçages de sucre aux couleurs rose, bleue ou pastel, sucer des bonbons en se remémorant les moment de l'enfance où on les dégustait, croquer des cigarettes en chocolat en se jouant de l'interdit de fumer pendant la grossesse, font partie des plaisirs des fêtes prénatales. Ces rencontres font la part belle au plaisir de la gourmandise où les saveurs sucrées l'emportent comme pour célébrer la douceur associée au monde de l'enfance. Associé au réconfort et au prendre soin (Corbeau; Poulain, 2008), le sucré est relié aux marqueurs de célébration des rituels de l'enfance. Les pratiques soulignent le ressort de la dimension transgressive mise au service du ludique. Au moment

où une bascule s'opère puisque des vies de jeunes adultes vont être placées sous le sceau de la responsabilité parentale, le plaisir de la commensalité se savoure doublement en ne contrôlant ni la consommation de sucreries, ni les équilibres alimentaires. Le temps passé à déguster – y compris ce qui effraie, par exemple une pâtisserie figurant le corps de la mère déformé par le bébé qui se fraie une voie vers le monde – et à deviner ce qu'on déguste affirme ici la commensalité dans une fonction rituelle et symbolique (Boutaud, 2004). Ce partage de nourriture est magnifié dans des dimensions ludiques et visuelles sollicitées pour multiplier les sources d'énergie et pour conjurer les craintes de la fin de la grossesse. Les gestes de préparation qui ont permis de confectionner les mets précèdent ceux de l'offrande de boissons et nourritures d'ici et d'ailleurs destinés à la future mère. La commensalité affirme la sensibilité aux goûts de l'enfance et de ce qui la singularise – le jeu, la gourmandise, la transgression… – dans une culture du *fun* qui combinent le *cute* et le *cool* (Brougère, 2012) sans éliminer le *gore*.

Héritages et ancrages des fêtes prénatales

Une diversité d'héritages

Les fêtes prénatales puisent à différents héritages qui représentent des références et des sources de réflexion pour les participantes. Certaines mères y font référence sur leur blog en mentionnant des sites souvent tenus par des professionnelles spécialistes des techniques de bien-être ou en évoquant les *baby showers* très populaires en Amérique du Nord. La tradition du *Blessingway*, rite d'accompagnement de la femme enceinte dans les tribus Navajos, est largement citée. L'orientation de certaines *baby showers* destinées à « *couvrir de cadeaux la future mère et le bébé* », est souvent décriée au profit d'orientations se démarquant de la dimension marchande et affirmant des choix à forte portée symbolique. La référence au rituel de la culture Amérindienne est importante, et l'ancrage spirituel de ce moment de soutien à la femme enceinte est parfois relayé sur les blogs. L'importance d'un temps spécifique dédié à la future mère par des femmes amies est mise en avant en valorisant les valeurs de transmission ainsi que les dimensions symboliques de la grossesse et de la naissance. En affirmant l'idée qu'être entourée de femmes amies est un temps fort de la grossesse qui permet une joie propice au développement des énergies de la femme enceinte, les liens sororaux sont particulièrement mis à l'honneur. L'ouvrage *Blessingway, Rituels d'aujourd'hui autour de la grossesse et de la naissance* (Bouhier-Charles; Dumonteil-Kremer, 2013) qui se présente comme un

guide pratique, est régulièrement cité pour ses idées de rituels créatifs ou spirituels, de soins du corps, de chants et poèmes. Certaines approches entendent restaurer la dimension sacrée de la naissance comme célébration de la vie.

La fête prénatale peut être abordée comme un rite en construction offrant un contrepoint à la médicalisation qui s'est imposée comme une forme de ritualisation de la naissance dans le contexte français. Elle est le lieu où s'esquisse des alternatives à l'encadrement de la naissance qui lui ôte son intimité, son mystère et sa tendresse (Fontanelle; Darcourt, 1996). Ces événements festifs organisés avant la naissance sont largement inspirés par des traditions venues d'ailleurs. Sur leurs blogs, des mères mentionnent différents rites qui caractérisent la naissance dans leur pays d'origine. Elles décrivent les rites de fêtes prénatales selon les traditions africaines du Mali au Maroc, ou asiatiques de la Chine à l'Inde. Ainsi, sur son blog, Kamala décrit le *Simantha* ou le *Valaikappu*, un rite de protection qui correspond à la tradition de l'Inde du Sud célébrée essentiellement parmi les familles tamoules. Elle présente les différentes versions des *baby showers* dans les états indiens ainsi que ses buts, visant à bénir la femme et son futur bébé, et à réunir la famille qui apporte son soutien.

Des espaces de sociabilité féminine pour explorer l'intime

En France, à partir des années 1960, la prise en charge systématisée par les instances médicales a entraîné la suppression ou le maintien dans l'ombre des espaces de sociabilité féminine autour de la naissance. Les échanges féminins intergénérationnels ont progressivement disparu tandis que l'accès aux informations et le partage des témoignages se sont développés à partir de la consultation de la presse, des sites en ligne et des forums spécialisés dédiés à la naissance (Francis, 2016a-b). Cependant, le besoin de partager les expériences de la grossesse selon de nouvelles modalités s'est affirmé. Pour les futures mères, en particulier lorsqu'elles changent de lieu de vie, cette période est souvent marquée par le besoin d'établir de nouveaux liens ou de maintenir ceux qui existaient. Les fêtes prénatales témoignent d'une volonté de resserrer ces liens en privilégiant les relations horizontales. Les jeunes femmes, souvent de même génération, partagent en groupe des récits de naissances. Celles qui sont déjà mères relatent leurs expériences. Toutes affirment leur volonté de partager le vécu de la grossesse et de la naissance sur un mode décomplexé. La pudeur qui pouvait caractériser l'approche des questions intimes est reléguée au profit de la circulation d'une parole libre. L'approche de l'intimité s'exprime dans la singularité de chaque situation et repose sur une grammaire émotionnelle fondée sur l'expression verbale et non-verbale, l'authenticité et l'humour.

Les récits font une large place aux émotions. Ils explorent les expériences corporelles de ces situations intimes liées à la mise au monde et à la naissance, celles des mères et celles observées pour les nourrissons. Les témoignages mettent l'accent sur la crainte de la médicalisation systématique des accouchements et affirment le besoin *de conjurer le sentiment d'impuissance face à la surveillance et au contrôle médical. Les jeunes femmes entendent puiser des ressources dans ces récits et dans ce partage des questionnements centrés sur la part intime des expériences corporelles. Elles explorent ensemble ces expériences de la* mise au monde, revendiquée comme un moment unique (Charrier; Clavandier, 2013).

Ancrés dans une corporéité, les récits affirment l'image des corps et les sensations corporelles en faisant une place centrale au singulier et au sensible. Cette sensibilité contemporaine qui occupe une place forte dans le sentiment de soi en élaborant un espace psychique où l'expérience corporelle est centrale (Vigarello, 2016), est celle toujours marquée davantage par le sentiment du corps. L'existence de l›intériorité conduit ainsi à associer le corps en affirmant non plus uniquement l'âme ou l›esprit mais en colorant le sentiment de soi d'une valeur corporelle abordée à partir des sensations. Les conversations féminines se centrent sur les corps de la grossesse et de l'enfant à la naissance, objets de sensations plus ou moins agréables, de curiosité et d'intérêt y compris dans des aspects qui sont généralement passés sous silence tant ils paraissent triviaux. La ritualisation de ces conversations imposent les corps, non pas ceux magnifiés du bébé et de la mère tels qu'ils apparaissent dans les images idéalisées mises en circulation de la société marchande, mais ceux qui correspondent à l'expérience vivante de la naissance.

Le changement intervenu au 20ème siècle qui a imposé la conscience corporelle se manifeste ici dans la capacité à éprouver et à accueillir le registre des sensibilités associées aux expériences corporelles. Ici, on constate bien combien le sensible « a déplacé le regard, a projeté l'univers des impressions dans chaque infime moment de la vie » (Vigarello, 2016: 55), liant le ressenti du corps à ses manifestations, y compris celles considérées comme triviales. Dans ces moments collectifs où les récits valorisent cette centration sur soi associée à l'exploration des sensations physiques, se disent et s'affirment les manifestations du corps. Leur évocation se fait selon des approches décomplexées surtout lorsque la fête prénatale se déroule dans un cercle strictement féminin où les participantes osent raconter ce qu'elles ont ressenti « physiquement et non plus idéellement » (idem).

Au-delà des récits, le toucher et le massage sont autant d'éléments mobilisés pour se relier entre participantes et offrir à la future mère des enveloppements

corporels, peu fréquents dans une culture française marquée par l'inculcation du corps à distance. Des séances de photographies mettent en scène la future mère seule ou avec ses amies, et l'usage des appareils polaroid instantanés instaure des formes de mises en abyme où récits et images photographiques s'enchâssent dans l'immédiateté.

Les fêtes prénatales, nouveaux ressorts de l'intensité émotionnelle de l'enfance

En offrant un double voyage *vers l'enfance* et *en enfance*, les fêtes prénatales peuvent être abordées comme un rite de passage destiné à célébrer à la fois la maternité, la parentalité, la naissance et l'enfance. Temps forts des nouvelles sociabilités généralement marquées par un entre-soi féminin revendiqué, les fêtes prénatales témoignent de ces formes de valorisation de l'intensité émotionnelle associée à la petite enfance. Les produits de la sphère marchande jouent un rôle dans cette intensité en sollicitant les émotions et en les inscrivant dans des épisodes ritualisés. L'intensification de la place faite à l'émotionnel, affirmée par le thème du retour en enfance dans ses dimensions régressives et transgressives, est également marquée par le recours au récit où la force de l'intime est mobilisée pour réduire le risque de voir la naissance happée par la médicalisation systématique et le système marchand qui l'entoure. Les récits affirment des rhétoriques du *fun* où se combinent le *cute*, le *cool* et le *gore*. Tout en multipliant les références à l'enfance, les fêtes prénatales célèbrent, non sans autodérision, ce détachement du monde de l'insouciance – celui d'un univers sans charge éducative – et cette entrée dans celui de la parentalité. Un passage s'opère où l'univers de leurs propres enfances, mobilisé au travers des objets, des images, des goûts des odeurs et des sons, s'impose aux adultes dans un mouvement de remémoration, autant pour colorer la fête que pour baliser ce futur si proche où l'accueil du bébé ouvre un nouvel épisode dédié à l'enfance.

De nouvelles formes de déploiement du récit de soi s'affirment dans ces moments de sociabilité féminine où l'exploration de l'émotionnel est à la fois partagée et soutenue par un cadre qui valorise les images et les produits de la culture enfantine. Les liens entre participantes, structurés selon des dimensions horizontales, soutiennent une « communion d'expériences individuelles convergentes » (Walch, 2016).

La ritualisation de ces temps de sociabilité fait écho aux prescriptions des institutions d'éducation et de santé qui valorisent le rôle des émotions et leur expression pour faire face à ses peurs, pour formuler ses craintes, pour énoncer ses besoins de soutien et construire des relations de réciprocité et de symétrie. Ceci suppose des cadres qui autorisent ces pratiques et des événements qui les

fortifient. C'est ce qu'apportent les fêtes prénatales de manière plus ou moins prononcées selon leurs caractéristiques. Ces événements à caractère festif et ludique apparaissent comme des temps de sociabilités féminines où les participantes explorent collectivement, par différents jeux et activés, un *retour en enfance*. Lieux de l'expression émotionnelle associée à la mémoire de l'enfance, ces fêtes prénatales peuvent être abordées comme des temps de passage qui revisitent ses rituels. À toutes leurs étapes, depuis la préparation où domine la volonté de ménager des effets de surprises jusqu'aux prolongements où le rôle central de la photographie et des technologies numériques valorise une mise en abyme, les fêtes prénatales soulignent le processus évolutif de la place et des identités des individus ainsi que la structuration des sociabilités féminines associée à l'intensité émotionnelle de la petite enfance.

Références

BOUHIER-CHARLES, Nathanaëlle; DUMONTEIL-KREMER, Catherine. *Blessingway, Rituels d'aujourd'hui autour de la grossesse et de la naissance.* Paris: La Plage, 2013.

BENJAMIN, Walter. L'œuvre d'art à l'ère de sa reproductibilité technique. In: Œuvres I. Paris: Gallimard, 2000 (1ère édition 1936).

BOUTAUD, Jean-Jacques. Le partage de la table. In: Montandon, A. *Le livre de l'hospitalité.* Accueil de l'étranger dans l'histoire et les cultures. Paris: Bayard, 2004, pp. 1711-1737.

BOUYER, Rene-Jean. *Les mémoires d'un bébé.* Un siècle d'éducation de Pasteur à Dolto. Paris : Gawsewitch Editeur, 2010.

BROUGÈRE, Gilles. La culture matérielle enfantine entre le *cute* et le cool, *Strenæ* [En ligne], n. 4 , 18 nov. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/strenae/776>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRUNER, Jerome. *Cultures et modes de pensée.* L'esprit humain dans ses œuvres. Paris: Retz. (Traduction de *Actual Minds, Possible Words*. Harvard: Harvard University Press, 1986), 2000.

CAZALÉ BERARD, Claude.; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Mémoire de soi et des autres dans les livres de famille italiens, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2004/4, 805-826, 2004.

CESBRON, Paul. *La Naissance en Occident.* Paris: Albin Michel, 2004.

CHALLUT, Isabelle; BARAN, Chanel. *Rituels de femmes pour réenchanter la maternité.* Paris: Trédaniel, 2017.

CHAPON, Nathalie; FRANCIS, Veronique. Escribir sobre la primera infancia. Las prácticas biográficas de las profesionales. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n° 32,

93-110, 2015. Dispoível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/19847238163220150 9>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CHARRIER, Philippe; CLAVANDIER, Gaëlle. *Sociologie de la naissance. Paris:* Armand Colin, 2013

COOK, Daniel Thomas. *The Commodification of Childhood : The Children's Clothing Industry and the Rise of the Child Consumer*. Durham : Duke University Press, 2004

CORBEAU, Jean-Pierre; POULAIN, Jean Pierre. *Penser l'Alimentation. Entre imaginaire et rationalité.* Paris: Privat*, 2008.*

DE GAULEJAC, Vincent. L'exigence d'être sujet. In Corcuff, Philippe. Le Bart, Christian., DE SINGLY, François. *L'individu aujourd'hui. Débat sociologique et contrepoints philosophiques* (pp. 263-272). Rennes: PUR, 2010.

DELIEUVIN, Marie-Claude. *Marc-Antoine Jullien, de Paris, 1775-1848. Théoriser et organiser l'éducation.* Paris: L'Harmattan, 2003.

DEMOS, JOHN. Oedipus and *America: Historical Perspectives* on the *Reception* of *Psychoanalysis* in the *United States*. *In J.* Pfister and N. Schnog (eds.). *Inventing the Psychological: Toward a Cultural History of Emotional Life in America*, 63–78. New Haven: Yale University Press, 1997.

DE SINGLY, François. *Le Soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 1996.

DE SINGLY, François. *Sociologie de la* famille *contemporaine.* Paris: Armand Colin (édition originale 1993). 2007.

DONZELOT, Jacques. *La police des familles*, postface de Gilles Deleuze. Paris: Editions de Minuit, 1977.

DUFIEF, Jean-Pierre. Les Écritures de l'intime, La Correspondance et le journal. Actes du colloque de Brest, 23–25 octobre 1997, « Introduction ». Paris: Champion, 2000.

ELIAS, Norbert. *What is Sociology ?* Columbia University: New-York, 1ª ed., 1970.

FINE, Agnes. Écritures féminines et rites de passage. *Communications*, 70, 121-142, 2000.

FINE AGNES, Labro Stephanie; Lorquin Claire-Emmanuelle. « Lettres de naissance » In Fabre Daniel., *Ecritures ordinaires,* Editions POL-Centre Georges Pompidou, Paris, 1993.

FONTANEL, Beatrice.; DARCOURT, Claire. *L'épopée des bébés. Une histoire des petits d'hommes*. Paris: Édition de la Martinière, 1996.

FOUCAULT, Michel. *L'écriture de soi. Dits et écrits 1954-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

FRANCIS, Veronique. Becoming a parent : what parental writings teach us (pp.65-84). *In* La Sala G.B., Fagandini P., Monti F. & Blickstein I. (Eds), *Coming into the World: A Dialogue between Medical and Human Science* Berlin/New-York: De Gruyter

FRANCIS, Veronique. (2011a). Les journaux et albums de naissance. Pratiques familiales, figures et projets du parent biographe, *Rivista Italiana di Educazione Familiare. N°1/2011*, 73-85.

FRANCIS, Veronique. (2011b). Pais Biógrafos. Escritas familiares e diários de nascimento. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 5, n. 2/2011, 214-235. Disponível em: <http://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/279>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FRANCIS, Veronique. Oggetti della nascita e processo biografico. *In* L. Cadei & D. Simeone (dir.), *L'attesa. Un tempo per nascere genitori* (pp. 33-64). Roma: Unicopli, 2013

FRANCIS, Veronique. Les usages et effets des blogs professionnels dans le champ de la petite enfance: de nouveaux dess(e)ins des communautés éducatives ? (pp. 149-158). *Actes du XVème Congrès International de l'AIFREF*. Bilbao, 10-12 juin 2015, 2015.

FRANCIS, Veronique. Éducation familiale et technologies numériques: défis et enjeux de la recherche. *Revue Education et Formation*. N°e-306-04, 7-15., 2016.

FRANCIS, Veronique. Ecritures parentales et technosocialité. Une approche de la blogosphère parentale. *Revue Education et Formation*, N°e-306-04 *Éducation familiale et technologies numériques*, 8-21, 2016.

FRANCIS, Veronique. Les relations entre les professionnelles de la petite enfance et les familles: effet du mouvement de biographisation à l'ère numérique. *In* Silva, C. *Educazione e cura dell'infanzia nell'Unione Europea* (pp. 203-212). Pisa, Italie: ETS, 2016.

GARAT, Anne Marie. *Photos de familles*. Arles: Actes Sud, 2011.

HESS, Remi. *La pratique du journal : l'enquête au quotidien,* Anthropos, Paris, 1998.

ILLIADE, Kareen. *Marc-Antoine Jullien, Essai sur l'emploi du temps (1808)*. Paris: Anthropos, 2006.

ILLOUZ, Eva. Raison et émotion dans la formation de l'individu moderne. *In* Corcuff, P. Le Bart, CHRISTIA; DE SINGLY, François. *L'individu aujourd'hui. Débat sociologique et contrepoints philosophiques* (pp. 109-116). Rennes : PUR, 2010.

JACQUES, Beatrice. *Sociologie de l'accouchement*. Paris: PUF, 2007.

KAUFMANN, Jean-Claude. Le monde social des objets, *Sociétés Contemporaines,* 27, 111-125, 1997

KAUFMANN, Jean-Claude. L'expression de soi, *Le Débat*, 2002/2 n° 119, 116-125, 2002.

KNIBIELHER, Yvonne.; FOUQUET, Carlos. *Histoire des Mères du Moyen-Age à nos jours*. Paris: Montalba, 1977.

LEJEUNE, Philippe. *Le Moi des demoiselles. Enquête sur le journal de jeune fille*. Paris : Seuil, 1993.

LEJEUNE, Philippe.; BOGAERT, Catherine. *Le Journal intime, Histoire et anthologie*. Paris: Textuel, 2006.

LYON CAEN, Judith. Le «Je» et le baromètre de l'âme. In Corbin, A.. Courtine, J. VIGARELLO, Georges. *Histoire des émotions. 2. Des lumières à la fin du XIXe siècle* (169-188). Paris: Seuil, 2016.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

MARESCA, Sylvain. « L'introduction de la photographie dans la vie quotidienne », Études photographiques, http://etudesphotographiques.revues.org/index395.html. Consulté le 28 mars 2012, 2004.

MICHAUD, Yves. *L'art à l'état gazeux. Essai sur le triomphe de l'esthétique*. Paris: Stock, 2003.

MUXEL, Alexander. *Individu et mémoire familiale*. Paris: Nathan, 1996.

MORDENTI, Raul. *I libri di famiglia in Italia, II, Geografia e storia*. Rome : Ed. di storia e letteratura, 2001.

NEUBURGER, Robert. *Les rituels familiaux.* Paris: Payot, 2006.

PLOSS, H. *Das weib in der natur- und völkerkunde*. Berlin: Neufeld & Henius, 1927.

ROLLET-ECHALIER, Catherine. La Politique à l'égard de la petite enfance sous la IIIème République, Petite histoire du carnet de santé ou l'objectif de la santé pour tous, *Cahiers de l'INED n° 127.* Paris: PUF, 1990.

ROUQUETTE, Sebastien. Les blogs « extimes »: analyse sociologique de l'interactivité des blogs. *Tic&société* [En ligne], Vol. 2, n° 1 | 2008. Disponível em: http://ticetsociete.revues.org/412>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SIROTA, Regine. Les civilités de l'enfance contemporaine. L'anniversaire ou le déchiffrage d'une configuration. Éducation et Sociétés. n° 3/1999/1, pp. 31-54, 1999.

TOURAINE, Alain. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992.

VAN GENNEP, Arnold. *Les rites de passage,* étude systématique .... Paris: E. Nourry (réédition 1981), 1909.

VIGARELLO, Georges. *Le sentiment de soi. Histoire de la perception du corps (XVIe-XXe siècle)*. Paris : Seuil, 2016.

WALCH, Agnes. De l'âme sensible à l'avènement scientifique des émotions : la densification des émotions dans la sphère privée. In Corbin, A., Courtine, J. Vigarello, G. *Histoire des émotions. 2. Des lumières à la fin du XIXe siècle* (203-226). Paris: Seuil, 2016.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

FRANCIS, Véronique. Biographisation de l'enfance à l'ère numérique. Les fêtes prénatales, nouveaux ressorts de l'intensité émotionnelle de l'enfance. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 469-493.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.069
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 495-512
Jul.–Dez. 2018

Dossiê

"É de outro planeta, ele é extraterrestre". Revisitando os estudos em Geografia da Infância no Brasil[1]

Jader Janer Moreira Lopes[2]

Mathusalam Pantevis Suarez[3]

Resumo: Este artigo tem por objetivo revisitar o campo de estudos da Geografia da Infância no Brasil e suas interfaces com outras regiões do mundo. Para isso, faz uma retomada de obras que vêm sistematizando essa área de conhecimento, assim como de textos e publicações que emergem e dialogam com essas obras. Além disso, busca atualizar alguns temas pertinentes à vida das crianças e de seus espaços geográficos, referenciados em conceitos como paisagem, território, lugar entre outros.

Palavras-chave: Crianças; Infâncias; Espaço; Geografia da Infância.

"HE IS FROM THE OTHER PLANET, HE IS EXTRATERRESTRIAL". RE-VISITING STUDIES OF THE CHILDHOOD GEOGRAPHY IN BRAZIL

1 Os dados citados neste artigo fazem parte da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) que contou com bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA).

2 Programa de pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Juiz de Fora – Brasil – jjanergeo@gmail.com

3 Programa de pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Juiz de Fora – Brasil – mathusalam@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 495 14/12/2018 11:45

Abstract: *The aim for these article is revisiting field of study in childhood geography in Brazil. For this, resumption works that come systematizing this area of knowledge, text and publications that emerge and dialog with those works. Besides that, it seeks to update some themes pertinent to children's lives and their geographic spaces.*

Keywords: *Children; Childhood; Space; Geography of Childhood.*

Introdução

> Com minha chegada na sala, as crianças ficam inquietas e curiosas. A professora me apresenta, fala meu nome e de onde sou eu (Colômbia). Quando as crianças ficam sabendo que eu não sou brasileiro senão, colombiano, começam as perguntas: de onde é ele? Onde fica esse lugar? Uma das crianças responde rapidamente as questões dos outros: "é de outro planeta, ele é extraterrestre" Todas as crianças riem (…) (Nota de campo nº. 3, 20 de maio de 2014)

A nota que abre este artigo foi produzida com crianças em uma escola situada no munícipio de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do Brasil. É um dos trabalhos mais recentes que apresenta os dados empíricos fundamentados e dialogados com o campo que temos chamado de "Geografia da Infância".

Essa área de pesquisa tem se estruturado recentemente no Brasil, no escopo dos trabalhos envolvendo os estudos relacionados à infância e em constante interface com investigadores de diferentes origens, como a própria Sociologia da Infância, a Antropologia da Infância, a Psicologia do Desenvolvimento, as recentes traduções da Teoria Histórico-Cultural, entre outras.

Este artigo busca revisitar os caminhos percorridos por esse campo de estudos no Brasil, sem perder o lastro com outras regiões do mundo. Para isso, faz uma análise dos primeiros textos organizados e publicados em nosso território, buscando evidenciar seus principais traços e diferenças. Em seguida, percorre os conceitos atualizando e contemporaneizando o debate, além de explicitar os desdobramentos por diversos segmentos, desde os acadêmicos aos espaços escolares. Pretendemos, com isso, que o leitor não apenas conheça a sistematização da Geografia da Infância no país, mas também as fundamentações teóricas que fazem parte desses estudos.

A investigação que abre este texto será o mote em torno do qual parte dos argumentos será escrita, por isso ela estará presente em diversos momentos das linhas que tecem estas páginas.

A nota de campo inicial mostra a complexidade que pode ser compreender as crianças e cada uma das infâncias que se tecem com suas geografias. Algumas vezes, pode-se parecer um estrangeiro ante o desafio que se cria nas vivências das pesquisas com crianças e mesmo na relação que temos com elas no cotidiano institucional e em diversos espaços. Contudo, nesse tecido é que vão se consolidando os estudos da infância e suas Geografias.

A Geografia da Infância, seus fundamentos, seus estudos, os textos, os argumentos e tudo mais que concorre para sua existência no território brasileiro são os desafios deste artigo.

No começo... a infância, as crianças e seus espaços

> Ao privilegiar o espaço físico-social (não é mais possível dicotomizar estes dois termos, sendo o hífen sinal de uma imbricação e não de uma disjunção) na abordagem da infância a partir de si mesma, e ao adoptar como constructos expressões como território e territorialidade, espaço e lugar, (...) apresenta-se um significativo contributo para a inteligibilidade do modo como o habitus se funde com o habitat e vice-versa, e como tudo isto se configura em trajectos e processos de identificação infantil. (Sarmento, 2005 apud Lopes; Vasconcellos, 2005: 33)

O primeiro livro lançado no Brasil, que buscou abordar, de forma direta, o tema da Geografia da Infância, foi publicado no ano de 2005, sendo intitulado "Geografia da Infância – reflexões sobre uma área de pesquisa"[4], de Jader Janer Moreira Lopes e Tânia de Vasconcellos.

A obra é dividida em capítulos assim descritos: "Introdução, Geografia da Infância: emergindo o tema; Geografia da Infância: desenhando conceitos; Geografia da Infância e croquis territoriais: narrando experiências em pesquisa qualitativa com crianças e Geografia da Infância, territórios infantis e contemporaneidade: outras reflexões". Conta com uma apresentação assinada por Vera Vasconcellos e um prefácio assinado por Manuel Jacinto Sarmento, ambos pesquisadores envolvidos no trabalho com crianças.

A arquitetônica do livro e do sumário desenha alguns conceitos centrais que os autores traçam como base da Geografia da Infância, algo que irá aparecer explicitamente no corpo da obra, como pode ser percebido no trecho a seguir:

4 Ver referências bibliográficas.

> Assim toda criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar designado pelo mundo adulto e que configuram os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias. (Lopes; Vasconcellos, 2005: 39)

No texto, o protagonismo infantil frente ao espaço vivido já é evocado:

> As crianças, ao apropriarem-se desses espaços e lugares, reconfiguram-nos, reconstroem-nos e, além disso, apropriam-se de outros, criando suas territorialidades, seus territórios usados. A isso chamamos de territorialidades de crianças, das geografias construídas pelas crianças. (Lopes; Vasconcellos, 2005: 39)

Nesta e em outras passagens da obra, torna-se explícito o princípio central em torno do qual os argumentos são construídos: a afirmação de que toda vivência humana, incluindo a das crianças, ocorre em um espaço. O ser e o estar no mundo de todas as pessoas, além de estarem situados também em um tempo, também são marcados pelo espaço, evidenciando que todas as ações apresentam sempre uma dimensão histórica e outra geográfica, sendo essa condição geo-histórica que permite a constituição da Geografia da Infância.

A Geografia da Infância, segundo Lopes (2018), compor-se-ia por dois caminhos: compreender as crianças, suas infâncias através do espaço geográfico e das expressões espaciais que dele se desdobram, como a paisagem, o território, o lugar, as redes, as regiões (entre outros), além do desejo de compreender as geografias das crianças. Reconhece-se, assim, que as crianças possuem uma linguagem espacial, uma memória espacial, uma vivência espacial, sendo a atividade criadora das crianças também uma atividade espacial.

Tabet (2013), ao fazer a abordagem do campo de estudos da infância de língua inglesa, afirma que, entre esses autores, os termos "*geography of children*" e "*children's geography*" são mais usados comumente, diferenciando-se, portanto, da expressão cunhada no Brasil. Lopes (2018) assinala que, quando foi organizada a primeira publicação, a opção de utilizar o termo "Geografia da Infância" e não "Geografia das Crianças", presente nos trabalhos ingleses, deveu-se ao fato de reconhecerem o vocábulo "infância" como uma expressão em torno da qual ocorrem disputas dos diferentes setores da sociedade, processo em que inclusive as crianças estariam contempladas. Declara-se, assim, a demarcação entre crianças e infâncias e todas as suas aproximações e reconhece-se o caráter histórico, social e geográfico desse último, como um arranjo em constantes mudanças e

transformações, cujas universalidades não estariam fora do fazer hegemônico que, tradicionalmente, se busca e das relações que se estabelecem entre saberes e poderes, das circunstâncias que tornam todas as palavras uma constante arena (Bakhtin, obras diversas). Voltemos a Lopes e Vasconcellos (2015: 23):

> (...) a mesma noção de infância apresenta diferentes apropriações de acordo com os interesses de quem as utiliza, e a sua pretensa universalidade só existe quando necessária. Dessa forma, os feixes que definem o sentido de infância variam de acordo com os interesses destinados pela sociedade às suas diferentes camadas sociais, estabelecendo diferentes caminhos para a vida adulta.

Devemos considerar que "existem certos termos que transitam cotidianamente entre nós, e seu uso contínuo nos leva a esquecer que as palavras se fazem, se constroem, se transformam, na cultura e na história..." (Meyer; Lopes; Vasconcellos, 2012: 3). Não é diferente para o caso da infância e ao assumir a geograficidade como uma das marcas desse processo, evoca-se um dos princípios geográficos, o do posicionamento e da localização, que circunscreve os eventos, as pessoas e, nesse caso, crianças em fronteiras territoriais, que também são fronteiras de sua corporeidade. O nascimento humano ocorre sempre em determinados locais, de onde emerge a história individual e coletiva, embaçando limites, divisas, encontros, centralidades, confins e outros atributos geográficos que compõem a existência de todos nós. As memórias de Pantevis (2018), e sua infância passada na Colômbia é carregada de conflitos armados, da presença da guerra, nos anos de 1980:

> Lembro de muitas coisas daquela época [infância]. Lembro de um dia que minha mãe chorava por culpa de meu padrasto que não tinha chegado em casa, era como oito horas da noite e ele ainda não chegava, lembro dessa hora porque já tínhamos jantado e ela chorava muito porque ele ainda estava na rua. Nessa hora começou um barulho de tiros de armas de fogo, minha mãe sabia que era a guerrilha que estava chegando de novo na cidade. Ela começou a rezar, a gente foi para parte atrás da casa, especificamente no banheiro, fomos para nos proteger e ficamos a noite inteira aí porque tínhamos muito, muito medo de sermos atingidos por um tiro perdido. Minha mãe achava que nessa noite iam matar meu padrasto por ficar na rua.
>
> Por enquanto, a gente se escondia no banheiro da casa, ela me pedia para não fazer barulho, eu não consegui entender muito bem a situação nesse momento até que eu fiquei dormindo em um colchão que ela levou para o banheiro (...) (Pantevis, 2018: 28, tradução nossa).

Contemporanea_V8n2.indd 499 14/12/2018 11:45

A Geografia da Infância situar-se-ia, nessa interface, entre temas que são caros à própria ciência geográfica, entre os quais destacamos a noção de paisagem, de território, lugar e outros aqui já expressos. Esses temas se relacionam com a infância, com as autorias e lógicas infantis frente aos seus espaços vividos, revelando um protagonismo das crianças que se constrói em estreitas fronteiras com o mundo social, com o mundo adulto e entre as próprias crianças.

Outro texto que teve grande importância no movimento dessa área no Brasil foi a publicação "Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias". Nesse artigo, Lopes (2013) faz um registro dos principais autores e postulados que influenciariam os estudos envolvendo os liames entre crianças e espaço geográfico. Os anos 70, no século XX, seriam o marco temporal em que se situaria a produção sistemática desses trabalhos, marcados pela sistematização da Geografia Humanista como uma nova linha de pensamento dentro da própria ciência geográfica. Essa linha emerge fazendo "críticas aos estudos estatísticos na Geografia, à descrição racionalista do positivismo e ao reducionismo economicista do movimento marxista dentro dessa ciência" (Lopes, 2013: 285).

Ao buscar compreender a "percepção e representação do espaço por indivíduos, entendendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que reconhece o seu pertencimento e compartilhamento a um determinado grupo cultural" (Lopes, 2013: 285), algumas obras terão grande influência no desenho da Geografia da Infância: os estudos de Tuan (1980) sobre espaço e lugar (publicado inicialmente no livro Topofilia); de Piaget (obras diversas, mas pode-se marcar, sobretudo, a escrita em conjunto com Inhelder, intitulada "A representação do espaço na criança"); a noção de espaço vivido organizada por Frémont (1980) e publicada na obra "*La Région, espace vécu*" (A região, espaço vivido); além do livro "A Imagem da Cidade", de Kevin Lynch (1960).

Merece ser ressaltado que, na mesma revista, Lopes e Fichtner (2017), no artigo "O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades", manifestam os estudos dessa investigadora alemã, em torno dos anos 30 do século XX, como uma das primeiras pesquisas que tratará das crianças e seus espaços. Ao final do texto, esses autores afiançam que, em relação aos achados de campo de Muchow (2012), suas afirmativas "poderiam estar presentes em qualquer obra atual que preconiza sobre o protagonismo e a participação das crianças, suas lógicas e formas próprias de ser e estar no espaço" (Lopes; Fichtner, 2017: 773), ainda que trabalhos "posteriores, que tiveram grande impacto nos estudos da percepção espacial e ambiental, acabaram se tornando mais conhecidos" (idem), muitas dessas ideias já "haviam sido esboçadas por Muchow anos antes" (idem).

Buscando atualizar a produção sobre a Geografia da Infância no país, Lopes e Costa (2017) explicitam um quadro de diversos trabalhos referenciados nessa área. Procedendo a uma categorização dos assuntos que marcam os estudos, reconhecem sete possíveis agrupamentos: Crianças e Espacialidades; Geografia da Infância e Tecnologias; Diálogos entre a Geografia da Infância, geografia e demais saberes escolares; Geografia da Infância e form(ação) docente; Geografia da Infância e Cartografia com crianças; Geografia da Infância e pesquisa com bebês e Geografia da Infância e temáticas diversas.

No primeiro se encontrariam os trabalhos que "trazem em comum a reflexão sobre a autoria das crianças na produção de suas Geografias. Nesse sentido, mantêm o foco nos diferentes usos e apropriações que fazem do espaço, produzindo espacialidades outras" (Lopes; Fichtner, 2017: 112); no segundo, os trabalhos que têm "em comum a presença das tecnologias como elemento constituinte dos espaços vivenciados pelas crianças, buscam compreender as interpretações que elas produzem sobre os usos que fazem de tais espaços, a partir de elementos tecnológicos, na relação com os adultos e com seus pares" (ibidem: 113); no terceiro, "as pesquisas discutem como o trabalho que envolve o saber geográfico escolar é tocado pelas Geografias que as crianças produzem e das quais são portadoras" (ibidem: 114); no quarto, temos trabalhos cujo foco principal situariam "aspectos formativos e na prática cotidiana do professor em diálogo com as reflexões sobre as crianças e suas geografias" (idem); no quinto, estão as vertentes que marcam "as crianças pelo seu protagonismo. Por isso, falam de uma cartografia COM crianças, e não PARA ou SOBRE elas" (ibidem: 115); no sexto, as "investigações que trazem como foco principal os bebês e suas espacialidades abrem, ao campo de Estudos da Infância, novas possibilidades de compreensão desses sujeitos cuja dinâmica é pouco conhecida ainda" (idem) e, por último, a "vertente comporta uma diversidade maior de temáticas. São trabalhos que reforçam a importância da Geografia da Infância como referencial que traz como uma de suas principais características as múltiplas possibilidades interpretativas e de diálogo" (idem).

Como se pode perceber, os estudos sobre Geografia da Infância ou temas que tangenciam seus fundamentos vêm se ampliando no Brasil, tornando essa área sólida e sistematizando conceitos e argumentos até então pouco presentes no repertório acadêmico brasileiro. Terminologias como Paisagens da Infância, Territórios de Infâncias, Lugares de Crianças, Crianças Situadas e outras têm sido expressões presentes em muitos trabalhos que encontramos, tecendo possibilidades outras de olhar para as crianças e suas vidas.

Contemporanea_V8n2.indd 501 14/12/2018 11:45

Geografia da Infância: contemporaneizando os argumentos

> O conflito armado colombiano que eu vivi na minha infância, numa cidade que era atingida frequentemente pela guerrilha, era reelaborado em nossas brincadeiras, nos dividíamos em dois grupos de crianças um, representava a guerrilha e o outro a polícia ou o exército. Fazíamos armas improvisadas com paus e fingíamos um enfrentamento entre os dois grupos.
> A ideia era matar ao inimigo e para isso tínhamos que gritar "eu matei ele". Quando achávamos o inimigo desatento, o som das armas era simulado por nossas vozes, aqueles sons eram ouvidos na televisão ou nosso cotidiano por alguma vez que a guerrilha atingiu nossa cidade. (Pantevis, 2018: 27, tradução nossa)

A Geografia da Infância, ao assumir a espacialidade das crianças e declarar que todos nós habitamos um espaço geográfico (e somos habitados por ele), também nos lembra de que muitos de nós somos cegos à existência desses espaços em nossas vidas, mas as crianças não! Elas sempre nos recordam, quer em suas ações nas paisagens edificadas, quer em suas linguagens outras, essa condição geográfica em que residimos e que nos residem. Recuperemos um relato expresso em Muchow (2012), no qual a autora alemã fez intensas observações de crianças em uma doca de carregamento, localizada ao noroeste do distrito de Bamberk e que se estende cerca de 80 metros paralelos ao Canal Osterbeck, entre o Canal e a estrada Osterbeck. Entre seus diversos registros, destacamos:

> Uma primeira diferença está na perspectiva do que define o próprio local: para os construtores do lugar, para os adultos que utilizam o espaço em sua funcionalidade, o centro focal daquele espaço é na parte baixa, próximo à borda da água; para as crianças, o seu encantamento começa com a periferia do espaço e define-se com uma cerca de madeira de, aproximadamente, 1,5 metros de altura, que envolve o local. A cerca no mundo adulto possui duas funções: definir a fronteira entre a rua e o local, funcionando como um parapeito que protege os transeuntes de cair, ou seja, é um impedidor do movimento e tem como definidor perceptivo principal um sinal ótico; para as crianças, a cerca, por sua vez, é um marcador tátil, pois essas logo buscam entrar em contato com ela, deixando de ser um inibidor do movimento, para se transformar em objeto de ação. Assim, o espaço de vida da criança: contato, a experiência tátil é o que prevalece: toques, escaladas, mãos deslizantes estão sempre presentes. A cerca, no mundo adulto, para e direciona o movimento; no mundo das crianças, é um convite para seu agir. (Muchow, 2012: 14)

As crianças nos lembram de que toda ação é sempre uma convivência. Por isso, o espaço geográfico nunca é um mero palco por onde estamos apenas passando, mas são intensas possibilidades de desenvolvimento e transformação. A Geografia da Infância, além de "ler" a infância através do espaço geográfico e de suas expressões, busca também o reconhecimento de que as crianças apresentam seus protagonismos geográficos, na interface dos mundos infantis e adultos.

Tudo isso é a Geografia da Infância: os fios entre as crianças, os adultos, as ações sociais, culturais, econômicas, políticas, compostas pelas dimensões de gênero, de classes econômicas e muitas outras e, por essa razão, não podem ser invisibilizadas. Nascer aqui ou acolá faz toda diferença nas infâncias das crianças! Todas as crianças são situadas. Toda vida está localizada e faz parte de uma rede geográfica que não pode ser esquecida.

Essa relação das crianças com suas geografias aparece em muitos vestígios da vida que vão de uma lógica adulta que vem sendo reelaborada pelas crianças, permitindo se definir como uma lógica infantil, como a reelaboração do conflito armado em uma brincadeira, a compreensão das crianças de uma pessoa que vem de outro país, cuja fala é diferente, reelaborando-a como um extraterrestre. Retornamos ao trabalho que abriu este artigo:

> A professora põe o mapa no chão para poder conferir de onde a gente é. As crianças estão muitos emocionadas olhando quão grande é o mundo e localizam a Colômbia e o Brasil. As crianças querem desenhar o mundo, a professora entrega folhas brancas e lápis de cor para desenhar.
> Umas das crianças [Pierre, 5 anos de idade] me mostra o mapa que ele desenhou. Eu peço para ele me explicar o mapa:
> - Pierre: América, Estados Unidos é amarelo. Tem coisas muito legais. Você conhece não?
> - Math: não e você?
> - Pierre: conheço. Eu conheço, é muito legal. O sul fica muito longe da terra. O verde é Brasil.
> - Math: é mesmo?
> - Pierre: é, o mundo inteiro e a floresta. As cores são porque fica mais bonito. Vermelho é a Colômbia, é rosa para ficar mais bonita.
> - Math: esse azul, aqui embaixo?
> - Pierre: esses dois aqui? Já te falei. Esse é Japão.
> - Math: mas, tem vários azuis aqui...
> - Pierre: esses dois daqui são Japão mesmo. Porque fala diferente. Esse fala inglês de onde é você. O outro azul fala japonês mesmo. É porque fala diferente. (Nota de campo nº 3, 29 de setembro de 2016)

Figura 1 – Desenho produzido por Pierre em sala de aula

Ainda que as crianças, por séculos, tenham sido isoladas da sociedade, tenham tido sua "infância separada, cativa, encerrada, uma infância acompanhada, defendida, uma infância que não pode explorar, descobrir, maravilhar-se" (Tonucci, 2004: 33), ainda assim, as crianças criam o mundo, um mundo outro, diverso deste que muitas vezes tenta apagá-las.

É assim que o espaço se compõe, como uma categoria da existência e da experiência humana, também nas vivências infantis. Crianças e adultos habitam territórios, paisagens, lugares e estabelecem constantes redes a partir de si e dos outros. Muitas vezes, nós, adultos, abandonados pela infância, somos cegos nessas geografias:

> Em uma atividade proposta, que consistia em revisar o mapa e localizar o lugar de origem das personagens dos contos narrados na aula (O menino esperto e *Les Petites Crapules* de Thomas Sympa), se apresenta a seguinte conversação:
> - Eu: você conhece isto aqui? (Mostrando para eles o mapa)
> - Maria Fernanda: sim, eu conheço sim, é o mundo todo.
> - Eu: pensei que você não sabia... (fico com cara de pensativo)
> - Maria Fernanda: (ela pensa e me mostra no mapa) é aí onde eu moro, no Brasil mesmo.

- Eu: é mesmo, sabia não.
- Maria Fernanda: sim, eu moro aqui, Brasil é perto da escola, o Brasil é Juiz de Fora. (Nota de campo nº. 31, 18 de agosto de 2016)

Reconhecemos o espaço infantil como um espaço simbólico, que se aproxima da definição de território cunhada por Haesbaert & Limonad (2007) que vai desde uma construção histórica e social, que se dá a partir das relações de poder, até a estrutura simbólica que envolve a sociedade e o espaço geográfico. A ele juntamos a experiência na paisagem em toda sua plenitude, envolvendo as formas expressas por Santos (1999), mas também as sensações e as emoções que permitem singularizar nossa existência e a criação de lugares marcados por intensos afetos. O espaço das crianças, suas geografias, estariam comportados na escuta sensível (Barbier, 1997), ancorados no respeito ao outro, no encontro e no espaço que as crianças têm reelaborado e criado, como inventores de histórias e geografias da vida humana.

Essas descrições trazidas por Pantevis (2018), além de outras delas evidenciam as aproximações de infância, das crianças com seus locais de vivência. A singularidade (ou quem sabe a tragédia) humana é que nenhuma palavra tolera por completo a vida que se vive. Por isso, bem lembrou Bakhitn (obras diversas), não temos álibi em nossa existência no mundo, qualquer enunciação é sempre uma escolha. A gênese da palavra já marca nossa autoria no mundo e isso não é diferente na vida das crianças.

O mesmo pode ser dito do espaço geográfico. Qualquer descrição, por si só, já é uma interpretação do mundo. A palavra adjetiva o espaço. A vida no espaço cria as palavras e também as pessoas. Como nenhuma palavra humana porta a densidade da vida, sua complexidade, diferenças e diversidades, qualquer palavra narrada, além de ser sempre uma escolha prévia, coloca na fronteira a responsabilidade ética para com o outro. Foi Vigotski (2010: 25) que nos lembrou de algo muito especial: "Em forma geral: a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas. Eu me relaciono comigo tal como as pessoas relacionaram-se comigo" (Puzirei, 2000: 25)[5]. Somos sujeitos de linguagem, forjados nas palavras outras (Bakhtin, obras diversas), nas linguagens de espaços e tempos, cronotopias arroladas às vivências, que nos singularizam em nossa ontogênese[6]. Assim, toda criança é enunciação, toda criança é autora.

5 PUZIREI, A. A. Lev. S. Vigotski: Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, nº 71, p. 21-44, jul., 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/ao2v2171.pdf.> Acesso em: 08 nov. 2018.

6 Ontogênese refere-se ao desenvolvimento de um indivíduo dentro da própria espécie. Por exemplo: como, ao nascer, um bebê humano se desenvolve, por quais momentos ele passa em seu processo de humanização.

Contemporanea_V8n2.indd 505 14/12/2018 11:45

A infância faz-se de forma intensa, em que paisagens (na sua totalidade), territórios, lugares e muitas expressões do espaço geográfico se forjaram, são forjados, documentam o corpo externo e interno, criam nossa unidade com o mundo. Por isso, podemos falar em uma Geografia da Infância, uma vez que não existe vida humana fora do espaço, assim como também não existe fora do tempo. Se o ser e estar das crianças são uma ação temporal, ela é sempre espacial.

Segundo Vigotski (2010), isso é a vivência e, de acordo com Bakhtin (2014), isso é cronotopia. Escutemos as palavras desses autores. Para Vigotski (2010: 683-684):

> De forma mais precisa, mais exata, o que nós podemos dizer a respeito dos exemplos que vimos quando discutimos as crianças é que os elementos existentes para determinar a influência do meio no desenvolvimento psicológico, no desenvolvimento de sua personalidade consciente é a vivência. A vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro.

E ele continua:

> (...) na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência. Por isso, parece apropriado conduzir de maneira sistemática a análise do papel do meio no desenvolvimento da criança, conduzi-la do ponto de vista das vivências da criança, porque na vivência, como já coloquei, são levadas em conta todas as particularidades que participaram da determinação de sua atitude frente a uma dada situação. Por exemplo, será que todas as minhas peculiaridades constitutivas, dos mais diversos tipos, participam inteiramente e também em bases iguais de todas as situações? Claro que não. Em certa situação, algumas de minhas particularidades constitutivas desempenham papel principal, em outra, outras desempenham o papel principal, enquanto, no primeiro caso, elas podem estar absolutamente ausentes. Para nós é importante saber, não de maneira geral, quais são as peculiaridades da criança, mas é importante saber quais dessas peculiaridades constitutivas desempenharam um papel determinante para definir a atitude da criança frente a uma dada situação, enquanto em outra situação, outras particularidades constitucionais desempenharam seu papel.

Para Bakhtin (2014: 211): "À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos *cronotopo* (que significa "tempo-espaço") [...] nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo".

Vigostki e Bakhtin buscaram trazer de volta a dimensão espacial do ser humano perdida na modernidade. A modernidade ocidental privilegiou o tempo em detrimento do espaço. Temporalizou o humano em uma lógica cronológica e linear expressa em muitas dimensões da vida humana (no cotidiano, nas instituições, na ciência, no nosso imaginário individual e coletivo), mas encobriu a espacialidade como uma faceta fundamental da ontologia humana e, claro, da própria epistemologia, já que ambas habitam nossa existência.

Massey (2008: 31), ao conceituar espaço, afirma que este é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade "[...] onde distintas trajetórias coexistem, é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz". Para ela, "sem espaço não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos." Declara ainda: "precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre-relações, que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ela está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca finalizado, nunca se encontra fechado." Assim como a vida humana e seu constante inacabamento!

Falar em Geografia da Infância é isso. É ver, no espaço geográfico, a vivência das crianças, é ler a infância e os indícios de como as crianças estão na sociedade a partir da paisagem, dos territórios, das redes que se estabelecem, dos lugares que se cunham. Por isso, qualquer infância é espacializada, qualquer criança vive em um espaço, tendo aí atividade criadora de si e do mundo. Por isso, posso falar em infância, em geografias da infância, trazendo as crianças, suas potentes linguagens e suas possibilidades de compartilhar a existência com o outro. O nascimento de um bebê é um encontro geracional, é o primado de sua caminhada no mundo, na interface das histórias daqueles que já o habitam, é, por si, também um ato geográfico.

Considerações finais

> Continuando atividade dos mapas, revisando o mapa-múndi, as crianças se sentem emocionados de ver tantas coisas, tantas cores e de que a professora mostre para eles diferentes países:
> - Patrícia: esse aqui é o Brasil, vocês conhecem.

- Maria Fernanda: eu moro no Brasil, Brasil é muito perto da escola, o Brasil é Juiz de Fora.
- Eu: como assim?
- Maria Fernanda: como assim o quê? (Com cara de preocupação olha para mim e outra criança intervém na conversa).
- Pierre: lembra que ela falou que é no Brasil onde ela mora, também eu, é aí onde eu moro, muito perto da escola. Olha aí (me mostra no mapa) esse aqui, esse pequenininho é o Brasil, você não sabe de nada.
- Milena: eu também moro aí e também viajei para outro país, viajei para o Rio de Janeiro.
- Maria Fernanda: sim, mas essa aqui é a escola, a gente não pode sair daqui, só quando os pais vêm pegar a gente.

(Todas as crianças se espalham pela sala). (Nota de campo nº 34, 8 de setembro de 2016)

Buscamos, neste artigo, evidenciar para o leitor os caminhos que vem trilhando a Geografia da Infância em território brasileiro. Para isso, dialogamos com algumas obras que, para nós, tiveram significativa importância na estruturação dessa área e que vêm influenciando diversos trabalhos.

Marcamos também alguns conceitos-chave que fazem parte desses estudos e que se estabelecem na fronteira com a própria ciência geográfica. Vale destacar que muitos desses estudos tiveram sua gênese na área da Educação e em outras, como a Psicologia, por exemplo, mas como parte de um arcabouço mais amplo: o do campo de Estudos da Infância. A Geografia acadêmica só recentemente vem se apropriando e dialogando com os recentes postulados que envolvem as investigações da infância. Com isso, tem passado a olhar as crianças de outra forma, indo além dos dados estatísticos (como taxa de natalidade e mortalidade infantis) e da dimensão cognitiva que têm sido priorizados em muitos trabalhos.

Tentamos também marcar a necessidade de se escutar sensivelmente as crianças para ouvirmos, vermos, sentirmos suas vivências espaciais, suas culturas geográficas, aprendendo constantemente com elas e em suas existências singulares. Como postulou Couto ao trazer a diversidade e diferenças presentes no continente africano: "Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto" (Couto, 2011: 14).

O apontamento de Couto abrange a relação da pessoa com o meio, em uma relação de alteridade, na vivência no mundo e como ele faz para situar-se nele, em seu lugar, em sua topofilia (Tuan, 1980), criando um espaço com o qual

convivo, deixo de sentir dúvidas, não me sinto alheio, abandonando as incertezas, tão manifestadas em Galeano (2002: 87):

> No café da manhã, minhas certezas servem-se de dúvidas. E têm dias em que me sinto estrangeiro em Montevidéu e em qualquer outra parte. Nesses dias, dias sem sol, noites sem lua, nenhum lugar é o meu lugar e não consigo me reconhecer em nada, em ninguém. As palavras não se parecem àquilo que dão nome, e não se parecem nem mesmo ao seu próprio som. Então não estou onde estou. Deixo meu corpo e saio, para longe, para lugar nenhum, e não quero estar com ninguém, nem mesmo comigo, e não tenho, nem quero ter, nome algum: então perco a vontade de me chamar ou de ser chamado.

Esses chamamentos dos outros vão provocando identidades/alteridades que fazem com que nos sintamos próximos às nossas geografias, criando intimidades evocadas na fronteira da sociedade. Não é um espaço íntimo no sentido de isolado, mas é um viver que se faz na constância com o outro. Acolhimentos! García Márquez narra a cidade de Macondo como uma cidade simples, sem nada, mas onde acontecia tudo:

> Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo. [...] (García Márquez, 2003: 7)

Ou como escreveria Guimarães Rosa (2001: 506) em Grande Sertão Veredas: "O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga". Desse jeito são os territórios, as paisagens, os espaços e os lugares, são linguagens humanas, narrativas das crianças, dos adultos e relações que se transformam ou reelaboram, de onde é possível gestar o "novo eu". Nas palavras de Jerebtsov (2014; 20): "Em atividade conjunta, na cooperação, na co-existência, em con-vivência, nasce o novo Eu. E esse novo Eu exige vivências para a elaboração de determinações, adaptações para o Eu renovado".

Nessa perspectiva, o espaço geográfico forja-se na sua dimensão física e semiótica, em explosões axiológicas, em que eu posso viver através desse outro que me dá vida, que me leva. Segundo Pantevis (2018: 194):

> E aí vem na minha mente cada momento durante toda essa vivência (4 anos com as crianças) toda minha vida tentei existir para esse outro, em um grito desesperado para poder existir, sempre estive entre vozes e entre vocês em

> busca de assumir essa cultura e foram as crianças nesta pesquisa que me mostram essa cultura única que criamos em nossa convivência e que eles são autores dessa cultura (Tradução nossa).

Tudo isso é pura Geografia. Geografia de uma criança, hoje adulto, mas que reconhece as infâncias que me acompanham por toda vida. As várias vozes que me formaram. Imortalidades! Além da receita, trago Adélia Prado (1993: 11), outra mineira, que faz questão de afirmar:

> Quando nasci um anjo esbelto,
> desses que tocam trombeta, anunciou:
> vai carregar bandeira
> Cargo muito pesado pra mulher,
> esta espécie ainda envergonhada.
> Aceito os subterfúgios que me cabem,
> sem precisar mentir.
> Não sou tão feia que não possa casar,
> acho o Rio de Janeiro uma beleza e
> ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
> Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
> Inauguro linhagens, fundo reinos
> -- dor não é amargura.
> Minha tristeza não tem pedigree,
> já a minha vontade de alegria,
> sua raiz vai ao meu mil avô.
> Vai ser coxo na vida é maldição pra homem
> Mulher é desdobrável. Eu sou.

Que possamos ser desdobráveis em nossas vivências, em nossas cronotopias, em nossas geografias de nossas infâncias! Criancices também fomentam e forjam a história humana, salvam-nos de nossas rotinas e repetibilidades, proclamando o novo, o inexistente, colocando-nos sempre em um ponto no espaço para além de nós mesmos, quebram nossa fixidez. Revertem-nos em caminhantes! Vida crianceira!

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2014.

BARBIER René., *L'approche transversale, l'écoute sensible en sciences humaines,* Paris: Anthropos, coll. Exploration interculturelle, 1997, 357 p.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse Africano?* E outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002. Disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/03/O-Livro-dos-Abrac_os-Eduardo-Galeano.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. *Cem Anos de Solidão*. Trad. Eliane Zagury. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de flobalização. *Etc., espaço, tempo e crítica*, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro, ago. 2007, p. 39-52. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADs/etc%202007_2_4.pdf.>. Acesso em: 08 jul. 2018.

JEREBTSOV, Serguei. Gomel a cidade de L.S. Vigotski. Pesquisas científicas contemporâneas sobre instrução no âmbito da Teoria Histórico-Cultural de L.S. Vigotski. *VERESK – Cadernos Acadêmicos Internacionais*. Brasília: UniCEUB, v.1, p. 7 – 27, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5750/6/VERESK.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge: M. I. T. Press, 1960.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. *Revista Educação Pública*, v. 22, n. 49/1, 2013. Disponível em: <HTTP://PERIODICOSCIENTIFICOS.UFMT.BR/OJS/INDEX.PHP/EDUCACAOPUBLICA/ARTICLE/VIEW/915>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. Notas da palestra: Geografia da Infância: percursos históricos e geográficos no Brasil e no mundo. *I Colóquio Internacional Crianças e Territórios de Infância no Brasil*. 26 e 28 de março de 2018. UNB: Brasília.

LOPES, Jader Janer Moreira.; VASCONCELLOS, Tania. *Geografia da infância*: reflexões sobre uma área de pesquisa. Juiz de Fora: Feme, 2005. 100p.

LOPES, Jader Janer Moreira.; FICHTNER, Bernhard. *O espaço de vida da criança:* contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. *Revista Educação Pública*, v. 26, n. 63, 2017. Disponível em: <http://periodicos-cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5564>. Acesso em: 08 nov. 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira.; COSTA, Bruno M*uniz* Figueiredo. Geografia da infância: onde encontramos as crianças? *Acta Geográfica*, Boa Vista, Edição Especial 2017, p. 101-118. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4774>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço:* uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MEYER, Angela.; LOPES, Jader Janer Moreira.; VASCONCELLOS, Tania. Infância. *Sede de ler*: Programa de alfabetização e leitura, Niterói, ano 3, n.3, p.3-4, ISSN 2179-5258, Editora de UFF, 2012.

MUCHOW, H. H. *Der Lebensraum des Gro*βtadtkindes. Doutschland: Beltz Juventa, 2012, 212 p.

SUAREZ, Mathusalam Pantevis. Coitado menino está doente: Relación de los niños com el ser extranjero. Tese (Doutorado) – Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PIAGET, Jean.; INHELDER, Barbel. *A representação do espaço na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PRADO, Adelia. *Bagagem*. São Paulo: Siciliano, 1993.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão*: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAID, Edward. *Orientalismo.* Trad. María Luisa Fuentes. Barcelona: Liberduplex, S. L. U., 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999, 384 p.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Prefácio. In: LOPES, Jader Janer Moreira.; VASCONCELLOS, Tania. *Geografia da infância:* reflexões sobre uma área de pesquisa. Juiz de Fora: Feme, 2005, 100 p.

TEBET, Gabriela Guarnieri De Campos. Isto não é uma criança! Teorias e Métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. Tese de Doutorado, 2013, 154 p. São Carlos: UFSCar. Educação. 2013.

TONUCCI, Francesco. ¿Qué niños? In: ABRIL, P. et al. *III Encuentro la Ciudad de los Niños. ¿Qué ciudades? ¿Qué niños?* Madrid: Acción Educativa, 2004.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Quarta aula: a questão do meio na Pedologia. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 05/06/2018

Como citar este artigo:

LOPES, Jader Janer Moreira e SUAREZ, Mathusalam Pantevis. "É de outro planeta, ele é extraterrestre". Revisitando os estudos em Geografia da Infância no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 495-512.

Artigos

Contemporanea_V8n2.indd 514 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.070
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 515-542
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Vulnerabilidade e perigo potencial – o processo de criminalização do assédio sexual online no Canadá e casos julgados em Ontário (2002-1014)[1]

Tatiana Savoia Landini[2]

Resumo: A massificação da Internet, nos idos de 1990, e o mais recente desenvolvimento e fácil acesso às novas tecnologias de comunicação e informação trouxe a violência sexual cometida no ambiente online como foco de atenção para aqueles preocupados com a proteção de crianças e adolescentes. Na esteira das discussões sobre pornografia infantil, tomaram corpo as discussões sobre grooming ou luring, traduzidos para o português como assédio sexual, aliciamento ou sedução online. Neste texto, reflito sobre o movimento de criminalização do chamado online luring ou online grooming, no Canadá, além de fazer algumas reflexões também a partir da análise de relatórios judiciais de casos julgados por assédio sexual na Província de Ontario, entre os anos de 2002 e 2014. A partir de 2002, a seção 172.1 do Código Criminal passou a proibir a comunicação entre um adulto e uma criança, via tecnologias da comunicação e da informação, quando esta pode ou poderia resultar em um crime sexual. Este artigo tem

1 Este texto resulta da pesquisa Assédio sexual online e pornografia infantil – um estudo dos casos julgados na província de Ontário, Canadá, realizada com apoio da FAPESP, por meio de Bolsa de Pesquisa no Exterior. Agradeço a Patrice Corriveau pela recepção no Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa. (Processo Fapesp nº 2013/26401-1)

2 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – São Paulo – Brasil – tatiana.landini@unifesp.br

Contemporanea_V8n2.indd 515 14/12/2018 11:45

como foco não o assédio em si, mas as crenças, valores e ideologias que estão em pauta, sendo discutidas as representações da criança, do adulto agressor e do ambiente online, pilares que sustentaram o processo de criminalização do assédio online e que estão presentes também nos registros dos casos julgados por esse crime.

Palavras-chaves: Violência sexual; crianças e adolescentes; assédio sexual; representação; Norbert Elias.

VULNERABILITY AND ITS POTENTIAL PERILS – ON THE CRIMINALIZATION OF ONLINE LURING IN CANADA AND COURT CASES TRIED IN ONTARIO (2002-2014)

Abstract: *The mass diffusion of the Internet since the 1990s and the development and expansion of easy access to information and communication technologies placed online sexual violence as a focus of attention for those concerned with child and adolescent protection. In the wake of the usual discussions on child pornography, an increasing concern has emerged about situations of online grooming or luring. This article reflects on Canada's movement to criminalize online luring/grooming, and makes some remarks based on Court Reports from the province of Ontario in the years 2002 to 2014. From 2002 on, Section 172.1 of the Criminal Code of Canada prohibits communications between adults and children via information and communication technologies that could result in a sexual offence. The study is not focused on luring in itself, but on the beliefs, values and ideologies identified in its agenda. It discusses the representations of children, adult offenders and online environment that stand as the foundations of the process of criminalizing online luring, and are also found in the reports of the studied cases and decisions in connection with the crime.*

Keywords: *Sexual violence; Children and adolescents; Luring; Representation; Norbert Elias.*

A massificação da Internet, nos idos de 1990, e o mais recente desenvolvimento e fácil acesso às novas tecnologias de comunicação e informação (conexão de telefones celulares, *smart phones* e *tablets* às redes 3G e 4G) trouxe a violência sexual cometida no ambiente online como foco de atenção para aqueles preocupados com a proteção de crianças e adolescentes. A preocupação voltou-se, primeiramente, para a produção, troca e comercialização da pornografia via

Internet, posteriormente também utilizando outras tecnologias da informação e da comunicação. Na esteira, as atenções voltaram-se para a relação entre o *online* e o *offline*, entre o crime ocorrido no âmbito da Internet (ou mediados pelas tecnologias da comunicação e da informação) e crimes ocorridos fora desse âmbito. É apenas nesse momento que toma corpo a discussão sobre *grooming* ou *luring*, traduzidos para o português como assédio sexual, aliciamento ou sedução *online*.

O presente texto tem como foco de reflexões justamente o processo de criminalização do assédio sexual *online*. O espaço geográfico é o Canadá, um dos primeiros ou talvez o primeiro país no mundo a aprovar legislação a esse respeito. De forma bastante precisa: minhas reflexões têm como ponto de partida o movimento de criminalização do chamado *online luring* ou *online grooming*, discussão levada a cabo pelo Parlamento Canadense e que redundou na aprovação do Artigo 172.1 do Código Criminal em 2002. Utilizo como fonte de reflexão também relatórios judiciais de casos julgados por assédio sexual *online* na Província de Ontário entre os anos de 2002 e 2014.

Mas alerto desde já: este texto não é sobre assédio sexual em si, mas sobre as crenças, valores e ideologias que estão em pauta e que dão sustentação ao processo de criminalização do assédio. Para tanto, parto da noção de representação. Afirma Porto (2010: 76) que há diferença entre a realidade da violência e sua representação: a primeira possui um componente objetivo, é o que os números e as estatísticas assinalam; a segunda possui um componente subjetivo e diz respeito ao que indivíduos e sociedade reputam (representam) como violência. O processo de criminalização de um ato é uma oportunidade ímpar para refletir sobre questões que circundam e dão sustentação ao processo. Na terminologia durkheiminiana, pratica-se uma sociologia da moral ao tomar os valores e a moral como objeto de estudo.

Seguimos por essa linha, portanto.

Para início de conversa: o que é assédio/grooming?

O conceito de assédio sexual/ *grooming* a fim de facilitar o abuso sexual de uma criança não é novo. Mas, antes de ser um crime definido no Código Criminal do Canadá – e de vários outros países –, essa era uma ferramenta conceitual originária do campo da psicologia. Mesmo não utilizando a palavra assédio ou *grooming*, David Finkelhor, um dos primeiros e mais reconhecidos acadêmicos a teorizar sobre o abuso sexual de crianças, tocou nesse assunto em um livro publicado em 1984. Neste livro, ele apresenta um modelo de quatro pré-condições que viabilizam o abuso sexual: 1) o agressor potencial precisa ter motivação

para abusar de uma criança; 2) ele/ ela precisa superar inibições internas; 3) também precisa superar obstáculos externos; e 4) deve superar a resistência da criança a um possível abuso sexual (Finkelhor, 1984: 54). Esta última condição pode ser entendida como o processo de assédio/ *grooming* da criança/ adolescente que precede e possibilita a ocorrência do abuso sexual.

O *grooming* "envolve um processo de socialização por meio do qual um ofensor busca interagir com a criança (...), possivelmente compartilhando de seus interesses numa tentativa de ganhar sua confiança e prepará-la para o abuso sexual" (Davidson, 2011: 10). McAlinden (2012: 11) possui uma definição um pouco mais extensa de assédio/ *grooming*, entendendo-o como "1) o uso de uma variedade de técnicas manipulativas e de controle 2) com um sujeito vulnerável 3) em uma variedade de cenários interpessoais e sociais 4) a fim de estabelecer confiança ou normalizar comportamentos sexuais prejudiciais 5) com o objetivo final de facilitar a exploração e/ou proibir a exposição". O assédio/ *grooming* pode, portanto, ocorrer em uma variedade de contextos (intrafamiliares e extrafamiliares) e a partir de diferentes abordagens (contatos face a face, atividades via Internet ou *online*, *grooming* de rua ou *grooming* entre pares) (McAlinden, 2012: 28).

O desenvolvimento dos meios de informação e comunicação deu novo ímpeto a essa discussão. Assim que a Internet se tornou um importante e difundido meio de comunicação, seguiu-se um medo de que pudesse ser utilizada para facilitar o contato entre adultos e potenciais vítimas de abuso sexual, como crianças e adolescentes. Nos idos de 1997, quando a massificação da Internet estava em seu início, Durkin escreveu que havia quatro formas por meio das quais a Internet estava sendo utilizada de maneira imprópria por pedófilos:[3] para traficar pornografia infantil, para localizar crianças para molestar, para comunicações sexualizadas inapropriadas com crianças e adolescentes e para estabelecer contatos com outros pedófilos. Outros autores desenharam uma linha causal entre a pornografia infantil e o assédio/ *grooming*. A tipologia[4] da pornografia infantil desenvolvida por Krone (2004), por exemplo, inclui um nível denominado "*groomer*" e outro denominado "abusador físico". O "*groomer*" é aquele que cultiva "uma relação online com uma ou mais crianças" e o "abusador físico"

3 A pedofilia é definida pela Classificação Internacional de Doenças (CID 10) como um *transtorno de preferência sexual*, em que a pessoa tem preferência sexual por crianças, meninos, meninas ou ambos, usualmente em idade pré-puberal ou em início de puberdade. Apesar de Durkin utilizar a palavra *pedófilo,* lembro que, ainda que existam pedófilos que utilizam as tecnologias da comunicação e da informação para entrar em contato com crianças, o problema do assédio sexual *online* não se restringe a esse grupo.

4 A tipologia desenvolvida por Krone possui 9 níveis, cada um dos quais refletindo um grau de seriedade maior que o anterior: *browser*, fantasia privada; *trawler*; colecionador não seguro; colecionador seguro; *groomer*; abusador físico; produtor; e distribuidor.

Contemporanea_V8n2.indd 518 14/12/2018 11:45

é aquele que abusa de "uma criança que talvez tenha sido apresentada ao abusador no ambiente online". Em ambos os casos, segundo ele, "a pornografia pode ser utilizada para facilitar o abuso".

O início dos anos 2000 marca o começo de um processo de criminalização do assédio/ *grooming online*. Quando ocorre no ambiente *online*, a comunicação com uma criança ou adolescente com o objetivo de cometer abuso sexual deixou de ser entendida como um "estágio" ou "pré-condição" para o abuso sexual e passou a ser entendida como um comportamento independente que deveria ser não apenas fortemente reprovado, mas também criminalizado. Até o momento, não são tantos os países que aprovaram leis específicas contra o assédio/ *grooming*, sendo alguns deles Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido e Irlanda, Noruega, Suécia e Holanda.[5]

O Parlamento do Canadá aprovou o Artigo 172.1, do Código Criminal em 2002, no qual se lê:[6]

> 172.1 (1) Comete ofensa toda pessoa que, por qualquer meio de telecomunicação, comunica-se com
> (*a*) uma pessoa que seja, ou que o acusado acredite ser, menor de 18 anos, com o objetivo de facilitar a comissão de uma ofensa sob a subseção 153(1) [exploração sexual], seção 155 [incesto], 163.1 [pornografia infantil], 170 [pais ou responsáveis que procuram atividade sexual] ou 171 [permitir atividade sexual em sua propriedade] ou subseção 212(1), (2), (2.1) ou (4) [proxenetismo e prostituição] com respeito àquela pessoa;
> (*b*) uma pessoa que seja, ou que o acusado acredite ser, menor de 16 anos, com o objetivo de facilitar a comissão de uma ofensa sob a seção 151 [interferência sexual] ou 152 [convite ao toque sexual], subseção 160(3) [bestialidade na presença de uma criança] ou 173(2) [exposição] ou seção 271 [agressão sexual], 272 [agressão sexual com arma], 273 [agressão sexual agravada] ou 280 [sequestro de pessoa menor de 16 anos] com respeito àquela pessoa; ou
> (*c*) uma pessoa que seja, ou que o acusado acredite ser, menor de 14 anos, com o objetivo de facilitar a comissão de uma ofensa sob a seção 281 [sequestro de uma pessoa menor de 14 anos] com respeito àquela pessoa.

5 Na legislação brasileira, a criminalização do assédio sexual ocorreu em 2008, a partir de modificações introduzidas à legislação sobre pornografia infantil (art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)), portanto, permanecendo o assédio relacionado à pornografia infantil. Uma das modificações foi justamente a inclusão do artigo 241-D no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata do tema em questão: "Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso" (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008).

6 Todas as traduções constantes neste texto foram feitas pela própria autora.

A legislação canadense proíbe, portanto, a comunicação entre um adulto e uma criança, via tecnologias da informação e da comunicação, quando há possibilidades de que resulte em um crime sexual. A possibilidade de que fala a legislação não precisa ser efetiva, sendo suficiente que a criança ou adolescente *acredite* nessa possibilidade. Dessa forma, é crime um adulto conversar *online* com uma menina ou menino de 15 anos de idade se seu objetivo for: 1) convidá-la(o) para um encontro sexual;[7] ou 2) se a pessoa convence a criança ou adolescente de que o convite é verdadeiro, mesmo não existindo a efetiva intenção de concretizar o encontro. Se a intenção é a produção da pornografia infantil, a proibição da comunicação sobe para 18 anos. Como afirma Suzanne Ost (2009, 90), ao mirar no assédio/ *grooming*, a legislação não criminaliza comportamentos que causam danos em si, mas comportamentos que *poderiam levar ao dano*, ou seja, "o dano do assédio/ *grooming* foi construído como dano potencial ou antecipado".

Em 1940, no Brasil, um novo Código Penal foi escrito em substituição a outro mais antigo, de 1890. Na versão de 1940, foi definido o crime de *sedução.* O artigo 217 proibiu a sedução de mulher virgem, entre 14 e 18 anos de idade, com o objetivo de com ela manter relações sexuais, aproveitando-se de sua inexperiência ou confiança. Os valores que justificaram esse hoje considerado ultrapassado crime são: virgindade era um valor que deveria ser mantido até o casamento; jovens mulheres eram consideradas ingênuas e vulneráveis, fáceis de serem enganadas pelos homens. Discutindo o crime de sedução, Abreu (2000) e Bessa (1994) demonstraram o papel da justiça em organizar comportamentos sexuais e papéis de gênero, Bessa inclusive argumentando que o sistema de justiça teve o papel de construir subjetividades sexualizadas. Ainda que bastante diferentes nos valores que justificam sua criminalização, tanto o crime de sedução quanto o de assédio/ *grooming online* apontam para o processo que *precede* e *possibilita* uma relação sexual ou sexualizada. Ambos possuem como justificativa a compreensão de que as vítimas – a jovem mulher, no primeiro caso, crianças e adolescentes, no

7 A idade de consentimento adotada pela legislação canadense, de 14 anos até 2007, passou então para 16 anos (ver discussão na próxima sessão deste texto). Dessa forma, qualquer relação sexual com menores de 16 anos (desde beijos e carícias até intercurso sexual) é, atualmente, proibida. Algumas exceções: 1) pessoas com 14 ou 15 anos podem consentir com a atividade sexual desde que a diferença de idade do(a) parceiro(a) seja de menos de 5 anos e não exista nenhuma relação de confiança, autoridade, dependência ou qualquer outra forma de exploração; 2) pessoas com 12 ou 13 anos podem consentir com a atividade sexual desde que a diferença de idade do(a) parceiro(a) seja de menos de 2 anos e não exista nenhuma relação de confiança, autoridade, dependência ou qualquer outra forma de exploração (conforme Código Criminal, Artigo 150.1).

segundo – são vulneráveis e necessitam de proteção. Os valores que justificam o crime de assédio/ *grooming online* serão discutidos na próxima sessão.

Por que a necessidade de uma nova lei? Representações de assédio/*grooming online* nos debates Parlamentares e na mídia

A proposta de uma nova lei sobre assédio sexual no Canadá veio como uma reação a uma decisão da Suprema Corte sobre pornografia infantil, o caso Robin Sharpe. Robin Sharpe foi processado por pornografia infantil após a apreensão de um texto intitulado *Sam Paloc's Boyabuse – flogging, fun and fortitude: a collection of Kiddiekind classics*, e de uma coleção de livros, manuscritos, estórias e fotografias alegadamente contendo pornografia infantil (Akdeniz, 2008: 143). Ao longo do processo criminal (julgamento, apelo e novo julgamento), a legislação Canadense foi desafiada e, em primeiro julgamento, a proibição da posse de pornografia infantil foi considerada inconstitucional. O que estava em jogo durante o longo processo criminal era a disputa entre dois princípios, a liberdade de expressão e a proteção de crianças.

O Parlamento Canadense reagiu ao caso Sharper introduzindo a Bill C-15A, uma proposta de emenda do código criminal e de emenda a outros atos ou leis criminais, 2001. A Bill C-15A indicou emendas às regras existentes sobre pornografia infantil, propondo a criminalização do *acesso* à pornografia infantil e, também, a criminalização do assédio sexual. A aprovação pelo Parlamento ocorreu em junho de 2002 (Akdeniz, 2008: 150).

Ao introduzir o debate em primeira leitura do Projeto de Lei C-15A, o Senador Landon Pearson (2001: 1609) lembrou a todos que as provisões dessa proposta respondiam ao compromisso assumido pelo Governo do Canadá, após a última eleição, de "proteger as crianças daqueles que abusam de sua vulnerabilidade" e à chamada, por parte do Ministro da Justiça, de criação do crime de assédio sexual *online*. Apesar de lembrar pontos positivos da Internet, afirmou que ele, assim como

> a maior parte dos cidadãos gostariam de prevenir o uso da Internet por pessoas que, da segurança e privacidade de suas próprias casas, se utilizam do anonimato propiciado pelo ambiente online para ludibriar crianças a situações em que pudessem ser sexualmente exploradas (Pearson, 2001: 1609).

Essa nova ofensa criminal, o assédio sexual, responderia, segundo o Senador Pearson, a um problema reportado pela polícia e pela mídia como um *fenômeno crescente* (Pearson, 2001: 1609). Tanto os membros do Parlamento quanto

os especialistas chamados a testemunhar durante o debate concordaram que o assédio sexual era um fenômeno crescente (Grecco, 2015: 140-141).[8] Reivindicações como a de que "com o rápido crescimento da Internet uma enormidade de crianças estava sendo inadvertidamente sugadas por armadilhas colocadas por pedófilos[9]" (Stoffer, 2001: 5353 citado por Greco, 2015: 136) foram ouvidas durante os debates.

A preocupação de que a lei proposta teria alcance limitado e, portanto, de que mais deveria ser feito em nome da proteção às crianças, foi expressa ao longo do processo de aprovação da legislação sobre assédio sexual, apontando para a necessidade do aumento da idade de consentimento, que naquele momento era de 14 anos (Owen, 2001: 6312; Pearson, 2001: 1609; Toews, 2001: 6314).

Ao falar sobre a necessidade de aumento da idade de consentimento, Blaikie (2001: 6316) ponderou que a justificativa para tanto não estava em proibir jovens de terem relações sexuais, mas, sim, de terem relações sexuais com pessoas mais velhas:

> Nós temos esse buraco na legislação que permite a uma pessoa de 40 anos explorar jovens de 14 anos ou mais na Internet, pois não temos uma lei adequada às circunstâncias que podem agora ocorrer na Internet. Temos que fazer isso com sensibilidade pois não queremos criminalizar certos comportamentos, particularmente entre adolescentes com idade próxima. É preciso haver uma forma de olhar para essa questão com sensibilidade, mas ainda assim leis precisam ser criadas a fim de prevenir ou ao menos punir esse tipo de atividade.

Em 2007, a aprovação do projeto da Bill C-22: Uma proposta de emenda do Código Criminal (idade de proteção) e emendas relacionadas no Ato de Registros

8 Em sua tese de doutorado, Christopher Grecco (2015) discutiu e retrabalhou o conceito de pânico moral utilizando a discussão parlamentar sobre assédio sexual *online* como estudo de caso. As citações que faço de seu trabalho estão restritas às ricas descrições dos debates parlamentares em torno da aprovação da Seção 172.1 do Código Criminal Canadense.

9 O uso das palavras pedofilia ou pedófilo, geralmente, é feito de forma desconectada de sua definição médica (ver Nota 2 deste texto), adquirindo um significado pejorativo ou apelativo. O pedófilo é frequentemente identificado como o "bicho papão" (Silverman; Wilson, 2002) ou "monstro" contemporâneo (Lowenkron, 2013). No Canadá, como mostrado nesta sessão do texto, o uso das palavras pedófilo e pedofilia esteve presente nos discursos no espaço legislativo. Em comparação com o Brasil, contudo – e aqui levanto apenas uma problematização –, esse uso não me parecer ser tão disseminado. Em nosso país há, inclusive, a denominada "cruzada anti-pedofilia", buscando sua criminalização (Lowenkron, 2015; Rodrigues, 2017). Não há espaço neste texto para proceder a essa discussão, mas deixo indicada a importância, na sequência dos estudos de Lowenkron e Rodrigues, de aprofundar a discussão sobre o significado jurídico da tentativa de criminalização da pedofilia no Brazil.

(2007), elevou a idade de consentimento de 14 para 16 anos. Ao longo das audições desse projeto de lei, houve uma preferência por exemplos anedóticos em detrimento de evidências empíricas. Assim, ao falar sobre os perigos de adolescentes interagirem com adultos, foram utilizados exemplos em que o adulto tinha 35, 40 ou 55 anos, não tendo sido discutidos dados sobre a prevalência efetiva de homens dessa faixa etária interagindo com adolescentes, ou mesmo relatórios que permitissem analisar a idade de parceiros sexuais (Dauda, 2010: 173).

A aprovação da elevação da idade de consentimento de 14 para 16 anos ampliou o escopo da legislação sobre assédio *online*. Soma-se a isso um aumento também da pena de prisão (mínima e máxima) em caso de assédio *online*.[10] Estudar os valores implícitos no processo de criminalização do assédio torna-se, então, ainda mais significativo, pois, se o olhar está sendo direcionado para a representação do assédio sexual *online*, e, portanto, para o que uma sociedade reputa como violência, a aprovação dessas propostas – no sentido de agravar a pena ou escopo do Artigo 172.1 – indicam a forte repulsa social à ideia de que a Internet possa ser utilizada para a sedução de crianças e adolescentes. As afirmações e reivindicações expostas durante os debates Parlamentares, entendidas como representações de assédio sexual, de possíveis vítimas (as crianças) e possíveis agressores, nos dão indicativos dos medos e valores sociais em questão, os quais justificavam a necessidade de uma nova lei.

Reivindicações similares – e representações similares – podem ser encontradas na mídia canadense. De acordo com Greco e Corriveau (2014), em três dos jornais mais lidos de Toronto para os anos 1998 a 2008, o assédio sexual *online* foi retratado como uma ameaça constante, assim como uma catástrofe que deveria ser enfrentada pela sociedade. A ideia de que pedófilos poderiam, com a ajuda da Internet, entrar nos espaços sagrados das casas estava presente nos jornais. Três características das tecnologias da informação e da comunicação foram apresentadas como justificativa para o aumento perceptível dessa nova ameaça, as quais facilitariam ou acentuariam o problema da agressão sexual contra crianças: 1) o fato de a Internet poder ser utilizada como meio de contato por um número incalculável de pessoas, bem como uma plataforma para encontrar diferentes conteúdos e materiais; 2) a falta de fronteiras geográficas, o que dificulta o policiamento e permite maior acessibilidade; 3) a Internet poderia produzir um sentimento de anonimato entre os usuários, facilitando a execução de crimes nesse ambiente.

10 Esse aumento de pena é resultante da *Bill C-277, An Act to amend the Criminal Code (luring a child)*, a qual recebeu assento real no Parlamento em 2007.

A teoria do pânico moral foi formulada no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, tendo Stanley Cohen ([1972] 2011) e Jock Young (1971) como principais formuladores. De forma breve e simplificada, o pânico moral é entendido como uma reação exagerada a algum evento, esporádico ou sistemático, retirando o foco tradicionalmente dirigido ao desviante e suas características e direcionando a análise à reação, adquirindo a mídia papel central no processo.

Seguindo a linha de discussão do pânico moral, Roger N. Lancaster (2011) fala sobre pânico sexual. A noção de pânico sexual é então relacionada ao Estado Punitivo, à ideia de que a criminalidade pode ser resolvida por mais punições e punições mais duras, em detrimento de alternativas.[11] Greco e Corriveau (2014), já mencionados anteriormente, levantam a hipótese de que as representações de assédio sexual encontradas nos jornais canadenses ajudaram a gerar um pânico moral, possibilitando intervenções legislativas ou "pânicos legislativos". A dificuldade é, obviamente, traçar uma correlação efetiva entre as notícias publicadas nos jornais e a intervenção legislativa, ficando a discussão no patamar de hipótese.

Distanciando-me da discussão que busca provar ou discutir a relação efetiva entre as representações de assédio sexual presentes na mídia e a aprovação da legislação a esse respeito, retomo a discussão dos valores (explícitos ou implícitos) que dão sentido à discussão sobre assédio sexual, e, portanto, à discussão sobre moralidade. O pânico moral, como o vê Young (2011), constitui um "conflito moral entre autoridade e subcultura". Garland (2008: 11) lembra dois elementos essenciais à definição de Cohen de pânico moral, que merecem registro aqui: a dimensão moral da reação social e a ideia de que a conduta desviante em questão é, de alguma forma, sintomática.

Gayle Rubin (1984) entende pânicos morais como "momentos políticos" do sexo, permitindo o redesenho de limites aceitáveis e das políticas e legislações que regrarão efetivamente a prática em questão. E a rapidez com que pânicos morais se sucedem na sociedade contemporânea, como nos lembra Miskolci (2007, 114-115), deve-se à necessidade de debater e renegociar constantemente os limites morais da coletividade, os quais não são mais redutíveis a um conjunto de regras simples pronunciado por líderes religiosos ou políticos.

11 Um ótimo estudo de caso a respeito das consequências de um pânico moral pode ser encontrado em Critcher, 2002. Nesse texto, o autor analisa não apenas a proposta de lei denominada Sarah´s Law como o ressurgimento de movimentos vigilantistas após o assassinato da pequena Sarah Payne, de 9 anos de idade, ocorrido na Inglaterra em julho de 2000.

Para Garland (2008), pânicos morais podem referir-se tanto a casos específicos[12] quanto a sequências mais amplas de casos,[13] e os problemas sociais aos quais respondem podem ser sérios, triviais ou mesmo frutos da imaginação. Ao citar o exemplo do abuso sexual de crianças, afirma que o pânico moral pode servir para atrair a atenção e colocar a questão na agenda política. A seriedade do problema do abuso, contudo, seria suficiente para justificar as reações sociais subsequentes. O abuso, "como mostra Hacking (2000), tem sido sublinhado, conceitualizado e discutido nas últimas décadas. O acúmulo de reações sociais e governamentais à questão do abuso criou, em nossas sociedades, um regime completamente novo de suspeita, supervisão e controle" (Garland, 2008: 16).

A discussão sobre assédio sexual *online* feita neste texto não se restringe a um ou outro caso específico, pois trata-se de um problema social amplo e sério. Seguindo Garland, entendo que um certo nível de pânico moral contribuiu para que o tema fosse colocado na agenda política e a legislação fosse aprovada. Contudo, há uma questão subjacente que deve ser explicitada: o estabelecimento de uma legislação acerca do assédio sexual *online*, aplicável apenas a menores de idade, tomada em conjunto com o aumento da idade de consentimento sexual, são fortes indicativos de que a criminalização do assédio sexual *online* esteve amparada por uma rediscussão dos limites morais que envolvem a sexualidade de crianças e adolescentes. Retomarei essa discussão ao final do texto, discutindo antes as representações de assédio sexual encontradas em processos judiciais.

Crianças são inocentes e devem ser protegidas – representações em relatórios de casos criminais[14]

Em 2014, realizei uma pesquisa com base em casos criminais julgados por assédio sexual em Ontario, Canadá. Tendo duas bases de dados jurídicos como

12 No Brasil, o caso mais conhecido de um pânico moral em torno de um caso específico de abuso sexual é o da Escola Base. Esse é um dos casos analisados por Rodrigues (2017) como exemplo de pânico moral. O objetivo do autor, contudo, vai muito além, direcionando seu trabalho para a discussão da fabricação de subjetividades contemporâneas à luz de Michel Foucault e das narrativas da pedofilia.
Outro caso muito conhecido é o da McMartin Preschool, localizada em Mannhattan Beach (Los Angeles), cujo pânico girou em torno do possível abuso ritual de crianças que frequentavam aquela escola. A respeito desse caso, pelo menos três livros foram escritos, apresentando interpretações e análises muito diferentes: Nathan and Snedeker (1995); Cheit (2014) e Beck (2015).

13 Para uma discussão sobre possíveis pânicos morais mais amplos, ver Jenkins (2001 e 2009). A leitura desses textos é muito interessante, pois Jenkins revê sua posição inicial de que haveria um pânico moral a respeito da pornografia infantil na Internet, chegando a afirmar que esse é um dos temas que "falharam" em detonar um pânico moral.

14 Neste texto, lido apenas com representações acerca da vítima, ofensor e do próprio crime de assédio, não falo sobre os "relatos" ou "histórias" dos casos, do que se passou. Alguma menção a esse respeito pode ser encontrada em (Landini e Zeytounlian, 2018). Um texto com esse enfoque resta ainda por ser escrito.

fonte, LexisNexis e Westlaw,[15] tive acesso a 69 casos julgados entre 2002 (ano da inclusão do assédio sexual no Código Criminal) e 2014 (ano da coleta de dados), os quais foram inseridos em um banco de dados na plataforma NVivo.

Relatórios judiciais, os quais constituem um resumo dos autos de um processo judicial, possibilitam o acesso a dados legais. Ainda que a qualidade das informações encontradas nesses relatórios não seja homogênea, o material permite acessar dados importantes, como descrições do(a) acusado(a) e do(a)s reclamantes autore(a)s[16] de processos de assédio sexual, bem como das circunstâncias em que ocorreu o crime sob julgamento. Possibilita também o acesso à sentença e às justificativas da sentença proferida pelo juiz.

É indiscutível que a análise do material deve ser realizada com cuidado e considerando sua natureza e limites. Um relatório de julgamento – ou mesmo transcrições de processos criminais – não pode ser entendido como uma narrativa neutra da realidade empírica. Advogado(a)s de defesa e de acusação, além do(a) próprio(a) reclamante, do(a) acusado(a) e das testemunhas, proferem diferentes interpretações a respeito de um mesmo fato, resultando visões contraditórias a respeito da culpa, das efetivas ações dos envolvidos, diferentes justificativas para os atos etc.

Ainda que alguns números sejam apresentados, a análise do material foi qualitativa, consistindo na leitura densa dos documentos, procurando compreender a visão do juiz do caso no que diz respeito ao crime de assédio *online*, sua vítima e agressor. Mantendo a linha de discussão que adoto neste texto, utilizarei esse material como fonte de representações do assédio sexual, ou seja, uma forma de acessar os valores embutidos na compreensão do caso em questão. Mas, antes de adentrar essas representações, apresento um panorama geral dos casos analisados, apenas algumas quantificações para ajudar o leitor a se situar no universo do material empírico estudado.[17]

15 As plataformas LexisNexis e Westlaw possuem o maior arquivo de casos criminais julgados no Canadá, constituindo-se, portanto, em instrumentos apropriados para acesso a informações legais.

16 Nos relatórios judiciais, a palavra em inglês utilizada para fazer referência ao/ à criança ou adolescente é *complainant*, ou reclamante. Utilizo tanto a expressão "autor de processo de assédio" quanto "reclamante" para fazer referência à criança ou adolescente supostamente vítima de assédio sexual, evitando assim o uso da palavra "vítima". Essa escolha de terminologia possui duas justificativas: primeiro, porque em alguns casos o acusado foi inocentado das acusações e, portanto, a palavra vítima não seria adequada; e, segundo, porque alguns autores de processos judiciais ou reclamantes recusam a posição de "vítimas" de assédio, discussão que introduzo na seção final deste artigo.

17 Apesar de constituírem o maior arquivo de casos criminais julgados, nenhuma das plataformas utilizadas (LexisNexis e Westlaw) disponibiliza a totalidade dos julgamentos ocorridos e, portanto, não tenho qualquer pretensão de que esse cenário apresentado seja representativo dos crimes de assédio ocorridos no ambiente *online*, ou sequer de que sejam representativos de todos os casos julgados por assédio no Canadá ou em Ontário.

Entre os 69 casos estudados,[18] 36 referem-se a investigações ativas (*sting operations*), enquanto os outros 33 casos tiveram um(a) menino(a) como reclamante da ação. Nas investigações ativas, um(a) policial assume a idade de um(a) criança/ adolescente menor de idade com o objetivo de buscar e atrair possíveis criminosos.[19] Em relação ao gênero, 33 policias assumiram a identidade feminina e apenas 3 uma identidade masculina. Dos 36 casos, em 24 deles o policial afirmou ter menos de 14 anos e em 12 casos fez de conta que tinha entre 14 e 15 anos.

As pessoas denunciadas em função dessas operações policiais eram todas do sexo masculino. Em relação à idade, 4 tinham entre 19 e 30 anos, 10 tinham entre 31 e 40 anos, 9 tinham entre 41 e 50 anos, 4 entre 51 e 60 anos e 1 entre 61 e 70 anos. Em 8 casos, essa informação não estava disponível.

Em relação aos 33 casos que tinham uma menina ou menino reais como reclamantes do processo,[20] a maior parte era de meninas (28 dos 33 casos). Nos quatro casos que tiveram um menino como reclamante, os acusados eram também do sexo masculino. As idades dos reclamantes variavam entre 12 e 17 anos, tendo a maioria entre 12 e 13 anos (14 dos 33 casos).

Os acusados eram quase que em sua totalidade do sexo masculino (32 dos 33). A única acusada do sexo feminino foi uma garota de 17 anos que coagiu outras garotas a fazerem programas sexuais. As idades dos acusados variaram dos 17 aos 70 anos, sendo a faixa dos 19 aos 25 anos a de maior concentração (8 dos 33).

Outra informação importante diz respeito à relação entre contatos *online* e *offline*. Entre os 33 casos que possuem uma menina ou menino reais como reclamantes, 8 referem-se a relações restritas ao ambiente *online*, 13 a relações em que acusado e reclamante conheceram-se *online* e continuaram o relacionamento *offline* (crimes sexuais iniciados pela Internet) e 12 a casos em que acusado e reclamante já se conheciam em pessoa e utilizaram o ambiente *online* para continuar ou incrementar a comunicação.

A partir da revisão bibliográfica a respeito do assédio sexual *online*, podemos estabelecer três discussões que aparecem de forma recorrente nessa bibliografia: as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) facilitam o

18 O "caso", tal qual o trabalhei, é constituído por todos os julgamentos referentes a um mesmo possível crime, ou seja, quando um crime foi julgado em mais de uma instância, os julgamentos foram contabilizados como um único caso.

19 Esses números constituem, em si, um indicativo importante de que há uma grande *preocupação* das instâncias policiais com a possível ocorrência de assédios *online* a crianças e adolescentes. Dentre os artigos que discutem as investigações ativas, estão os de Briggs, Simon e Simonsen (2011); Chin (2006); Anglin (2002); Fulda (2002); Mitchell, Wolak e Finkelhor (2005).

20 Idade e gênero foram as únicas características individuais que puderam ser tabuladas. Características como raça e classe social não constavam dos relatórios judiciais.

Contemporanea_V8n2.indd 527 14/12/2018 11:45

encontro de pessoas que não travariam conhecimento de outra forma; também abrem a possibilidade de que as pessoas criem um personagem fictício para si mesmas a fim de interagir com outras; e engendram a possibilidade de que as pessoas se sintam livres das coerções sociais e ajam de forma diferente do que fariam em interações físicas (Alexy; Burgess; Baker, 2005; Briggs; Simon; Simonsen, 2011; Lamb, 1998; Malesky Jr., 2007; Martellozzo, 2011; Shannon, 2008; Taylor, 2011; Quayle; Taylor, 2001; Davidson; Gottschalk, 2011).

Contudo, é importante apontar que, entre os 33 casos em que há reclamantes reais no processo judicial, apenas 3 dos acusados haviam criado um personagem mais elaborado e apenas um adulto apresentou-se como tendo menos de 18 anos. Outros 4 mentiram sobre sua idade, mas, de qualquer forma, apresentaram-se como maiores de idade. Outro adulto mentiu sobre sua idade, mas a revelou à reclamante ao longo do tempo em que se relacionaram. De forma geral, 9 das 33 pessoas acusadas de assédio sexual mentiram sobre suas idades durante o contato ou a relação com a criança/ adolescente. Da mesma forma, um número significativo de reclamantes também mentiu sobre sua idade. Ao todo, 8 reclamantes esconderam o fato de não terem atingido a idade de consentimento ou se apresentaram como mais velhos(as) do que efetivamente eram.

Em suma, casos julgados por assédio sexual *online* em cortes criminais de Ontário revelam variedades e diferenças em relação a: idades das criança/ adolescente e diferenças de idades entre crianças/ adolescentes e adultos; o uso ou não de mentiras de ambos os lados; o "local" em que se deu o relacionamento (*online* ou *online*/ *offline*); e as circunstâncias em que ambos travaram conhecimento inicial (*online* ou em pessoa). Mas, para além dessas diferenças, há o entendimento consensual – e aqui volto a discutir representações sociais – de que o assédio sexual é um crime muito sério que vitimiza não apenas a criança reclamante do processo, mas todas as crianças e a sociedade de forma geral. Cito alguns trechos dos relatórios:[21]

> O crime de assédio sexual online é um crime da época moderna – nascido da moderna realidade da Internet, onde um acusado pode ter a intenção de atrair uma criança a tomar parte em uma atividade proibida dentro da santidade de sua própria casa. (R. v. Dobson, para 3)
>
> Assédio sexual é um crime que machuca não apenas a criança vítima, mas a sociedade de forma geral. Em uma época em que predadores sexuais navegam pela Internet em busca de vítimas vulneráveis, os pais devem ser

21 Os trechos citados referem-se tanto a casos resultantes de investigações policiais ativas quanto aos que possuem uma criança/ adolescente real como reclamante.

> extra-vigilantes ao monitorar o uso do computador por parte de seus filhos, ensinando-os segurança no ambiente online e a necessidade de exercer cautela. Esse sentimento de medo e as razões para o medo não são saudáveis, ainda que necessários em uma sociedade para inculcar nas crianças o reconhecimento da necessidade de segurança pessoal. Qualquer pai ou mãe tem medo de que o que o Sr. X estava fazendo com a "Natasha", uma criança de 12 anos de idade, vá acontecer com seu(sua) filho(a). (R. v. Bergeron, para 27)

Em seu Artigo 718, o Código Criminal do Canadá define que "o propósito fundamental da sentença é a proteção da sociedade e a contribuição, junto com iniciativas de prevenção criminal, do respeito à lei e à manutenção de uma sociedade mais justa, pacífica e segura". Ainda de acordo com o Artigo 718, esses propósitos são atingidos ao serem impostas "sanções justas" e que tenham um dos seguintes objetivos considerados: denúncia de uma conduta ilegal e dos danos causados às vítimas ou à comunidade; a dissuasão do ofensor e de outras pessoas de cometerem a ofensa; separar os ofensores da sociedade; auxiliar na reabilitação; proporcionar reparação; desenvolver senso de responsabilidade no ofensor.

Dentre esses objetivos, os mais citados nos casos analisados de assédio sexual são denúncia e dissuasão. Ter a denúncia como princípio da sentença é uma forma de expressar a desaprovação social ao crime cometido, é "menos sobre culpar um determinado ofensor e mais sobre definir os valores do código moral que esperamos que as pessoas adiram em nossa sociedade." Em relação à dissuasão, o pressuposto subjacente é que a "ameaça ou exemplo da punição irão desencorajar outras pessoas de cometerem o mesmo crime". A dissuasão pode ser considerada em dois níveis, geral e específico, referindo-se ao uso de sentenças rigorosas a fim de desencorajar a sociedade em geral (possíveis ofensores) de cometer uma determinada ofensa, além de dissuadir o próprio ofensor de repetir o mesmo crime.[22]

Esses princípios estão muito claros na maioria dos casos analisados e revelam a tentativa do juiz de enfatizar sua desaprovação em relação ao assédio sexual *online*:

> Uma mensagem precisa ser enviada a outros que considerem a execução de atos similares aos do acusado. (R. v. Blanchard, para 40)
>
> Precisamos enviar uma mensagem a todos os adultos que buscam explorar jovens mulheres impressionáveis e imaturas a fim de satisfazer suas

22 Disponível em: <http://www.lawconnection.ca/content/sentencing-theory-backgrounder>. Acessado em: 02 ago. 2018.

> necessidades sexuais de que o tribunal julgará essa conduta de forma bastante severa (R. v. Johnston, 2009, para 83).
> (…) assédio sexual via Internet é algo muito sério e pede denúncia pesada. A comunidade deve ser assegurada de que a administração da justiça agirá com força na proteção de crianças e será severa com aqueles que não respeitarem as normas. Aqueles que usam a Internet para entrar em contato com crianças tendo como objetivo cometer uma das ofensas citadas na legislação, devem saber que serão julgados severamente. (R. v. Brown, para 116)

Esses princípios de denúncia e dissuasão são importantes para os propósitos deste texto, pois revelam o peso atribuído pela justiça criminal à proteção das crianças e adolescentes. Em outras palavras, o valor moral de que crianças e adolescentes devem ser protegidos de qualquer ofensa sexual é muito presente nos casos criminais e os juízes não hesitam em deixar isso claro ao passarem ou justificarem uma sentença:

> Valor sagrado de virtualmente toda sociedade no mundo é a necessidade de proteger a inocência de nossas crianças. Isso reflete um reconhecimento internacional de que as crianças são excepcionalmente vulneráveis a transgressões de pessoas mais velhas que vivem suas vidas sem escrúpulos (R. v. Bedford, 2008, para 2).
> As vítimas eram vulneráveis por serem crianças. Crianças devem ser protegidas e alimentadas. Interferir com uma criança ou sua família é uma questão séria (R. v. Brown, 2006, para 97).

Um detalhe para o qual gostaria de chamar a atenção é que, em alguns casos, o direito ou necessidade de proteção do(a) criança/ adolescente é reconhecido a despeito do entendimento do próprio juiz de que ele/ ela tenha participado ativamente da relação sexual ou sexualizada. Nesses casos, podemos falar em *vítima estatutária* (Wolak, Finkelhor; Mitchell, 2004), definida como um(a) menino(a) que foi participante ativo de uma relação, mas que ainda não tinha atingido a idade legal de consentimento.

> BW não foi um inocente completo. De fato, estava longe disso. Ainda assim, ele é um jovem com direito à proteção da lei e do tribunal. Percebo que sua recusa em participar da acusação de Mr. Bridgeman inclui a recusa de preencher a Declaração de Impacto sobre a Vítima. Aceito que, no curto prazo, ele tenha sofrido tanto por ser condenado ao ostracismo em função de seu envolvimento com fetiches sexuais com um homem mais velho, bem

> como por ser uma vítima do Sr. Bridgeman. Mas isso não significa que ele não tenha sido vítima de tal exploração" (Bridgeman, 2011, para 105-106)[23].
>
> "H. e A. eram ambas participantes ativas na atividade sexual. Entretanto, como ambas tinham menos de dezesseis anos de idade naquele momento, não poderiam consentir com a atividade sexual. (R. v. Saliba, para 18)[24]

Em suma, a despeito das especificidades de cada um dos 69 relatórios criminais de assédio sexual analisados, a mensagem geral é de que o assédio sexual é um crime muito sério, que crianças/ adolescentes são inocentes e vulneráveis e, por essa razão, devem ser protegidos nas interações *online* com adultos, seguindo, portanto, a linha argumentativa da lei proposta pelo Parlamento e das discussões ali ocorridas, bem como das notícias reportadas por jornais impressos. Afirmar que um(a) adolescente é vítima de assédio sexual mesmo sendo um participante ativo do processo apenas reforça a ideia de que crianças e adolescentes são inerentemente vulneráveis e devem ser protegidos, a despeito de suas ações ou desejos.

Comentários finais

Katie.com é um livro auto-biográfico escrito por Katherine Tarbox (2001). Em 1995, quando tinha apenas 13 anos de idade, ela conheceu um rapaz em uma sala de *chat* na Internet e se apaixonou. Em um primeiro momento, ele lhe disse que tinha 23 anos, depois, que tinha 31. Na realidade, ele tinha 41 anos de idade. Eles conversaram via Internet por 6 meses, até que ela concordou em

23 O caso refere-se a um homem de 52 anos de idade, previamente condenado por crimes sexuais, que conheceu um garoto de 14 anos em uma sala de bate-papo. Eles se encontraram algumas vezes e tiveram relações sexuais. De acordo com os relatórios judiciais, o acusado acreditava que o menino tinha 17 anos. A redação dada ao Artigo 172.1 do Código Criminal diz que é proibido comunicar-se com uma pessoa que seja, *ou que o acredita-se ser*, menor de 18, 16 ou 14 anos para os fins definidos. Ou seja, não pode ser declarado culpado aquele que se comunica com um garoto que *acreditava ter 17 anos* para ter relações sexuais, já que a idade de consentimento é 16 anos. Dessa forma, ele foi inocentado da acusação de assédio sexual com fins de abuso sexual. Entretanto, como a relação sexual foi filmada e a pornografia infantil é proibida até os 18 anos, ele foi condenado pelo crime de assédio sexual com objetivo de cometer pornografia infantil.

24 No caso em questão, um homem de 38 anos foi acusado de se relacionar com duas garotas no ambiente *online* e encontrá-las para ter relações sexuais. Com ele, foi encontrado material caracterizado como pornografia infantil e descrito como "particularmente torpe e envolvendo a vitimização de diversas crianças pequenas". Em ambos os casos, as histórias são similares. Ele conheceu cada uma das meninas na Internet, propôs um encontro presencial logo em seguida e desenvolveu um relacionamento com cada uma delas – o relacionamento durou 9 meses com a primeira e, após o rompimento, um relacionamento de 2 meses com a outra. Ambas as meninas disseram a ele que tinham 18 anos, mas tinham 14 e 15 anos. O juiz do caso afirmou que ambas foram participantes ativas na relação, ainda que não pudessem consentir livremente com a relação sexual por serem menores de 16 anos.

encontrá-lo em pessoa. Ela morava com a família em Connecticut e ele vivia na Califórnia. Uma viagem ao Texas para tomar parte em uma competição de natação – ela era vista como uma nadadora promissora! – foi a oportunidade para que eles se encontrassem. Ele pegou um avião para Dallas e reservou um quarto no mesmo hotel em que a equipe de natação estaria hospedada. À noite, ela foi até o quarto dele.

Isso tudo aconteceu em 1995, quando a Internet ainda engatinhava e as salas de bate papo online estavam começando a ser usadas para a socialização juvenil. O homem que se comunicou com Katie tornou-se o primeiro a ser processado por pedofilia via Internet. Além de escrever esse livro autobiográfico, Katie Tarbox tornou-se uma militante pelos direitos das crianças, proferindo palestras em escolas para falar sobre os perigos da Internet.

Em seu livro, Katie oferece seu testemunho de como foi difícil para ela construir e aceitar o *status* de vítima – vítima de assédio sexual *online*, da sedução de um homem que pretendia abusar sexualmente dela. Ela achava que sabia o que estava fazendo, ela se via como uma participante ativa na relação, uma garota que se apaixonou e que queria construir uma relação amorosa com o sujeito. Aceitar e entender que, ao contrário, ela havia sido seduzida para o abuso foi um processo doloroso para ela, como afirma no livro.

Em paralelo e complementando seu processo individual, as pessoas pertencentes a seu grupo social também mudaram sua visão a respeito do que havia acontecido com (ou contra) ela. No início, família, amigos e comunidade a haviam culpado pelo ocorrido, ela não havia sido vista como vítima. Apesar de seus 13 anos de idade, havia sido culpabilizada por socializar-se com ele na Internet e por ter ido a seu quarto de hotel à noite. Após ter sido vista primeiramente como *puta*, passou, em seguida, a ser vista como *a garota que foi violentada.*

O momento em que isso tudo ocorreu – 1995 – é importante. Com a massificação da Internet, os crimes sexuais *online* passaram a ser mais debatidos e reportados pela mídia de massa, trazendo novas informações e visões. Como mostrado nas sessões anteriores, além de avanços positivos, a Internet foi (e ainda é) vista como um buraco negro, um espaço sem leis e sem fronteira, no qual crianças e adolescentes poderiam (podem) ser facilmente vitimizados por adultos inescrupulosos e pedófilos que poderiam (podem) fazer uso do anonimato para seduzi-las a participar de fotos/ filmes de pornografia infantil ou, ainda pior, de encontros físicos. Esse é o terceiro nível do processo, um processo social em que a comunicação via Internet foi criminalizada como assédio sexual *online* e a "criança" em questão tornou-se vítima em termos jurídicos.

Eliacheff e Larivière (2012: 27) nos lembram que *vítima* é uma figura contemporânea, pouco tendo sido dito a esse respeito antes da década de 1980 (ver também Sarti, 2011). Ainda que todos estejam sujeitos a se tornarem vítimas em algum momento de suas vidas, com liberdade para se agrupar em torno de uma identidade e requerer o *status* de vítima, de outros diz-se que são vítimas em função de sua condição. Crianças e adolescentes são um desses grupos. Paradoxalmente ao reconhecimento da criança e do adolescente como seres humanos com direitos e voz, são vistas hoje em dia como "vulneráveis como nunca o foram, vítimas potenciais de todos os tipos de perigo, pelo simples fato de serem crianças" (Eliacheff; Larivière, 2012: 91).

O desenvolvimento social de longo prazo é, do ponto de vista de Norbert Elias (2000), em grande parte não planejado. Isso significa que seria incorreto tentar explicar os processos sociais de longo prazo simplesmente em função de ações e planos intencionais, mas também significa que ações e planos intencionais possuem seu lugar nos processos sociais cegos. Assim, de acordo com Elias (1997: 360), as estruturas e processos sociais emergem de um entrelaçar de ações e planos de muitas pessoas, mas o processo não deriva de nenhuma ação ou plano específico. Ao longo da história, contudo, algumas pessoas ou grupos tentaram intencionalmente transformar o comportamento de outros, usualmente na direção de padrões "mais civilizados". Quando esse esforço envolve uma campanha mais ou menos orquestrada, é possível falar em uma ofensiva civilizatória (Spierenburg, 2001: 98).

O processo de criminalização do assédio sexual *online* pode ser visto como uma ofensiva civilizatória, uma campanha que teve como objetivo administrar as relações *online* – especificamente aquelas entre adultos e crianças – a um nível mais aceitável. Sem dúvida, esse não foi um esforço isolado, na mesma direção há ofensivas civilizatórias em direção a uma maior equidade de gênero e outras de proteção a crianças e adolescentes. Ao longo dos últimos séculos, nossa sensibilidade em relação à violência sexual aumentou enormemente (Vigarello, 1998; Landini, 2005). Como Vigarello afirma de forma clara, ao final de seu livro, a violência sexual contra crianças tornou-se a violência de nosso tempo. Não porque tenha aumentado quantitativamente, mas porque nossos olhares estão direcionados a ela. Todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes tornaram-se inaceitáveis e insuportáveis para nós, indivíduos do Século XXI.

A criminalização de ações ou comportamentos específicos é parte desse processo. O amplo uso da Internet e outras tecnologias da informação e da comunicação trouxeram à luz dois problemas sociais já conhecidos, mas que até

então não geravam muita preocupação. A pornografia infantil foi o primeiro desses problemas a ser globalmente discutido e nacionalmente criminalizado – a maior parte dos países aprovou leis a esse respeito no fim da década de 1980 e início da década de 1990 (Landini, 2004a e b). A criminalização do assédio sexual *online* veio pouco depois, no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 – ainda que a legislação a esse respeito não tenha (ainda) sido adotada por um número muito grande de países, o fato de o assédio sexual constar da Convenção pela Proteção de Crianças contra a Exploração e o Abuso Sexual do Conselho da Europa[25] (2007), e de recomendações do *UN Special Rapporteur on the sale of children, child prostitution and child pornography*, incentivando os Estados Membros a introduzirem legislação criando a ofensa de internet luring ou grooming, aponta nessa direção.

Ao discorrer sobre as mudanças nas relações entre pais e filhos, Elias (2012) afirma que o "descobrimento da criança"[26] e o "Ano da Criança"[27] são *signos* de uma mudança nas balanças de poder entre pais e filhos, em favor de uma distribuição mais equilibrada do que em épocas anteriores. Da mesma forma, a criminalização de um ato agora denominado pelo Código Criminal como assédio sexual *online* (*online luring)* é também evidência do aumento de sensibilidade em relação à violência sexual e, em especial, à violência sexual contra crianças e adolescentes,[28] o qual constitui, nos termos eliasinos, um dos direcionamentos do processo de desenvolvimento social (ou processo civilizatório).

Se utilizei o conceito de representação ao longo deste texto, foi como forma de encontrar evidências dos valores morais que dão sustentação a esse processo de aumento da sensibilidade em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes – processo mais longo e de maior espectro do que o processo de criminalização do assédio sexual, mas no qual este encontra-se inserido. Houve, efetivamente, um esforço articulado no sentido de criminalizar o assédio sexual, e não é por outro motivo que chamei esse processo de ofensiva civilizatória.

25 Artigo 23.º – Abordagem de crianças para fins sexuais "Cada Parte toma as necessárias medidas legislativas ou outras para qualificar como infracção penal o facto de um adulto propor de forma dolosa, através de tecnologias de informação e comunicação, um encontro a uma criança que não tenha atingido a idade estabelecida em aplicação do n.º 2 do artigo 18.º, com a finalidade de cometer nesse encontro qualquer uma das infracções estabelecidas em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º ou com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, desde que essa proposta seja seguida de actos materiais que visem a tal encontro." https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168046e1d8 , acessado em abril;2017.

26 Como discutido por Ariès (1981).

27 Proclamado e celebrado pela ONU em 1979.

28 Aproprio-me aqui da discussão de Vigarello (1998), à qual já fiz referência mais acima.

Contudo, é importante registrar que esse processo ou ofensiva não ocorreu de forma desarticulada de processos mais amplos, tendo se sustentado nos valores que estão explicitados em representações na mídia, nas falas dos políticos e também dos membros do poder judiciário, quais sejam: a representação da criança e do adolescente como inocentes, vulneráveis e com necessidade premente de proteção; o adulto, entendido como potencialmente perigoso, principalmente o pedófilo; e a Internet, entendida como um espaço difícil de ser policiado e que possibilita a manipulação de crianças e adolescentes inocentes e vulneráveis por adultos inescrupulosos. Além disso, constituem evidências que apontam na direção de uma rediscussão moral relativa à sexualidade de crianças e adolescentes: o aumento da idade de consentimento sexual, ocorrido poucos anos após a aprovação da lei sobre assédio *online*; o percentual de investigações policiais ativas em relação aos processos resultantes de um crime no qual há um autor/ vítima reais; e a discussão sobre a legislação constituir uma forma de denúncia e dissuasão de crimes contra a inocência e a vulnerabilidade inerentes a crianças e adolescentes.

Retomando a explicação do início do texto, entende-se o assédio sexual como um crime em que o dano é construído como um dano potencial. Ao criminalizar o assédio *online*, objetivava-se coibir a possibilidade de uma violência efetiva – quiçá podemos até dizer que objetivava-se alcançar a prevenção de crimes como o abuso sexual, a pornografia infantil etc. Ao enunciar o veredito de um dos primeiros casos de assédio sexual a chegarem à Suprema Corte do Canadá, o Ministro do Supremo Justice Fisher enfatizou essa questão. Segundo ele, o Artigo 172.1 do Código Criminal do Canadá (*online luring*):

> (…) cria uma ofensa incipiente ou rudimentar, ou seja, um *crime preparatório* que mira em condutas que, de outra forma, seriam consideradas legais e que tenham como objetivo culminar em um crime completo. Criminaliza condutas que *precedem* a comissão de uma violência sexual à qual se refere, e mesmo uma tentativa de cometê-lo. Com efeito, não é preciso que o ofensor se encontre ou planeje encontrar-se com a vítima com o objetivo de cometer qualquer uma das ofensas secundárias. É assim para que seja possível alcançar o objetivo previsto pelo Parlamento Canadense de fechar as portas do cyber espaço *antes* que o predador encontre sua presa (R. v. Legare, 2009, at para 25, itálicos da autora).

A frase "fechar as portas do cyber-espaço antes que o predador encontre sua presa", utilizada por um Ministro da Suprema Corte, além de tentar traduzir o

objetivo da legislação sobre assédio sexual, é também bastante apelativa. Para além do fato de o assédio poder, sim, trazer dano à criança e ao adolescente – danos efetivos e não apenas potenciais –, a formulação assusta de tão estereotipada que é. E assusta também em sua solução – diria radial e pretenciosa – de criminalizar a comunicação a fim de prevenir violências sexuais físicas ou que envolvam a imagem. O fato de mais da metade dos processos julgados em Ontário num período de 12 anos serem decorrentes de investigações ativas em que um(a) policial apresenta-se como criança ou adolescente no ambiente online a fim de ser "seduzido(a)" por um predador, "fisgando-o e trazendo-o aos braços da lei", fortalece o argumento: o foco é identificar possíveis abusadores sexuais e tirá-los de circulação antes que "entrem em ação", antes que ocorra o crime.

Em outros momentos (Landini, 2004a; 2004b), já iniciei a discussão a respeito da complexidade que envolve a circulação da pornografia infantil na Internet, a qual retomo para a discussão sobre assédio sexual *online*. O problema da pornografia infantil na Internet envolve uma questão muito mais complexa do que a pedofilia, e é tão mais complexa porque envolve um valor cultural: a valorização da sexualidade adolescente. Tanto em nível social quanto cultural, costuma-se ignorar o fato de que, ao mesmo tempo em que avançam os direitos da criança e do adolescente e que a sociedade se torna mais consciente da necessidade da proteção à infância, a sexualidade adolescente é também cada vez mais valorizada. Ou seja, ao mesmo tempo em que o tema da pedofilia e da violência sexual são cada vez mais entendidos enquanto problemas sociais sérios, há uma sexualização da imagem da criança e do adolescente. O corpo jovem é, ao mesmo tempo, valorizado e, cada vez mais, interdito (2004a).

Em relação ao assédio sexual, há uma questão suplementar que torna a equação ainda mais complexa. Nesse sentido, chamo a atenção para a importância em discutir mais amplamente a dinâmica *online* e as interações entre os envolvidos, questão que passou ao largo durante o processo de criminalização do assédio sexual. Sociabilidade, sexualidade e condutas criminais estão todas entrecruzadas no ambiente *online*. A Internet é um meio muito utilizado para sociabilidade por crianças e adolescentes, inclusive para estabelecer relações que são, senão sexuais, ao menos "sexualizadas" em sua natureza, tanto com pessoas conhecidas quanto desconhecidas, algumas vezes até com adultos. Ou seja, relações que, ainda que não cheguem ao ato sexual físico, possuem uma miríade de questões relacionadas (como a troca de fotografias, masturbação em frente à *webcam*, uma transa online etc.) que fazem dessa sociabilidade uma forma de violência aos olhos da lei. Ignorar esse cenário e insistir em construir e reconstruir a imagem da criança e do adolescente como vulneráveis e

necessitando de proteção, e do adulto como potencial ofensor, é uma simplificação absurda. O problema do assédio existe e é bastante sério em muitos casos, mas ter estereótipos como pilares que sustentam a legislação torna seu alcance e efetividade bastante limitados, demonstrando, claramente, que a legislação diz respeito não apenas à prevenção e punição de casos de violência, mas constitui também uma forma de rediscussão dos limites morais que envolvem a sexualidade de crianças e adolescentes.

Referências

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças nos Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000.

AKDENIZ, Yaman. *Internet child pornography and the law: national and international responses.* Barlington, USA: Ashgate Publishing Company, 2008.

ALEXY, Eileen M.; BURGESS, Ann W.; BAKER, Timothy. Internet offenders – traders, travelers, and combination trader-travelers. *Jounal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 7, 2005.

ANGLIN, Howard. The potential liability of federal Law-enforcement agents engaged in undercover child pornography investigations. *New York University Law Review*, v. 77, 2002, p. 1090-1117.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

BECK, Richard. *We believe the children – a moral panic in the 1980s.* New York: Public Affairs, 2015.

BESSA, Karla. O Crime de Sedução e as Relações de Gênero. *Cadernos Pagu.* Campinas, v. 2, 1994, p. 175-196.

BRIGGS, Peter; SIMON, Walter T.; SIMONSEN, Stacy. An exploratory study of Internet-iniciated sexual offenses and the chat room sex offender: has the Internet enabled a new typology of sex offender? *Sexual Abuse*: a journal of research and treatment. 23(1), 2011, p. 72-91.

CHEIT, Ross R. *The Witch Hunt Narrative: politics, psychology, and the sexual abuse of children.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2014.

CHIN, Gabriel J. The story of *Jacobson v United States*: catching criminals or creating crime? *Arizona Legal Studies*, Discussion paper 06-12, 2006.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics – the creation of the mods and rockers.* London and New York: Routledge Classics, 2011.

CRITCHER, Chas. Media, Government and Moral Panic: The politics of paedophilia in Britain 2000-1. *Journalism Studies*, *3*(4), 2002, p. 521–535.

DAUDA, Carol. Sex, Gender, and Generation: Age of Consent and Moral Regulation in Canada. *Politics & Policy*, v. 38, n. 6, 2010, p. 1159-1185.

DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy.* Osfordshire: Routledge, 2011.

DAVIDSON, Julia. Legislation and policy: protecting young people, sentencing and managing Internet sex offenders. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy.* Osfordshire: Routledge, 2011.

DURKIN, Keith F. Misuse of the Internet by pedophiles: implications for law enforcement and probation practice. *Federal Probation*, v. 61, Issue 3, Sept 1997.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel Soulez. *O Tempo das Vítimas.* São Paulo: Fap/Unifesp, 2012.

ELIAS, Norbert. A Civilização dos Pais. *Revista Sociedade e Estado,* v. 27, n. 3, Setembro/Dezembro 2012.

ELIAS, Norbert. *The civilizing process*: sociogenetic and psychogenetic investigations. Massachusetts: Blackwell, 2000.

ELIAS, Norbert. Towards a theory of social processes: a translation. *British Journal of Sociology,* 48 (3), 1997, p. 355-383.

FINKELHOR, David. *Child Sexual Abuse* – new theory and research. New York: The Free Press; London: Collier Macmillan Publishers, 1984.

FULDA, Joseph S. Do Internet stings directed at pedophiles capture offenders or create offenders? And allied questions. *Sexuality and Culture*, v. 6(4), 2002, p.73-100.

GARLAND, David. On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, 4(1), 2008, pp. 9–30.

GRECO, Christopher A. P. "Falling back" on the Concept of (Moral) Panic: Questioning Significance, Practicality, and Costs. Doctoral thesis, Criminology, Faculty of Social Sciences, University of Ottawa, 2015.

GRECO, Christopher and CORRIVEAU, Patrice. La representation médiatique du leurre d´enfants à l'aide dês nouvelles technologies: une mise em mots et em maux. *Ambigua, Revista de Investigaciones sobre Género y Estudios Culturales*, n. 1, 2014, p. 35-56.

JENKINS, P. Failure to launch: Why do some social issues fail to detonate moral panics? *British Journal of Criminology*, *49*, 2009, p. 35–47.

JENKINS, Philip. *Beyond Tolerance* – child pornography on the Internet. New York and London: New York University Press, 2001.

KRONE, Tony. A Typology of Online Child Pornography Offending. *Trends & Issues in crime and criminal justice*. Australian Government; Australian Institute of Criminology, n. 279, 2004.

LAMB, Michael. Cybersex: Research notes on the characteristics of the visitors to online chat rooms. *Deviant Behavior*, 19:2, 1998, p.121-135.

LANCASTER, Roger N. *Sex panic and the punitive State.* Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press, 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia e ZEYTOUNLIAN, Lauren. Assédio sexual *on-line* de crianças e adolescentes: abrindo o debate. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CONSTANTINO, Patrícia. *Exploração sexual de crianças e adolescentes:* interpretações plurais e modos de enfrentamento. Rio de Janeiro: Hucitec, 2018, p. 129-172.

LANDINI, Tatiana Savoia. (2005), "Honra, horror e direitos – violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX". Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia e pornografia infantil: algumas notas. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidades e saberes:* convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a, p. 319-342.

LANDINI, Tatiana Savoia. "A pornografia infantil na Internet – uma perspectiva sociológica". In: Libório, Renata Coimbra Maria. *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004b, p. 165-182.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2015.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como 'causa política' e 'caso de polícia'. *Cadernos Pagu,* 41, julho-dezembro de 2013, p. 303-337.

MALESKY Jr, L. Alvin. Predatory online behavior: modus operandi of convicted sex offenders in identifying potential victims and contacting minors over the Internet. *Journal of Child Sexual Abuse*, v. 16 (2), 2007.

MARTELLOZZO, Elena. Understanding the perspetrators' online behavior. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse*: current research and policy. Osfordshire: Routledge, 2011.

MCALINDEN, Anne-Marie. 'Grooming' and the Sexual Abuse of Children – institutional, Internet, and familial dimentions. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social. *Cadernos Pagu*, 28, 2007 101–128.

MITCHELL, Kimberly J., WOLAK, Janis and FINKELHOR, David. Police posing as juveniles online to catch sex offenders: is it working? *Sexual abuse*: a journal of research and treatment, v. 17, n. 3, 2005, p. 241-267.

NATHAN, Debbie; SNEDEKER, Michael. *Satan´s silence*: ritual abuse and the making of a modern american witch hunt. New York: Basic Books, 1995.

OST, Suzanne. *Child pornography and sexual grooming*: legal and societal responses. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

PORTO, Maria Stella Grossi. *Sociologia da Violência.* Brasília: Verbana Editora, 2010.

QUAYLE, Ethel; TAYLOR, Max. Child seduction and self-representation on the internet. *CyberPsychology & Behavior*, v. 4, n. 5, 2001.

RODRIGUES, Robert. *A pedofilia e suas narrativas*: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carole (ed.), *Pleasure and Danger.* Routledge & Kegan: Paul, 1984.

SARTI, Cynthia Andersen. (2011), A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 24, p. 51-61. SHANNON, David. Online sexual grooming in Sweden – online and offline sex offences against children as described in Swedish police data. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 9:2, 2008, 160-180.

SILVERMAN, Jon e WILSON, David. (2002), Innocence Betrayed: paedophilia, the Media and Society. Cambridge (UK), Polity Press.

SPIERENBURG, Peter. Violence and the civilizing process: does it work? *Crime, Histoire & Sociétés/ Crime, History and Societies,* v. 5 (2), 2001, p.87-105.

TARBOX, Katie. *Katie.com: my story.* New York: Plume (Penguin Group), 2001.

TAYLOR, Jon. Policing social networking sites and online grooming. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy.* Osfordshire: Routledge, 2011.

VIGARELLO, Georges. *História do Estupro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WOLAK, Janis, FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly. Internet-initiated sex crimes against minors: implications for prevention based on findings from a National Study. *Journal of Adolescent Health*, 34, 2004, p. 424.e11– 424.e20.

YOUNG, Jock. Moral panics and the transgressive other. *Crime, Media, Culture*, *7*(3), 2011, p. 245–258.

YOUNG, Jock. *The Drugtakers*: the Social Meaning of Drug Use, London: Judson, McGibbon and Kee, 1971.

Documentos citados

BILL C-277 *An Act to amend the Criminal Code (luring a child).* Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BILL C-15A *An Act to amend the Criminal Code and to amend other acts.* Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BILL C-22 *An Act to Amend the Criminal Code (age of protection) and to make consequential amendments to the Criminal Records Act (2007).* Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BRASIL. *Código Penal* – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (atualizado e acompanhado de legislação complementar). São Paulo: Saraiva, 2001.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CRIMINAL Code of Canada. Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-46/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

COUNCIL of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2007. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/201>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PEARSON, Landon. (Senator). Debates of the Senate, *Edited Hansard 139*(66). 37th parliament 1st Session, p. 1609, November 1st, 2001.

OWEN, Stephen. (Parliamentary Secretary to the Minister of Justice and Attorney General of Canada, Lib). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6312, Octover, 18th, 2001.

TOEWS, Vic. (Provencher, Canadian Alliance). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6314, Octover, 18th, 2001.

BLAIKIE, Bill. (Winnipeg_Transcona, NDP). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6314, Octover, 18th, 2001.

STOFFER, P. (N.D.P.). House of Commons Debates, *Edited Hansard 137*(82). 37th Parliament 1st Session, p. 5353, September 20th, 2001. In: Greco, Christopher A. P. "Falling back" on the Concept of (Moral) Panic: Questioning Significance, Practicality, and Costs. Doctoral thesis. Department of Criminology, Faculty of Social Sciences, University of Ottawa, 2015.

Relatórios Judiciais citados

R. v. Bedford, [2008] O.J. No. 5760, Ontario Court of Justice, Kingston, Ontario, Oral judgment: March 14, 2008.

R. v. Bergeron, 2009 CarswellOnt 1352, 2009 ONCJ 104, 82 W.C.B. (2d) 259, Ontario Court of Justice, Heard: February 4, 2009, Judgment: February 4, 2009

R. v. Blanchard, [2003] O.J. No. 5510 No. 2632/03, Ontario Superior Court of Justice, Welland, Ontario, Oral judgment: December 17, 2003.

R. v. Bridgeman, 2011 ONCJ 117, Ontario Court of Justice, Heard: November 1, 2010 – January 25, 2011, Judgment: February 18, 2011.

R. v. Brown, [2006] O.J. No. 1523, Ontario Superior Court of Justice, Heard: November 19, 2004; September 12-13, October 3, 2005; and January 25, 2006, Oral judgment: January 25, 2006.

R. v. Brown, [2007] O.J. No. 3316, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: September 6, 2007, Judgment: September 7, 2007.

R. v. Dobson, [2013] O.J. No. 1358, Ontario Court of Justice, January 30, 2013.

R. v. Johnston, 2009 CarswellOnt 8378, 2009 ONCJ 628, [2009] O.J. No. 5697, 86 W.C.B. (2d) 186, Ontario Court of Justice, Heard: November 2,4, 2009, Judgment: December 23, 2009

R. v. Legare, [2009] 3 S.C.R. 551, [2009] 3 R.C.S. 551, Supreme Court of Canada, Heard: October 15, 2009; Judgment: December 3, 2009.

R. v. Saliba, [2013] O.J. No. 5887, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: October 16, 2013, Judgment: November 1, 2013.

R. v. Saliba, [2013] O.J. No. 6002, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: October 16, 2013, Judgment: November 1, 2013.

Recebido em 19/04/2017
Aprovado em 29/05/2018

Como citar este artigo:

LANDINI, Tatiana Savoia. Vulnerabilidade e perigo potencial – o processo de criminalização do assédio sexual *online* no Canadá e casos julgados em Ontário (2002-1014). *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 515-542.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.071
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 543-568
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Vulnerability and its potential perils – on the criminalization of online luring in Canada and court cases tried in Ontario (2002-2014)[1]

Tatiana Savoia Landini[2]

Abstract: *The mass diffusion of the Internet since the 1990s and the development and expansion of easy access to information and communication technologies placed online sexual violence as a focus of attention for those concerned with child and adolescent protection. In the wake of the usual discussions on child pornography, an increasing concern has emerged about situations of online grooming or luring. This article reflects on Canada's movement to criminalize online luring/grooming, and makes some remarks based on Court Reports from the province of Ontario in the years 2002 to 2014. From 2002 on, Section 172.1 of the Criminal Code of Canada prohibits communications between adults and children via information and communication technologies that could result in a sexual offence. The study is not focused on luring in itself, but on the beliefs, values and ideologies identified in its agenda. It discusses the representations of children, adult offenders and online environment that stand as the foundations of the process of criminalizing online luring, and are also found in the reports of the studied cases and decisions in connection with the crime.*

Keywords: *Sexual violence; Children and adolescents; Luring; Representation; Norbert Elias.*

1 This article is a product of my research *Online luring and child pornography* – a *study of cases tried in the province of Ontario, Canada*, carried out with a FAPESP International Grant (Grant 2013/26401-1). I thank Professor Patrice Corriveau for welcoming me in the Department of Criminology at the University of Ottawa. Translated from Portuguese by Dermeval de Sena Ayres Júnior.

2 Federal University of São Paulo (Unifesp) – São Paulo, Brazil – tatiana.landini@unifesp.br

Contemporanea_V8n2.indd 543 14/12/2018 11:45

The mass diffusion of the Internet since the 1990s and the development and expansion of easy access to new information and communication technologies, such as mobile phone connections, smartphones and tablets, in addition to 3G and 4G networks, placed sexual violence in online environments as a focus of attention for those concerned with child and adolescent protection. Such concern is primarily aimed at the production, exchange and commerce of child pornography on the Internet, later using other information and communication technologies for the same purposes. In the wake of such practices, attention was also drawn to the relations between online and offline environments, and to sexual offences over the Internet (or mediated by information and communication technologies) vis-à-vis offences outside its environment. It was only at that point in time that the discussions on grooming, or luring, gained strength.

This article reflects on the criminalization of online luring by approaching the recent experience of Canada – one of the first countries of the world, and perhaps the very first one, to enact legislation on the topic. Its starting point is the movement to criminalize online luring, or grooming, in the discussions held by the Canadian Parliament before its 2002 enactment of Section 172.1 of the country's Criminal Code. This research is supplemented by the study of court reports of cases tried for online luring in the province of Ontario between the years 2002 and 2014.

The focus of this article is not luring itself, but the beliefs, values and ideologies of the agenda that surrounds it, which stand as pillars of its criminalization-process. To attain this aim, it tackles the notion of representation. According to Porto (2010: 76) there is a distinction between the reality of violence and its representations. Violence has an objective component, evinced by its figures and statistics, whereas its representations include a subjective component of what individuals and the society take for – what they represent as – violence. The process of criminalizing an act is a unique opportunity to reflect on the issues that surround this process and provide its foundations. In Durkheimian terminology, a sociology of morals takes place when values and morality itself become objects of study. Such is the line of reasoning followed by the present reflection.

What is luring / grooming?

The concept of luring or grooming with the purpose of facilitating the sexual abuse of a child is not new. But before being established as an offence in the Criminal Code of Canada – and also in many other countries –, it was a conceptual tool from the field of psychology. Without using the terms 'luring' or 'grooming',

David Finkelhor – one of the pioneering and most widely recognized scholars to theorize about child sexual abuse – dealt with the topic in a 1984 book by presenting a model of four enabling preconditions for sexual abuse. According to him, a potential offender: 1) needs some motivation to sexually abuse a child; 2) has to overcome internal inhibitions against acting on that motivation; 3) has to overcome external impediments to committing sexual abuse; and 4) has to undermine or overcome a child´s possible resistance to the sexual abuse (Finkelhor, 1984: 54). This fourth condition can be seen as the process of child or adolescent luring or grooming that precedes and enables sexual abuse.

For Davidson (2011: 10), grooming "involves a process of socialisation through which an offender seeks to interact with a child (...), possibly sharing their hobbies and interests in an attempt to gain trust in order to prepare them for sexual abuse". On her turn, McAlinden (2012: 11) has a longer definition of luring or grooming: "1) The use of a variety of manipulative and controlling techniques 2) with a vulnerable subject 3) in a range of interpersonal and social settings 4) in order to establish trust or normalize sexually harmful behavior 5) with the overall aim of facilitating exploitation and/or prohibiting exposure". A luring / grooming situation can occur in various family or extrafamily settings via approaches such as face-to-face contact, Internet or online activities, street grooming or peer-to-peer grooming (McAlinden, 2012: 28).

The diffusion of modern information and communication tools gave a new impetus to this discussion. The emergence of the Internet as an important and widely disseminated means of communication led to the concern that it could be used to facilitate contacts between adults and potential victims of sexual abuse, such as children and adolescents. Back in 1997, when the massive expansion of the Internet was in its initial days, Durkin pointed out four ways in which it was being improperly used by pedophiles:[3] to exchange child pornography, to locate children to molest, to engage in inappropriate sexual communication with children, and to correspond with each other. Other authors drew a causal link between child pornography and grooming / luring. For instance, the typology of child pornography[4] developed by Krone (2004) includes a distinction of

3 Pedophilia is defined by the International Classification of Diseases (ICD 10) as a disorder of sexual preference in which an individual has "a sexual preference for children, boys or girls or both, usually of prepubertal or early pubertal age". Despite the fact that Durkin did use the word pedophile, it can be pointed out that even though there are pedophiles that use information and communication technologies to contact children, the problem of online luring is not limited to their group.

4 Krone's typology identifies nine levels, each of them reflecting a higher degree of seriousness than the previous one: browser, private fantasy; trawler; non-secure collector; secure collector; groomer; physical abuser; producer; and distributor.

Contemporanea_V8n2.indd 545 14/12/2018 11:45

level between a 'groomer' and a 'physical abuser'. A 'groomer', according to this distinction, is someone who develops "an online relationship with one or more children", while a "physical abuser" is someone who abuses "a child who may have been introduced to the offender online". In both cases, "pornography may be used to facilitate abuse".

The early 2000s were marked by the beginning of a criminalization-process of online luring/ grooming. As such situations occurred in the online environment, communicating with a child or adolescent with the objective of committing sexual abuse ceased to be understood as a stage or precondition for sexual abuse, and started to be seen as an independent behavior that not only must be harshly disapproved, but also criminalized. Since then, only a few countries have already enacted specific laws against luring / grooming, including Australia, Canada, the Netherlands, Norway, Sweden, the United Kingdom and Ireland, and the USA.[5]

The Canadian Parliament enacted Section 172.1 of the country's Criminal Code in 2002 with the following text:

> 172.1 (1) Every person commits an offence who, by a means of telecommunication, communicates with
>
> (a) a person who is, or who the accused believes is, under the age of 18 years, for the purpose of facilitating the commission of an offence with respect to that person under subsection 153(1) [sexual exploitation of person with disability], section 155 [incest], 163.1 [child pornography], 170 [parent or guardian procuring sexual activity], 171 [Householder permitting prohibited sexual activity] or 279.011 [trafficking of a person under the age of eighteen years] or subsection 279.02(2) [material benefit — trafficking of person under 18 years], 279.03(2) [withholding or destroying documents — trafficking of person under 18 years], 286.1(2) [obtaining sexual services for consideration from person under 18 years], 286.2(2) [material benefit from sexual services provided by person under 18 years] or 286.3(2) [procuring — person under 18 years];
>
> (b) a person who is, or who the accused believes is, under the age of 16 years, for the purpose of facilitating the commission of an offence under

5 In the Brazilian legislation, the criminalization of luring was established in 2008 based on the changes introduced to the legislation on child pornography (article 241 of the Statute of the Child and Adolescent – ECA in the Brazilian acronym). One of these changes was the inclusion of article 241-D in the Statute, with its provisions on the issue: "Article 241-D: To groom, harass, instigate or constrain a child by any means of communication with the aim of practicing a libidinous act with him or her" (added to Law 11,829 of 2008).

section 151 [Sexual interference] or 152 [Invitation to sexual touching], subsection 160(3) [Bestiality in presence of or by child] or 173(2) [Exposure] or section 271 [sexual assault], 272 [Sexual assault with a weapon, threats to a third party or causing bodily harm], 273 [aggravated sexual assault] or 280 [Abduction of person under sixteen] with respect to that person; or

(c) a person who is, or who the accused believes is, under the age of 14 years, for the purpose of facilitating the commission of an offence under section 281 [Abduction of person under fourteen] with respect to that person.

Therefore, the Canadian legislation prohibits communications between an adult and a child by different information and communication technologies, when they may possibly result in a sexual offence. Such possibility covered by the legislation does not need to be effective, as long as a child or adolescent *believes* in its possibility. Thus, it is a crime for an adult to have an online conversation with a 15-year old adolescent if the adult's goal is: 1) to invite him or her to a sexual encounter;[6] or 2) if the adult convinces the child or adolescent that the invitation is real, even in the absence of an effective intention to meet him or her. If the adult's intention is to produce child pornography, the prohibition extends to the age of 18 years old. As Suzanne Ost (2009, 90) affirms, by focusing on luring/grooming, the legislation does not criminalize only harmful behaviors, but also behaviors that could *possibly result in harm*: "the harm of grooming was constructed as potential, anticipated harm".

The current Brazilian Criminal Code dates back to the year 1940, when it was enacted in substitution of the previous 1890 code. The 1940 code establishes the crime of *seduction*. Its article 217 prohibits the seduction of maidens between 14 and 18 years old with the purpose of having sexual relations with them and taking advantage of their inexperience or trustfulness. The values substantiating the crime of seduction, which is now considered to be outdated, were: virginity as a value to be upheld until marriage; and maidens as naïve and vulnerable persons, who could be easily deceived by men.

6 The age of consent established by the Canadian legislation was 14 years old until 2007 and rose to 16 years old (see this discussion in the following section of this article). Therefore, sexual relations with persons of less than 16 years old (from kissing and caressing to sexual intercourse) are prohibited. Some exceptions are: 1) 14- or 15-year-old individuals may consent to have a sexual activity if the age difference of one's partner is less than five years and there is no relation of trust, authority, dependency or any other form of exploitation; 2) 12- or 13-year-old individuals may consent to have a sexual activity if the age difference of one's partner is less than two years and there is no relation of trust, authority, dependency or any other form of exploitation. These provisions are part of the text of Article 150.1 of the Canadian Criminal Code.

In their discussions on the crime of seduction, Abreu (2000) and Bessa (1994) approach the role of justice in arranging sexual behaviors and gender roles. Bessa even argues that the justice system played a role of constructing sexualized subjectivities. Despite the distinctions in terms of the values that justify their criminalization, both crimes – seduction and luring/online grooming – point to the process that *precedes* and *enables* a sexual or sexualized relation. Both are justified by the understanding that the victims – maidens in the first case, and children and adolescents in the second – are vulnerable and need to be protected.

The values that substantiate the crime of online luring/grooming will be discussed in the following section.

The need for a new law: representations of online luring/grooming in the Canadian Parliamentary debates and in the media

The Canadian Bill to tackle luring emerged in reaction to a Supreme Court decision on child pornography, the Robin Sharpe case. Sharpe was prosecuted on charge of child pornography after the seizure of a text in his possession, entitled *Sam Paloc's Boyabuse – flogging, fun and fortitude: a collection of Kiddiekind classics*, in addition to a collection of books, manuscripts, stories and photographs allegedly containing child pornography (Akdeniz, 2008: 143). During his criminal proceedings (first trial, appeal and second trial), the Canadian legislation was challenged, and in his first trial, the prohibition of possessing child pornography was deemed unconstitutional. The burning point of his long criminal process was a controversy between the principles of freedom of expression, on the one hand, and child protection, on the other.

The Canadian Parliament reacted to the Sharpe case in 2001 by introducing Bill C-15A as an amendment to the Criminal Code and other criminal laws. Bill C-15A sought to improve the provisions on child pornography, including the criminalization of *access* to child pornography, and of luring. It was enacted by the Parliament in June 2002 (Akdeniz, 2008: 150).

Introducing the debate on the initial draft of Bill C-15A, Senator Landon Pearson (2001: 1609) recalled the Parliament that its provisions were a response to the commitment of the Canadian Government after the elections, to "safeguard children from criminals on the Internet by ensuring that they are protected from those who would prey on their vulnerability", and to a call from the Minister of Justice to establish the crime of online luring. Despite mentioning some positive aspects of the Internet, Senator Pearson affirmed that:

> Most people in Canada would like to prevent the use of the Internet by persons who, from the safety and secrecy of their homes, use the anonymity of it to lure children into situations where they can be sexually exploited (Pearson, 2001: 1609).

According to him, the criminal offence of luring sought to address a problem reported by the police and the media as a *growing phenomenon* (Pearson, 2001: 1609). Parliament Members and experts summoned to testify during the debates agreed that luring was an increasing phenomenon (Grecco, 2015: 140-141).[7] Statements such as "*with the rapid rise of Internet use, an awful lot of children have been inadvertently getting sucked into a trap by pedophiles*" (Stoffer, 2001: 5353 quoted by Greco, 2015: 136) were heard during the debates.[8]

The concern that the bill could have limited reach and, therefore, more had to be done on behalf of child protection, was expressed in the process of enacting the new law on luring, indicating the need to raise the Canadian age of consent, which was 14 years old (Owen, 2001: 6312; Pearson, 2001: 1609; Toews, 2001: 6314).

Speaking about the need to raise the age of consent, Blaikie (2001: 6316) considered that its justification was not linked to prohibiting sexual relations among the young, but to their possible relations with older persons:

> We have this glaring loophole in the law that would permit 40 year olds to exploit people who are 14 or over on the Internet because we do not have a law which is adequate to the circumstances that can now be created on the Internet. We have to do it sensitively because we do not want to criminalize certain behaviours between people, particularly teenagers who are chose in age. There must be a way to look at this issue with sensitivity in mind, but nevertheless laws must be created that would prevent or at least punish that kind of activity.

7 In his PhD thesis, Christopher Grecco (2015) discussed and elaborated on the concept of moral panic using the parliamentary discussions on online luring as a case study. The quotations extracted from his thesis in this article restrict themselves to his substantial descriptions of the parliamentary debates in connection with the enactment of Section 172.1 of the Canadian Criminal Code.

8 The terms 'pedophilia' and 'pedophile' are frequently used without reference to their medical definitions (see footnote 2 above) thus acquiring a pejorative or compelling meaning. The pedophile-figure is often identified as a 'bogeyman' (Silverman; Wilson, 2002) or a contemporary 'monster' (Lowenkron, 2013). As this section shows, in Canada, the words 'pedophile' and 'pedophilia' were used in the legislative discourses. In comparison to Brazil – and this should be seen as a problematization –, such connotations do not seem to be as widely disseminated. In Brazil, the existence of an "anti-pedophilia crusade" to criminalize child luring is acknowledged (Lowenkron, 2015; Rodrigues, 2017). There is no space in this article for this discussion, but I point out to the relevance, in the wake of the studies of Lowenkron and Rodrigues, of deepening the reflection on the legal significance of the attempt to criminalize pedophilia in Brazil.

In 2007, the enactment of Bill C-22: "An Act to amend the Criminal Code (age of protection) and to make consequential amendments to the Criminal Records Act" raised the Canadian age of consent from 14 to 16 years old. Its hearings favored anecdotal examples in detriment of aggregated empirical evidences. When speaking about the perils involved in relations between adolescents and adults, hearing participants gave examples of 35-, 40- or 55-year-old adults, but they neither discussed data on the effective prevalence of males from this age group in interactions with adolescents, nor presented reports that could allow an assessment of the age of sexual partners (Dauda, 2010: 173).

The enactment of an increase in the age of consent from 14 to 16 years old expanded the scope of the legislation about online luring. In addition to it, the minimum and maximum terms of imprisonment for cases of online luring were also increased.[9] In this regard, the study of the implicit values embedded in the criminalization of luring becomes even more relevant: for if the attention is being directed to the representation of online luring, and, therefore, to what a society considers to be a violence, the enactment of these Bills – in their ability to intensify the punishment or the scope of Article 172.1 – indicates a strong social rejection of the idea that the Internet can be used for seducing children and adolescents. Considered as representations of luring, of possible victims (children) and possible offenders, the statements and concerns expressed during the Canadian parliamentary debates evinced the anxieties and social values at stake, which stood behind as justifications of the need for a new law.

Similar claims – and similar representations – were expressed in the Canadian media. According to Greco and Corriveau (2014), between 1998 and 2008, online luring was depicted in three of the most widely read newspapers of Toronto as a constant threat, similar to a catastrophe that should be faced by society. The idea that pedophiles can use the Internet to breach into the sacred space of one's household was repeatedly mentioned in the newspapers. Three features of information and communication technologies were pointed as a rationale for the perceptible increase of this new threat, which could serve either to enable or to aggravate the problem of child sexual abuse: 1) the fact that the Internet can be used as a means of contact by an incalculable number of people, and as a platform for accessing different types of contents and materials; 2) the absence of geographic boundaries, leading to law enforcement difficulties and enabling increased accessibility; and 3) the Internet could favor

9 Such increase in the terms of punishment is a result of Bill C-277, "An Act to amend the Criminal Code (luring a child)", which received parliamentary assent in 2007.

an anonymity-atmosphere among its users and facilitate the commission of offences in its virtual environment.

The moral panic theory emerged in the late 1960s and early 1970s, and its two leading authors were Stanley Cohen ([1972] 2011) and Jock Young (1971). In brief and simple terms, moral panic is an exaggerated reaction to an either sporadic or systematic event, which takes up the focus traditionally aimed at the deviant-figure and his or her traits, and redirects its analysis to the resulting reaction. The media plays a central role in this process.

Following the discussions on moral panic, Roger N. Lancaster (2011) addressed sexual panic. The notion of sexual panic is linked to the Punitive State – the notion that criminality can be solved by more or harsher punishments, in detriment of alternative courses of action.[10] Greco and Corriveau (2014) raised a hypothesis that the luring representations expressed by Canadian newspapers contributed to a state of moral panic leading to legislative interventions – in other words, a "legislative panic". Here, the obvious difficulty is the inability to derive an effective correlation between the news on the newspapers and the actual legislative interventions. For this reason, this discussion cannot go beyond the hypothetical level.

Moving from the discussion that seeks either to prove or examine the effective relations between luring representations in the media and the enactment of laws in connection with it, let us now return to the explicit and implicit values that give meaning to the discussions on luring and, therefore, on morality. For Young (2011: 247), moral panic is "a moral conflict between authority and subculture". On his turn, Garland (2008: 11) remembers two essential elements of Cohen's definition of moral panic that deserve to be mentioned: the moral dimension of social reactions and the notion that a deviant behavior at stake is somehow symptomatic

Gayle Rubin (1984) identifies moral panic situations as "political moments" of sex that enable redesigning the acceptable limits, policies and laws that effectively rule a particular practice. And the speed with which fits of moral panic succeed each other in the contemporary society, as Miskolci (2007, 114-115) points out, is a consequence of the constant need to re-discuss and renegotiate the moral limits of a collectivity, which can no longer be reduced to a set of simple rules laid down by religious or political leaders.

10 An excellent case study of the consequences of moral panic is Critcher, 2002, which analyzes not only the bill dubbed 'Sarah´s Law', but also the reemergence of vigilant movements after the murder of 9-year-old Sarah Payne in England in July 2000.

For Garland (2008), moral panic can be linked both to specific cases[11] and wider series of cases[12] in response to social problems that can be either serious, trivial or even the fruit of imagination. Citing the example of child abuse, Garland affirms that moral panic can serve to attract attention and take an issue to the political agenda. However, the very seriousness of the problem would suffice to justify subsequent social reactions: "as Ian Hacking has observed, [it] is a social problem that has been highlighted, conceptualized and addressed in recent decades. The cumulative social and governmental reactions to perceived child abuse have created, in our societies, a whole new regime of suspicion, supervision and control" (Garland, 2008: 16).

In this text, Garland's discussion about online luring does not restrict itself to a specific case and approaches a broad and serious social problem. Following his reasoning, I understand that a particular level of moral panic has contributed to take the theme to the political agenda and to the enactment of the new law. Yet, an underlying issue must be brought to attention: the enactment of legal provisions in response to online luring, applicable to minors, in addition to an increase in the age of consent, strongly indicate that the criminalization of online luring was based on a reassessment of moral limits in the sexuality of children and adolescents. I will return to this point in the final part of this text. The next lines will discuss the representations of luring found in Canadian court proceedings.

Children are innocent and must be protected – Representations in criminal court reports[13]

In 2014, I carried out a research on court decisions related to luring in the Canadian province of Ontario. The legal databases LexisNexis and Westlaw[14] provided me access to 69 judged cases between 2002 (the year when luring was

11 In Brazil, the best known case of moral panic related to sex abuse was the Escola Base case in 1994. This is one of the illustrative cases of moral panic analyzed by Rodrigues (2017). But Rodrigues' text goes beyond to discuss the fabrication of contemporary subjectivities in the light of Michel Foucault's work and pedophilia narratives. Another well-known case is that of McMartin Preschool in Manhattan Beach, Los Angeles, linked to the alleged ritual abuse of children. At least three books were written about this case, with quite distinct interpretations and analyses: Nathan and Snedeker (1995); Cheit (2014); and Beck (2015).

12 For a discussion on possible broad situations of moral panic, see Jenkins (2001 and 2009). In these interesting texts, Jenkins reconsiders his initial position about the occurrence of moral panic in relation to child pornography on the Internet, to the point of affirming that this is one of the themes that "failed" to ignite moral panic.

13 This article only covers representations of the victims, of their offenders and of the crime of luring. It doesn´t covers the 'histories' of what occurred in the cases. A contribution with this focus is still to be written. Some remarks in this regard can be found in Landini & Zeytounlian (2018).

14 The LexisNexis and Westlaw databases contain the largest collections of Canadian criminal court cases and are, therefore, key instruments for obtaining access to information on the Canadian legal system.

included in the Criminal Code) and 2014 (the year when the data was collected), which were then gathered into a database on the NVivo platform.

Court Reports are summarized proceedings that enable access to legal data from court cases. The overall quality of the information of these reports is not homogeneous, but they give essential data such as the descriptions of accused persons, complainant(s)[15] and luring lawsuits, as well as information about the circumstances of offences. Court Reports also give access to the judicial decisions and the rationale of their justifications.

It is unquestionable that court reports must be assessed in a careful way, on account of their nature and their limits. Court reports – and even criminal case transcripts – cannot be taken as unbiased narratives about the empirical reality. Defense lawyers and prosecutors, in addition to case complainant(s), accused persons and witnesses, express distinct interpretations of one and the same fact, which lead to contradictory views in relation to guilt, effective actions by the involved persons, different justifications for particular deeds, and so on.

While paying attention to some quantitative figures, my analysis of these materials was primarily qualitative, with a consistent reading of the available documents and a focus on the judges' views about online luring and their victims and offenders in each case. Following the discussions described in the previous sections, these reports served as sources for identifying distinct representations of luring. In other words, they served as sources of insight and access to the values embedded in the way each case was understood.

Before I proceed to these representations, the following lines present an overview of the studied cases and some quantitative data to contextualize their empirical scene.[16]

Of the 69 studied cases,[17] 36 cases were linked to sting operations, while the other 33 cases had a child or adolescent complainant. In sting operations, a police officer assumes the role of a child or adolescent in order to identify and

15 The studied judicial reports use the word *complainant* in reference to the child or adolescent of a case. I use the words *complainant* and *plaintiff* in reference to a child or adolescent allegedly victimized by luring, thus avoiding the expression 'victim'. This terminological preference is due to two reasons: first, because accused persons are sometimes acquitted of their charges and the word 'victim' would not be appropriate in their cases; and second, because some plaintiffs or complainants refuse to accept the status of 'victims' of luring. This second element will be introduced to the discussion in the final section of this article.

16 Despite the fact that LexisNexis and Westlaw are the two largest databases for criminal case research, they do not provide access to all case reports. Therefore, it is not my intention to present this scenario as representative of the total number of online crimes of luring, and not even as representative of the totality of court decisions related to luring in Canada or in Ontario.

17 A "case", in this sense, includes all court decisions in connection with one and the same possible crime. Thus, crimes with decisions in more than one instance are counted as individual cases.

Contemporanea_V8n2.indd 553 14/12/2018 11:45

attract possible criminals.[18] As to gender, 33 sting operation officers assumed a female identity, and only three assumed a male identity. In 24 of the 36 sting operation cases, officers pretended to be younger than 14 years old; and in 12 cases, they pretended to be either 14 or 15 years old.

All individuals reported in the course of these police operations were males. Regarding their age, four of them were 19-30 years old; ten were 31-40 years old; nine were 41-50 years old; four were 51-60 years old; and one was 61-70 years old. The information on age was not available in eight cases.

In most of the 33 cases in which a child or adolescent was an effective complainant,[19] such child or adolescent was a female (28 of the 33 cases). In the other four, male complainant cases, the accused individuals were also males. The age of complainants ranged from 12 to 17 years old, and most of them were 12-13 years old (14 of the 33 cases).

Almost all accused persons were males (32 of the 33 cases); the only exception was a 17-year old girl charged for constraining other girls to perform sex work. The accused persons' ages ranged from 17 to 70 years old, and the age group from 19 to 25 years old was the most frequent (eight of the 33 cases).

Another relevant datum regards the relation between online and offline contacts. Of the 33 cases with a complainant child or adolescent, eight referred to relations limited to the online environment, while 13 referred to relations in which accused and complainant first met online and continued their relationship offline (internet-initiated sexual offences), and 12 reported cases in which accused and complainant already knew each other personally and used the online medium to continue or intensify their communications.

Three key discussions have repeatedly emerged from the bibliographical review about online luring: a) information and communication technologies (ICTs) facilitate the encounters among persons who probably would not otherwise meet each other; b) ICTs also open the door to the possibility of creating fictitious characters during one's interactions; and c) ICTs lead to the possibility of feeling free from social constraints and acting in different ways from what people would otherwise do in their interplay (Alexy; Burgess; Baker, 2005; Briggs; Simon; Simonsen, 2011; Lamb, 1998; Malesky Jr., 2007; Martellozzo, 2011; Shannon, 2008; Taylor, 2011; Quayle; Taylor, 2001; Davidson; Gottschalk, 2011).

18 These numbers alone are relevant indicators of a *concern* of the police with possible situations of online luring involving children and adolescents. Sting operations are discussed in the following articles, among others: Briggs, Simon & Simonsen (2011); Chin (2006); Anglin (2002); Fulda (2002); Mitchell, Wolak & Finkelhor (2005).

19 Age and gender were the only individual characterstics that could be tabulated. Characteristics such as race and social class are not mentioned by the judicial reports.

However, it is important to point out that of the 33 court reports of lawsuits filed by children or adolescent complainants, only three accused persons had created a fictitious character, and only one adult introduced himself as someone younger than 18 years old. Four adults lied about their age, but they still introduced themselves as individuals of legal age. Another adult lied about his age, but revealed it to the complainant during the period of their relationship. Nine of the 33 persons accused of luring lied about their age during their contact or relationship with a child or adolescent. A significant number of complainants also lied about their age. Eight complainants either hid that they had not yet reached the age of consent, or introduced themselves as being older than they were.

Altogether, Ontario's criminal court decisions related to online luring reveal a diversity of elements and distinctions linked to: the age of the child or adolescent, and age differences between the involved children/adolescents and adults; the act of lying or not by both sides; the 'setting' – online or online/offline – in which the relationship occurred; and the circumstances – online or in person – in which the two sides first met. Beyond these distinctions, a consensual understanding is expressed – and here I return to the discussion on social representations – that luring is an extremely serious crime affecting not only the complainant children or adolescents who file a lawsuit, but all children and the society as a whole. The following excerpts from some court reports attest to this understanding:[20]

> The offence of internet luring is an offence of the modern age – born of the modern reality of the internet, where an accused can counsel and entice children to engage in the prohibited activity within the sanctity of his or her own home (R. v. Dobson, para 3).
>
> The charge of luring is an offence that harms not just the child victim, but society at large. In an age when sexual predators roam the internet for vulnerable victims, parents have to be extra vigilant in monitoring their children's computer use and teaching them internet safety and to be cautious. This sense of fear and the reasons to be fearful are unhealthy, though necessary in society to instill in children the recognition of the need for appropriate personal safeguards on the internet. Every parent dreads that what Mr. X was doing and attempted to do to 12-year-old "Y" will happen to their child (R. v. Bergeron, para 27).

20 The quoted excerpts are from both types of cases, that is, cases involving sting operations and cases in which the lawsuit was filed by a claimant child or adolescent.

Section 718 of the Canadian Criminal Code establishes that:

> The fundamental purpose of sentencing is to protect society and to contribute, along with crime prevention initiatives, to respect for the law and the maintenance of a just, peaceful and safe society by imposing just sanctions that have one or more of the following objectives:
> (a) to denounce unlawful conduct and the harm done to victims or to the community that is caused by unlawful conduct;
> (b) to deter the offender and other persons from committing offences;
> (c) to separate offenders from society, where necessary;
> (d) to assist in rehabilitating offenders;
> (e) to provide reparations for harm done to victims or to the community; and
> (f) to promote a sense of responsibility in offenders, and acknowledgment of the harm done to victims or to the community.

The most frequently cited of these objectives in the studied reports are denunciation and deterrence. Denunciation as the starting point of a judgement is already a way of expressing the social disapproval of a committed crime. It "is less about placing blame on the particular offender and more about defining the values and moral code that we expect people in society to adhere to" (Gardner; James, 2018: 2A). On its turn, an underlying assumption of deterrence is that "the threat or example of punishment will discourage people from committing crime" (Gardner; James, 2018: 2B). Deterrence can be seen to take place in two levels: a general level and a specific level, in the sense that the recourse to severe sentences is intended to discourage society in general (possible offenders) from committing a particular offence, while preventing an offender from repeating a crime (Gardner; James, 2018: 2B).

These principles clearly appear in most of the studied cases, revealing the attempt of Canadian judges to emphasize their disapproval of online luring:

> A message must be sent to others who might consider actions similar to what has been undertaken by this accused (R. v. Blanchard, para 40).
> Those adults who seek to exploit impressionable and immature young women to satisfy their sexual urges need to be sent a message that the courts will treat this conduct harshly (R. v. Johnston, 2009, para 83).
> (…) child luring over the Internet is a very serious matter. It demands strong denunciation. The community must be assured that the administration of justice will act strongly to protect children and deal harshly with those who do not respect the norm. Those who would use the Internet to reach children for purposes of the targeted offences must know that they will be dealt with harshly. (R. v. Brown, para 116).

The principles of denunciation and deterrence are important for the purposes of this study, as they show the weight ascribed by criminal justice to the protection of children and adolescents. In other words, they reveal the moral value of the protection of children and adolescents from any sexual offence. This value is largely expressed in the studied criminal cases, and judges do not hesitate to make it clear as they pass or justify their sentences:

> A sacred value of virtually every society on earth is the need to protect the innocence of our children. This reflects a worldwide recognition that children are exceptionally vulnerable to transgressions by others who are older and who live their lives without scruple (R. v. Bedford, 2008, para 2).
> The victims were vulnerable because they were children. Children are to be protected and nurtured. Interfering with a child or her family is a serious matter (R. v. Brown, 2006, para 97).

An important aspect to be highlighted is that in some cases, the right or need to protect a child or adolescent is recognized in spite of the interpretation of a particular judge as to whether he or she actively participated in a sexual or sexualized relation. In these cases, one may refer to a *statutory victim* (Wolak; Finkelhor; Mitchell, 2004), defined as a child or adolescent who actively participated in a relation without having reached the legal age of consent.

> MN was not a total innocent. In fact he was far from it. He was however still a young man who was entitled to the protection of the law and of the court. I note that his refusal to participate in the prosecution of Mr. Bridgeman included a refusal to provide a Victim Impact Statement. I accept that in the short term he has suffered as much from being "outed" with regard to his involvement in sexual fetishes with an older man as from being a victim of exploitation by Mr. W. That does not however take away from the fact that he was a victim of such exploitation (R. v. Bridgeman, 2011, para 105-106).[21]

21 This is the case of a 52-year-old man previously convicted for sexual crimes who first met a 14-year-old boy in an Internet chat room. They subsequently met each other in person a few times and had sexual relations. According to the court reports, the accused believed the boy was 17 years old. The text of Section 172.1 of the Canadian Criminal Code establishes that it is prohibited to communicate with "a person who is, *or who the accused believes is*", under the ages of 18, 16 or 14 years old for sexual purposes. In other words, one cannot be declared guilty if he or she *believed* that the person with whom he or she communicated for sexual purposes was 17 years old, since the age of consent is 16 years old. The adult of this case was acquitted from the charge of luring with sexual abuse purposes. However, since their sexual relation was filmed, and child pornography is prohibited under the age of 18, he was convicted for the crime of luring with child pornography purposes.

> "H. and A. were both willing participants in the sexual activity. However, since both were under sixteen years of age at the relevant time, they could not consent to sexual activity (R. v. Saliba, para 18).[22]

In short: despite the individual circumstances of each of the 69 studied criminal reports, the overall messages they convey are: luring is a very serious crime; children and adolescents are innocent and vulnerable, and, for this reason, they must be protected in their online interactions with adults. These messages are in line with the rationale of the bill proposed by the Parliament and its discussions, as well as with the news published by the printed newspapers. To state that an adolescent is a victim of luring even if he or she actively participates in the process only reinforces the understanding that children and adolescents are inherently vulnerable and must be protected, despite their own actions or desires.

Final remarks

Katie.com is an autobiographical account written by Katherine Tarbox (published in 2000). In 1995, when Katherine was only 13 years old, she met a man in an Internet chat room and fell in love with him. At first, he told her he was 23 years old; later on, he said he was 31 years old. In reality, he was 41 years old. They communicated over the Internet for six months, until she agreed to meet him in person. She lived with her family in the state of Connecticut and he lived in California. A trip to Texas for a swimming competition – she was seen as a gifted swimmer – became their opportunity to meet. He took a flight to Dallas and booked a room at the same hotel where her swimming team was staying. At night, she went to his bedroom.

This story occurred in 1995, when the Internet was still in its first years and online chat rooms were starting to be used for youth socialization. The man who communicated with Katie became the first person to be prosecuted for pedophilia on the Internet. In addition to writing her autobiographical book, Katie Tarbox became a children's rights activist and a guest speaker at schools to talk to children about the perils and risks of the Internet.

22 This is the case of a 38-year-old man accused of communicating with two girls online and meeting them in person to have sexual relations. The man was found to possess child pornography items described as particularly sordid and involving the victimization of many small children. The two cases have similar stories. In this case, the adult first met each of the two girls on the Internet and proposed a personal meeting. He soon became involved in a relationship with each of them. His relationship with one of the girls lasted nine months. After their break up, he began a relationship with the other girl that lasted two months. The two girls told him they were 18, but their real ages were 14 and 15 years old. The case judge affirmed that both girls were active participants in the relationship, although they could not freely consent to have sexual relations, since they were less than 16 years old.

In her book, she describes how difficult it was for her to construct and accept the status of victim – a victim of online luring and seduction by a man who intended to abuse her. She initially thought she knew what she was doing and saw herself as an active participant in their relationship, as a girl who fell in love and wanted to build an amorous relation with someone. Katherine states how painful was the process of accepting and understanding that, contrary to her expectations, she had been lured into abuse.

In line with her own process and adding to it, other people belonging to her social group also changed their viewpoints about what occurred to – or against – her. At first, relatives, friends and members of the community censured her for the events and did not see her as a victim. Even though she was 13 years old, she was blamed for having socialized with her offender through the Internet, and for going to his hotel room at night. But after being initially seen as a *slut*, she started being seen as *the girl who got molested.*

The year when these events took place, 1995, is significant. With the mass diffusion of the Internet, online sex crimes started being more frequently debated and reported by the mass media, raising new information and diverse perspectives. As the previous sections showed, in spite of its positive achievements, the Internet was and is still seen as a 'black hole' or a lawless environment without borders, where children and adolescents could easily become victims of unscrupulous adults and pedophiles willing to take advantage of anonymity to seduce them and have them participate in pornographic photos and footages – or even worse, to have physical encounters with them. This is the third level of a significant social process in which Internet communications are criminalized as online luring and a 'child' legally becomes a victim.

Eliacheff and Larivière (2012: 27) point out that the *victim* is a contemporary figure and not much was said about it before the 1980s (see also Sarti, 2011). Any person might at some point of his or her life become a victim and is free to gather around an identity and claim the victim *status*. However, some people are said to be victims as a result of their intrinsic conditions. Children and adolescents are one of such groups. Considering their recognition as human beings with rights and a voice, it is a paradox that they are seen today as "vulnerable as they never were before, and potential victims of all types of dangers, due to the simple fact that they are children" (Eliacheff; Larivière, 2012: 91).

For Norbert Elias (2000), long-term social development is a largely unplanned process. This means it would be incorrect to attempt to explain long-term social processes on account of intentional actions and plans, even though intentional actions and plans do play a role in blind social processes. For Elias

(1997: 360), social structures and processes are the results of a complex fabric of actions and plans pursued by several individuals, but this process does not derive from any particular action or plan. Yet, in the course of history, some individuals and groups intentionally try to transform the behavior of others, usually towards "more civilized" models. When this effort involves a more or less concerted campaign, one may speak about a civilization offensive (Spierenburg, 2001: 98).

As a process, the criminalization of online luring can be seen as a civilization offensive, that is, as a campaign with the aim of controlling online relations – specifically, relations among adults and children – at a more acceptable level. Without a doubt, this has not been an isolated effort, as there are other civilization offensives acting in the same direction that promote gender equality, while others promote protection to children and adolescents. In previous centuries, the human sensitiveness to sexual violence increased immensely (Vigarello, 1998; Landini, 2005). As Vigarello clearly states at the end of his book, sexual violence against children became the peculiar violence of our time. Not because it increased in quantitative terms, but because the human eyes are turned towards it. All forms of sexual violence against children and adolescents have become inacceptable and intolerable to us in the 21st century.

The criminalization of some actions and behaviors is part of this process. The extensive use of the Internet and other information and communication technologies brought to the public attention two social problems that were already known in the past, but until recently did not raise much concern. Child pornography was the first of these problems to be globally discussed and nationally criminalized, as most countries approved laws relating to it in the late 1980s and early 1990s (Landini, 2004a-b). The criminalization of online luring, in turn, emerged soon after – in the late 1990s and early 2000s –, even though laws in this regard have not (yet) been enacted by a large number of countries. In any case, the fact that luring has been dealt with by the Council of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse[23] (2007), and by recommendations of the *United Nations Special Rappor-*

23 Article 23 – Solicitation of children for sexual purposes – "Each Party shall take the necessary legislative or other measures to criminalize the intentional proposal, through information and communication technologies, of an adult to meet a child who has not reached the age set in application of Article 18, paragraph 2, for the purpose of committing any of the offences established in accordance with Article 18, paragraph 1.a, or Article 20, paragraph 1.a, against him or her, where this proposal has been followed by material acts leading to such a meeting". <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680 46e1d8>, Accessed in April 2017.

teur on the sale of children, child prostitution and child pornography, urging UN Member States to adopt laws against the crime of Internet luring or grooming, is indicative of this motivation.

Speaking about changes in the relationship between parents and children, Elias (2012) affirms that the 'discovery of the child'[24] and the 'International Year of the Child'[25] are *signs* of a change in the balance between parents and children towards a more equitable distribution of power than in previous epochs. Similarly, the criminalization of an act now established by the Criminal Code as online luring evinces an increase in the social sensitiveness to sexual violence and, particularly, sexual violence against children and adolescents.[26] Such increase is, in Elias' terms, one of the drives of the current social development process (or civilizing process).

I resort to the concept of representation as a way of identifying the moral values that substantiate this process of increased sensitiveness to sexual violence against children and adolescents – a longer process with a wider scope than the criminalization of luring, and one which includes it. An effective effort has been made in order to criminalize luring, and it is for this precise reason that I refer to this process as a civilization offensive.

But it is important to recognize that such process or offensive has not been disconnected from other, broader processes. It is founded on values expressed in some key representations of the media and in statements of politicians and members of the Judiciary, in which children and adolescents are depicted as innocent and vulnerable persons in acute need of protection; adults and, particularly, pedophiles, are seen as potentially dangerous; and the Internet is seen as a space of precarious surveillance, which allows the manipulation of innocent and vulnerable children and adolescents by unscrupulous adults.

Some evidences point towards a re-discussion of moral aspects linked to the sexuality of children and adolescents: the increase in the age of consent just a few years after the enactment of the law on online luring; the percentage of sting operations vis-à-vis the number of lawsuits for crimes with a real offender and a real victim; and the fact that the discussion on legislation is a way of denouncing and deterring crimes against the inherent innocence and vulnerability of children and adolescents.

Now returning to the clarification from the beginning of this text: luring is understood as a crime in which harm is construed as a potential harm. The

24 As discussed by Ariès (1981).

25 Proclaimed and celebrated by the United Nations in 1979.

26 I refer at this point to the discussion of Vigarello (1998), which was already mentioned above.

criminalization of online luring set out to prevent the possibility of an effective violence – and maybe one could say it had the aim of preventing crimes such as sexual abuse and child pornography. Issuing the verdict of one of the first cases of luring to reach the Supreme Court, in 2009, Canadian Justice Morris J. Fish emphasized this issue. According to him, Section 172.1 of the Canadian Criminal Code:

> (…) creates an incipient or "inchoate" offence, that is, a preparatory crime that captures otherwise legal conduct meant to culminate in the commission of a completed crime. It criminalizes conduct that *precedes* the commission of the sexual offences to which it refers, and even an attempt to commit them. Nor, indeed, must the offender meet or intend to meet the victim with a view to committing any of the specified secondary offences. This is in keeping with Parliament's objective to close the cyberspace door before the predator gets in to prey (R. v. Legare, 2009, at para 25, italics added).

In addition to their attempt to translate the aim of the legislation on luring, the words "close the cyberspace door before the predator gets in to prey", expressed by a Supreme Court Justice, are also compelling. Beyond the fact that luring can indeed harm a child or adolescent – causing real harm, and not only potential –, Justice Fish' statement is so stereotyped that it becomes frightening. And his solution – a radical and turgid solution – of criminalizing communications to prevent sexual violence and image abuses is also frightening. The fact that over half of the cases tried in Ontario over a period of 12 years resulted from sting operations, in which an officer pretended to be a child or adolescent in the online environment to 'be seduced' by a predator strengthens my reasoning: the focus of these operations is to identify potential sex abusers and take them out of circulation before they "get into prey", i.e., before the commission of a crime.

In two other occasions (Landini, 2004a-b), I discussed some complexities linked to the circulation of child pornography on the Internet. I now return to this discussion with a focus on online luring. The problem of child pornography on the Internet encompasses an issue that is much more complex than pedophilia. And its complexity is precisely a result of the fact that it involves a cultural value: the rise of adolescent sexuality. Both at the social and cultural levels, people often ignore the fact that while, on the one hand, the rights of children and adolescents are advancing and society is becoming more aware of the need to protect them, on the other, adolescent sexuality is being increasingly appreciated. In other words, while the themes of pedophilia and sexual violence are more and more understood as serious social problems, the public image of

childhood and adolescence is also being sexualized. The young body is at once increasingly appreciated and increasingly prohibited (Landini, 2004a).

There is an additional issue related to online luring that makes it an even more complex equation. In this regard, I call attention to the importance of expanding the discussion about the online dynamics and the interactions among its participants – a largely ignored issue during the process that criminalized luring. The Internet is an environment frequently used by children and adolescents for social purposes, including relationships that are sexual or 'sexualized' by nature, with known and unknown individuals, and sometimes even with adults. Even without reaching an actual experience of sexual intercourse, such relationships are linked to a myriad of related issues (such as the exchange of photos, masturbation in front of a webcam, or an online sex relation) that convert sociability into a form of violence in the eyes of the law. To ignore this scene and insist in constructing and reconstructing the image of children and adolescents as vulnerable individuals in need of protection, and of the adult individual as a potential offender, is a senseless simplification.

The problem of luring does exist and is extremely serious in many cases. But recourse to stereotypes as the foundations that substantiate the law is a step with a quite limited reach and effectiveness. As such, it clearly shows that the legislation not only regards the prevention and punishment of violence, but is also a way to re-discussing the moral limits involving the sexuality of children and adolescents.

References

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000.

AKDENIZ, Yaman. *Internet child pornography and the law: national and international responses.* Barlington, USA: Ashgate Publishing Company, 2008.

ALEXY, Eileen M.; BURGESS, Ann W.; BAKER, Timothy. Internet offenders – traders, travelers, and combination trader-travelers. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, n. 7, 2005.

ANGLIN, Howard. The potential liability of federal Law-enforcement agents engaged in undercover child pornography investigations. *New York University Law Review*, v. 77, 2002, p. 1090-1117.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

BECK, Richard. *We believe the children – a moral panic in the 1980s.* New York: Public Affairs, 2015.

BESSA, Karla. O Crime de Sedução e as Relações de Gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 2, 1994, p. 175-196.

BRIGGS, Peter; SIMON, Walter T.; SIMONSEN, Stacy. An exploratory study of Internet-initiated sexual offenses and the chat room sex offender: has the Internet enabled a new typology of sex offender? *Sexual Abuse*: a journal of research and treatment. 23(1), 2011, p. 72-91.

CHEIT, Ross R. *The Witch Hunt Narrative: politics, psychology, and the sexual abuse of children*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014.

CHIN, Gabriel J. The story of *Jacobson v United States*: catching criminals or creating crime? *Arizona Legal Studies*, Discussion paper 06-12, 2006.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics – the creation of the mods and rockers*. London and New York: Routledge Classics, 2011.

CRITCHER, Chas. Media, Government and Moral Panic: The politics of paedophilia in Britain 2000-1. *Journalism Studies*, *3*(4), 2002, p. 521–535.

DAUDA, Carol. Sex, Gender, and Generation: Age of Consent and Moral Regulation in Canada. *Politics & Policy*, v. 38, n. 6, 2010, p. 1159-1185.

DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy*. Osfordshire: Routledge, 2011.

DAVIDSON, Julia. Legislation and policy: protecting young people, sentencing and managing Internet sex offenders. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy*. Osfordshire: Routledge, 2011.

DURKIN, Keith F. Misuse of the Internet by pedophiles: implications for law enforcement and probation practice. *Federal Probation*, v. 61, Issue 3, Sept 1997.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel Soulez. *O Tempo das Vítimas*. São Paulo: Fap/Unifesp, 2012.

ELIAS, Norbert. A Civilização dos Pais. *Revista Sociedade e Estado,* v. 27, n. 3, Set./Dez. 2012.

ELIAS, Norbert. *The civilizing process*: sociogenetic and psychogenetic investigations. Massachusetts: Blackwell, 2000.

ELIAS, Norbert. Towards a theory of social processes: a translation. *British Journal of Sociology,* 48 (3), 1997, p. 355-383.

FINKELHOR, David. *Child Sexual Abuse* – new theory and research. New York: The Free Press; London: Collier Macmillan Publishers, 1984.

FULDA, Joseph S. Do Internet stings directed at pedophiles capture offenders or create offenders? And allied questions. *Sexuality and Culture*, v. 6(4), 2002, p.73-100.

GARDNER, Kristin, and JAMES, Owen. "Sentencing theory – Backgrounder". In *Law Connection*. Justice Education Society and Centre for Education, Law & Society at

SFU, 2018. Available at: http://www.lawconnection.ca/content/sentencing-theory--backgrounder. Accessed on: Aug. 8, 2018.

GARLAND, David. On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, 4(1), 2008, pp. 9–30.

GRECO, Christopher A. P. "Falling back" on the Concept of (Moral) Panic: Questioning Significance, Practicality, and Costs. Doctoral thesis, Criminology, Faculty of Social Sciences, University of Ottawa, 2015.

GRECO, Christopher, and CORRIVEAU, Patrice. La representation médiatique du leurre d´enfants à l'aide dês nouvelles technologies: une mise em mots et em maux. *Ambigua, Revista de Investigaciones sobre Género y Estudios Culturales*, n. 1, 2014, p. 35-56.

JENKINS, P. Failure to launch: Why do some social issues fail to detonate moral panics? *British Journal of Criminology*, *49*, 2009, p. 35–47.

JENKINS, Philip. *Beyond Tolerance* – child pornography on the Internet. New York and London: New York University Press, 2001.

KRONE, Tony. A Typology of Online Child Pornography Offending. *Trends & Issues in crime and criminal justice*. Australian Government; Australian Institute of Criminology, n. 279, 2004.

LAMB, Michael. Cybersex: Research notes on the characteristics of the visitors to online chat rooms. *Deviant Behavior*, 19:2, 1998, p.121-135.

LANCASTER, Roger N. *Sex panic and the punitive State.* Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press, 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia & ZEYTOUNLIAN, Lauren. Assédio sexual *on-line* de crianças e adolescentes: abrindo o debate. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CONSTANTINO, Patrícia. *Exploração sexual de crianças e adolescentes:* interpretações plurais e modos de enfrentamento. Rio de Janeiro: Hucitec, 2018, p. 129-172.

LANDINI, Tatiana Savoia. (2005), "Honra, horror e direitos – violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX". Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia e pornografia infantil: algumas notas. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidades e saberes:* convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a, p. 319-342.

LANDINI, Tatiana Savoia. "A pornografia infantil na Internet – uma perspectiva sociológica". In: Libório, Renata Coimbra Maria. *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004b, p. 165-182.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2015.

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como 'causa política' e 'caso de polícia'. *Cadernos Pagu,* 41, julho-dezembro de 2013, p. 303-337.

MALESKY Jr, L. Alvin. Predatory online behavior: modus operandi of convicted sex offenders in identifying potential victims and contacting minors over the Internet. *Journal of Child Sexual Abuse*, v. 16 (2), 2007.

MARTELLOZZO, Elena. Understanding the perpetrators' online behavior. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse*: current research and policy. Osfordshire: Routledge, 2011.

MCALINDEN, Anne-Marie. 'Grooming' and the Sexual Abuse of Children – institutional, Internet, and familial dimensions. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social. *Cadernos Pagu*, 28, 2007 101–128.

MITCHELL, Kimberly J., WOLAK, Janis and FINKELHOR, David. Police posing as juveniles online to catch sex offenders: is it working? *Sexual abuse*: a journal of research and treatment, v. 17, n. 3, 2005, p. 241-267.

NATHAN, Debbie; SNEDEKER, Michael. *Satan´s silence*: ritual abuse and the making of a modern American witch hunt. New York: Basic Books, 1995.

OST, Suzanne. *Child pornography and sexual grooming*: legal and societal responses. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

PORTO, Maria Stella Grossi. *Sociologia da Violência*. Brasília: Verbana Editora, 2010.

QUAYLE, Ethel; TAYLOR, Max. Child seduction and self-representation on the internet. *CyberPsychology & Behavior*, v. 4, n. 5, 2001.

RODRIGUES, Robert. *A pedofilia e suas narrativas*: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carole (ed.), *Pleasure and Danger.* Routledge & Kegan: Paul, 1984.

SARTI, Cynthia Andersen. (2011), A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 24, p. 51-61.

SHANNON, David. Online sexual grooming in Sweden – online and offline sex offences against children as described in Swedish police data. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 9:2, 2008, 160-180.

SILVERMAN, Jon e WILSON, David. (2002), Innocence Betrayed: paedophilia, the Media and Society. Cambridge (UK), Polity Press.

SPIERENBURG, Peter. Violence and the civilizing process: does it work? *Crime, Histoire & Sociétés/ Crime, History and Societies,* v. 5 (2), 2001, p.87-105.

TARBOX, Katie. *Katie.com: my story.* New York: Plume (Penguin Group), 2001.

TAYLOR, Jon. Policing social networking sites and online grooming. In: DAVIDSON, Julia; GOTTSCHALK, Petter (editors). *Internet child abuse: current research and policy.* Osfordshire: Routledge, 2011.

VIGARELLO, Georges. *História do Estupro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WOLAK, Janis, FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly. Internet-initiated sex crimes against minors: implications for prevention based on findings from a National Study. *Journal of Adolescent Health*, 34, 2004, p. 424.e11– 424.e20.

YOUNG, Jock. Moral panics and the transgressive other. *Crime, Media, Culture*, *7*(3), 2011, p. 245–258.

YOUNG, Jock. *The Drugtakers*: the Social Meaning of Drug Use, London: Judson, McGibbon and Kee, 1971.

Official Documents

BILL C-277 *An Act to amend the Criminal Code (luring a child).* Available at: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Accessed on: July 3, 2018.

BILL C-15A *An Act to amend the Criminal Code and to amend other acts.* Available at: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Accessed on: July 3, 2018.

BILL C-22 *An Act to Amend the Criminal Code (age of protection) and to make consequential amendments to the Criminal Records Act (2007).* Available at: <http://www.parl.gc.ca/Default.aspx?Language=E>. Accessed on: July 3, 2018.

BLAIKIE, Bill. (Winnipeg Transcona, NDP). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6314, October, 18th, 2001.

BRASIL. *Código Penal* – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (atualizado e acompanhado de legislação complementar) [Brazilian Criminal Code]. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) [Brazilian Statute of the Child and Adolescent]. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Accessed on: July 3, 2018

COUNCIL of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2007. Available at: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/201>. Accessed on: July 3, 2018.

CRIMINAL Code of Canada. Available at: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-46/>. Accessed on: July 3, 2018.

OWEN, Stephen. (Parliamentary Secretary to the Minister of Justice and Attorney General of Canada, Lib). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6312, October, 18th, 2001.

PEARSON, Landon. (Senator). Debates of the Senate, *Edited Hansard 139*(66). 37th parliament 1st Session, p. 1609, November 1st, 2001.

STOFFER, P. (N.D.P.). House of Commons Debates, *Edited Hansard 137*(82). 37th Parliament 1st Session, p. 5353, September 20th, 2001. In: Greco, Christopher A. P. "Falling back" on the Concept of (Moral) Panic: Questioning Significance, Practicality,

and Costs. Doctoral thesis. Department of Criminology, Faculty of Social Sciences, University of Ottawa, 2015.

TOEWS, Vic. (Provencher, Canadian Alliance). Debates of the Senate, *Edited Hansard 137*(97). 37th parliament 1st Session, p. 6314, October, 18th, 2001.

Court Reports Cited

R. v. Bedford, [2008] O.J. No. 5760, Ontario Court of Justice, Kingston, Ontario, Oral judgment: March 14, 2008.

R. v. Bergeron, 2009 CarswellOnt 1352, 2009 ONCJ 104, 82 W.C.B. (2d) 259, Ontario Court of Justice, Heard: February 4, 2009, Judgment: February 4, 2009

R. v. Blanchard, [2003] O.J. No. 5510 No. 2632/03, Ontario Superior Court of Justice, Welland, Ontario, Oral judgment: December 17, 2003.

R. v. Bridgeman, 2011 ONCJ 117, Ontario Court of Justice, Heard: November 1, 2010 – January 25, 2011, Judgment: February 18, 2011.

R. v. Brown, [2006] O.J. No. 1523, Ontario Superior Court of Justice, Heard: November 19, 2004; September 12-13, October 3, 2005; and January 25, 2006, Oral judgment: January 25, 2006.

R. v. Brown, [2007] O.J. No. 3316, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: September 6, 2007, Judgment: September 7, 2007.

R. v. Dobson, [2013] O.J. No. 1358, Ontario Court of Justice, January 30, 2013.

R. v. Johnston, 2009 CarswellOnt 8378, 2009 ONCJ 628, [2009] O.J. No. 5697, 86 W.C.B. (2d) 186, Ontario Court of Justice, Heard: November 2,4, 2009, Judgment: December 23, 2009

R. v. Legare, [2009] 3 S.C.R. 551, [2009] 3 R.C.S. 551, Supreme Court of Canada, Heard: October 15, 2009; Judgment: December 3, 2009.

R. v. Saliba, [2013] O.J. No. 5887, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: October 16, 2013, Judgment: November 1, 2013.

R. v. Saliba, [2013] O.J. No. 6002, Ontario Court of Appeal, Toronto, Ontario, Heard: October 16, 2013, Judgment: November 1, 2013.

Recebido em 19/04/2017
Aprovado em 29/05/2018

Como citar este artigo:

LANDINI, Tatiana Savoia. Vulnerability and its potential perils – on the criminalization of online luring in Canada and court cases tried in Ontario (2002-2014). *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 543-568.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.072
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 569-584
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Agência, conhecimento e capacidades críticas no capitalismo contemporâneo: uma abordagem cosmopolita a partir de baixo[1]

Vando Borghi[2]

Resumo: Este artigo tem como objetivo focar-se no processo de transformação do conhecimento – algo intrinsicamente heterogêneo, indo de suas diferentes formas de vida e experiências especificamente situadas para uma natureza mais abstrata e universal –, naquilo que Armatya Sen (1991) define como "as bases informacionais de julgamento e justiça", isto é, as bases informacionais sobre as quais as ações e as políticas estão fundamentadas. Trata-se de um processo crucial, visto que contribui decisivamente para estruturar o território no qual as políticas intervirão, estabelecendo como as fronteiras desse território devem ser delimitadas, o que neste deve ser incluído e o que pode ser deixado de lado em uma área legítima de indiferença social, política e burocrática. Tal processo precisa ser histórico e sociologicamente situado, a fim de se compreender plenamente o modo como as capacidades dos atores nele estão implicadas. O artigo procura apontar para a chamada "armadilha do trajetorismo (*trajectorism*)", que caracteriza o campo de tensão configurado pelo modo capitalista de traduzir o espaço de possibilidades aberto pela modernidade: a relação conhecimento/bases informacionais é fortemente afetada pelas iniquidades sociais e concorre

1 Tradução do inglês por Attila Magno e Silva Barbosa. Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas – barbosaattila@hotmail.com

2 Departamento de Sociologia e de Direito Econômico da Universidade de Bolonha – Itália – vando.borghi@unibo.it

Contemporanea_V8n2.indd 569 14/12/2018 11:45

ela mesma para reproduzi-las. Uma abordagem inspirada em um cosmopolitismo de baixo será explorada, considerando as capacidades dos cidadãos – nos termos da capacidade de aspirar – que podem estar ativamente envolvidas no processo de transformação do conhecimento em bases informacionais. Uma redefinição do processo de produção do conhecimento em termos de direito humano à pesquisa parece ser a direção a ser conduzida a fim de estimular essa relação entre capacidade e conhecimento; e as ciências sociais podem encontrar um desafio promissor de revitalização ao conduzirem a si mesmas nessa direção.

Palavras-chaves: agência; conhecimento; capacidades críticas; cosmopolitismo de baixo.

AGENCY, KNOWLEDGE AND CRITICAL CAPACITIES IN CONTEMPORARY CAPITALISM: A COSMOPOLITAN FROM BELOW APPROACH

Abstract: *This paper aims at focusing on the process of transformation of knowledge – something intrinsically heterogeneous, going from its being specifically situated in different forms of life and experiences to a more abstract and universal nature – into what Amartya Sen defines as "informational basis for judgment and justice", that is, the informational basis which policies and public action are based on. It is a crucial process, as it strongly contributes to framing the territory over which policies are going to intervene, establishing how the borders of this territory have to be drawn, what has to be included and what can be dropped off into the area of legitimate social, political and bureaucratic indifference. Such a process has to be historically and sociologically situated, in order to fully understand the way actors' capacities are implied in it. The paper points out the so- called "trap of rajectorism" characterizing the field of tension configured by the capitalist mode of translating the space of possibility opened up by modernity: the relationship knowledge/informational basis results strongly affected by social inequalities and concurs itself in reproducing them. An approach inspired from a cosmopolitanism from below is then explored, according to which citizens' capacities – in terms of capacity to aspire – can be actively involved in the process of transformation of knowledge into informational basis. A redefinition of the knowledge-production process in terms of a human right to research seems to be the direction to be addressed in order to empower this relationship between capacity and knowledge; and social sciences can find a promising challenge of revitalization in addressing themselves in this direction.*

Key-words: *agency; knowledge; critical capacities; cosmopolitism from below.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre o processo de transformação do conhecimento – algo intrinsicamente heterogêneo, indo de suas diferentes formas de vida e experiências especificamente situadas até chegar a sua natureza mais abstrata e universal –, aquilo que Armatya Sen define como "as bases informacionais de julgamento e justiça", isto é, as bases informacionais sobre as quais as ações e as políticas estão fundamentadas.[3] Trata-se de um processo crucial, visto que contribui decisivamente para estruturar o território no qual as políticas intervirão, estabelecendo como as fronteiras desse território devem ser delimitadas, o que neste deve ser incluído e o que pode ser deixado de lado em uma área legítima de indiferença social, política e burocrática. Tal processo precisa ser histórico e sociologicamente situado, a fim de se compreender plenamente o modo como as capacidades dos atores nele estão implicadas. O artigo procura apontar para a chamada armadilha do trajetorismo,[4] que caracteriza o campo de tensão configurado pelo modo capitalista de traduzir o espaço de possibilidades aberto pela modernidade: a relação conhecimento/ bases informacionais é fortemente afetada pelas iniquidades sociais e concorre ela mesma para reproduzi-las. Uma abordagem inspirada em um cosmopolitismo a partir de baixo será explorada, considerando as capacidades dos cidadãos – nos termos da capacidade de aspirar –, que podem estar ativamente envolvidas no processo de transformação do conhecimento em bases informacionais. Uma redefinição do processo de produção do conhecimento em termos de direito humano à pesquisa parece ser a direção a ser conduzida a fim de estimular essa relação entre capacidade e conhecimento; e as ciências sociais podem encontrar um desafio promissor de revitalização ao conduzirem a si mesmas nessa direção.

Conhecimento e modernidade: a armadilha do trajetorismo

Qualquer investigação desses grandes problemas – como a relação entre conhecimento e capacidade humana – precisa, é claro, ser contextualizada no tempo e no espaço. O contexto no qual a relação conhecimento/ capacidade

3 Alguns dos argumentos deste artigo foram apresentados ainda em fase de desenvolvimento em uma comunicação na 16ª Conferência Anual do Consórcio Internacional de Teoria Social, realizada no período de 24 a 26 de maio de 2017, em Innsbruck, Áustria.

4 De acordo com antropólogo indiano Arjun Appadurai (2013), o trajetorismo remete às perspectivas teóricas que dão ênfase à idéia de desenvolvimento progessivo, caracterizando-se por ser uma forma de pensar particularmente ocidental, tanto em sua origem quanto no seu impulso. A teoria da modernização seria um exemplo disso.

Contemporanea_V8n2.indd 571 14/12/2018 11:45

deve ser concebido é a longa história da modernidade e das formas como o espaço de possibilidades (relativas ao individualismo, liberdade, autonomia, autodeterminação etc.) aberto pela modernidade foi e é "traduzido" pelo capitalismo. Nós estamos aqui nos referindo à perspectiva segundo a qual o processo contínuo de "estabelecimento de relações de mercado onde até então não havia nenhuma" (Streeck, 2012: 6) é sempre um processo de tradução "de diversos mundos da vida e horizontes conceituais sobre o ser humano" (Chakrabarty, 2000: 71) do material dominante e da interpretação imaterial deste horizonte de possibilidade.

A modernidade precisa ser, de fato, assumida como um termo que se refere "a uma situação autocriada por seres humanos comprometidos com as ideias modernas de autonomia e de domínio, na qual, uma certa interpretação dessas ideias prevalece sobre outras" (Wagner, 2001: 24). A modernidade e o capitalismo desenham um campo de tensão (Borghi; Mezzadra, 2013) no qual a nossa vida comum está constitutivamente imersa. Em tal campo, a armadilha do trajetorismo (Appadurai, 2013, Capítulo 11) é sempre uma emboscada. O trajetorismo está estritamente ligado com a forma ocidental de pensar, ser e fazer. Ele funciona como um profundo "hábito epistemológico e ontológico" segundo o qual o mundo está sempre assumindo uma direção, indo daqui para lá sempre de acordo com uma evolução cumulativa.

> O trajetorismo é a ideia de que a seta do tempo tem inevitavelmente um *telos*, e de que nesse *telos* podem ser encontrados todos os padrões de mudança, de processos e históricos significativos. A ciência social moderna herda este *telos* e transforma-o em um método para o estudo da humanidade (Appadurai, 2013: 223).

Essa perspectiva evolucionária assume a forma de uma ideia europeia pós-renascentista de modernidade, "que exige uma expansão global completa para que sua lógica interna seja revelada e justificada" (Appadurai, 2013: 225). O destino dessa trajeória está claramente fixado desde o início, escrito na imagem com a qual a Europa e o mundo ocidental se autorretratam.

Nessa perpectiva, o conhecimento está enraizado em uma visão de expansão progressiva e em uma naturalização de "escalabilidade" (Tsing, 2012), concebido como um saber historicamente dominante e construtor do mundo. De acordo com o modo de escalabilidade de conectar o conhecimento e a transformação do mundo, "a habilidade de expandir-se – e expandir-se, e expandir-se – sem repensar elementos básicos" (Tsing, 2012: 505) é o seu aspecto-chave:

projetos escaláveis "são aqueles que podem expandir-se sem mudanças" (...) projetos de escalabilidade banem a diversidade significativa, o que significa dizer, a diversidade que pode mudar as coisas" (Tsing, 2012: 507). A possibilidade de conceber a relação entre conhecimento e contrução do mundo a fim de conferir espaço e papel para essa "diversidade significativa" é a questão que está em jogo na investigação deste artigo.

O conhecimento nas muitas histórias da modernidade e do capitalismo: em busca do cosmopolistismo a partir de baixo

Próximo e entrelaçado a esse espaço histórico universal e homogêneo, que Dispesh Chakrabarty (2000) identifica como História 1, sempre existem outras histórias ("História 2"), "inerentes ao capital, mas, contudo, interrompidas e pontuadas pelo controle da própria lógica do capital" (Chakrabarty, 2000: 64). Nesse sentido, por exemplo, um trabalhador específico encorpora ambas, História 1 (como diariamente reproduzindo a lógica do capital, atuando como trabalho abstrato) e História 2 (como uma pessoa historicamente, socialmente e culturalmente concreta que pode "adotar outras formas de ser no mundo – além de ser o portador da força de trabalho"). Assim, a ideia de História 2 "nos dá uma base para situarmos nossos pensamentos sobre as múltiplas formas do ser humano e suas relações com a lógica do capitalismo global" (Chakrabarty, 2000: 67).

Essa abordagem do processo histórico[5] nos capacita para o reconhecimento da pluralidade constitutiva da modernidade, para conceber esta última como um campo que é, já em suas origens, o terreno de uma luta sobre o significado do se moderno e "para compreender a modernidade nem tanto como um "projeto inacabado", mas sim (...) como um campo contestado" (Mezzadra, 2010: 3). Além disso, esta perspectiva salienta um *espaço de possibilidades* (Santos, 2007) que muda por meio do tempo, mas que está sempre presente em todo lugar. Nesse sentido:

> História 1 e História 2, consideradas juntas, destroem a usual distinção topológica do dentro e do fora que marca o debate se se pode dizer devidamente que o mundo inteiro está submetido ao controle do capital. Também não é algo subsumido ao capital. Vivendo em relações íntimas e plurais com o capital, estendendo-se da oposição à neutralidade (Chakrabarty, 2000: 65-6).

5 Não se limita apenas aos estudos históricos e sociológicos (de estudos pós-coloniais): algumas narrativas nos dão uma ideia vívida das tensões e violências concretas ligadas à relação estrutural entre História 1 e 2; veja, por exemplo, Amitav Ghosh, Sea of Poppies (2008). Os contatos entre o trabalho de Chakrabarty e Ghosh são diretamente testemunhados por sua correspondência: Ghosh, Chakrabarty, 2002.

Por um lado, essa interpretação do processo histórico leva à necessidade de um esforço reflexivo para a descolonização das ferramentas analíticas mediante as quais definimos e pesquisamos nossa própria experiência e o significado do mundo social (Connell, 2007; Rodriguez et al., 2010). Por outro lado, também permite uma outra estratégia intelectual, que vai em uma direção diferente. Enquanto a primeira enfatiza recursos críticos advindos de fora da experiência ocidental para escapar da armadilha do trajetorismo, a segunda estratégia visa a salientar potencialidades críticas que, mesmo se esquecidas ou marginalizadas pela tradução capitalista da modernidade, são (têm sido) internas à própria experiência ocidental. Recordando as palavras de Boaventura de Souza Santos (2009: 106): "muitos dos problemas enfrentados no mundo atual resultam não apenas do desperdício que o ocidente impõe à força sobre o mundo, mas também do desperdício que impõe a si mesmo para sustentar a própria imposição sobre os outros". Assim, de acordo com essa perspectiva, o caminho epistemológico alternativo para a relação entre conhecimento e construção do mundo não é algo já existente e estruturado em algum lugar fora do mundo, possivelmente distante do centro e do ponto de vista do Norte, tal como em uma teoria imaginária unificada do Sul global. Como diz Connell (2006: 262), no que se refere ao campo específico da sociologia do conhecimento:

> Um dos problemas da teoria do norte é a sua ideia característica de que uma teoria deve ser uma declaração monológica de uma única verdade em uma única voz. Me parece que uma sociologia genuinamente global deve, no nível teórico, assim como, na pesquisa empírica e na aplicação prática, ser mais uma conversação entre muitas vozes.

Para além de qualquer campo disciplinar específico, a direção que estamos convidando a olhar é aquela do cosmopolitismo, na qual, essa "conversação entre muitas vozes", objetivando evitar a armadilha do trajetorismo e a epistemologia imperialista da escalabilidade, poderia ser plenamente desenvolvida. Contudo, como já foi ressaltado, qualquer relação entre o conhecimento e a construção do mundo tem de ser situada no campo sócio-histórico da tensão produzida pela contínua tradução da modernidade à forma capitalista de vida. Nessa situação, o conhecimento e a construção do conhecimento não são simétricos e universalmente acessíveis. Por um lado, existem desigualdades de acesso ao conhecimento já existentes e codificados; por outro lado, existem imensas diferenças relativas ao processo de transformação das diferentes formas de conhecimento, principalmente as resultantes das experiências que os atores mais

pobres e desfavorecidos também fazem de seus próprios problemas, em bases informativas. Mais em geral, nossas autoproclamadas "sociedades do conhecimento" (Innerarity, 2013) estão vivenciando problemas relevantes e articulando democraticamente a relação entre conhecimento e política. Nós exploraremos melhor este ponto na seção seguinte, mas já podemos adiantar que esta dramática desigualdade, relativa à transformação do conhecimento (o que e de quem?) em informação pertinente e relevante para o processo de elaboração de políticas, força uma qualificação mais precisa do cosmopolitismo que estamos buscando. O cosmopolitismo, nessa condição de desigualdade, necessita daquilo que Arjun Appadurai (2013: 212) define como o *cosmopolitismo a partir de baixo*: uma forma de "democracia profunda" que visa transformar os "ideais constitutivos burgueses das formas diárias de consciência e comportamento, na qual o debate pode ser respeitosamente conduzido e as vozes dos mais fracos, dos mais pobres, e em particular as mulheres, recebem total consideração" e na qual estas vozes possam plenamente fazer parte da produção do quadro de conhecimento e de informação dos mecanismos de elaboração de políticas.

As bases informacionais como terreno para o cosmopolitismo a partir de baixo

Ao seguir a direção que estamos esboçando aqui, identificamos na dimensão cognitiva – isto é, na transformação do conhecimento em informação útil – do processo de elaboração de políticas um terreno crucial para trabalhar o cosmopolitismo a partir de baixo. A relação entre a dimensão cognitiva e as políticas sociais nos seus sentidos amplos é de fato sistemática e penetrante. Ao mesmo tempo, é uma relação crucial, à medida em que engloba (intencionalmente ou não) avaliações fundamentais relativas à justiça social que têm efeitos nas mais diferentes esferas da experiência social e individual. As políticas e ações públicas e os programas sociais, em outras palavras, tudo o que remete ao domínio público e ao debate público, estão fundamentadas em bases cognitivas que permanecem implícitas e obscuras. A natureza política destas bases cognitivas é a naturalização do seu enquadramento e de sua apresentação como questões meramente técnicas. As decisões e ações (políticas, ações públicas, programas, planos socioeconômicos etc.) são legitimadas em um contexto de *conhecimento comum* – que é um produto sócio-histórico – no qual bases cognitivas específicas inquestionáveis são assumidas: quantitativas, padronizadas, abstratas, avaliações de desempenho, em forma de estatísticas, índices, avaliações comparativas e outros dispositivos de governança formalizados e quantificados, fortemente hegemônicos. Mas, é aqui que reside a necessidade de um programa

de pesquisa, as *convenções* – ou seja, estruturas de significado por meio das quais uma situação ou condição pode ser definida, classificada, categorizada e também calculada – sobre as quais (também) este quantitativo de dispositivos permanece fundamentado fora do domínio público.

As questões aqui introduzidas já têm sido discutidas com autoridade. Como Armatya Sen as definiu, ações e decisões coletivamente relevantes sempre incorporam e usam bases informacionais de julgamento para justiça (BIJJ):

> Um conceito fundamental nesta análise é o de "fundação informacional" de um sistema avaliativo. Em cada estrutura avaliativa, alguns tipos de problemas factuais são tomados como importantes por si mesmos, outros não tanto. As primeiras variáveis, aquelas que refletem os fins básicos de um sistema avaliativo constituem as bases informacionais de julgamentos avaliativos neste sistema (Sen, 1991:16).

Nesse sentido, as BIJJ estão no cerne de um processo de avaliação, sendo utilizadas em questões relativas à política social, política laboral, entre outras. O que deve ser levado em conta como informação quando as políticas sociais específicas são concebidas e executadas são fatores, como: a medida de política laboral prevista, como a força de trabalho que tem de ser mobilizada e como o trabalho desta deve ser organizado, como a qualidade e a segurança em um ambiente de trabalho são avaliadas, como uma praça pública ou uma rua tem de ser estruturadas etc. E o que não deve ser levado em conta, isto é, aquilo que o modo dominante de conceber e de executar políticas considera informação marginal ou irrelevante, podem ser: quais os tipos de lacunas e de desconhecimento são política e burocraticamente transformados em áreas legitimadas de indiferença? Recorrendo novamente às palavras de Armatya Sen (1999: 56-57):

> Cada abordagem avaliativa pode, em grande medida, ser caracterizada por sua base informativa: a informação necessária para fazer julgamentos usando essa abordagem e – não menos importante – a informação que é "excluída" de um papel em uma avaliação direta. As exclusões informativas são componentes importantes de uma abordagem avaliativa, pois não se permite a informação excluída ter influência direta sobre os julgamentos avaliativos e à medida que isso é feito normalmente de forma implícita, o caráter da abordagem pode ser fortemente influenciado pela insensibilidade à informação excluída (...). De fato, a verdadeira "sacada" de uma teoria da justiça pode, em grande medida, ser entendida a partir de sua base informativa: o que é informação – ou não é – passa a ser diretamente relevante.

Uma abordagem cosmopolita a partir de baixo desses problemas poderia focar-se tanto nos processos gerais referentes a como um conhecimento é transformado em informação e outro não, quanto nas várias formas dos resultados desta transformação, tratando-os como objeto e incorporando-os em uma crescente pluralidade de dispositivos técnico-burocráticos (códigos, índices, padrões e assim por diante) que afetam a nossa vida social diária. Nossa vida diária comum está cada vez mais condicionada pelas experiências diversificadas da "governança pelos números" (Supiot, 2015); e pela crescente burocratização neoliberal de nossas atividades de trabalho diárias (Hibou, 2012). Nesse sentido, a dimensão cognitiva é mais ou menos absorvida em um processo de privatização, sendo muitos os dispositivos nos quais ela é incorporada (padrões, códigos e procedimentos técnicos), produzida e disseminada pelas agências e organizações privadas (Singer, 1996; Brunsson; Jacobsson, 2000; Ong; Collier, 2005; Lampland; Leigh Star, 2009). Em geral, nós podemos absorver uma transformação intensa de conhecimento em informação formatada (objetificada e técnica), atuando de modo eficiente para um "modo gerencial de dominação" que compõe uma "dominação complexa ou gerencial" que "consiste em uma alteração contínua dos contornos da realidade como se o mundo nele se inscrevesse, como um lugar de constante mudança" (Boltanski, 2011: 123 e 127).

O direito humano à pesquisa e ao conhecimento (sociológico)

A relação entre a perspectiva que aborda as bases informacionais e o papel do conhecimento (produção e acesso) para as vozes e experiências mais excluídas, marginais e subalternas é bastante direta e deve estar imediatamente no centro de qualquer abordagem inspirada em um cosmopolitismo a partir de baixo. Como o foco de Armatya Sen são as bases informacionais, em uma perspectiva cosmopolita a partir de baixo, o conceito de capacidade desempenha um papel crucial no esforço de reformulação para um significado não retórico de "sociedades do conhecimento". Em relação a este último aspecto, o que está em jogo aqui é a relação entre cultura – enquanto uma capacidade específica, a "capacidade de aspirar", de acordo com a qual a cultura tem uma natureza pragmática e uma orientação para o futuro, para um horizonte mais ou menos aberto de possibilidades – e voz, definida como "a capacidade de debater, contestar, indagar e participar criticamente" (Appadurai, 2013: 189). O desenvolvimento da capacidade cultural das pessoas, em termos de capacitação da "capacidade de aspirar", significa reformular o alcance das possibilidades

de ações dos indivíduos (em particular, os mais pobres e os excluídos), escapando do destino que as condições sociais parecem condená-los e não aceitando como "naturais" determinadas ordens morais ou políticas. O valor da pesquisa de Appadurai sobre a "capacidade de aspirar", no que diz respeito à nossa perspectiva sobre as BIJJ, consiste em mostrar como as capacidades de aspirar e de voz se entrelaçam e reforçam-se mutuamente (Bifulco, 2013: 183). Este reforço produz uma transformação qualitativa concreta do conhecimento e da base informacional relativos às questões sobre as quais as capacidades de aspirar e de voz são exercidas. Abre caminho para uma "política de interpretação das necessidades" (Fraser, 1989), permitindo que os cidadãos pobres, marginais e excluídos elaborem suas próprias estratégias para definir e representar realidades problemáticas, vínculos e possibilidades e entrem ativamente na esfera pública, mudando os termos de reconhecimento e, dessa forma, reformulando as próprias BIJJ. De acordo com esta perspectiva e no contexto das autoproclamadas "sociedades do conhecimento", a relação entre pesquisa, conhecimento dos cidadãos e as formas como o conhecimento é processado (ou não) a fim de tornar-se base informativa das políticas deve ser fortemente repensada. Uma reflexão inspirada em um cosmopolitismo a partir de baixo deve ser tratada em termos de *direito humano à pesquisa* (Appadurai, 2013). Este direito pertence tanto aos pesquisadores quanto aos seus públicos, como uma responsabilidade pública e coletiva compartilhada. É nesta arena, neste espaço de construção e busca coletiva pelo direito humano à pesquisa que a "sociologia pública" – que acontece por toda parte, é um "processo de educação mútua" entre sociólogos e seus públicos (Burawoy, 2005: 8) – pode ser concretamente buscada e realizada. De um modo mais geral, o papel central das ciências sociais (em uma interpretação pragmática), e da sociologia em particular, considerando que as questões que estamos discutindo aqui sejam particularmente evidentes, é "serem chamadas para produzir a base informacional necessária para o processo permanente de reconstrução da esfera pública" (Zimmerman, 2006: 481).

Reformulada nos termos do cosmopolitismo a partir de baixo, a pesquisa "não é apenas a produção de idéias originais e novos conhecimentos (como é normalmente definido na academia e por outras instituições baseadas no conhecimento)", mas também consiste na "capacidade de aumentar sistematicamente os horizontes do conhecimento atual de alguém em relação a alguma tarefa, objetivo ou aspiração" (Appadurai, 2013: 282). Assim, um direito humano à pesquisa diz respeito ao "direito às ferramentas através das quais qualquer cidadão pode aumentar sistematicamente esse estoque de conhecimento que

considerem mais vital à sua sobrevivência como seres humanos e às suas reivindicações como cidadãos" (Appadurai, 2013: 270). A relação entre a capacidade de aspirar e o conhecimento dos cidadãos é então bastante evidente, pois sem aspiração "não há pressão para saber mais e sem ferramentas sistemáticas para obter novos conhecimentos relevantes, a aspiração degenera em fantasia ou desespero" (Appadurai, 2013: 283).

Sociologia, crítica e cosmopolitismo a partir de baixo

O cosmopolitismo a partir de baixo, aqui explorado, ainda representa uma maneira minoritária de combinar o pensamento e a experiência do Norte e do Sul (Rao; Woolcock, 2007). No entanto, é uma perspectiva promissora e fascinante de renovação do enquadramento do "espaço interpretativo" introduzido pela modernidade (Wagner, 2001) e de uma crítica do modo capitalista dominante de traduzir autonomia e domínio, sem substituí-lo com um já estruturado sistema teórico monológico. As experiências de injustiças sociais são muitas e heterogêneas, incluindo não apenas os casos de exploração sociologicamente bem "codificados" ligados às condições de trabalho, mas também as pessoas que não têm acesso ao trabalho assalariado e "àqueles que enfrentam expulsões de terras, privatização da água e, de forma mais ampla, degradação do meio ambiente" (Burawoy, 2008: 384). Qual tipo de conhecimento esses povos elaboram com base em sua própria experiência? Como a pesquisa pode contribuir para a capacidade de aspirar desses indivíduos? De que maneira suas vozes e seus conhecimentos poderiam se transformar em bases cognitivas para os processos de formulação de políticas? Aqui reside um campo de trabalho enorme e desafiador para uma sociologia que não renuncia à sua natureza crítica, considerando-se que, independentemente da relação entre sociologia e crítica, ela "deva ser sobre questões pertinentes e não sobre respostas corretas" (Schuurman, 2009: 841). Recordando novamente a busca de Burawoy pela unificação de diferentes vocabulários de injustiça social, quaisquer tentativas incertas e problemáticas de procurar uma linguagem comum – para unificar as muitas e diversas experiências de injustiças sociais daqueles que enfrentam a última onda de mercantilização – certamente pede uma abordagem sociológica (além de outras ciências sociais). Aqui está o terreno para explorar as possibilidades desse diálogo entre muitas vozes, além de qualquer divisão epistemológica (mais do que geográfica) entre qualquer tipo de Norte e qualquer tipo de Sul, no qual constitui-se uma verdadeira "sociologia mundial" (Connell, 2010). Os sociólogos podem desempenhar um

papel relevante, colocando sob suas lentes críticas o processo por meio do qual (alguns) conhecimentos se tornam (ou não) base cognitiva e desenvolvem o direito à pesquisa.

Nesse papel, usando os termos de Bauman (como o próprio Burawoy, 2008: 385), os sociólogos devem atuar mais como intérpretes sensíveis do que como legisladores omniscientes, intérpretes sensíveis interessados na co-evolução entre seu próprio vocabulário científico e o conhecimento heterogêneo resultante da experiência dos atores sociais em diferentes questões. Aprofundando a relação entre sociologia e crítica, Luc Boltanski (2011) desenha um mapa seminal de uma possível postura sociológica de observação. O seu mapa apresenta algumas possíveis configurações das formas como a relação entre sociologia e crítica pode ser estruturada, lançando luz também sobre o terreno referente às questões – reestruturação da transformação do conhecimento em base informacional e o papel que um direito humano à pesquisa desempenha a esse respeito – aqui discutidas. Resumidamente, Boltanski (2011: 75-76) identifica duas possibilidades de lidar com a realidade social como pesquisador (crítico). A primeira consiste em descrever "um mundo social já existente". É um modelo que funciona como uma cartografia das estruturas, na qual qualquer indivíduo é lançado, estruturando e condicionando, dessa maneira, o comportamento dos atores em seus ombros para aquilo que Chakrabarty descreve nos termos de uma narrativa histórica (História 1) resultante do desdobramento da lógica abstrata do desenvolvimento capitalista. Uma história já feita, em que lugares e pessoas são "intercambiáveis entre si" (Chakrabarty, 2000: 71). Aqui, as descrições são feitas a partir do topo, "as pessoas humanas, mais ou menos agrupadas e encaradas à medida em que atuam (como atores)" (Boltanski, 2011: 43-4).

Uma segunda configuração resulta em uma descrição na qual a realidade é "um mundo social em processo de realização". Levando em conta seriamente as formas como os indivíduos admitem e realizam a sua realidade, salientando a sua "economia moral" (Thompson, 1974). Uma sociologia pragmática irá iluminar as competências interativas e interpretativas dos indivíduos; bem como a História 2 "nos encaminha para narrativas mais afetivas da pertença humana", nas quais as formas de vida não podem ser incluídas exaustivamente nas categorias abstratas da História 1. As descrições são realizadas 'vindas de baixo' e seu objeto privilegiado são situações, priorizando as competências interativa e interpretativa dos 'atores'" (Boltanski, 2011: 44).

Considerando que a primeira estratégia de descrição corresponde a uma perspectiva sociológica crítica tradicional, a segunda corresponde a uma

sociologia das capacidades críticas, desenvolvida particularmente pela abordagem pragmática francesa da sociologia (Boltanski; Thévenot, 2006). Além de seus próprios limites e pontos fortes, precisamos combinar o programa da sociologia crítica e o programa de sociologia pragmática. No entanto, uma terceira possibilidade pode ser adicionada a estas duas, com base no que Burawoy (2005: 264) define "sociologia pública orgânica". Esta última representa, é claro, uma abordagem bastante diferente das questões que estamos explorando aqui. De acordo com uma perspectiva de "sociologia pública orgânica":

> O sociólogo trabalha em estreita ligação com um visível, denso, ativo, local e, muitas vezes, contra-público. A maior parte da sociologia pública é de fato um tipo orgânico – sociólogos que trabalham com um movimento trabalhista, associações de bairro, comunidades de fé, grupos de direitos dos imigrantes, organizações de direitos humanos. Entre o sociólogo público orgânico e um público está um diálogo, um processo de educação mútua (...). O projeto de tais sociologias públicas é tornar visível o invisível, fazer do particular, público, validar essas conexões orgânicas como parte de nossa vida sociológica (BURAWOY, 2005: 264).

Mais do que a imagem tradicional do "intelectual envolvido", o que podemos lembrar aqui, considerando o problema da relação pesquisador/ campo de pesquisa, é do conceito de "praticante reflexivo" (Schön, 1983).

Inspirados pela característica desse profissional, podemos conceber o(a) sociólogo(a) como um pesquisador(a) envolvido(a) em uma (inter)ação que recusa confinar o seu (ele ou ela) papel a uma solução técnica do problema (ainda que "engajada"), de *expertise* sociológica,[6] e que está envolvido em todas as fases que um público atravessa quando enfrenta uma situação problemática, desde a definição do problema até a sua solução. Um envolvimento em que ela/ele tem que combinar sua competência específica, que varia da descrição "a partir de cima" para aquela "a partir de baixo", com um terceiro tipo de esforço (crítico), que é a "reflexão em ação", desenvolvendo e amadurecendo, nas palavras de Burawoy, um "processo de educação mútua" entre o sociólogo e o seu público.

6 Para argumentos contrários à interpretação da relação entre conhecimento/ cidadãos em termos de expertise, ver, por exemplo, Levine (2007). Muito interessante, a esse respeito, é, ao contrário disso, a experiência da associação "Parceiros para Pesquisa e Pesquisa em Conhecimento Urbano". Isso vai exatamente na direção oposta (Appadurai, 2013, em particular o Capítulo 14).

Quadro 1 – Estratégias de abordagens (críticas) sociológicas da relação conhecimento/ base informacional

Enquadramento	Definição do mundo social	Prática dos pesquisadores
Sociologia crítica	Narrativa do mundo já realizada	Uma descrição, do topo, de estruturas sociais objetivas; crítica como *expertise*
Sociologia das capacidades críticas	Narrativa do mundo em processo de realização	Uma descrição, a partir de baixo, das competências (críticas) dos atores; crítica como parte estrutural da vida social
Cosmopolitismo a partir de baixo	Estabelecendo um mundo de práticas co-evolutivas (estudiosos/ públicos) (mundos possíveis)	Uma educação mútua (estudiosos/ públicos) visando mundos possíveis

Assim, resumindo possíveis estratégias de abordagem sociológica (crítica) para a relação entre conhecimento e base informacional, não podemos negar que o mundo social tenha uma natureza objetiva, isto é, de certa forma já dada, e que é necessário apontar as suas regras e os seus mecanismos (digamos, uma narrativa de História/ Sociologia 1). No entanto, também podemos trabalhar para apontar as capacidades críticas dos atores sociais (uma narrativa da História/ Sociologia 2) e desenvolver uma "sociologia pública" por meio da qual os estudiosos (comunidades e línguas científicas) e seus públicos (com seus próprios critérios, capacidades, competências, interpretações etc.) mudam mutuamente. O caminho para uma "justiça cognitiva" (Meneses et al., 2007) ainda é longo, mas, viajar por meio dos mapas (hesitantes e incertos) inspirados por uma perspectiva cosmopolita a partir de baixo promete ser excitante e muito animador.

Referências

APPADURAI, Arjun. *The future as cultural fact*, London–New York, Verso, 2013, 328 p.

BIFULCO, Lavinia. Citizen participation, agency and voice. *European Journal of Social Theory*, November 2012, pp. 174-187.

BOLTANSKI, Luc. On Critique. A Sociology of Emancipation. *Cambridge*, v. 56, n. 1, February 2013, pp. 86-88.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On Justification: Economies of Worth*. Princeton, Princeton University Press, 2006, 389 p.

BORGHI, Vando; MEZZADRA, Sandro. *In the Multiple Shadows of Modernity. Strategies of Critique of Contemporary Capitalism*, Saarbrücken, Lambert Academic Publishing, 2011.

BRUNSSON, Nils; JACOBSSON, Bengt. *A world of standards*. Oxford, Oxford University, 2002, 198 p.

BURAWOY, Michael. The public turn. From labor process to labor movement. Work and Occupations, California, v. 35, n. 4, November 2008, pp. 371-387.

_____. American Sociological Association Presidential Address: For a Public Sociology, *American Sociological Review*, California, v. 70, n. 2, June 2005, pp. 4-28,

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*, Princeton University Press, Princeton and Oxford, 2000.

CONNELL, Raewyn. Northern theory, the political geography of general social theory, *Theory and Society*, v. 35, n. 2, April 2006, pp. 237-264.

_____. How Can We Weave a World Sociology? Global dialogue. *Isa Newsletter*, Austrália, v. 1, n. 2, November 2010. Disponível em: <http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FRASER, Nancy. Talking About Needs: Interpretive Contexts as Political Conflicts in Welfare-State Societies. *Ethics*, Chicago, v. 99, n. 2, January 19892, pp. 291-313.

GHOSH, Amitav; CHAKRABARTY, Dear. A correspondence on Provincializing Europe. *Radical history review*, Australia, n. 83, 2002, pp. 146-172.

HIBOU, Beatrice. *La bureaucratization du monde*. Paris, La Découverte, 2012, 223 p.

INNERARITY, Daniel. *The Democracy of Knowledge*. New York–London, Bloomsbury, 2013, 224 p.

LAMPLAND, Martha; STAR, Susan Leigh. (eds.) *Standards and their Stories. How Quantifying, Classifying and Formalizing Practices Shape Everyday Life*, Ithaca, Cornell U.P, 2009.

LEVINE, Peter. Collective Action, Civic Engagement, and the Knowledge Commons. In: C. Hess and E. Ostrom (eds.), *Understanding Knowledge as a Commons. From Theory to Practice*, Cambridge-London, The MIT Press, 2007.

MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado; SANTOS, Boaventura de Sousa. Opening Up the Canon of Knowledge and Recognition of Difference. *In:* SANTOS, Boaventura. de Sousa (Ed.), *Another Knowledge is Possible: Beyond Northern Epistemologies*. London, Verso, 2007, pp. vii-lxii.

MEZZADRA, Sandro. *How many histories of labor? Towards a theory of postcolonial capitalism,* paper presented at the Conference "After Europe: postcolonial knowledge in the age of globalization", University of Chicago, 12 March 2010.

ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (eds.) *Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2005, 512 p.

RAO, Vijayendra.; WOOLCOCK, Michael. The disciplinary monopoly in development research at the World Bank, *Global governance*, v. 13, n. 4, October-December 2007, pp. 479-484.

RODRIGUEZ, Encarnacion Gutierrez; BOATCA, Manuela; COSTA, Sérgio. (eds.), *Decolonizing European Sociology*, Farnham-Burlington, Ashgate, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A non-Occidentalist West? Learned ignoranceand ecology of knowledge. *Theory, culture and society*, London, v. 26, n. 7-8, December 2009, pp. 103-125.

SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.) *Another Knowledge is Possible. Beyond Northern Epistemologies, London*, Verso, 2007, 447 p.

SCHÖN, Donald A. *The reflexive practitioner*. New York, Basic Books, 1983, 384 p.

SCHUURMAN, Frans Johan. Critical development theory: moving out of the twilight zone. *Third world quarterly*, v. 30, n. 5, junho 2009, pp. 831-848.

SEN, Amartya. Welfare, Preferences and Freedom. *Journal of Econometrics*, v. 50, n. 1-2, October 1991, pp. 15-29.

_____. *Development as Freedom*. Oxford, Oxford University Press, 1999, 366 p.

SINGER, Benjamin. Towards a sociology of standards. Problems of criteria society. In: *The Canadian Journal of Sociology*, v. 21, pp. 203-221.

STREECK, Wolfgang. How to Study Contemporary Capitalism? *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge, v. 53, n. 1, Abril 2012, pp. 1-28.

SUPIOT, Alain. *La gouvernance par les nombres*. Paris, Fayard, 2015, 512 p.

THOMPSON, Edward Palmer. Time, work-discipline and industrial capitalism. In: FLINN, Michael Walter.; SMOUT, T. Christopher (eds.) *Essays in social history*, Oxford: Clarendon Press, 1974, 289 p.

TSING, Anna Lowenhaupt. On Nonscalability. The Living World Is Not Amenable to Precision-Nested Scales. In: *Common Knowledge*, Duke University Press, v. 18, n. 3, pp. 505-424, 2012.

WAGNER, Peter. Modernity, capitalism and critique. *Thesis eleven*, v. 66, n. 1, august 2001, pp. 1-31. London: Sage.

ZIMMERMAN, Bénédicte. Pragmatism and the capability approach. Challenges in social theory and empirical research. *European journal of Social Theory*, Paris, v. 9, n. 4, November 2006, pp. 467-484.

Recebido em 18/06/2017
Aprovado em 23/02/2018

Como citar este artigo:

BORGUI, Vando. Agência, conhecimento e capacidades críticas no capitalismo contemporâneo: uma abordagem cosmopolita a partir de baixo. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 569-584.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.073
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 585-606
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras da inclusão financeira[1]

Márcia Pereira Cunha[2]

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar a rede de organizações que, hoje, atua para implementar a chamada *inclusão financeira*. Essa cadeia se estrutura internacionalmente e estabelece relações *ad hoc* com diversos países do globo. Estimula e apoia ações para a criação e circulação de produtos e serviços financeiros para a população pobre com a justificativa de promoção de seu bem-estar e proteção. A análise se baseia em pesquisa documental e dedica-se ao caso brasileiro. Caracteriza a ramificação de atuação e instituições envolvidas na disseminação desse ideário e oferece elementos para reflexão a respeito de seus efeitos sociais.

Palavras-chave: Inclusão Financeira; Bancarização; Parceria Nacional para Inclusão Financeira; Pobreza.

SILENT AND PENETRATING: THE PROCESS OF FINANCIALIZATION FROM THE INSTITUTIONS THAT PROMOTE FINANCIAL INCLUSION

Abstract: *This article aims to present the network of organizations that today acts to implement the so-called financial inclusion. This chain is structured*

1 Este artigo resulta de pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD-Capes), realizada no Departamento de Sociologia da Unicamp.

2 Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp) – Campinas – Brasil – marcia.cunha@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 585 14/12/2018 11:45

internationally and establish ad hoc relations with several countries of the globe. It stimulates and supports the creation and circulation of financial products and services to the poor on the grounds of promoting their welfare and protection. The analysis is based on documental research and is dedicated to the Brazilian case. It features the branch of activity and institutions involved in the dissemination of this ideology and offers insights for thinking about its social effects.

Keywords: *Financial Inclusion; Bancarização; Global Partnership for Financial Inclusion; Poverty.*

Introdução

A variedade de fenômenos apreendidos sob o termo "financeirização" é grande. Os campos de investigação que tomam a financeirização como objeto são igualmente variados. Em termos econômicos, a financeirização tende a ser definida como a hipertrofia desse campo específico – o das finanças – frente a outros setores de atividade econômica, em especial o industrial (Duménil; Lévy, 2005; Kripner, 2005). Em estudos sociológicos, como os de Lemoine (2014) ou Chiapello (2015), a financeirização assume a forma de presença ou entrada de agentes, objetos, práticas, instrumentos ou lógica oriundos dos mercados financeiros nos mais diversos âmbitos das vidas privada e social, alterando-lhes, assim, dinâmicas, organizações, valores. Análises no nível das relações individuais abordam o tema por meio do endividamento de famílias em contextos tão diversos quanto o de domicílios pobres no Chile (Han, 2012) ou de classe média norte-americanos (Fligstein; Goldstein, 2013). A financeirização, nesses casos, designa práticas que ganham impulso pelo fácil acesso a produtos e serviços financeiros, incidindo sobre as formas de organização da vida cotidiana, das relações familiares e destas com seu entorno.

É nesse sentido que caminham investigações sobre o processo de financeirização no âmbito das instituições públicas e políticas sociais. Trumbull (2012) desenvolve um aspecto presente nos estudos sobre endividamento, que é a recorrência a crédito em um contexto de fragilização ou supressão de estruturas de proteção social, levando a uma compreensão de, usando suas palavras, crédito como bem-estar. Lavinas (2015), tratando do nível macroinstitucional, define o processo de financeirização da política social como transformação da renda transferida por diferentes políticas em garantia, no mercado, para os vendedores desses produtos e serviços financeiros. Nesses estudos, por sua vez, o contexto internacional também ajuda a localizar o problema, uma vez que o ambiente externo influencia de maneira bastante importante as orientações adotadas internamente e as políticas sociais não são exceção a essa regra. Weber (2004) não

só considera esta influência, como problematiza enquadramentos que ela chama de "estadocêntricos" da questão e descreve a relação entre o social e o financeiro como mais íntima do que pode parecer. No primeiro ponto, defende considerar as tomadas de decisão e jogos de poder entre grupos de interesse globalmente definidos e não divididos em dicotomias, como países do Norte-Sul ou planos internacional-doméstico, isto é, há alianças entre grupos de países pobres e ricos que não se definem por divisões nacionais, mas pelo lugar ocupado na configuração dos interesses econômicos e políticos organizados de forma global. No segundo caso, observando o investimento do Banco Mundial em programas de microcrédito com fins de enfrentamento da pobreza, mostra como intervenções aparentemente restritas a este universo terminam produzindo resultados úteis para objetivos bem mais abrangentes de liberalização das finanças no mundo.

Este artigo objetiva acrescentar mais uma peça na construção deste cenário: como se estruturam, hoje, as ações de organizações internacionais que concorrem para a introdução das finanças no cotidiano de indivíduos e famílias pobres e, mais, como a produção dessas ideias e diretrizes entram no Brasil nos anos 2000, combinando-se a políticas locais. No discurso internacional, as experiências de concessão de crédito aos chamados pequenos empreendedores – o microcrédito – são centrais. Como veremos, embora aqui o microcrédito tenha sido alvo de investimento e transformações, assim como ocorreu em outros países, o fato que acopla o Brasil a esse cenário de maneira definitiva é o desenvolvimento das políticas de transferência condicionada de renda ou, de forma mais específica, o Programa Bolsa Família. É por meio dele que o Brasil é situado no campo discursivo e de intervenções reunidas sob o título de inclusão financeira, que, por sua vez, se define pela oferta de produtos e serviços financeiros a indivíduos e famílias pobres – em especial micropoupança, microsseguros e microcrédito – como meio de garantia de proteção e bem-estar social.[3] A criação e oferta desses produtos e serviços é acompanhada, ainda, por um rol de ações designado como educação financeira, liderado no plano internacional pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e no Brasil por um conjunto de instituições públicas e privadas ligadas ao meio financeiro.

Nesse sentido, adotamos a perspectiva de que a proposição de compra de uma proteção há não muito tempo sustentada sobre noções de pacto social (mesmo com níveis diferentes de concretização entre países) é um passo adiante no processo mais amplo de investida contra sistemas e políticas de bem-estar públicos. Os artífices da inclusão financeira colocam-na como alternativa no

3 Com base na experiência de países diferentes, Bateman (2010) e Seibel (2005) chamam a atenção para a progressiva substituição do termo *microcrédito* pelo de microfinanças e posterior emprego deste último (inicialmente como sinônimo do primeiro) em sentido mais genérico, para referência a ramos de atividades distintas, como micropoupança e microsseguros.

Contemporanea_V8n2.indd 587 14/12/2018 11:45

clarão aberto por este desmoronamento e a educação financeira como sua pedagogia, ambas incidindo sobre os contextos nacionais em transformação. A natureza transnacional e financeira do empreendimento é marca do tempo em que ele se realiza, de intensificação de fenômenos que não se limitam às fronteiras nacionais e que são afetados pelas decorrências do desenvolvimento das finanças. Acreditamos ser profícuo considerar essas dimensões na reflexão acerca das novas políticas sociais e de seus fundamentos, colocando-as em perspectiva que não se confunde com a avaliação de seus resultados no nível local.

Em função da ampla gama de atores institucionais – nacionais e internacionais, públicos e privados – envolvidos na disseminação da inclusão financeira, serão apresentados aqueles considerados mais importantes, suas linhas de atuação e, com maior detalhamento, uma passagem específica: a bancarização. Isso porque a bancarização é um requisito para o alcance desta população pelo setor financeiro (não só no presente brasileiro, mas também nos casos de microcrédito na Ásia, África e América Latina do fim da década de 1980). A escolha das instituições orientou também a seleção dos documentos consultados. Sua leitura seguiu a ordem cronológica das publicações, sendo privilegiados documentos de fundação, de estabelecimento de princípios e diretrizes, planos de ação e relatórios de atividades. O critério cronológico se justifica pelo fato de tratarmos de discursos e composição organizacional recentes, em que se flagram mudanças e continuidades relevantes tanto para a caracterização dos objetos, quanto para a sua leitura e interpretação. O critério relativo ao tipo de documento baseia-se na apresentação pretensamente consolidada, por eles, do discurso institucional e descrição de seus desdobramentos em objetivos e ações concretas.

Muitas agendas em uma: a bandeira da Inclusão Financeira

A agenda internacional para Inclusão Financeira remete a encontro do G20, em setembro de 2009, em Pittsburgh, quando foi constituído o Grupo de Experts para Inclusão Financeira (FIEG), com objetivo de "apoiar a segura e ampla difusão de novos modos de prestação de serviços financeiros capazes de alcançar os pobres e, com base no exemplo da microfinança, dar escala a modelos bem-sucedidos de financiamento de pequenas e médias empresas" (G20, 2009: s/p.). Depois de um ano de trabalho, o FIEG foi extinto para dar lugar à Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI), descrita em seus documentos oficiais como uma "plataforma inclusiva", que reúne países do G20, mas também outros países e parceiros interessados em desenvolver ações de inclusão financeira. Mais concretamente, a GPFI é formada por um conjunto de instituições privadas e agências multilaterais (Quadro 1), que estabelecem relações com instâncias governamentais e privadas dos países em que desejam atuar.

Quadro 1 – Instituições agregadas à Parceria Global para Inclusão Financeira (2010-2014)

Organizações	Natureza[4]
Aliança para Inclusão Financeira (AFI) (a) (b)	Rede de bancos centrais e outras agências reguladoras de países em desenvolvimento. Criada em 2008 com objetivo de partilhar conhecimento sobre inclusão financeira de pobres. Em maio de 2015 contava com instituições de 96 países.
Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres (CGAP) (a) (b)	O CGAP foi criado em 1995, sediado no Banco Mundial, com o objetivo de desenvolver pesquisas e experiências envolvendo prestadores de serviços financeiros, financiadores e formuladores de políticas públicas para a promoção de acesso a serviços financeiros por populações pobres. Segundo *site* do Grupo, contava, em 2015, com "mais de 30 agências de desenvolvimento, fundações privadas e governos nacionais".
International Finance Corporation (IFC) (b)	Instituição membro do grupo do Banco Mundial com foco de atuação exclusivamente voltado para o setor privado. Com objetivo de fomentar crescimento econômico sustentável de países em desenvolvimento, financia investimentos do setor privado, mobiliza capital em mercados financeiros internacionais e oferece consultoria para governos e empresas.
Aliança *Better than Cash*	Rede formada por governos, empresas privadas e organizações para o desenvolvimento com o objetivo de promover a substituição de pagamentos em dinheiro por pagamentos por meio eletrônico em ações tão diversas quanto pagamento de benefícios, ajuda humanitária ou transações entre governos e setor privado. Criada em 2012, é financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates, Citi, Fundação Ford, Mastercard, Rede Omidyar, USAID e Visa Inc.
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD)	Agência das Nações Unidas, criada em 1977, como instituição financeira internacional para a erradicação da pobreza rural e promoção de segurança alimentar em países em desenvolvimento.
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Organização criada em 1960, com objetivo de promoção de crescimento sustentável, formada, hoje, por 34 países membros.
Banco Mundial	Instituição criada em 1944 para assistir financeira e tecnicamente a reconstrução dos países afetados pela guerra, tendo expandido e diversificado suas formas de atuação.

Fonte: <https://www.gpfi.org/implementing-partners>. Acesso em: 27 mar. 2015.

(a) Citadas, ao lado da Fundação Bill e Melinda Gates, como apoiadoras da Parceria Nacional para Inclusão Financeira, em seus documentos.

(b) Citadas como parceiras implementadoras da GPFI, em seus documentos.

4 As descrições resultam de síntese de apresentações feitas pelas próprias instituições em seus sites e publicações e presentes no site da GPFI. Acessos entre dezembro de 2014 e março de 2015.

Contemporanea_V8n2.indd 589 14/12/2018 11:45

O Brasil acompanhou de perto esse modelo, criando seu equivalente nacional, a Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), em 2011, sob liderança do Banco Central do Brasil e formalizando iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas pelo menos desde 2009. A Parceria Nacional é orientada por três objetivos:

> Expandir e melhorar o acesso da população a serviços financeiros; favorecer a responsabilidade financeira e o acesso a informações sobre serviços financeiros, por meio da educação financeira e do aumento da transparência; atuar para que a oferta de serviços financeiros seja mais adequada às necessidades da economia e da população (PNIF, 2012: s/p.).

Também como a Parceria Global, em 2010, a Parceria Nacional elaborou um plano de ação em 2012. As organizações internas de uma e de outra, no entanto, são diversas. No caso da Parceria Nacional, o Plano de Ação para Fortalecimento Institucional deu o norte: dividido em três eixos ("Regulação", "Educação e Transparência" e "Diagnóstico"), identificou órgãos e instituições públicas e privadas com atuação nas áreas pertinentes e os agregou às respectivas ações previstas. A Parceria Global foi estruturada em subgrupos temáticos (Quadro 2) e os Planos de Ação para Inclusão Financeira (FIAP) – versões 2010 e atualizada, 2014 – organizam suas ações segundo as áreas por eles designadas, sem menção explícita às instituições da GPFI. Esta característica contribui com a extraordinária ramificação de linhas de ação e incorporação de organizações que não pertencem diretamente à GPFI, mas que se juntam a ela em ações específicas, criando uma rede de instituições extensa e de crescimento potencialmente ilimitado.

Quadro 2 – Subgrupos da GPFI

Subgrupo	Criado em	Países responsáveis
Dados e Medidas (a)	2010	Austrália, México, África do Sul
Regulação e *Standard-Setting Bodies* (b)	2010	UK, Indonesia, Índia
Finanças de Pequenas e Médias Empresas	2010	Alemanha, Turquia, Coreia
Proteção ao Consumidor e Educação Financeira	2013	Rússia, EUA, China
Mercados e Sistemas de Pagamento	2014	Austrália, França, México, África do Sul

(a) Atividades encerradas em 2014

(b) Inicialmente: "Princípios e *Standard-Setting Bodies*"

O G20, a quem a GPFI está subordinada, estabeleceu nove princípios para o que denominam como "Inclusão Financeira Inovadora": liderança, diversidade,

inovação, proteção, *empowerment*, cooperação, conhecimento, proporcionalidade, *framework*. Todos dizem respeito a formas de atuação e de relação entre governos e instituições privadas para o fomento de um mercado competitivo e sustentável de produtos e serviços financeiros para os pobres. Para seguir a pista dessas diretrizes que pretendem alcançar as mais variadas localidades do globo, escolhemos aquele que mais diretamente desenvolve a noção de que é preciso alterar regras e estruturas nos países, com atenção tanto para a abertura deste novo mercado quanto para requisitos que não coloquem o sistema financeiro em risco: o princípio de proporcionalidade. Diz ele:

> Construir uma estrutura regulatória e de política que seja proporcional aos riscos e benefícios envolvidos em tais produtos e serviços inovadores e baseada na compreensão das lacunas e barreiras na regulação existente (FIEG, s/d: 12)

Termo pertencente ao universo das regulações financeiras, neste caso, a noção de proporcionalidade descreve a forma como as diretrizes para inclusão financeira desembarcam nos diversos países da GPFI. Isto é, destaca-se a importância de atentar à precisão da intervenção em cada país de forma a alterar ou estimular regras e procedimentos de maneira adequada aos objetivos de criação e circulação de produtos e serviços financeiros e, fator sempre mencionando, protegendo a estabilidade do sistema. Como discutido por Timmermans e Epstein (2010), nos quadros de uma sociologia da "*standadização*", a observação da criação de regras e padrões em níveis locais, regionais ou internacionais e sua disseminação em função de processos crescentemente globalizados ilumina aspectos menos evidentes de certos fenômenos. Este é o caso, sem dúvida: a incidência sobre leis e estruturas sociais e de mercado aparece também em outros princípios. No princípio de "inovação", por exemplo, menciona-se o uso de tecnologia ao lado de *mudança institucional* e, no de "cooperação", a *construção de um ambiente* que aproxime governos, negócios e outros atores considerados relevantes. O denominado "*framework*", por sua vez, acrescenta a necessidade de *observação de padrões internacionais* na garantia de uma série de outras diretrizes a efetivar e garantir. Esta ênfase atesta a necessidade, por essas organizações, de coordenação e controle das ações através de fronteiras nacionais. Elas requerem, ainda, um equilíbrio entre a homogeneização e flexibilidade para adaptação aos diversos ambientes locais. Os países orbitando no campo da GPFI são muito diferentes entre si e, no caso do Brasil, os documentos destacam, ainda, as diferenças internas, desaconselhando determinações únicas a serem aplicadas em meios tão diversos.

A operacionalização do princípio de proporcionalidade ficou a cargo do subgrupo "Regulação e *Standards Setting Bodies* (SSB)". SSBs são organismos internacionais de normalização, isto é, estabelecem normas para controle, regulação ou padronização de determinadas áreas. Normas ISO (*International Organization for Standardization)* e da ABNT (*Associação Brasileira de Normas Técnicas)* são exemplos internacional e nacional, respectivamente, mais familiares ao público leigo. A parceira CGAP apresentou, em documento, quais seriam as SSBs priorizadas pela GPFI e o foco no contato com cada uma. São elas: o Comitê da Basileia para Supervisão Bancária, o Comitê para Sistemas de Pagamento e Liquidação, Força Tarefa para Ações Financeiras, Associação Internacional de Seguradoras de Depósitos e Associação Internacional de Supervisores de Seguros. A introdução do documento afirma que "juntas", as normas e diretrizes dessas cinco organizações "tem influência significativa sobre quantos domicílios pobres têm acesso a quais gama e qualidade de serviços financeiros e a qual custo" (CGAP, 2011: 1). Vê-se, assim, um uso instrumental do estabelecimento de regras e padrões que vai além do objetivo de normalização pura e simples. Embora processos de padronização possam ser vistos e tratados como neutros ou indiferentes a disputas entre interesses ou visões distintas, ao estimularem princípios, ordenarem práticas e atores, eles incidem sobre a realidade social, participando de suas configurações (Timmermans; Epstein, 2010: 75). Na mesma linha, Borraz (2004) analisa efeitos despolitizadores de processos de normatização na gestão pública, no contexto europeu. Ele mostra como o estabelecimento de regras e padrões pode criar, não apenas ordenar *a posteriori*, campos, objetos, condutas. No que nos interessa aqui, influenciar o acesso dos pobres ao mercado financeiro é um objetivo localizável no espaço e no tempo, formulado em fóruns específicos e restritos. Induzir sua realização por meio do estabelecimento de regras tem o efeito de dissimular esse traço, preservando a empreitada desde de sua total apreensão até de eventuais questionamentos.

A relação entre essas organizações e o Brasil é abordada em documento do mesmo ano, desta vez elaborado por outra organização parceira da GPFI, a *Alliance for Financial Inclusion* (AFI). O texto retoma o histórico de crises econômicas no Brasil na década de 1980, afirmando que essa experiência produziu duas características do Sistema Financeiro Nacional: aversão a risco e investimento das instituições financeiras menos na inovação de produtos e mais na "proteção de si próprias contra volatividade macroeconômica" (AFI, 2011: 1). Ambas, resultando em postura conservadora das instituições, poderiam interferir no passo da inclusão e por isso são apresentadas como potenciais pontos de trabalho no país. Medidas tomadas a partir da consolidação e expansão do Bolsa Família no

começo dos anos 2000 são mencionadas como uma guinada neste contexto: "o Bolsa Famílias sintetiza esta virada política [dirigida à inclusão social] e alcançou notável sucesso (...)", como com a criação de contas simplificadas, de legislação favorável à expansão de correspondentes bancários e, adiantava o documento, a consideração, pelo MDS, de "iniciativas mais amplas de inclusão financeira, inclusive seguros, ligadas à base de dados do Bolsa Família" (AFI, 2011: 2).

Antecedente da Inclusão Financeira: Microcrédito

Para melhor dimensionamento da entrada do Brasil neste cenário por meio do Programa Bolsa Família é importante fazer menção, ainda que breve, ao papel cumprido pelo microcrédito no discurso internacional de combate à pobreza, desde a década de 1970. O marco obrigatório são as primeiras experiências do ainda desconhecido professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, de pequenos empréstimos a indivíduos que, segundo sua observação, empreendiam ações que garantiam sua subsistência, mas não conseguiam expandi-las e manter uma atividade econômica estável. A experiência deu origem ao *Grameen Bank*, fundado em 1983.

O entusiasmo da comunidade internacional com o microcrédito é atestado pela volumosa produção a respeito do tema (AFD, 1998). A criação do Comitê de Agências Doadoras para o Desenvolvimento de Pequenas Empresas, em 1979, é sua confirmação institucional e, após uma década de encontros regionais, realiza-se a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento de Microempresas, proposta pelo Banco Mundial, que também secretariava o comitê (Levitsky, 1989: ix). O termo microempresa pode sugerir a ideia de empreendimentos mais estruturados do que o que está de fato no horizonte desta discussão. As falas da conferência revelam falta de consenso a respeito do entendimento e definição do que seria uma microempresa, mas algumas características consensuadas pelos presentes descrevem iniciativas bastante simples e precárias, como o trabalho familiar em áreas rurais ou indivíduos trabalhando sozinhos (que, na ausência de emprego formalizado, tornaram-se "auto-empregadores"), cooperativas de trabalhadores manuais ou prestadores de serviços que geram outras pequenas ocupações. Independentemente das definições de objeto e estratégias de intervenção, fica claro o interesse sobre um contingente de trabalhadores ora descritos como de baixa renda ora designados como informais.

A literatura que defende os resultados do microcrédito para melhoria da vida dos pobres também já recebeu revisão de diversas naturezas. Desde releituras que questionam metodologias empregadas (Duvendack *et al*., 2011; Roodman; Morduch, 2009), até análises que apontam efeitos negativos sobre as relações locais ou para o próprio mercado local (Ghosh, 2013; Bateman, 2010). O que

interessa destacar, aqui, é a transformação de instituições dedicadas à operação destes pequenos empréstimos, originariamente não lucrativas, em instituições emprestadoras, atuando com taxas de juros semelhantes às dos mercados. Independentemente da diversidade de experiências que possa comportar essa transformação, elas são descritas pela literatura tanto em termos mais gerais (Bateman, 2010) quanto com base na experiência paradigmática e pioneira da Bolívia. Seu programa de microcrédito fazia parte de uma série de medidas tomadas em resposta aos efeitos negativos do pacote de medidas de ajuste estrutural – chamado Nova Política Econômica, de 1985 – e consequente crescente oposição ao governo. Uma organização não governamental, criada em 1987 e atuando no setor, a PRODEM, apresentou grande crescimento e foi transformada em instituição financeira, o Banco Solidário, ou BancoSol, em 1992 (Gonzales-Vega *et. al*, 1996).

A justificativa para isso que Bateman chama de "comercialização" dessas instituições foi o imperativo de que elas se tornassem financeiramente autossustentáveis, o que, com o tempo, passou de imperativo a algo desejável e bem-vindo, com apoio da comunidade internacional. O autor mostra como essa transformação se deu às custas dos objetivos originais que remetem às iniciativas de Yunus e de outros antes dele, apesar das alegações de compatibilidade entre fins altruístas e maximização de lucros pela mesma instituição. O Brasil não ficou imune a esse movimento. A instituição das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), em 1999, permitiu que organizações não governamentais da área passassem a remunerar seus dirigentes e a cobrar taxas de juros do mercado. A história da primeira ONG brasileira voltada para o microcrédito – a União Nordestina de Assistência a Pequenas Empresas, UNO –, criada em 1973, é contada de forma que seu fechamento, após 18 anos de atividades, seja explicado pela não incorporação, por ela, da "autossustentabilidade a suas premissas de gestão" (Feltrim *et. al*., 2009: 16). Com referências específicas à experiência latino americana no cenário do microcrédito, essa narrativa adere ao diagnóstico de fundo da comercialização, ou seja, a necessidade de independência de recursos públicos nacionais e internacionais, radicalizando-o na defesa da separação entre "assistencialismo" e rentabilidade dessas instituições e do setor como um todo (Feltrim *et al*., 2009: 17).

Essas mudanças aconteceram ao longo dos anos de 1990 e, a despeito delas e das revisões, o tema do microcrédito entra nos anos 2000 com força: 2005 foi declarado o Ano Internacional do Microcrédito e Mohamad Yunnus foi ganhador do Nobel da Paz no ano seguinte, consolidando o título de banqueiro dos pobres. Considerando a síntese entre negócios e discurso social que este campo se mostrou capaz de empreender, a ideia do congressista norte-americano, Benjamin Gilman, na Conferência Internacional de 1988, de que "um dos segredos

mais bem guardados do desenvolvimento logo se tornará conhecimento público, a saber, investir nos pobres é um bom negócio. Não só os pobres são bancarizáveis, eles podem ser um dos mais produtivos e seguros investimentos hoje" (Levitsky, 1989: xvii) parece ter ganhado terreno.

Transferência de renda e o alcance dos mais pobres pelas finanças

Em outubro de 2003, o Bolsa Família reuniu quatro programas de transferência de renda do nível federal: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Vale Gás. Para isso, a criação de um Cadastro Único foi fundamental. O CadÚnico é um sistema de informações que armazena e permite processamento de dados relativos às famílias de baixa renda no Brasil. Antes da unificação, os programas eram geridos por órgãos e critérios distintos e cadastravam beneficiários separadamente, operando benefícios também diferentes. No novo formato, as informações estão centralizadas e acessíveis a quaisquer outras políticas e programas voltados para este público.[5] Essa unificação implicou esforços intersetoriais para a definição de conceitos, critérios e procedimentos de coleta, armazenamento, atualização e processamento dos dados. A gestão é nacional, pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc – Ministério do Desenvolvimento Social) e pela Caixa Econômica Federal; o contato com as famílias e coleta de dados é municipal.

Quadro 3 – Principais níveis e atribuições na gestão do Programa Bolsa Família (1)

Ministério Desenvolvimento Social	Caixa Econômica Federal	Municípios
– Formulação de procedimentos e instrumentos de gestão; – Apoio técnico e financeiro a estados e municípios; – Disponibilização de canais de comunicação a gestores(as) e beneficiários(as); – Articulação com outros órgãos e integração de ações complementares; – Monitoramento e avaliação do Programa.	– Geração da folha e pagamento dos benefícios; – Suporte aos gestores municipais e às famílias beneficiárias.	– Articulação com as áreas de educação, saúde – no acompanhamento das condicionalidades – e com a assistência social, no acompanhamento de famílias beneficiárias; – Gestão de benefícios; – Execução dos recursos financeiros; – Acompanhamento e fiscalização das ações; – Fortalecimento do controle e da participação social.

(1) A estrutura e dinâmica do Programa Bolsa Família são complexas, de modo que esta figura descreve apenas as principais ações. Informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/atribuicoes-de-cada-nivel-de-governo>. Acesso em: 08 jan. 2018. Para detalhes, consultar: Brasil, 2017; Soares; Sátiro, 2009; Escobar, 2008.

5 Relatório de Informações Sociais de acesso público informava 26.458.633 famílias (ou 75.661.727 pessoas) inscritas no Cadastro Único em novembro de 2017.

Contemporanea_V8n2.indd 595 14/12/2018 11:45

Na criação do programa, o governo definiu meta de alcançar 11 milhões de famílias, o que ocorreu em 2006. Estudo do CGAP afirma que a aposta do governo era a de que o "acesso financeiro" permitiria a construção de ativos, pelos beneficiários, levando, por sua vez, à sua saída do programa (CGAP, 2010: 3). Um aspecto inovador do PBF, no plano das políticas sociais brasileiras, foi a vinculação do benefício ao nome das mulheres. Este procedimento remete às experiências internacionais de microcrédito, em que as mulheres são público preferencial. O que é apontado como papel desempenhado por elas no âmbito doméstico – postura e condutas na gestão do dinheiro – aparece também no discurso da inclusão financeira, fazendo delas clientes preferenciais ao lado de jovens e imigrantes, "setores da população em que os maiores ganhos podem ser produzidos" e cuja inclusão deve ser acompanhada de ações de educação e de proteção ao consumidor (GPFI, 2014: 4). Outra inovação do Bolsa Família foi o uso bem-sucedido da tecnologia bancária, que permitiu o depósito do recurso em conta de que o beneficiário poderia fazer a retirada diretamente, por meio de cartão magnético. Ela construiu nova forma de chegar ao público atendido, diferente do tradicional repasse por meio de vários níveis e camadas burocráticas. Esta característica foi celebrada pelo governo e partidários do programa por diminuir os riscos de uso clientelista do programa, no nível local, e por conferir agilidade e economia ao processo de pagamento (o custo de pagamento do Bolsa Família foi diminuído em sete vezes com o emprego dos cartões, segundo Lindert *et al*., 2007: 113).

A constituição deste cenário mostrou-se afim ao que vinha sendo construído e seria batizado como inclusão financeira. O número de postos de atendimento bancário – agências ou comércio local autorizado a realizar alguns serviços, postos de atendimento, caixas eletrônicos – dobrou entre 2002 e 2008, passando de 82,1 mil a 117,6 mil (Levorato, 2009: 173). Os pontos de comércio – padarias, casas lotéricas, correios – que realizam operações bancárias como pagamento de contas, depósitos e retiradas, concessão de crédito, entre outros, são chamados de correspondentes e foram criados entre as décadas de 1960 e 1970 (a data varia com a fonte consultada). A legislação reguladora desse tipo de serviço recebeu alteração, bem como as regras relativas aos empréstimos consignados. É de 2003, também, a legislação que cria as contas corrente e poupança simplificadas, cujas características respondem ao objetivo de facilitar a abertura de contas bancárias pela população mais pobre. Entre as principais, estão a apresentação de menos documentos para abertura e isenção tarifária na prestação de determinados serviços. A relevância da bancarização, do ponto de vista do sistema financeiro, é o de que, a partir dessa entrada, outros produtos

podem ser oferecidos. Estudo de 2012 indicava que "40% dos clientes do Bolsa Família usam pelo menos mais um produto do banco", da Caixa Econômica Federal, no caso (Bold *et al*., 2012: 22).

Não é intenção estabelecer relação de causa e efeito entre discursos e medidas tomadas nos planos internacional e nacional, isto é, entre medidas e discursos do Bolsa Família e diretrizes e discursos produzidos pela GPFI e seus parceiros. Falamos em afinidade com a intenção de propiciar a consideração de que as fronteiras entre eles e no interior de cada um são porosas e abertas a composições nuançadas e nem sempre óbvias. Se é verdade que ocorre um movimento de apropriação por esta última dos resultados produzidos pelo Programa (não é demais lembrar que são iniciativas originadas entre atores financeiros, inclusive a congênere nacional PNIF), de forma a explorar um canal de introdução de sua agenda no plano interno, por outro, a pluralidade de concepções em torno da transferência de renda (democratização da riqueza gerada socialmente ou política de corte liberal?) abre espaço para níveis variados de reações de rejeição e de identificação, em relação ao ideário da inclusão financeira. As palavras do então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2013-2015) são exemplos dessa última: a inclusão financeira permitiria "ir além e 'dar o mercado aos pobres', completando o movimento dos últimos anos [refere-se ao PBF], quando, pela via da queda da desigualdade, 'demos os pobres aos mercados (consumidores)'" (Neri, 2014: 731). Na mesma publicação, entretanto, a ideia de inclusão produtiva, formulada mais tardiamente,[6] chega mesmo a trabalhar com noções que se pretendem alternativas ao mercado, mobilizando referências distintas (Singer *et al.*, 2014). No que tange ao campo das finanças, o relatório da AFI, há pouco citado, sobre as relações entre SSBs e o Brasil (AFI, 2011), menciona dificuldades a superar na facilitação do acesso ao sistema bancário: de um lado, a flexibilização de processos de identificação de clientes quando da abertura de conta levou a que o país tivesse avaliações negativas por certos órgãos normalizadores, como foi o caso com a Força Tarefa para Ações Financeiras (ou GAFI, Grupo de Ações Financeiras, no Brasil), dedicada ao combate de lavagem de direito e de financiamento de ações terroristas. Por outro lado, observou-se que mesmo com leis permitindo essa flexibilização, algumas instituições financeiras brasileiras resistiam em adotá-las, por diferentes motivos. Seria necessário, então, perspectiva adotada

6 Essa observação tem a intenção de deixar registrado um aspecto institucional que, entretanto, não altera nosso argumento. As referidas discussões se deram no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, de 2011. Com o fim de eliminar a pobreza extrema, o Plano abarca o Bolsa Família. O lugar do PBF no Plano pode ser conferido em Osorio e Soares (2014).

Contemporanea_V8n2.indd 597 14/12/2018 11:45

no relatório, alinhar todas as organizações envolvidas ao objetivo comum de ampliação do sistema financeiro ou, nos termos adotados, de inclusão financeira, desde o organismo internacional até a instituição bancária operando na ponta da cadeia.

Em 2008, o governo brasileiro decidiu atuar de forma mais incisiva e o MDS criou, juntamente com a Caixa Econômica Federal, o Projeto de Inclusão Bancária. Material informativo (sem data, mas com dados de até 2011) produzido pela Senarc definia-lhe quatro objetivos:

> (...) reduzir a desigualdade do acesso a serviços financeiros, decorrente da má distribuição de renda do país"; propiciar condições para a sustentabilidade econômica das famílias beneficiárias do PBF; prover acesso aos produtos e serviços bancários e fomentar a Educação Financeira.

Com exceção da menção explícita às famílias do Bolsa Família, os três objetivos são semelhantes aos apresentados pela PNIF (ver Item 1). Mais uma vez, é preciso colocar esse processo de interiorização do sistema financeiro em perspectiva para que sua importância seja corretamente dimensionada. Na análise de Weber (2004) sobre a articulação entre objetivos de liberalização das finanças e alterações nas barreiras existentes à sua circulação, por meio do microcrédito e seus discursos de disponibilização de recursos para o fim da pobreza, a autora conta como, em 1992, o Banco Mundial adotou uma Diretiva Operacional em resposta ao desafio de ampliar seus negócios no campo das finanças. A Diretiva colocava como objetivo, entre outros, acelerar a ampliação do mercado financeiro por meio da introdução de novos instrumentos, serviços e produtos para novos usuários. A "incerteza" sobre como colocar os objetivos em prática levou à revisão da Diretiva e sua reformulação foi eficaz na medida em que resolveu "problemas de implementação, revisando a estratégia de forma a construir o link entre os níveis micro e macro da política do setor financeiro, ao colocar ênfase no microcrédito baseado em programas para 'redução da pobreza'" (Weber, 2004: 372). Isto é, alcançar o usuário final, quando se fala em populações de baixa renda, não é tarefa banal. O livro de Prahalad (2005) é sempre citado quando o assunto é criação de mercados para os pobres, muito em função de tratar do assunto de forma pragmática: os empresários deveriam redefinir suas concepções e modelos de negócio para atingir as camadas ainda inexploradas da população, a base da pirâmide, e as mediações institucionais teriam papel central nisso. O Projeto de Inclusão Bancária exibe operações implicadas nesta tarefa. Daí a relevância da estrutura descentralizada da burocracia estatal e do volume de informações sobre

a localização e característica dessa população centralizado no CadÚnico. A partir daí é possível avançar.

Considerando o contexto nacional, podemos tomar a análise de Singer a respeito dos governos Lula, segundo a qual os anos pós-crise financeira de 2008 foram de "estímulo ao mercado interno e uso intensivo dos bancos públicos" (Singer, 2012: 152). A transferência de renda, o aumento do salário mínimo e as facilidades de crédito tiveram papel importante para o primeiro. Por outro lado, os dois períodos anteriores também abarcam medidas que favoreciam as finanças populares, fosse com o equilíbrio pendendo mais para o desenvolvimentismo, entre 2006 e 2008, ou com adoção de medidas, também segundo Singer, de sentidos contrários, entre 2003 e 2005: de feição neoliberal, atendendo a interesses de mercado em concomitância com outras de cunho social, voltadas para a população pobre: criação do Bolsa Família, valorização do salário mínio e expansão do financiamento popular (Singer, 2012: 144 e ss.). Dada a centralidade atribuída ao problema da pobreza e o perfil das políticas que a acompanharam, no período analisado pelo autor (e pode-se dizer que nos seguintes também), a direção tomada mostra coerência com o ambiente internacional, em especial com o campo da inclusão financeira. Mais uma vez, no sentido da porosidade e afinidade em torno de medidas tomadas e resultados obtidos, que aproximam atores independentemente de seus fins.

O esforço de inclusão bancária resultou em novo leque de ações, com objetivo de preparar as agências, seus profissionais e as próprias famílias para a entrada desse público no sistema financeiro. Sem entrarmos no ramo das ações executadas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira, em curso desde 2010 (Bruhn *et al.*, 2013), a própria Caixa Econômica Federal produziu cartilhas com conteúdo relativo a finanças pessoais e familiares.[7] Por meio de parcerias com organizações sociais atuantes no nível local, esses conteúdos chegavam até a população alvo (CEF, 2009). Além das informações básicas sobre serviços e nomenclaturas das agências bancárias, eles descrevem também posturas e comportamentos que devem ser cultivados e valorizados, como autocontrole, empreendedorismo e previdência, ainda que em terreno tão sensível quanto o de gestão do dinheiro em ambiente doméstico. A ideia de que o desregramento ou

7 Existem muitas atividades com o fim de informar e formar indivíduos para a aquisição de produtos e serviços financeiros. Entretanto, um Decreto Federal de 2010 (7397/2010) criou a Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF), reunindo instituições do mercado financeiro e órgãos públicos para desenvolver ações específicas, em consonância com o cenário aqui descrito acerca da inclusão financeira. Por envolver estrutura, história e diretrizes próprias, a ENEF não será objeto deste artigo. As ações educativas promovidas pela Caixa Federal são suficientes para compor nossa discussão.

Contemporanea_V8n2.indd 599 14/12/2018 11:45

a imprudência estejam na origem de uma situação de pobreza familiar subjaz as afirmações feitas no material educativo: "Atitudes são tão importantes quanto conhecimento. Nunca gaste mais do que ganha. Procure ganhar mais" (CEF, 2009: 5). A definição de crédito também faz menção à correção nas relações e cultivo de uma atitude valorizada *a priori*:

> Quando uma pessoa merece a confiança de outras, dizemos que ela 'tem crédito', ou seja, outras pessoas acreditam nela, sabem que ela vai pagar o que deve. (...) Pessoas que dispõem de credibilidade, isto é, uma situação ou história de vida que faz com que outras pessoas ou empresas tenham confiança nelas, conseguem comprar produtos e serviços, mesmo sem ter todo o dinheiro necessário (CEF, 2009: 8).

Esse tipo de afirmação produz a ideia de responsabilização individual pela precariedade financeira. Por outro lado, o alerta para o gasto regulado ao ganho aparece junto da capacidade de compra sem os recursos necessários para tal como sinal de algo positivo, mérito e reconhecimento anteriores. A ideia da incapacidade de garantir bem-estar à família aumenta ainda mais a conotação moral do julgamento imposto aos indivíduos desta classe social. Não que fosse necessário. Estudos sobre práticas financeiras de indivíduos e famílias a quem essas políticas são dedicadas mostram claramente que as relações com o dinheiro e o endividamento são complexas, permeadas por elementos outros que não apenas os advindos da vida econômica. Poupança e aumento no consumo, prestígio e desmoralização nos círculos de sociabilidade não são estabelecidos como vias de mão única com relação ao acesso às finanças (Müller, 2009; Collins *et al*., 2009). Socialmente, entretanto, aqueles conteúdos normativos ganham novo canal de disseminação e reiteram noções de uma meritocracia tanto questionada quanto mobilizada ao longo da história de conflitos distributivos de recursos simbólicos e materiais.

Pode-se alegar que tal discurso decorre do fato de que estamos tratando de uma instituição financeira que tem interesses econômicos semelhantes aos de bancos privados. Isto é, se oferecem crédito e outros serviços a clientes que representam risco a seu negócio, têm o direito de produzir as prevenções que acharem necessárias. A proteção à instituição, à estabilidade do sistema se sobressai à do cliente. Por outro lado, é fato que esse discurso é justificado, nos documentos que se aproximam dos conteúdos de educação financeira, pela proteção do novo cliente, argumento mais envolvente e sedutor. Declarações de profissionais do banco vão nesse sentido, tratando de afirmar que a Caixa tem uma função pública na sociedade, além de suas prerrogativas de

negócio. De qualquer maneira, esses discursos e transformações vêm atravessando a realidade social, cortando-a verticalmente e produzindo efeitos em vários níveis, desde a financeirização das políticas sociais descrita por Lavinas, a constituição da renda como bem-estar de que fala Trumbull ou a invenção de novas categorias definidoras das relações dos indivíduos com as estruturas da vida coletiva, como as cidadanias "capitalista" (Soares; Sobrinho, 2008: 45), "fiscal" (Banco do Brasil, 2013: 21) ou "financeira" (Banco Central do Brasil, 2015).

Um mercado financeiro para os pobres

A inclusão financeira, como a descrevemos aqui, pode ser lida como uma nova etapa na história da relação entre Estado e mercado – agora pela porção crescentemente importante deste último, a financeira –, no tocante ao tratamento dos grupos pauperizados. No caso brasileiro, o acesso da política federal de transferência de renda ao contingente mais pobre da população significou concomitante acesso do mercado a este público. Se em outros países, décadas antes, as organizações sociais de microcrédito cumpriram esse papel, tornando-se, posteriormente, instituições financeiras de mercado, o Bolsa Família, por sua vez, organizou, desde o desenho no nível centralizado de sua gestão, até os órgãos descentralizados da estrutura da política da assistência social, o alcance dos pobres e a produção de conhecimento sobre eles. Trata-se de movimento em via de duas mãos. A unificação das informações até então restritas ao nível local, independentemente das formas de seu uso concreto pelas instituições que as acessaram, consolidam, no espaço público, a existência de um contingente populacional até então não-visível ou de relevância fragmentada, geograficamente limitada. Por outro lado, o "ambiente financeiro" também apresentou mudanças, se capilarizando e, assim, multiplicando sua presença em áreas remotas. Por ordinária que pareça, essa pulverização requer alterações em leis e criação de novas estruturas que supervisionem, regulem e controlem os agentes que a concretizam. Requer a construção de narrativas, justificativas, formas de olhar e apreender a realidade.

A despeito da pluralidade de atores institucionais identificados neste campo, a ideia de que o acesso a bens e serviços financeiros, pelos pobres, os beneficiará, permitindo-lhes proteção em situações de imprevisto e risco, como doença ou desemprego, ou recompensas em caso de investimento, seja em formação, seja no desenvolvimento de um negócio próprio, é consensual. A adesão a ela atesta o desgaste sofrido por noções de políticas universais e gratuitas, processo mais

antigo. As condições que sustentam as ações e discursos em nome da inclusão financeira, no Brasil, hoje, são tributárias de uma história cujas origens estão anunciadas já nos anos de abertura democrática. Ou seja, é preciso considerar a progressiva designação pública dos problemas sociais por suas formas mais extremas e urgentes. Se subdesenvolvimento e injustiças sociais foram molduras epistemológicas dentro das quais se davam os embates a respeito das formas de distribuir riqueza e produzir igualdade, dos anos de 1990 em diante foram os temas da fome, da pobreza e da miséria a definirem parâmetros cada vez mais segmentados e individualizados para esses julgamentos. Para isso, o avanço técnico que produziu extenso cardápio de instrumentos de focalização, localização, mensuração de fenômenos sociais e políticas também teve importância, traduzindo essas novas concepções em meios de ação.

Outro vetor do processo a considerar diz respeito à maneira como um conglomerado de instituições internacionais incide sobre definições políticas internas. A inclusão financeira configura-se como um grande esforço de organização de atores e ideias que já atuavam, mais dispersamente, na linha da liberalização das finanças. Daí que a quantidade de ramos de atuação seja tão grande e variada. Documentos produzidos pelas organizações internacionais da GPFI têm discurso afinado entre si e o delas com o das instituições brasileiras. Tratando-se de "alianças" e "parcerias", as "diretrizes" e "lições aprendidas" aí produzidas pertencem a um mundo que não necessariamente o das leis e compromissos firmados entre países e mediados por organizações tradicionais. A fluidez da GPFI se traduz na fluidez dessas recomendações e é preciso mais pesquisas para acompanhar a evolução da presença do Brasil neste âmbito.

O processo em curso não está livre de recuos e ajustes. Nem a agência-barco da Caixa Econômica Federal[8] nem a resistência de instituições financeiras em aderir à facilitação de abertura de contas bancárias deve ser considerada isoladamente. Segundo indicam documentos dos assim chamados parceiros internacionais, há que se trabalhar para desatar eventuais nós em espaços nacionais. A passagem de recursos pelo mundo tecnológico dos mercados financeiros dá unidade a essa diversidade. Para isso, ou com isso, vão-se gestando também novos valores e comportamentos, cultura e compreensões da sociedade e do mundo em que vivemos.

8 Trata-se de uma embarcação utilizada para a prestação de serviços bancários a populações ribeirinhas no Amazonas e no Pará. Segundo informações da Caixa, serviços públicos também eram prestados utilizando o mesmo meio, como projetos da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e atendimentos pelo Ministério do Trabalho.

Referências

AFD – Agence Française de Développement. *Bulletin Bibliographique Thématique Micro-Entreprises et Micro-Financement*. n. 2, 1998.

AFI – Alliance for Financial Inclusion. *O 'jeito brasileiro' – the Brazilian way. Brazil's engagement with standards setting bodies and the implications for financial inclusion*, 2011. Disponível em: <http://www.gpfi.org/sites/default/files/documents/Brazil%E2%80%99s%20Engagement%20with%20Standard%20Setting%20Bodies%20and%20the%20Implications%20for%20Financial%20Inclusion.pdf.> Acesso em: 30 jun. 2016.

BANCO DO BRASIL. *Brasil: Implementando A Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Brasília: Banco do Brasil, 2013.

BATEMAN, Milford. *Why Microfinance Doesn't Work? The Destructive Rise of Local Neoliberalism*. London/New York, Zed Books, 2010.

BOLD, Chris *et al. Transferência social de renda e inclusão financeira: evidências de quatro países*. Enfoques n. 77, CGAP, 2012. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/04/29/000469252_20140429164346/Rendered/PDF/680700BRI0PORT00Box377351B00PUBLIC0.pdf.>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BORRAZ, Olivier. Les normes: instruments dépolitisés de l'action publique. In: LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. (Orgs.) *Gouverner par les instruments*. Paris, Sciences Po, 2004.

BRUHN, Mirian *et al. O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio – Evidência Experimental do Brasil*. Washington, DC, Banco Mundial, 2013.

CEF – Caixa Econômica Federal. *Fundamentos de Educação Financeira*. Brasília: Caixa, 2009.

_____. Bolsa Família inclui 2,1 milhões de brasileiros no sistema bancário. *Notícias Caixa*, 2009. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup.asp?codigo=6610386>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CGAP. *Consultative Group to Assist the Poor. Update on Regulation of Branchless Banking in Brazil*, 2010. Disponível em: <http://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Regulation-of-Branchless-Banking-in-Brazil-Jan-2010.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CGAP. *Global Standard-Setting Bodies and Financial Inclusion for the poor. Toward proportionate standards and guidance*, 2011. Disponível em: <http://www.gpfi.org/sites/default/files/documents/CGAP.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CHIAPELLO, Ève. Financialisation of Valuation. *Human Studies*, v. 38, n. 1, mar. 2015, pp. 13-35.

COLLINS, Daryl *et al. Portfolios of the poor: how the world's poor live on two dollars a day*. Princeton, Princeton University Press, 2009, 296 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La Nouvelle Raison du Monde*. Paris, La Découverte, 2009, 504 p.

DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique. Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis. *Review of International Political Economy*, v. 8, n. 4, dez. 2001, pp. 578–607.

DUVENDACK, Maren *et al. What is the evidence of the impact of microfinance on the well-being of poor people?* London, EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London, 2011.

ESCOBAR, Cecília Maria da Souza. Governança estratégica em redes de políticas públicas: a experiência do Programa Bolsa Família. Dissertação de mestrado, Ciência Política, Universidade de Brasília, 2008.

FIEG – Financial Inclusion Experts Groups. *G20 Financial Inclusion Action Plan*, s/d. Disponível em: <http://gpfi.org/sites/default/files/documents/G20%20Financial%20Inclusion%20Action%20Plan.docx.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

G20. *Leader's statement: The Pittsburgh Summit*, 2009. Disponível em: <http://ec.europa.eu/archives/commission_20102014/president/pdf/statement_20090826_en_2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

GHOSH, Jayati. Microfinance and the challenge of financial inclusion for development. *Cambridge Journal of Economics*, v. 37, n. 6, nov. 2013, pp. 1203-1219.

GONZALES-VEGA, Claudio *et al. BANCOSOL – The Challenge of Growth for Microfinance Organizations*. Ohio, Economics and Sociology Occasional Paper n. 2332, 1996.

FLIGSTEIN, Neil; GOLDSTEIN, Adam. The Emergence of a Finance Culture in American Households. *Socio-Economic Review,* v. 13, n. 3, jul. 2015, pp. 575-601.

HAN, Clara. *Life in Debt. Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley, University of California Press, 2012, 298 p.

KRIPPNER, Greta R. The Financialization of the American Economy. *Socio – Economic Review*, v. 3, n. 2, maio 2005, pp. 173-208.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Politika*. Rio de Janeiro, n. 2, 2015, pp. 35-51.

LEMOINE, Benjamin. Discipliner l'État par la dette. La mise em marché et la sectorisation du "probléme" de la dette publique. In: HALPERN, Charlotte et al. (orgs.) *L'instrumentation de l'action publique: controverses, résistences, effets*. Paris, Presses de Sciences Po, 2014, pp. 367-395.

LEVORATO, Wilson Roberto. Microfinanças e o sistema bancário brasileiro. In: FELTRIM, Luiz Edson *et al.*(orgs.) *Projeto Inclusão Financeira. Perspectivas e*

desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores, Brasília, Banco Central, 2009, pp.171-187.

LEVITSKY, Jacob. *Microentreprises in developing countries*. London, IT Publications, 1989 (274).

LINDERT, Kathy *et al. The Nuts and Bolts of Brazil's Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context*. Washington DC, World Bank Social Protection Paper n. 709, 2007.

MÜLLER, Lucia Helena Alves. "Então eu fui à luta!": repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. *Política & Sociedade*. Santa Catarina, v. 8, n. 15, set. 2009, pp. 145-171.

NERI, Marcelo. O Programa Bolsa Família e a Inclusão Financeira. In: CAMPELLO *et al.* (coord.). *O Brasil sem Miséria*, Brasília, MDS, 2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei S. D. O Brasil sem Miséria e as mudanças no desenho do Bolsa Família. In: CAMPELLO *et al.* (coord.). *O Brasil sem Miséria*, Brasília, MDS, 2014.

PNIF – Parceria Nacional para Inclusão Financeira. *Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional.* Brasília, Banco Central, 2012.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid. Eradicating Poverty Through Profits*. NJ, Pierson Education/ Wharton School Publishing, 2005.

ROODMAN, David; MORDUCH, Jonathan. *The Impact of Microcredit on the Poor in Bangladesh: Revisiting the evidence*, CGD Working Paper 174. Washington, DC, Center for Global Development, 2009.

SEIBEL, Hans Dieter. *Does History Matter? The Old and the New World of Microfinance in Europe and Asia – Working paper*, Köln: Development Research Center, University of Cologne, 2005.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho Alves da; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO *et al.* (coord.). *O Brasil sem Miséria*, Brasília, MDS, 2014.

SOARES, Mardem Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. *Microfinanças – O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília, BACEN, 2008.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras* – Texto para Discussão n. 1424. Brasília, IPEA, 2009.

TIMMERMANS, Stefan; EPSTEIN, Steven. A World of standards but not a standard world: toward a Sociology of Standars and Standardization. *The Annual Review of Sociology*, California, v. 36, ago. 2010, pp. 69-89.

Contemporanea_V8n2.indd 605 14/12/2018 11:45

TRUMBULL, Gunnar. Credit Access and Social Welfare: The Rise of Consumer Lending in the United States and France. *Politics & Society*, v. 40, n. 1, 2012, pp. 9-34.

WEBER, Heloise. The 'new economy' and social risk: banking on the poor? *Review of International Political Economy*, v. 11, n. 2, 2004, pp. 356-386.

Recebido em 24/04/2017
Aprovado em 19/02/2018

Como citar este artigo:

CUNHA, Márcia Pereira. Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras da inclusão financeira. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 585-606.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.074
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 607-634
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Grandes obras no Nordeste: o caso do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco

Flávio José Rocha da Silva[1]

Resumo: Este artigo tem o seu foco no Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. O objeto de pesquisa está inserido no campo das grandes obras que prometem levar o "desenvolvimento" para o Nordeste brasileiro. Anunciado pela propaganda governamental como uma obra que levará água para 12 milhões de pessoas e o desenvolvimento para os estados que receberão as águas do Rio São Francisco, este projeto está reproduzindo a lógica secular das grandes obras com gastos públicos para lucros privados, além de ampliar um padrão de desenvolvimento em desacordo com a realidade dos que habitam a área de sua realização.

Palavras-Chave: Nordeste; Grandes Obras; Água; Modelo de Desenvolvimento; Comunidades Atingidas.

MAGAPROJECTS IN THE NORTHEAST: THE CASE OF THE SÃO FRANCISCO RIVER DIVERSION PROJECT

Abstract: *This article has its focus on the São Francisco River Diversion Project. This megaproject can be classified as the biggest water project in Brazil and follows*

1 Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP) – São Paulo – Brasil – flaviojoserocha@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 607 14/12/2018 11:45

other megaprojects that promised to "develop" the Northeast of Brazil. The São Francisco River Diversion Project, publicized by the government as a Project that will provide water for more than 12 million people, reproduces the historical way to deal with the problems in the Northeast by affirming a model of development that degrades the environment and does not respect the reality of those who live in the area where is located.

Key-Words: *Northeast of Brazil; Megaprojects; Water; Model of Development; Impacted Communities.*

Introdução

O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco – PTARSF – é apresentado pelo governo como a solução para a insegurança hídrica no semiárido nordestino e uma nova alavanca para o desenvolvimento do Nordeste (NE). Transposição de águas de rios para grandes distâncias estão registradas na história desde o ano 312 a.C., com a construção de aquedutos pelos romanos (Rebouças, 2002). No Brasil, também não é algo recente.[2] O que faz a diferença no caso do PTARSF é que de forma surpreendente existem grupos organizados na sociedade civil e no âmbito acadêmico/científico questionando a real necessidade de mais esta grande obra em uma região que ficou marcada no imaginário brasileiro como deficitária em recursos hídricos.

Inicialmente chamado de Projeto de Transposição do Rio São Francisco, esta obra passou a ser chamada de Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco no auge do embate entre os grupos organizados contrários ao projeto e o governo federal. Mais tarde, foi rebatizado de Projeto de Integração do São Francisco – PISF – em uma tentativa do governo de reverter a má imagem do projeto junto à opinião pública. Atualmente, é chamado de Projeto Rio São Francisco, dando continuidade à tradição de rebatizar os projetos para aquela região do Brasil. O novo batismo não conseguiu fazer com que o primeiro nome dado ao projeto fosse esquecido e ele continua conhecido popularmente como Transposição do Rio São Francisco. O PTARSF foi uma das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e, segundo Loureiro, Teixeira e Ferreira (2014: 12), "[...] ele estará isento de quaisquer contingenciamentos orçamentários e que se beneficiará do Regime Diferenciado de Contratações de

2 Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro realizaram os primeiros projetos de transposição de bacias no Brasil para levar água para suas capitais ainda nos anos 1950. Para conhecer algumas experiências de transposição de águas no Brasil e no mundo, confira Azevedo (2012).

Obras Públicas (RDC), que permite redução de exigências na Lei de Licitação Pública (Lei 8.688)."

A primeira vez que se cogitou transpor as águas do Rio São Francisco para uma outra área do Nordeste foi em 1820. De acordo com afirmações de Bezerra (2002: 99),

> Em meados do século XIX, o dr. Marcos Antônio de Macedo tratou da transposição do Rio São Francisco para o Ceará. Ele referia-se à viabilidade do empreendimento empregando a terminologia da época, falando de "canalização". Comentou que um padre carmelita de nome João de Santa Rosa, já por volta de 1820, no Crato, falava na possibilidade dum canal de transposição. Refere a história que aquele religioso elaborou um documento nesse sentido e enviou-o a D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil. Este, às vésperas de deixar o Brasil (abril de 1821), teria recomendado a construção da obra a seu filho, o Imperador D. Pedro I, que ordenou ao sr. Costa Barros, presidente da Província do Ceará, que diligenciasse no sentido de verificar a "possibilidade e vantagens de tal empreendimento". Os estudos nesse sentido caíram no esquecimento por causa dos episódios que marcaram a Confederação do Equador, em 1824, movimento separatista ocorrido em várias províncias nordestinas.

Mais tarde, essa proposta sempre voltaria à tona durante as estiagens prolongadas ou durante as eleições presidenciais como uma tentativa de angariar votos. A cada seca exacerbada por uma crise econômica com reverberações políticas, a obra saía das gavetas governamentais como um remédio anunciado com total eficácia para uma doença na qual abundam diagnósticos como o resultado certeiro para matar os sintomas indesejados. Isso aconteceu, por exemplo, em 1959, quando depois da seca do ano anterior e uma derrota eleitoral, o Presidente Juscelino Kubitscheck ordenou que o DNOCS fizesse estudos sobre a viabilidade da transposição. Em 1996, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – divulgou um estudo intitulado *Projeto semi-árido: proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do rio São Francisco* (Brasil, 1996: 31), no qual já propunha uma rede de "[...] aproximadamente 3.700 km de canais e reservatórios interligados, abastecidos a partir do Rio São Francisco nos três reservatórios existentes – Sobradinho, Itaparica e Xingó – e na cidade de Cabrobó-PE, permitindo atender aos Estados do Piauí, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará." Peça publicitária até 2004, o PTARSF tornou-se real na forma de dois grandes canais de concreto a rasgarem a região semiárida brasileira a partir do ano de 2005.

Era de se esperar que com o sucesso dos novos modelos de convivência com o semiárido, que convergem para uma redefinição de como se servir do patrimônio hídrico a ser utilizado pelos moradores daquela área para a produção e o uso doméstico, não ressurgissem grandiosos projetos, como o PTARSF, com a eterna promessa de que este resolverá todos os problemas daquela região. No entanto, o tema da transposição das águas do Rio São Francisco voltou à mídia quando o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, anunciou em 2004 que o PTARSF era uma prioridade para o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.[3]

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de refletir sobre como esse projeto está inserido na lista de grandes obras no Nordeste que prometem o desenvolvimento para aquela região, mas proporcionará água principalmente para o agronegócio da fruticultura irrigada. Para fundamentar tal afirmação, nos alicerçamos em referências bibliográficas de vários autores estudiosos do tema e do Relatório de Estudo do Impacto Ambiental – Rima – do PTARSF.

Explicando o PTARSF

Sendo a maior obra hídrica já planejada e em execução no Brasil, a estrutura do PTARSF é gigantesca. O projeto prevê a construção de dois canais chamados de Canal do Eixo Norte e Canal do Eixo Leste, ambos somando mais de setecentos quilômetros, para levar as águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Entretanto, Fontes (2010: 233) adverte que não podemos falar de apenas uma transposição, pois

> É necessário esclarecer que apesar de ser tratado como um projeto único, na realidade tratam-se de duas transposições: o eixo Leste e o eixo Norte. É um erro grave dar um tratamento conjunto aos dois eixos, vez que a situação hídrica da região onde se destinam é totalmente distinta. Da mesma forma que a destinação das águas, a vazão e o custo de cada eixo são completamente diferentes.

3 O ex-presidente Lula era contra o PTARSF até chegar ao poder, como pode ser atestado pelo áudio presente na abertura do documentário *Ser tão progresso* (Cancino, 2012). De forma coincidente, o PTARSF ganha vulto durante o famoso escândalo conhecido como Mensalão, que envolveu o seu governo em 2005. Escobar (2009: 262), ao discorrer sobre alguns governos pretensamente do campo da esquerda na América Latina, afirma que "Em su afan por superar el modelo neoliberal los gobiernos progressitas há revitalizado el desarrollismo a nombre del cambio radical." – "Em seu afã de superar o modelo neoliberal, os governos progressistas hão revitalizado o desenvolvimentismo em nome da mudança radical." (Tradução do autor).

As águas desses canais desembocarão em oito açudes do Nordeste e, segundo Ribeiro (2010), irão perenizar os rios Salgado (60 km), Jaguaribe (80 km), Apodi (90 km), Piranhas Açu (130 km) e Paraíba (150 km). Sua distribuição também acontecerá de forma que o Eixo Norte receberá mais água do que o Eixo Leste. Ou seja, o Ceará, um dos estados receptores do Eixo Norte e que já possui grande reserva hídrica, será o maior beneficiado. O traçado dos canais tem uma clara influência de interesses econômicos, privilegiando as áreas de alguns vales do semiárido para favorecer a irrigação de grandes plantações. Estes fatos demonstram um contrassenso na justificativa do projeto, já que, segundo os seus defensores, a transposição levará água onde esta é uma real necessidade.

A obra foi prometida pelo Presidente Lula a um custo de 4,5 bilhões de reais em 2005, passou para 6,6 bilhões em 2010, e atualmente já foram gastos mais de 10 bilhões de Reais. Quanto custará a sua conclusão, ainda não se sabe,[4] mas alguns estudiosos do tema afirmam que ela pode chegar a um custo de 20 bilhões de reais. Assim como ocorreu com o orçamento, a promessa para a sua conclusão também foi modificada. Primeiramente, foi prometida pelo Presidente Lula para 2010. Depois, foi anunciada pela Presidenta Dilma para 2012. Por fim, o Presidente Michel Temer inaugurou o Eixo Leste em março de 2017. Quanto ao Eixo Norte, este continua em obras. No entanto, o próprio Relatório de Impacto Ambiental – Rima – previu que o PTARSF somente estaria em plena operação de quinze a vinte anos depois do início das obras (Brasil, 2004: 51).

É preciso que seja ressaltado que uma das razões ocultadas para a realização do PTARSF é o fato de que o semiárido não tem variações climáticas contrastantes como outras regiões do país (geadas, por exemplo). O que parecia ser sua condenação com o sol a banhá-lo por cerca de trezentos dias por ano, é um grande atrativo para a produção de frutas tropicais. Aquela região é vista atualmente como a nova fronteira agrícola brasileira depois do cerrado. É uma área sem grandes variações de temperatura, com uma topografia de vales extensos, mão de obra barata, aproximação geográfica com a Europa e os Estados Unidos, os portos de Suape, em Pernambuco, e de Pecém, no Ceará, além da futura Ferrovia Transnordestina que servirá para o escoamento da produção do agronegócio. Há uma necessidade de garantia da água para a irrigação, dada a imprevisibilidade das chuvas naquela região e, por isso, não se pode comprometer

4 Sobre o gasto com o PTARSF, disse Celso Furtado (Tavares; Andrade; Pereira, 1998: 44): "Eu não me interessei por este projeto desde o começo porque era uma panaceia. Minha reação imediata foi de cautela. Sempre perguntei: a quanto chega o investimento? Nunca ninguém conseguiu me dizer quanto custaria. Em segundo lugar, quem vai ser beneficiado com isso? São os proprietários de terras? Então terão novos açudes para evaporar? Portanto, o problema não está em ter mais água, mas em usar bem a água que já existe."

Contemporanea_V8n2.indd 611 14/12/2018 11:45

os reservatórios com a irrigação. Nascimento e Cagnin (2010: 78) afirmam que "A necessidade de maior garantia é uma tendência da economia atual, exigente de segurança de suprimento dos fornecedores para viabilizar parcerias comerciais e vendas. Sem garantia, o setor privado vai procurar outras áreas onde investir, inibindo o desenvolvimento regional." A realização do PTARSF é a garantia de que não faltará recursos hídricos para a irrigação em caso de uma grande estiagem.[5] A sua finalização fará o semiárido torna-se o lugar perfeito para a expansão da fruticultura irrigada, como já aconteceu em outras áreas semiáridas do mundo, a exemplo da Califórnia, África do Sul e Israel.[6] A quantidade de aproximadamente 300 dias de insolação, o que sempre pareceu um grande fator negativo no passado, é na verdade um grande benefício para o agronegócio, que, ajudado pelo governo na infraestrutura, pode lucrar com até três colheitas anuais, a depender da cultura plantada. Castro (2011: 32) revela que "O MI estima que haverá até 2025 uma expansão da área irrigada nas bacias beneficiadas pela transposição de aproximadamente 190 mil hectares."

Defensores do PTARSF afirmam que o projeto promoverá a sinergia hídrica no Nordeste Setentrional, o que beneficiará os mananciais que atendem às populações da região, acabando com a escassez hídrica.[7] O que muitos ainda não sabem é que o PTARSF é apenas "o grande iceberg visível no mar." Por trás dos dois canais principais, há uma série de pequenos e médios canais que receberão as águas do Velho Chico para projetos de irrigação e até para a siderurgia. Baseado em Maranhão e Ayrimoraes (2012), citaremos alguns deles:

5 Atente-se para o fato de que o autor Pedro Brito Nascimento foi o Coordenador Técnico do PTARSF em 2005 e Ministro da Integração Nacional entre 2006-2007. O outro autor, João Urbano Cagnin, foi o Coordenador Técnico do PTARSF entre 1997-2005.

6 Para Ribeiro (2008: 41), "A fruticultura exportadora praticada no Nordeste brasileiro é um exemplo de emprego insustentável dos recursos hídricos. Frutas exóticas foram introduzidas em meio ao sertão, onde se encontra baixa pluviosidade e elevada insolação, sob alegação de que podem ser vendidas no mercado externo a preços mais competitivos devido às distâncias menores da Europa e dos EUA se comparadas às tradicionais regiões produtoras destas frutas no Brasil."

7 Como afirma Siqueira (2005: 40), "No contexto do discurso ideológico, a escassez, posta de maneira genérica e abstrata como risco global e iminente, induz à aceitação de um elenco de propostas gerais visando tornar eficiente a gestão da água, bem como racionalizar seu uso. De maneira mais ou menos sutil, introduz-se, como consequência lógica, a justificação da mercantilização da água, na medida em que a escassez lhe agrega, necessariamente, valor econômico." Ressaltamos que há uma certa confusão entre os termos estresse hídrico e escassez. "O estresse hídrico é a pressão exercida pela falta de água enquanto a escassez representa a efetiva falta de água." (Ribeiro, 2008: 71). O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente "[...] define escassez hídrica quando a população de uma determinada região dispõe de menos de 1.000 m^3 de água por ano nas reservas naturais (rios, lagos e águas subterrâneas). (Ribeiro, 2008: 63). O mesmo programa "[...] definiu um valor mínimo para estresse hídrico em sua página eletrônica: menos de 1.700 m^3 per capita ao ano." (Ribeiro, 2008: 64).

1. Sistema Adutor do Agreste, em Pernambuco, composto por canais e aquedutos;
2. Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas, contemplará 26 perímetros de irrigação;
3. Canal do Xingó, em Sergipe;
4. Canal do Sertão Pernambucano;
5. Canal Terra Nova, em Pernambuco;
6. Canal Arco-Íris, em Pernambuco;
7. Canal da Vertente Litorânea, na Paraíba, com projeção para irrigar 10 mil ha;
8. Cinturão da Águas, no estado do Ceará;
9. Eixo de Integração do Seridó, no Rio Grande do Norte.

Teme-se que seja repetido o que já aconteceu com outros canais que prometiam a garantia do abastecimento de água para a população e hoje apenas fornecem água de boa qualidade para a irrigação da agricultura em grande escala para a exportação. Casos como o dos canais construídos no Ceará,[8] prometidos pelo então governador cearense Ciro Gomes, no ano de 1993, como a solução para o abastecimento de água da capital cearense Fortaleza e depois apropriados por grandes conglomerados econômicos que produzem e exportam frutas, demostram o que pode acontecer com PTARSF no futuro.[9]

A privatização da água e o PTARSF

Uma das grandes controvérsias sobre o PTARSF é o fato de que ele fortificará o mercado da água no Brasil com a cobrança da água transposta, algo que já vem acontecendo em várias bacias hidrográficas brasileiras. Além disso, o PTARSF terá 70% de suas águas destinadas à irrigação de grandes projetos de agricultura em larga escala para exportação e para a carcinicultura, o que poderá gerar inúmeros conflitos pela sua utilização. Não que as águas do Velho Chico já não estejam envolvidas em conflitos diversos, mas o PTARSF desvelou para o país que, mesmo onde há água em abundância, a chegada do agronegócio, agora chamado por alguns de agrohidronegócio, acelera esse processo conflituoso.

8 Em 1993, com o argumento de que faltaria água em Fortaleza, o então governador Ciro Gomes contratou 12 empreiteiras para a construção de mais de 100 km de canal (Martins, 1993). No total, este canal terá 225 quilômetros e, segundo Alcântara (2006: 297), "Ao final do seu percurso, o Canal da Integração terá passado por doze municípios, irrigando pelo menos 33 mil hectares e garantindo água para o Complexo Industrial do Pecém e os distritos industriais de Maracanaú, Horizonte e Pacajus."

9 Confira o documentário *Transposição do Rio São Francisco e águas no Ceará: os cursos da privatização* (Frente cearense por uma nova cultura de água e contra a transposição, 2007). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fu7z7Dwbzk8>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Está sendo instituída a "indústria da água" como uma sucedânea da indústria da seca. Algo que foi planejado pelo governo do Presidente Fernando Collor de Melo e foi acelerado pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso quando foi criado o programa Proágua semiárido que, de acordo com Martins (2012: 475),

> Financiado pelo próprio Banco Mundial, o Programa tinha como objetivo construir estratégias de gerenciamento das disponibilidades e as demandas de água na região semiárida brasileira, considerando não apenas a bacia hidrográfica e os múltiplos usos da água, mas também analisando seu valor econômico ante o potencial de escassez e as demandas dos usuários.

A Indústria da Água, ou hidronegócio, como última fronteira a ser desbravada pelo capitalismo é uma realidade vivenciada por várias populações em todo o mundo.[10] É nesse sentido que a realização do PTARSF se encaixa perfeitamente no processo de mercantilização da água. Quanto custará a água transposta e quem por ela pagará? Críticos do PTARSF falam que esta será a água mais cara do país e impossibilitará que pequenos agricultores tenham acesso a ela em suas pequenas propriedades. Além disso, a produção de frutas e de camarão para a exportação é o que os estudiosos da questão hídrica chamam de exportação de água virtual.[11] Ao exportar estes produtos, o NE está exportando água. Uma ironia, se atentarmos para o fato de que durante décadas este é um lugar conhecido pela necessidade de construção de megaprojetos justificados pela escassez hídrica.

Em princípio, o PTARSF será administrado pelo governo em conjunto com os estados receptores. Porém, existem casos como o do Projeto Especial Chavimochic, no Peru (Azevedo, 2012), em que o canal foi administrado inicialmente pelo governo e depois passou para a iniciativa privada.[12] No Brasil, isto pode acontecer por meio das Parcerias Público-Privadas[13] – PPPs. No fim, corre-se o risco de se repetir o modelo de tonar as despesas públicas enquanto os lucros serão privados.

---

10 Confira *El Convenio Azul; la crisis global del agua y la batalla futura por el direch al agua* (Barlow, 2008).

11 Há várias bases de cálculo para se chegar aos resultados da chamada exportação da água virtual. Uma delas é a Waterfootprint. Confira em: <http://www.waterfootprint.org/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

12 "Desde agosto de 2003, Chavimochic é administrado por um órgão executivo desvinculado do governo regional de La Libertad e conta com autonomia técnica, econômica, financeira e administrativa. Tem participação de investidores privados que ocupam uma área total de 26.893 ha irrigados, dos quais 8.500 ha se encontram em produção para cultivos para exportação." (Azevedo, 2012: 348).

13 Sobre a Parceria Público-Privada – PPP – relacionada aos recursos hídricos, afirma Petrella (2002: 33): "A parceria público/privado com relação à água tende a cultivar e a implementar as visões e abordagens do setor privado de forma que a água (a fonte da vida) está em perigo de tornar-se gradualmente uma das principais fontes de lucro, uma das últimas áreas a serem conquistadas para a acumulação privada do capital."

Contemporanea_V8n2.indd 614 14/12/2018 11:45

Razões para ser contra, razões para ser a favor ao PTARSF

O conflito socioambiental relacionado à água que mais ganhou destaque no Brasil nos últimos anos foi o PTARSF. A tensão gerada por esta obra mostrou ao país que a realidade do Nordeste é plural e que, apesar de aquela região possuir mais de 70 mil açudes com um estoque de água da ordem de 37 bilhões de metros cúbicos (Suassuna, 2007), há populações ainda excluídas do acesso a este bem essencial para a sobrevivência de forma qualitativa, mesmo aquelas que vivem próximas ao Rio São Francisco. Além disso, há uma grande preocupação por parte dos que habitam as margens do Velho Chico com as consequências da tomada de água de um manancial já debilitado.

Afinal, a quem pertencem as águas do Rio São Francisco? O que e quem deve delas se servir? Estas são questões que também vêm à tona por parte de alguns opositores e defensores da transposição do Velho Chico. Como corta vários estados, por lei ele tem caráter federal. Um dos impasses acontece porque os estados de Minas Gerais e Bahia argumentam que quase 80% das águas daquele manancial vem desses estados. Com uma possível crise hídrica na bacia, não é justo, segundo alguns críticos do PTARSF nesses estados, que as águas do Velho Chico sejam transpostas para centenas de quilômetros e desabasteça os mineiros e baianos. Defensores respondem que a maior parte da poluição deste manancial também acontece nesses estados.

Segundo Said (2009: 27), a Lei n. 9.433/97, que cria os comitês de bacias, estabeleceu três critérios principais para transposição de águas que não são atendidos pelo PTARSF. São eles:

1- Uma das bacias ou uma área com terras irrigáveis, mas sem ou com pouca água para irrigações: a bacia receptora.
2- Outra bacia com muita água sobrando, mas sem terras próprias para irrigação: a bacia doadora;
3- Que a transposição possa ser feita economicamente (por gravidades ou pequena altura de elevação, com transporte a menores distâncias).

Estudiosos apontam alguns impactos tanto na bacia doadora quanto nas bacias receptoras do PTARSF. Ab'Saber (2008: 32), por exemplo, afirma que "Os vazanteiros que fazem horticultura no leito dos rios que cortam – que perdem o fluxo durante o ano – serão os primeiros a ser totalmente prejudicados." Eles cultivam o leito do rio por cinco ou seis meses por ano e produzem hortaliças que são vendidas nas feiras livres do sertão nordestino. Ab'Saber (2006) também levanta a questão das águas poluídas pelos esgotos jogados no São Francisco e que se juntarão às águas salinizadas dos grandes açudes do semiárido que receberão

Contemporanea_V8n2.indd 615 14/12/2018 11:45

as águas transpostas e que serão consumidas pelas populações urbanas do Nordeste Setentrional. A questão da energia hidrelétrica produzida pelas usinas construídas no Velho Chico e que fornecem 95% da eletricidade consumida naquela região também tem sido um tema repetido à exaustão por Suassuna (2000; 2007; 2010; 2012). Já Said (2009) afirma que, na região de Cabrobó-PE, a construção da barragem de Areias deslocará 54 famílias que lá vivem da pesca no Rio São Francisco há mais de dezenove anos. Para Guimarães Jr. (2007: 109), "O Projeto deverá agravar os conflitos pelo uso da vazão na bacia do Rio São Francisco, tendo em vista que, na época de aprovação do projeto, praticamente toda a água da bacia já se encontrava comprometida." Este mesmo autor (Guimarães Jr., 2007) também enfatiza que o projeto não leva em conta o grande potencial das águas subterrâneas e as vazões do semiárido. Acrescente-se a esta lista o desmatamento da caatinga e o isolamento de espécies nativas de animais que ficarão separadas pelo canal, assim como comunidades que terão a sua locomoção dificultada pelo projeto. Barbosa e Lima Filho (2010: 50) argumentam que "A interligação de bacias proporcionada pela transposição trará evidentes mudanças significativas na biodiversidade local. A continuidade do curso da água ligará áreas que sazonalmente eram separadas, promovendo a junção de biotas, e por outro lado irá separar áreas que anteriormente tinham um fluxo livre em determinadas épocas do ano."

Grupos contrários ao PTARSF alegam que 70% da água transposta servirá aos projetos de irrigação de fruticultura, para a siderurgia (já que o Eixo Norte servirá para garantir água para o Distrito Industrial de Pecém-CE)[14] e para a carcinicultura, não se destinando apenas para o consumo humano e animal, como propagado pelo governo. Além disso, estes mesmos grupos alegam que não houve uma discussão com a sociedade civil, principalmente com os grupos atingidos, como os indígenas e os quilombolas, e que, por tratar-se de um projeto que custará bilhões de reais aos cofres governamentais, merecia ser melhor discutido.[15] Também preocupa a estes grupos o valor que será cobrado pela água

14 "Para viabilizar os outros empreendimentos, o governo dotou o Pecém da infraestrutura necessária à implantação de um distrito industrial, com o objetivo de trazer grandes empresas para o estado que já dispunha de energia e estradas, mas faltava água. Daí, foi construído o Castanhão para armazenar a água; iniciou-se o Canal da Integração que levaria água do Castanhão para Fortaleza e para o distrito industrial. Essa era a justificativa da transposição para o desenvolvimento do Ceará. Naquela gestão, esse plano não se concretizou, mas 22 anos depois, o plano começa a se concretizar e a sua garantia é a transposição das águas do São Francisco. Em suma, só haverá siderúrgica, refinaria e agora, termoelétricas, se houver transposição." (Said, 2009: 47).

15 Para Ab'Saber (2006: 13), "Convém lembrar que, um projeto democrático, inteligente e bem elaborado, nunca se poderá dizer autoritariamente que 'se trata de um projeto político do presidente', mesmo porque todo projeto exclusivamente político é, por princípio, uma autoafirmação sobre o seu caráter demagógico eleitoreiro."

Contemporanea_V8n2.indd 616 14/12/2018 11:45

transposta, pois, segundo Said (2009), haverá um subsídio cruzado fazendo com que as populações urbanas paguem por 85% da manutenção do PTARSF.[16] Outro aspecto contestado do projeto é a afirmação do governo de que apenas 1% da água do rio será transposta, o que não é uma garantia (Coelho, 2005).

Segundo Barbosa e Lima Filho (2010: 49), "A enorme carência dos estudos que forneçam informações sobre os impactos decorrentes desta interligação persiste às décadas de debates e discussão sobre a viabilidade do empreendimento, principalmente no âmbito dos inevitáveis impactos ambientais." Há muitas críticas sobre o Rima, sobretudo de que este não abarcou toda a bacia do São Francisco, enfocando apenas a área de construção dos canais. Além disso, a "[...] carência de estudos que forneçam informações sobre os impactos decorrentes da integração das bacias da região, tornam a realidade do projeto de transposição impactante do ponto de vista ambiental, social e econômico." (Barbosa; Lima Filho, 2010: 49).

Khoury (2007) ressalta que a Constituição Federal foi violada porque a captação do Eixo Norte localiza-se em Terra Indígena Truká, e várias normas do Estudo de Impacto Ambiental desconsideram os impactos negativos. Ainda de acordo com Khoury e Marques (2008: 206),

> Dentre as violações constitucionais, tem-se a do artigo 49 da Carta Magna Brasileira. Este artigo da Constituição Federal de 1988 estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas. O ponto de captação de água do Eixo Norte, em Cabrobó/PE, fica a oitenta metros da ilha de Assunção, território do Povo Truká, já demarcado. Outros pontos da obra cortam terras dos povos Truká e Pipipan.

Outra questão apontada é que apenas 5% da água irá para a população difusa e esta já tem soluções mais baratas para a sua dessedentação, como as apresentadas pelos Projetos de Convivência com o Semiárido.[17] É verdade que cidades como Campina Grande-PB e Caruaru-PE, por exemplo, têm problemas com o abastecimento de água para suas populações. É preciso levar em conta que, no caso de Campina Grande, o açude Epitácio Pessoa foi construído na década de 1950 e desde então vem sendo assoreado, além de ter as suas águas utilizadas

16 Segundo afirmação de Feijó e Torggler (2007: 135), "Ainda que cobrados os R$ 0,11 por m^3 do consumidor final, o subsídio ainda será da ordem de US$ 0,22 por $metro^3$, ou seja, 83% do custo real. O custo 'oficial' é baixo porque, nos cálculos daqueles técnicos, há erro na estatística de vazão, bem como omissão da depreciação e dos juros."

17 Para conhecer alguns destes projetos, confira Silva (2008).

Contemporanea_V8n2.indd 617 14/12/2018 11:45

para a irrigação de plantações no seu entorno. Além disso, o Rio Paraíba, que o abastece, sofreu vários barramentos antes de desaguar no açude e sofre com ações que degradam aquele manancial.

Os defensores do PTARSF garantem que ele levará água para 12 milhões de pessoas, mas os números da propaganda[18] governamental não esclarecem que esta é a projeção para quando o projeto estiver concluído e que aí estão computadas as populações urbanas das grandes cidades do Nordeste Setentrional.

Outro argumento a favor do PTARSF é que, segundo Sarmento (2006: 16),

> O Estado brasileiro tenta desenvolver o Nordeste sob os paradigmas da globalização, centrando atenção nos setores que melhor respondem à alocação de investimentos condicionados ao dinamismo competitivo mundial, como a fruticultura irrigada, o turismo e a indústria têxtil, está em franco soerguimento.

O Relatório de Impacto Ambiental do PTARSF apontou quarenta e quatro impactos, sendo que, destes, apenas doze são positivos. Com base em alguns autores e no Rima (Brasil, 2004), transcrevemos alguns a seguir:

Quadro 1 – Governo e movimentos sociais disputam argumentos contra e a favor do PTARSF

ARGUMENTOS A FAVOR	ARGUMENTOS CONTRA
Prevenir o desabastecimento dos centros urbanos. (Brasil, 2004)	Levará água para os grandes açudes, onde já há muita água armazenada. (Feijó; Toggler, 2007: 137)
A água transposta atenderá 12 milhões de pessoas. (Brasil, 2004: 3)	Quando a vazão for de 63 m^3, 70% da água será para a irrigação. (Feijó; Toggler, 2007: 137)
Visa suprir usos múltiplos. (Nascimento; Cagnin, 2010)	Atlas do Nordeste trará resultados melhores. (Fontes, 2010: 233)
O Semiárido passa por escassez hídrica. (Brasil, 2004: 9)	Não foram consideradas as reservas hídricas subterrâneas. (Feijó; Toggler, 2007)
Haverá mais água para a produção da agricultura irrigada. (Nascimento; Cagnin, 2010)	O projeto é apresentado como se fosse levar água e desenvolvimento para todo o Semiárido. (Fontes, 2010)
O projeto é efetivo na redução das desigualdades regionais e sociais. (Nascimento; Cagnin, 2010)	Como a água dos canais será protegida em momentos de estiagem prolongada? (Suassuna, 2008: 45)

18 Em 2006, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira desfilou no carnaval do Rio de Janeiro com o enredo "Das águas do Velho Chico nasce um rio de esperança". Segundo notícias da imprensa, a escola de samba carioca recebeu um patrocínio de 500 mil reais do governo cearense para promover o PTARSF.

Criará empregos durante as obras. (Brasil, 2004: 74)	Serão empregos temporários. (RIMA, 2004: 80)
Trará o desenvolvimento para o NE. (Brasil, 2004: 10)	É preciso pensar em um outro modelo de desenvolvimento para o Nordeste. (Costa, 2010)
Criará a sinergia hídrica entres os mananciais nordestinos. (Brasil, 2004: 49)	Concentrará ainda mais a água onde já está armazenada. (Guimarães Jr. 2008: 29)
Levará água para 12 milhões de pessoas. (Brasil, 2004: 3)	A sociedade continuará arcando com as despesas das secas (Feijó; Toggler, 2007: 137)
O valor da obra está compatível com obras similares em outros países. (Nascimento; Cagnin, 2010: 89)	Não há garantia de que apenas 26 m^3 das águas do São Francisco serão transpostas quando a estrutura dos canais comporta 127 m^3. (Lisboa, 2008: 23)
O governo está revitalizando o rio. (Ministério da Integração Nacional, 2018)	A revitalização prometida pelo governo foi apenas uma estratégia para diminuir a oposição à transposição. (Siqueira; Zellhuber, 2007)
A produção de energia elétrica não será prejudicada. (Brasil, 2004: 16)	A retirada de água poderá interferir na produção de energia elétrica que é consumida em 95% do NE. (Suassuna, 2007: 43)
As propostas de convivência com o semiárido, a exemplo das cisternas de placas, são importantes, mas não contemplam todas as necessidades de desenvolvimento do NE. (Brasil, 2004: 35)	As propostas de convivência com o Semiárido são eficazes. (Malvezzi, 2008)
A cobrança pela água beneficiará a recuperação da bacia hidrográfica. (Kelman, 2010: 268)	Inaugura a guerra pela água no Brasil (Guimarães Jr., 2008: 91)
A análise econômica demonstrou sua viabilidade. (Nascimento; Cagnin, 2010)	O custo da água será caro para os padrões do país. (Feijó; Toggler, 2007)
As águas do Rio São Francisco pertencem à União. (Nascimento; Cagnin, 2010)	A favor da retirada de água da bacia para a dessedentação de humanos e animais. (Lisboa, 2008: 23
A outorga da Agência Nacional de Águas considerou o pagamento pela água. (Nascimento; Cagnin, 2010)	O subsídio cruzado financiará o projeto. (Suassuna, 2007: 46)
Os impactos nas áreas de construção dos canais, se respeitado o paradigma do desenvolvimento sustentável eliminará a pressão sobre o meio ambiente. (Sarmento, 2005: 84)	Trará impactos ambientais para a área de abrangência dos canais. (Suassuna, 2008: 45)
Os impactos serão minizados pelos programas governamentais. (Brasil, 2004: 95-113)	Deficiências no Estudo de Impacto Ambiental. (Matos, 2008)

O governo criou vários programas para mitigar todos os impactos na biodiversidade. (Brasil, 2004: 95-113)	O estudo sobre a biodiversidade da área abrangida tem várias lacunas. Os canais trarão mudanças na biodiversidade local. Espécies da ictiofauna da bacia doadora poderão comprometer a biodiversidade da região receptora. Assim como espécies da fauna silvestre poderão sofrer com as obras. (Barbosa; Lima Filho, 2010)
O governo vai assentar famílias ao longo do canal. (Brasil, 2004: 108)	A informação de que o governo pretende assentar famílias ao longo do canal necessita de estudos sobre a aptidão dos solos. (Suassuna, 2010: 237)
O PTARSF promoverá o desenvolvimento em uma região marcada pela desigualdade socioeconômica. (Brasil, 2004)	O PTARSF reproduz a lógica das grandes obras nos estados do Nordeste. (Alves, 2010)
O PTARSF ajudará a manter as populações no campo. (Brasil, 2004: 83)	O PTARSF poderá promover a especulação imobiliária. (Feijó; Toggler, 2007: 148)
O PTARSF é baseado em histórias de sucesso em outros países, como Estados Unidos, por exemplo. (Brasil, 2004: 26)	A transposição do Rio Colorado impede que a água chegue a sua foz, no México, prejudicando milhares de mexicanos e o meio ambiente. (Malvezzi, 2008: 9)
A água transposta reporá, nos açudes, a água evaporada. (Brasil, 2004: 49)	A água dos canais sofrerá uma grande perda por evaporação, vazamento, infiltração. (Feijó; Toggler, 2007: 130)
As bacias receptoras já possuem infraestrutura pronta. (Rima, 2004: 34)	A água terá que ser bombeada a até mais de 300 metros em algumas áreas. (Feijó; Toggler, 2007: 126)
A PTARSF diminuirá os gastos com as consequências das estiagens prolongadas. (Brasil, 2004: 82)	O PTARSF já custou mais de 10 bilhões de reais, mais do que o dobro o orçamento inicial. Alguns estudiosos do tema creem que ela pode vir a custar 20 bilhões de reais. (Silva, 2017: 102)
Evitará conflitos futuros por água no Nordeste Setentrional. (Brasil, 2004)	Criará novos conflitos pela água do São Francisco. (Guimarães Jr., 2007: 109)
Garantia para os investidores privados. (Nascimento; Cagnin, 2010)	O PTARSF teve a sua primeira etapa inaugurada pelo Presidente Temer em março de 2017. O Eixo Norte ainda está em obras. (Silva, 2017: 102)
Obras de travessia serão construídas para a mobilidade do homem e da fauna. (Sarmento, 2005: 83)	O Estudo de Impacto Ambiental não faz relação entre as comunidades impactadas e o uso que fazem do patrimônio cultural. (Tomáz, 2010: 18)
O governo criou programas para atender a todas as comunidades afetadas. (Brasil, 2004: 99-113)	Atingirá várias comunidades indígenas e quilombolas que ainda não tiveram os seus territórios demarcados. (Tomáz, 2010)

Garantirá a oferta hídrica. (Brasil, 2004: 74)	É um dos semiáridos mais chuvosos do mundo (Guimarães Jr., 2008D: 97).
A outorga da água para o projeto foi autorizada pela Agência Nacional de Águas. (Nascimento; Cagnin, 2010)	O Conselho Nacional de Recursos Hídricos ignorou as decisões do Comitê de Bacia do Rio São Francisco. (Koury, 2008: 168)
A área dos canais tem baixa densidade demográfica. (Sarmento, 2005: 84)	Oficialmente, mais de 848 famílias serão atingidas. (Ministério da Integração Nacional, 2018)
O PTARS é uma obra para o benefício nacional. (Sarmento, 2005: 8)	A obra trará benefícios para as empreiteiras, empresas de fruticultura e camarão. (Malvezzi, 2008: 10)
Os custos com as secas são muito altos para o país (Sarmento, 2005)	"Está previsto que 85% da receita do projeto deverão ser gerados pelos consumidores de água situados no meio urbano das grandes cidades da região nordeste (Guimarães Jr., 2008D: 101)
Diminuirá a migração para os centros urbanos. (Brasil, 2004)	Não há garantia de que os pequenos e médios proprietários terão acesso à água. (Feijó; Toggler, 2007)

Os atingidos e atingidas pelo PTARSF

Os conflitos que surgem motivados pela realização de megaprojetos são uma realidade não somente no Brasil, mas em todo o planeta. O deslocamento de grupos humanos como resultado da construção de grandes obras trará quase sempre resultados negativos aos grupos removidos de seus territórios, tanto pela desterritorialização física quanto pela perda de identidade cultural desenvolvida no meio onde viveram por gerações. Para Zhouri e Oliveira (2010: 457), "Na perspectiva dos chamados 'atingidos' pelos projetos de desenvolvimento, o lugar é referência para a construção de suas identidades políticas, ele significa, sobretudo, a retomada do controle de seu próprio destino." Ser realocado forçosamente é ser desempoderado.

Conflitos podem ser inevitáveis no campo dos recursos hídricos,[19] especialmente quando o mercado vê a possibilidades de grandes lucros relacionados a esta riqueza natural. Com o incentivo para o agronegócio em várias regiões do Brasil nas últimas décadas, o uso intensivo da água na agricultura por meio da irrigação de grandes áreas vem gerando vários impactos nas comunidades ribeirinhas.

19 "A palavra 'rival' (ou 'rivalidade') vem do latim *rivus* (corrente ou riacho); um rival, portanto, é alguém que da margem oposta, usa a mesma fonte de água – daí a ideia de perigo ou ataque." (Petrella, 2002: 60). O PTARSF acabou tornando rivais os estados nordestinos doadores e os estados receptores das águas do Rio São Francisco.

No caso do Rio São Francisco, já são inúmeros os conflitos com empresas e governo, "[...] que muitas vezes se alia aos segmentos do capital contra as territorialidades dos outros grupos existentes no interior da nação, tais como povos indígenas, os quilombolas e outros povos tradicionais." (Zhouri; Laschefski, 2010: 24). De um lado, as comunidades locais e do outro o governo. Em disputa, a questão do direito ao uso de suas terras e águas. Para Petrella (2002: 63),

> Quando um conflito assume proporções importantes ou críticas, demonstra que a política regional ou nacional não foi capaz de desenvolver e implementar uma política hídrica integrada, inspirada na supremacia do interesse de todos com relação a um produto ou bem comum (*res publica*) e cujo objetivo fosse estimular a solidariedade entre todos os membros de uma comunidade regional ou nacional.

Não existem grandes obras sem atingidos. Muitos ou poucos, assistidos ou não, eles existirão. No último século, foram milhões as vítimas das construções de grandes barragens, por exemplo. É necessário ressaltar que o conceito de atingido por obras governamentais é muito recente no Brasil,[20] assim como o seu reconhecimento. No caso do PTARSF, várias comunidades já foram atingidas pela construção dos canais e outras tantas ainda o serão.

São mais de oitocentas famílias oficialmente atingidas, segundo o Ministério da Integração Nacional, e que já foram ou serão realocadas pelo PTARSF para 18 Vilas de Produtivas Rurais – VPRs – em vários trechos da obra. No entanto, deve atentar-se para o fato de que estes são os números oficiais e iniciais, o que pode escamotear a situação de muitas famílias atingidas pela obra no futuro. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA – foi realizado tendo como foco a área de construção do canal e não a bacia hidrográfica do Velho Chico, o que poderá aumentar o número de atingidos de forma expressiva.

O PTARSF criou o primeiro grupo de pessoas atingidas pela construção de canais de forma oficial no Brasil,[21] sabendo-se que muitos atingidos não serão reconhecidos pelo governo brasileiro. Por causa do projeto, serão impactados

20 Em 26 de outubro de 2010, foi instituída a Lei n. 7.342, que trata dos atingidos pela construção de hidrelétricas, uma antiga reivindicação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. No entanto, o marco legal para atingidos por outras grandes obras, como canais, ainda inexiste. Para uma versão cinematográfica ficcional sobre atingidos por grandes obras no Brasil, ver *Narradores de Javé* (Caffé, 2003).

21 Há outros casos de atingidos por construção de canais no Brasil, mas esta é a primeira vez que os atingidos se organizaram como grupo. Em junho de 2010, aconteceu, na cidade de Campina Grande, o I Encontro dos Atingidos e Atingidas pela Transposição do Rio São Francisco. Este foi o primeiro encontro deste tipo que se tem notícia no país.

de forma negativa vários povos indígenas, comunidades tradicionais,[22] grupos de remanescentes quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros e pequenos agricultores rurais em várias áreas do semiárido. Tais impactos negativos só confirmam que as grandes obras voltadas para o agro e o hidronegócio, embora sejam justificadas como possíveis salvadoras de problemas seculares e vendidas como propulsoras das melhoras socioeconômicas, nada mais são do que projetos para atender aos interesses de alguns grupos econômicos.

Um exemplo é o dos moradores da zona rural do município paraibano de São José de Piranhas.[23] Naquela área, foram deslocadas mais de duzentas famílias que serão reassentadas em agrovilas construídas pelo governo. Depois de terem as suas propriedades expropriadas e serem indenizadas, estas famílias passaram a receber uma quantia monetária para pagar o aluguel de uma casa enquanto esperam a construção das agrovilas, fato que vem se arrastando por anos. Estas famílias, em especial as novas gerações, já se encontram em processo de perda de sua identidade rural, pois conforme Zhouri e Laschefski (2010: 25):

> O deslocamento ou remoção desses grupos significa, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada do modo de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a sua desestruturação.

No caso dos povos indígenas da região do Velho Chico, a exemplo de muitos outros povos originários e tradicionais que vivem o dilema da chegada de um modelo de "desenvolvimento" conflitante com relação ao meio onde vivem, aqueles já sabem os resultados que os megaprojetos lhes reservam. Estes são vendidos como a inserção no mundo moderno por agentes governamentais embasados por grandes campanhas midiáticas abafadoras de qualquer grito opositor às grandes obras.

Com a demanda por novos territórios e por água para a irrigação, a região semiárida nordestina vem sendo tomada pelo agronegócio, dificultando ainda mais a demarcação das terras indígenas ou fazendo com que estas sejam

22 Vale ressaltar que apenas na microrregião de Petrolina existem "[...] 18 comunidades quilombolas reconhecidas e/ou em processo de reconhecimento, totalizando 1807 famílias." (Sauer, 2010: 7).

23 Para detalhes sobre o caso dos atingidos de São José de Piranhas, ver a dissertação de mestrado *Desterritorialização de populações locais: uma análise dos conflitos do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas* (Gonçalves, 2014).

demarcadas com um território aquém do desejado pelos povos indígenas daquela área, com a finalidade de atender a sede dos grupos empresariais que já se instalaram ou que lá se instalarão com o PTARSF.

O ocaso sofrido por estes indígenas pode ser comprovado ao nos defrontarmos com o que aconteceu com aqueles que foram atingidos pelas barragens construídas no Rio São Francisco nas últimas décadas para a geração de energia elétrica. Por causa delas, muitos foram deslocados de seus *habitats*, e, em muitos casos, não foram recompensados satisfatoriamente pelas suas perdas, algumas de valor imensurável, já que representavam seus lugares sagrados e sua cultura. Os povos indígenas questionam a obra do PTARSF porque há muito eles sabem, por experiência vivida e sofrida com outras grandes obras, que muitas vezes serviram apenas como canal para a corrupção sem nunca chegarem à conclusão, o que lhes é reservado como recompensa. Os responsáveis pelas grandes obras não levam em conta os moradores que habitam as áreas impactadas por considerá-los como a expressão do atraso. Como reflete Alier (2007), esses megaprojetos sempre vêm acompanhados de bagagem negativa não revelada a princípio, mas que é carregada às escondidas e que será sentida posteriormente quando não for mais possível negá-la. É esta bagagem, carregada pelas grandes obras, que pode ser traduzida como consequência para a vida dos atingidos e atingidas pelo PTARSF. Mais que um conflito com esse megaprojeto, este é um confronto com o padrão de "desenvolvimento" que ele representa. Neste sentido, movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA, Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB, entre outros, lançaram o Manifesto do acampamento dos movimentos sociais em Cabrobó, por ocasião do protesto do Povo Truká contra o PTARSF, onde afirmam,

> Transposição não é a solução – esta é a verdade que não quer calar! Queremos um programa verdadeiro de convivência com o Semi-Árido! Queremos um projeto de desenvolvimento regional que atenda às reais necessidades da população do Semi-Árido e do São Francisco e não de uma minoria de empresários nacionais e estrangeiros! Queremos a democratização do acesso à água, com acesso livre da população aos açudes e às adutoras! Queremos controle social sobre o uso da água dos açudes e reservatórios geridos com competência! (Manifesto do Acampamento dos Movimentos Sociais em Cabrobó: 81)

Segundo Said (2009: 29), "Na área de abrangência do projeto além dos 26 povos indígenas estão localizadas 156 comunidades quilombolas e centenas de comunidades ribeirinhas." Não apenas os povos indígenas da bacia do São

Francisco serão atingidos. O Povo Anacé, do município de Pecém-CE, já atingido pelo complexo Industrial e Portuário do Pecém, também será impactado pelo PTARSF, pois há uma ameaça de desapropriação de áreas do seu território por parte do governo cearense para a instalação de indústrias que terão a segurança hídrica supostamente garantida com as águas transpostas pelo PTARSF.

Os povos indígenas atingidos pelo PTARSF resistem ao seu avanço não por uma visão romântica sobre a natureza, mas por serem vítimas, há décadas, de projetos que prometem uma redenção socioeconômica que nunca chega e somente trazem a condenação destes povos ao seu extermínio, uma vez que são expulsos de suas próprias terras e presenciam a morte de seus bens naturais e culturais. Não serão apenas os povos indígenas a serem atingidos, porém, estes estão aqui destacados porque alguns deles já foram atingidos algumas décadas atrás com a construção de hidrelétricas no Velho Chico.

A divulgação do *Relatório de Denúncia Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do rio São Francisco* (Tomáz et al., 2010), revelou que o rio tem uma demanda por água maior do que ele pode suprir. Se já são inúmeros os projetos de irrigação a explorar as águas do Velho Chico, o governo vem anunciando incentivos para que grandes empresas comecem a se instalar no Semiárido para aproveitar a chegada das águas a serem transpostas pelo PTARSF. Este relatório (Tomáz et al., 2010: 20) também revela que:

> Mais diretamente, a construção dos canais e do sistema de bombeamento de transposição passará pelos territórios do povo Truká, Tumbalalá e Pipipã (Eixo Norte e Leste) e pelos danos que provocará na vazão de água do rio afetará não menos diretamente os povos indígenas ribeirinhos como o Tuxá, Xucuru-Kariri, Xoxó, Kariri-Xocó e outros próximos à margem (Pankararé, Pankararu, Kalangó, Geripankó, Kaxangó, Kalancó, Akonã, dentre outros). No eixo Norte, interligando-se ao Complexo Portuário de Pecém, atinge o povo Anacé, no Ceará. A barragem de Pedra Branca implicará na inundação de parte do território do Povo Truká e Tumbalalá, divisa de Bahia e Pernambuco. Mais abaixo do rio, em nível mais embrionário de estudo de viabilidade, tem-se a previsão de construção da barragem de Pão de Açucar que afetará a vida sobretudo dos Povos Indígenas do Baixo São Francisco, como Xocó e Kariri-Xocó.

É notório que grande parte dos Estudos de Impactos Ambientais no Brasil não leva em conta as questões culturais dos povos atingidos. Assim, não foi diferente com o EIA para o PTARSF. O mesmo Relatório Denúncia (Tomáz et al., 2010: 18) afirma que o Rima divulgado sobre o PTARSF, no que concerne a

este quesito, "[...] não apresenta sequer uma linha sobre as relações entre as comunidades afetadas pela obra e a utilização que fazem do patrimônio cultural, arqueológico e histórico ou ecológico da região." O que não é um caso isolado no país, obviamente. Como estabelecer uma valoração monetária para os vínculos dos que habitam os lugares que são transformados por grandes projetos, como o PTARSF? Qual a real dimensão dos impactos do PTARSF, já que eles são apresentados sempre como compensáveis financeiramente e mitigáveis em seus prejuízos? Marques (2006: 161-162) questiona:

> Como avaliar os impactos socioambientais no campo simbólico quando o pragmatismo e racionalidade das nações consumistas e desenvolvimentistas ignoram, absolutamente, a dimensão espiritual/afetiva dos cálculos, das trocas, das recompensas financeiras. Como quantificar e negociar algo dessa dimensão?

A sociedade brasileira ainda não sabe o número exato dos que serão atingidos, suas características socioeconômicas, os prejuízos de ordem cultural com os deslocamentos destes grupos e, principalmente, o que lhes será dado por compensação pela perda de seus territórios. A julgar pelo que aconteceu com os muitos atingidos pelas barragens no curso do Rio São Francisco, eles não devem ter muita esperança de receber uma recompensa justa, ao menos economicamente.

Considerações finais

O discurso da escassez hídrica no semiárido é uma das justificativas para a realização de grandes projetos, como é o caso do PTARSF. A utilização desse argumento foi um dos focos para justificar o PTARSF, pois grupos favoráveis a este projeto dele se utilizavam para garantir que este projeto aliviaria de vez a insegurança hídrica de 12 milhões de pessoas. O apelo a uma possível falta de um bem essencial à vida ganhou vulto, pois é evidente que todos sabem da importância da água como elemento fundamental para a sobrevivência da vida no planeta. Mais uma vez, a distribuição da água em uma região na qual ela sempre foi moeda de troca política e econômica continua sendo utilizada como justificativa para grandes obras, como o PTARSF.

Parte da sociedade brasileira ainda tem uma visão de que a água levada pelos canais do PTARSF salvará os cidadãos de todos os seus problemas. É no tripé sede, fome e desenvolvimento que focam as peças de *marketing* do PTARSF. É óbvio que existem localidades que sofrem com a escassez hídrica, gerando insegurança na população, mas há outras soluções que podem ser mais eficazes para mitigar este problema no NE.

Os novos embates trazem novas questões e novos desafios para os atingidos pelo PTARSF, pois já não se dão mais no campo local, mas transpassam as fronteiras geográficas onde eles habitam, e os desafiam para novos conhecimentos no campo ambiental, jurídico, político e econômico, fazendo com que estes grupos busquem novas estratégias que possibilitem sua permanência naquele lugar.

Há um discurso que insiste na realização do PTARSF, utilizando um argumento salvacionista, mesmo diante do fato de o Rio São Francisco, maior manancial da região NE, estar passando por um processo acentuado de degradação. Cientistas e ativistas anunciam e denunciam as causas de tal degradação como sendo as grandes barragens e a retirada de água de forma exagerada para a irrigação.

Mais uma vez, aqueles que foram e são marginalizados pelo poder público, o mesmo que deveria garantir-lhes uma sobrevivência digna, estão sendo vítimas da relação danosa entre o Estado e o capital com a intenção de desenvolver o agro e o hidronegócio na região do semiárido nordestino. As populações que lá habitam e que serão atingidos pelo PTARSF são vistas como um empecilho para o progresso pela tecnocracia moderna brasileira, pois, ao questionar tal projeto, levantam dúvidas sobre o sucesso prometido pelo governo com esta obra, revelando a realidade daquelas populações e de tantas outras atingidas pelo PTARSF.

Referências

AB'SABER, Aziz. A transposição das águas do São Francisco: análise crítica. *Revista USP*. São Paulo, n. 70, Jul–Ago 2006, pp. 6-13.

_____. A quem serve a transposição? In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI. 2008, pp. 31-33.

ALCÂNTARA, Lúcio. Um projeto para mudar o Brasil. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 20, n. 56, Jan–Abr 2006, pp. 293-299.

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo, Editora Contexto, 2007, 379 p.

ALVES FILHO, João. *Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro. Mauad, 2008, 254 p.

ALVES, Gilson. Transposição do Rio São Francisco: elementos para reflexão. In: MENEZES, Ana Célia Silva; SILVA, Flávio José Rocha da. *A resistência à transposição na Paraíba: histórias em defesa da terra, das águas e dos povos do Nordeste*. João Pessoa, Sal da Terra, 2010, pp. 44-48.

_____. Transposição de águas do rio são Francisco: um atentado aos interesses nacionais. In: QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste.* Curitiba, Juruá Editora, 2010, pp. 103-181.

AZEVEDO, Maria Regina da Silva. A representação popular na Câmara dos Deputados e o pacto federativo no Brasil: estudo de caso – transposição do Rio São Francisco. In: *Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*, 2008, pp. 49-66.

AZEVEDO, Luiz Gabriel Todt de. Integração de bacias hidrográficas. In: Centro de Estudos Estratégicos; Agência Nacional de Águas. *A questão da água no Nordeste*. Brasília, CGEE, 2012, pp. 331-372.

BARBOSA, José Ethan de Lucena Barbosa; LIMA FILHO, Gilberto Queiroz de. Potenciais impactos ambientais da transposição do rio São Francisco no estado da Paraíba. In: MENESES, Ana Célia Silva; ROCHA, Flávio. *A resistência à transposição do Rio São Francisco na Paraíba: histórias de luta em defesa da terra, das águas e dos povos do Nordeste*. João Pessoa, Sal da Terra, 2010, pp. 49-53.

BARLOW, Maude. *El convenio azul: la crisis global de agua y la batalla futura por el direcho al agua.* Santiago: Programa Chile sustentable/Concil of Canadians, 2008.

BEZERRA, Evandro. *O Rio São Francisco: a polêmica da transposição*. Fortaleza: Seri&a Gráfica, 2002.

BRASIL. *Canal São Francisco-Jaguaribe*. Rio de Janeiro, DNOCS, 1959.

_____. *Projeto semi-árido: proposta de desenvolvimento sustentável da bacia do Rio São Francisco e do semi-árido nordestino*. Brasília, CODEVASF, 1996.

_____. *Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional – Rima*. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2004.

CASTRO, Cesar Nunes. Impactos do projeto de transposição do Rio São Francisco na agricultura irrigada no Nordeste Setentrional. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Rio de Janeiro, 2011, pp. 7-34.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo, Paz e Terra, 2005, 272 p.

COSTA, José Jonas Duarte da. Sobre a transposição do Rio São Francisco. In: MENEZES, Ana Célia Silva; SILVA, Flávio José Rocha da. *A resistência à transposição na Paraíba: histórias em defesa da terra, das águas e dos povos do Nordeste*. João Pessoa, Sal da Terra, 2010, pp. 35-44.

ESCOBAR, Arturo. Contra el (neo)desarrollismo. In: *Impasse: dilemas politicos del presente*. Buenos Aires, Coletivo Situaciones, 2009, 192 p.

FARIAS, José Alexandre Moreira et al. Sinergia hídrica em sistemas integrados de reservatórios: estudos de casos relacionados com a transposição das águas do Rio São Francisco. In: *XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos*, João Pessoa, 2005.

FARIAS, José Roberto Machado; ALMEIDA, Marcelo Eugenio Feitosa. A transposição do rio São Francisco: política pública e consequências jurídicas para a concretização do direito fundamental à água. In: QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba, Juruá Editora, 2010, pp. 185-195.

FEIJÓ, Ricardo; TORGGLER, Sérgio. Alternativas mais eficientes para a transposição do rio São Francisco. *Caderno CEAS*, n. 227, Salvador, Loyola, Julho-Setembro 2007, pp. 125-150.

FONTES, Luiz Carlos da Silveira. Transposição: anatomia de uma fraude hídrica e do conflito de usos das águas do Rio São Francisco. In: QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba, Juruá Editora, 2010, pp. 221-260.

GONÇALVES, Cláudio Dias Barbosa. Desterritorialização de Populações Locais: Uma análise dos conflitos do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento Regional, UEPB, 2014.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; OLIVEIRA, Cristiane Fernandes. Rio São Francisco: as águas correm para o mercado. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 29, n. 2, jul-dez 2009, pp. 113-125.

GUIMARÃES JR., João Abner. Reforma hídrica no Nordeste como alternativa à transposição do rio são Francisco. *Carderno CEAS*, n. 227, Julho-Setembro 2007, pp. 107-118.

_____. Entrevista com João Abner Junior sobre a transposição das águas. In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI. 2008A, pp. 56-70.

_____. Rio São Francisco: "O movimento contra o projeto precisa ser politicamente ampliado e nacionalizado (entrevista). In: *Cadernos IHU em formação*. São Leopoldo, Unisinos, ano 4, n. 28, 2008B, pp. 27-29.

_____. Transposição do rio São Francisco não é a solução: uma reforma hídrica no Nordeste como alternativa. In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI, 2008C, pp. 71- 79.

_____. O presente de grego da transposição do Rio São Francisco. In: ALVES FILHO, João. *Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, p. 91.

_____. O destino dos canais da transposição do rio São Francisco. In: ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as águas no sertão.* Campinas, Silvamarts, 2010.

KELMAN, Jerson. Transposição: a preocupação com a sustentabilidade. In: QUINTIERE, Marcelo De Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba, Juruá Editora, 2010, pp. 261-274.

KHOURY, Luciana Espinheira da Costa. Aspectos jurídicos do projeto de Transposição do rio São Francisco e a atuação do Ministéiro Público brasileiro. *Carderno CEAS*, n. 227, Julho-Setembro 2007, pp. 85-92.

KHOURY, Luciana Espinheira da Costa; MARQUES, Daisy dos Santos. Ilegalidades do projeto de transposição do Rio São Francisco e afronta ao Estado Democrático de Direito. In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI, 2008, pp. 206-213.

KHOURY, Jorge. Contexto para uma transposição. In: ALVES FILHO, João. *Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, pp. 161-170.

LANNA, Antônio Eduardo Leão. Hidroeconomia. In: REBOUÇAS, Aldo Da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galízia. (Orgs.) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002, pp. 531-562.

LISBOA, Heringer Apolo. Transposição do Rio São Francisco: das contradições às soluções (entrevista). In: *Cadernos IHU em formação*. São Leopoldo, Unisinos, ano 4, n. 28, 2008, pp. 22-26.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho, FERREIRA, Alberto Mello. Desenvolvendo capacidades estatais: conflitos e interesses no Projeto de Integração do Rio São Francisco. *Desenvolvimento em questão*. Ijuí, Editora Unijuí, ano 12, n. 28. Out-Dez., 2014, pp. 5-36.

MALVEZZI, Roberto. *Semi-Árido – uma visão holística*. Brasília, Pensar Brasil, 2001.

_____. A vida pela vida. A transposição do Rio São Francisco em debate (entrevista). In: *Cadernos IHU em formação.* São Lopoldo: Unisinos, ano 4, n. 28, 2008, pp. 8-16.

_____. Discurso ambiental brasileiro e investimentos do PAC e BNDES. *Simpósio internacional sobre mudanças climáticas*. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=40097&lang=PT>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MANIFESTO DO ACAMPAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABROBÓ. In: *Carderno CEAS*, n. 227, Julho-Setembro 2007, pp. 81.

MARANHÃO, Ney; AYRIMORAES, Sérgio. Os usos da água e o desenvolvimento regional. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *A questão da água no Nordeste.* Brasília, CGEE, 2012, pp. 121-155.

MARQUES, Juracy. *Ecologias do São Francisco*. Paulo Afonso, Fonte Viva, 2006.

MARTINS, Magno. *O Nordeste que deu certo*. Recife, Comunicarte, 1993, 289 p.

MARTINS, Rodrigo Constante. De bem comum a outro azul: a crença na gestão racional da água. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 465-488.

MATOS, Eduardo Lima de. Aspectos jurídicos controvertidos no projeto de transposição. In: ALVES FILHO, João. *Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2008, pp. 142-160.

MENEZES, Ana Célia Silva; SILVA, Flávio José Rocha da. *A resistência à transposição do Rio São Francisco na Paraíba: histórias em defesa da terra, das águas e dos povos do Nordeste*. João Pessoa, Sal da Terra, 2010, 88 p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Projeto São Francisco.* Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/projeto-sao-francisco)>. Acesso em: 04 nov. 2018.

NASCIMENTO, Pedro Brito do; CAGNIN, João Urbano. A integração do Rio São Francisco no Nordeste. In: QUINTIERE, Marcelo De Miranda Ribeiro. (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba: Juruá Editora, 2010, pp. 65-101.

NETO, Leonardo Guimarães; SILVA, Marlene Maria da; GALINDO, Osmil. As áreas de influência direta do projeto. In: PESSOA, Dirceu; GALINDO, Osmil. *Transposição do Rio São Francisco: a dimensão socioeconômica*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

NUNES, Carlos Motta. Projeto de integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional – PISF. In: MAGALHÃES, Antônio Rocha. *A questão da Água no Nordeste*. Brasília: Centro de Gestão E Estudos Estratégicos/ Agência Nacional de Águas, 2010, pp. 373-390.

PESSOA, Dirceu; GALINDO, Osmil (Orgs.). *Transposição do Rio São Francisco: a dimensão socioeconômica*. Recife, Fundaj-Massagana, 1989, 285 p.

PETRELLA, Ricardo. *O manifesto da água*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002, 159 p.

QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba, Juruá Editora, 2010.

REBOUÇAS, Aldo. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, Aldo Da Cunha, BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galízia (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002, pp. 1-37.

_____. Aspectos relevantes do problema da água. In: REBOUÇAS, Aldo Da Cunha, BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galízia (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002, pp. 687-703.

RIBEIRO, Manoel Bomfim Dias. Transposição: uma análise cartesiana. In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI, 2008A.

_____. Transposição: um projeto para reflexão. In: QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro (Org.). *Transposição do São Francisco: uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região Nordeste*. Curitiba, Juruá Editora, 2010, pp. 35-62.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo, Annablume, 2008, 162 p.

SAID, Magnólia. *Transposição do Rio São Francisco: a outra margem da história*. Fortaleza, Editora Expressão Gráfica, 2009, 87 p.

SARMENTO, Francisco Jácome. *Transposição do Rio São Francisco: realidade e obra a construir.* Brasília, Do Autor, 2005, 131 p.

_____. A integração do São Francisco: verdade e mito. *Revista USP*. São Paulo, n. 70, Julho-Agosto 2006, pp. 6-13.

SAUER, Sérgio. *Relatório da missão à Petrolina e região do Rio São Francisco (PE): violações de Direitos Humanos de Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e famílias assentadas de reforma agrária às margens do rio São Francisco*. Brasília-Recife, DHESCA Brasil, 2010.

SILVA, Flávio José Rocha da. O nascimento da resistência contra à transposição na Paraíba. In: MENEZES, Ana Célia Silva; SILVA, Flávio José Rocha da. *A resistência à transposição na Paraíba: histórias em defesa da terra, das águas e dos povos do Nordeste*. João Pessoa, Sal da Terra, 2010, pp. 14-24.

SILVA, Flávio José Rocha Da; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Povos indígenas e a luta em defesa do rio São Francisco. *Revista Sustentabilidade em Debate*. Brasília. V. 4, n. 2. jul/dez 2013. pp. 138-148. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/8744>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Povos indígenas atingidos pelo Projeto de Transposição do Rio São Francisco. In: SILVA, Edson Hely; SANTOS, Carlos Alberto Batista; OLIVEIRA, Edvania Granja da Silva. *História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no Semiárido nordestino.* Curitiba, Appris, 2017, pp. 89-118.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Dissertação de Doutorado, Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.

SIQUEIRA, Ruben. De Sobradinho à transposição: para onde corre o São Francisco. In: MOREIRA, Gilvander Luís (Org.). *Dom Cappio: rio e povo: Frei Luiz, um profeta na luta em defesa da vida do rio São Francisco e do seu povo. Transposição, não!* São Leopoldo, CPT/CEBI, 2008, pp. 191-202.

SIQUEIRA, Ruben; ZELLHUBER, Andrea. Rio São Francisco em descaminho; degradação e revitalização. *Cadernos CEAS*. Salvador, Loyola, 2007, pp. 7-32.

SIQUEIRA, José Eduardo de Campos. Ideologia da água e privatização dos serviços de saneamento. In: DOWBOR, Ladislaw; TAGNIN, Renato Arnaldo (Orgs.). *Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade*. São Paulo, Senac Editora, 2005, pp. 37-46.

STOLF, Rubismar et al. Water transfer from São Francisco River to Semiarid Northeast of Brazil:

TECHNICAL data, environmental impacts, survey of opinion about the amount to be transfered. *Revista de Eng. Agric. Jaboticabal*, v. 32, n. 6. Nov/Dez. 2012, pp. 998--1010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eagri/v32n6/01.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SUASSUNA, João. *Contribuição ao estudo hidrológico do Semi-Árido nordestino*. Recife, Massagana, 2000.

_____. As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio São Francisco. In: *Caderno CEAS*. Salvador, 2007, pp. 35-48.

_____. O governo quer impor garganta abaixo um projeto tecnicamente ruim, socialmente preocupante e politicamente desastroso (entrevista). In: *Cadernos IHU em formação.* São Leopoldo, Unisinos, 2008, pp. 43-45.

_____. *Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil Real*. São Paulo, Porto de Ideias, 2010.

_____. Hidrocoronelismo hídrico na transposição das águas do São Francisco. In: PELAZZO JR., José Truda; CARBOGIM, João Bosco Priamo. *Conservação da natureza: e eu com isso?* Fortaleza, Fundação Brasil Cidadão, 2012, pp. 104-127. Disponível em <http://www.globalgarbage.org/praia/downloads/Conservacao_da_Natureza_e_Eu_Com_Isso.p df.> Acesso em: 12 nov. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manuel Correia de; PEREIRA, Raimundo. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, 96 p.

TOMÁZ, Alzeni et al. *Relatório Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do Rio São Francisco.* Paulo Afonso: APOIMNE, AATR, NECTAS/UNEB, CPP, CIMI, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade e processo de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010, pp. 439-462.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens.

(Orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010, pp. 11-31.

Filmografia

CAFFÉ, Eliane. Narradores de Javé, 2003.

CANCINO, Cristian. Ser Tão Progresso, 2012.

FRENTE CEARENSE POR UMA NOVA CULTURA DE ÁGUA; Transposição do Rio São Francisco e águas no Ceará: os cursos da privatização, 2007.

Recebido em 12/12/2016
Aprovado em 19/02/2018

Como citar este artigo:

SILVA, Flávio José Rocha da. Grandes obras no nordeste: o caso do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 607-634.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.075
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 635-661
Jul.–Dez. 2018

Artigos

Entre ciência e docência? A experiência da USP para formar professores de Sociologia

Ana Paula Hey[1]

Eduardo Carvalho Ferreira[2]

Maria Regina Cariello Moraes[3]

Resumo: Este artigo problematiza os desafios da formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio, com base na experiência de implantação do Laboratório de Ensino de Sociologia na Universidade de São Paulo. Demonstrando interfaces entre a especificidade da formação universitária e a particularidade da docência no Ensino Médio, apresentam-se alguns elementos analíticos para a reflexão em torno desses processos formativos. Ademais, este trabalho visa contribuir para os estudos acerca da relação entre conhecimento científico e escolar, pesquisa e docência. Em especial, discutem-se as estratégias mobilizadas para a produção de materiais didáticos e recursos pedagógicos.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia; Formação de professores; Formação universitária e Ensino Médio; Habitus.

1 Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – anaphey@uol.com.br

2 Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – edu.ferreira@usp.br

3 Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – reginacariello@usp.br

Contemporanea_V8n2.indd 635 14/12/2018 11:45

BETWEEN SCIENCE AND TEACHING? USP´S EXPERIENCE TO TRAIN SOCIOLOGY TEACHERS

Abstract: *The article discusses the challenges for Sociology teachers training to high school, based on the experience in the implementation of Laboratory for Teaching of Sociology at the University of São Paulo. Demonstrating interfaces between the specificity of university education and the particularity of teaching in high school, we presente some analytical elements for the reflection around these formative processes. It aims to contribute to the studies on the relationship between scientific and school knowledge, research and teaching. In particular, we discuss the strategies mobilized in the practice for the production of didatic materials and pedagogical resources.*

Keywords: *Teaching of Sociology; Teachers training; University education and high school; Habitus.*

Introdução: instituir o instituído

Desfazer o normal, há de ser uma norma.
Manoel de Barros

Este artigo busca dialogar com os embates da formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio com base na experiência singular desenvolvida em uma das instituições consagradas das Ciências Sociais no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP). A criação do Laboratório de Ensino de Sociologia (LES), ligado ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), constitui o mote para refletir acerca da formação de docentes para a escola básica, ao mesmo tempo em que possibilita inferir sobre a experiência formativa na universidade.

Os percalços que envolvem a formação de professores de Sociologia para a educação escolar remontam às origens da organização dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, na década de 1920 (Cf. Martins, 2002; Neves, 2002; Meucci, 2015; Fazio, 2018; Almeida; Hey, 2018), tornando-se cíclicas as discussões sobre os limites e as possibilidades que abarcam tal tarefa. Contudo, desde a promulgação da última lei que rege a educação no país, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, em 1996, e especialmente a partir da *Resolução do Conselho Nacional de Educação*, em 2002, em que se estabeleceram novas orientações para a elaboração dos currículos de formação de professores da educação básica, o contexto converte-se favorável no campo das Ciências Sociais para se

estabelecer mais diretamente questionamentos acerca da elaboração de propostas e programas formulados com ênfase na formação inicial de professores para a Educação Básica, no seio das mais reconhecidas instituições de formação de cientistas sociais no país.

Nessa direção, outro aspecto importante que impulsionou a reflexão sobre a formação de professores nos cursos de Ciências Sociais se deu em virtude da recente reintegração da disciplina escolar de Sociologia aos currículos do Ensino Médio. Assim, tanto a reforma curricular dos cursos de licenciatura como a "volta" da disciplina escolar resultaram em uma retomada significativa das reflexões sobre o lugar da formação de professores e suas novas implicações para os cursos de formação universitária (Cf. Moraes, 2013; Santos, 2014; Oliveira, 2016). Com isso, o desafio que se colocou às instituições foi justamente o de construir e propor modelos de formação orientados a correlacionar os conhecimentos e a práxis do campo científico com as práticas educativas exigidas pelas atuais configurações do sistema escolar.

Além disso, a prerrogativa da docência no Ensino Médio como possibilidade de mercado de trabalho para os cientistas sociais constitui fator imprescindível para estimular discussões de como conciliar a formação profissional em ambas dimensões: de pesquisador e docente. Como apontado por Liedke Filho (2006: 19), o ensino é uma das principais opções de trabalho dos cientistas sociais no país:

> The main areas of work for sociologists are: teaching in elementary and high schools; teaching and research in public and private universities; research activities in non-university research centers; research and planning activities in public offices, as well as conducing social projects; research and consulting activities in the private sector, including private institutions of sociological research; and consulting activities for NGOs and social movements.

Ou, ainda, a constatação exposta na nota da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), publicada no boletim da *International Sociological Association* (ISA) sobre o ensino de Sociologia:

> It is important to highlight a particular Working Group, the one focusing the issues related to the teaching of sociology in basic education. Thanks to the SBS, that champion the advocacy for sociology as a mandatory subject to be included in the basic education curriculum, since 2008, it became a legal requirement. According to law, issued by the federal government, in the three high school years there must be at least one hour per week of sociology teaching. Besides its importance to foster critical thought and to

> strength the notion of citizenship among the youth, it has opened a huge labour market for Brazilian sociologists. In 2014, there were nearly eight million students in high school in Brazil. This accounts for around 150 thousand classes needing a sociology teacher. This is why it is not surprising that so many Brazilian sociologists are interested in discussing how better teach the subject to their actual or potential students (ISA, 2015).

Esse momento impôs como necessidade aos cursos de Ciências Sociais a revisão de suas bases para a formação de professores para o Ensino Médio, obrigando-os a não só estabelecerem ajustes curriculares para se adequarem a novas demandas, mas também orientando-os a reconfigurar a relação entre ensino e pesquisa. Esta aproximação remete à redefinição dos papéis formativos do bacharelado e da licenciatura, uma vez que ambos tiveram seus lugares bastante hierarquizados no interior do campo acadêmico das Ciências Sociais. Mesmo que as novas diretrizes[4] não tenham resolvido a separação entre as duas formações (ensino e pesquisa) e, sobretudo, considerando o histórico desinteresse dos cientistas da área em relação à licenciatura, ainda assim parece que estamos avançando em relação à concepção de formar docentes que sejam também pesquisadores.

Tais circunstâncias impuseram o desafio da construção de iniciativas para promover a aproximação mais fecunda entre a formação inicial dos futuros professores e a realidade do sistema de ensino escolar e, principalmente, aumentaram a complexidade da reflexão sobre a natureza desse processo formativo, conferindo à temática um *status* particular no interior do campo disciplinar. Nesse sentido é que nos últimos anos temos observado a gênese de uma diversidade de projetos voltados para a inter-relação dessas duas esferas comumente distanciadas no interior dos cursos de Ciências Sociais e não no âmbito de formação das faculdades de Educação. Emerge, assim, a ideia de que a formação profissional para a docência não pode estar descolada da constituição do cientista social em sua origem.

Diante do cenário de expansão das licenciaturas e de eclosão de alternativas de formação no interior de cursos já consolidados é que este artigo intenciona se enquadrar. A partir de 2006, reformulações no interior da USP ensejaram a redistribuição de competências e autoridade no processo de formação do professor das várias áreas específicas, passando a retirar da Faculdade de Educação

4 A Resolução n. 01, de 18 de fevereiro de 2002, estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena e a Lei Federal n. 11.684/2008 institui a obrigatoriedade do ensino escolar de Sociologia.

parte de atividades antes ali exclusivas. Assim, a FFLCH, polo de referência de constituição profissional dos cientistas sociais, dá início a um processo de ajuste curricular e organizacional para se adequar à divisão de alçadas.

A concretização das modificações advindas desse projeto se deu a partir de 2009, após o rearranjo institucional necessário, o que envolveu a contratação de professor, a criação de disciplinas e de outros espaços formativos. Destarte, apresentaremos na primeira seção do artigo a narrativa da prática de implantação da formação de professores de Sociologia para o ensino básico no interior da FFLCH, abarcando a exposição da concepção que norteia esta experiência. Em seguida, buscaremos realçar alguns aspectos sobre os contenciosos da formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio.

O consagrado e o ilegítimo: novos espaços para formar professores de Sociologia

A formação do professor de Sociologia para a escola de Ensino Médio, ou equivalente, considerando-se as variações de nomenclatura no sistema de ensino, não se constitui em experiência nova nos currículos brasileiros, como vimos anteriormente. O que tem se modificado nestes parcos últimos anos é a incorporação, mesmo que frágil e desigual nos diversos espaços institucionais, dessa discussão no interior dos cursos de formação do cientista social, deslocando-se do contexto habitual das faculdades de educação.

A experiência do Departamento de Sociologia da USP materializa esse deslocamento e as contradições correlatas entre mudanças que vão acontecendo sobrepostas a estruturas existentes e que não se modificam por força de lei ou reestruturação universitária, nacional ou local. O envolvimento de professores com as questões de ensino tende a ser pontual e pertencente a um número ínfimo de sujeitos. Mais ainda quando este ensino está voltado para a escola básica, universo afastado da pesquisa de excelência e das temáticas consagradas do campo disciplinar. Como corolário, tanto o processo de discussão de um novo formato de licenciatura em Ciências Sociais quanto sua implantação contaram com reduzida participação, o que reflete disputas em torno do que pode ser considerado legítimo e sobre a posição desses professores no campo acadêmico. Como o tema *ensino* não é um objeto de prestígio, consequentemente sua discussão deve pertencer a outro *locus*, não ao da ciência legítima por eles representada.

As alterações realizadas para contemplar a formação de professores em Ciências Sociais envolveram a redistribuição de 400 horas de práticas de estágio nas disciplinas obrigatórias da licenciatura. Assim, 300 horas permaneceram sob responsabilidade da Faculdade de Educação (Cf. FEUSP, 2014) e 100

Contemporanea_V8n2.indd 639 14/12/2018 11:45

horas a cargo da FFLCH. Nessa última unidade foi criada a disciplina de *Estágio Supervisionado para as Ciências Sociais,* além da inclusão de *Sociologia da Educação* como obrigatória na grade da licenciatura. A FFLCH assumiu também a organização e o registro de 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), tarefas extracurriculares exigidas para obtenção do diploma, além da constituição da disciplina optativa denominada *Educação e sociedade: interfaces entre cultura e dominação,* visando gerar uma área voltada à discussão educacional.

Nesse contexto, a coordenação do curso de licenciatura passou a ser incumbência dos professores do Departamento de Sociologia e ainda foi criado o *Laboratório de Ensino de Sociologia* (LES), que passou a concentrar as atividades da licenciatura e a interface com seus alunos. O estágio supervisionado tornou-se, então, o grande desafio a ser enfrentado, uma vez que a reestruturação proposta pela instituição não comportou a ampliação de fato do quadro docente, delegando a um professor a tarefa de organização e desenvolvimento integral da licenciatura.

A partir de questões relacionadas à feição marginal da área de licenciatura no interior dos jogos hierárquicos, expressa no desinteresse dos professores ali envolvidos, e do aspecto institucional – referente ao controle e à centralização na contratação de corpo docente –, em 2010, a coordenação do curso de licenciatura integrou o estágio supervisionado ao LES, visando ressignificar a experiência de estágio ao propor um modelo baseado na ideia de formação que aproximasse o *licenciando* com a realidade profissional docente, a partir do encontro entre teoria e prática *in loco*, mesmo que para tal os alunos não fossem às escolas. De novo um arranjo institucional vem à tona, uma vez que em um "acordo" com a Faculdade de Educação garantiu-se a inserção dos licenciandos no espaço escolar pela realização das disciplinas de estágio por ela oferecida, seja em atividades específicas de sala de aula seja nas atividades de organização e gestão escolar, compondo diversas modalidades que, juntas, totalizam 300 horas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de horas práticas de estágio entre FE e FFLCH

Disciplinas Obrigatórias da Faculdade de Educação					
1º Período Ideal	**CA**	**CT**	**CH**	**CE**	**CP**
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	0	0	0		40
Língua Brasileira de Sinais – EAD	4	2	120		30
Introdução aos Estudos da Educação (eletiva)	4	0	60		20

2º Período Ideal					
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	0	0	0		40
Psicologia da Educação (eletiva)	4	1	90	**30**	20
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	4	2	120	**60**	20
3º Período Ideal					
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	0	0	0		40
Didática	4	1	90	**30**	20
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais I	4	2	120	**90**	
4º Período Ideal					
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	0	0	0		40
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais II	4	2	120	**90**	
TOTAL CARGA HORÁRIA ESTÁGIO – FE				**300**	

Disciplinas Obrigatórias da FFLCH

4º Período Ideal					
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	0	0	0		40
Sociologia da Educação	4	1	90		20
Estágio Supervisionado para as Ciências Sociais	4	2	120	**100**	30
TOTAL CARGA HORÁRIA ESTÁGIO – FFLCH				**100**	

Fonte: Jupiterweb/USP. Legenda: Crédito Aula (CA); Crédito Trabalho (CT); Carga horária Total (CH); Carga horária de Estágio (CE); Carga horária de Práticas como Componentes Curriculares (CP).

Visto que as atividades de estágio realizadas em escolas já compunham majoritariamente a carga horária, foi desenvolvido o projeto inovador do LES,[5] espaço pensado para oferecer formação inicial qualificada para os futuros professores com base em sessões problematizadoras, discussões focais da realidade escolar e recuperação das vivências individuais e coletivas dos discentes. A intenção foi justamente constituir um espaço físico e, sobretudo, simbólico para hospedar o estágio e os licenciandos, atuando na criação da identidade da licenciatura em relação ao bacharelado. Vale lembrar que o plano simbólico não pode ser negligenciado quando estamos nos referindo a um jogo de legitimidade que envolve o consagrado academicamente e aquilo que é objeto de estigma, ou

5 De acordo com o Projeto Pedagógico das Licenciaturas (FEUSP, 2004), todos os "estágios supervisionados" deveriam ser feitos preferencialmente em escolas ou instituições correlatas, sendo seu projeto de trabalho previsto e elaborado por uma equipe de professores envolvidos com os variados cursos de licenciatura. Contudo, "casos excepcionais" poderiam ser aprovados pelas CoCs e a CAL/FE, desde que "com justificativa aceita pelas Comissões envolvidas", como ocorreu no estágio supervisionado em Ciências Sociais.

Contemporanea_V8n2.indd 641 14/12/2018 11:45

melhor, entre a formação de disposições voltadas para o acadêmico como distinto e o escolar como ordinário. Assim, mesmo diante de uma conjuntura difícil para oferta do estágio supervisionado e da insuficiência de professores voltados a esta tarefa, as mudanças engendradas na USP em torno das licenciaturas proporcionaram o fomento de novos espaços de constituição e análise de questões específicas relacionadas ao trabalho docente e ao ensino escolar de Sociologia.

O LES passou a oferecer semestralmente a disciplina de estágio a um público bastante diversificado, composto por alunos matriculados na licenciatura em diversos momentos, desde os concluintes aos ingressantes no bacharelado, recém-egressos do bacharelado ou que o haviam abandonado há muito tempo, e um perfil peculiar de alunos que retornam para obter este diploma após ter cursado ou no momento de frequentar a pós-graduação (mestrado e doutorado), sendo estes cerca de 30% dos alunos por semestre. A dinâmica do laboratório busca se adequar a estes diferentes perfis, daí a opção pela realização de encontros e não o formato de aula para orientações conceituais e metodológicas, visando aproximar experiências singulares em uma atividade eminentemente socializadora. Tais encontros, além de discussões práticas e teóricas sobre as atividades em desenvolvimento, dirigem reflexões sobre as expectativas profissionais dos futuros professores, estabelecendo profícua troca de informações a respeito da mediação sobre o significado da docência em Sociologia e a educação escolar, problematizando vivências e inquietações por parte dos alunos.

Em termos operacionais, há o desenvolvimento de um programa de estágio que consiste na produção de um texto *teórico* de temática correspondente à área de Ciências Sociais, dirigido ao professor de Ensino Médio, e a criação de *estratégias didáticas*, envolvendo atividades direcionadas aos alunos. Deste modo, durante o semestre, com base em um tema curricular de livre escolha, cada aluno elabora um texto em formato de artigo científico, apoiado em revisão de literatura vigorosa sobre o assunto em pauta, e também produz um conjunto de atividades relacionadas à temática escolhida, denominado de *repertório didático*. Este deve conter propostas passíveis de serem desenvolvidas na íntegra ou recriadas pelos professores nas escolas.

O enfoque principal desse material produzido concentra-se na ampliação do repertório cultural do professor, tanto em relação ao conteúdo em si quanto em atividades inovadoras que ampliem sua visão no que se refere à abordagem do conteúdo, sendo priorizadas estratégias didáticas que utilizem filmes – comerciais, não comerciais, documentários, curtas-metragens, animações etc. –, fotografias, visitas virtuais e/ou presenciais a centros culturais e museus, charges, músicas e literatura de estilos diversos, peças teatrais, programas de TV aberta etc.

A elaboração dos textos e repertórios visa, ainda, a qualidade e o rigor científico, mesmo que, algumas vezes, o resultado seja pouco aplicável em termos de número de aulas dedicado a um único tema, ou pela distância da realidade cotidiana que o recorte do tema possa apresentar. Desse modo, ao propor a criação desse tipo de material procura-se oferecer um apoio teórico e prático aos professores, servindo ele apenas como inspiração ou como uma composição com outros elementos, mas que descarte a elaboração de "apostilas". Objetivamente, os textos e as atividades do repertório didático podem ser manipulados pelos professores como fonte de estudos e como indicações de organização de aulas. Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se as áreas prevalecentes e os temas recorrentes dos alunos desenvolvidos entre 2010-2015.

Tabela 2 – Trabalhos produzidos pelos alunos por área

Área	Montante	%
Antropologia	31	18,5
Ciência Política	12	7,15
Sociologia	95	56,5
Outras	30	17,85
Total	**168**	**100,00**

Fonte: Base de dados. LES/USP, 2015

Tabela 3 – Trabalhos produzidos pelos alunos por temas principais

Temática	**Montante**	**%**
Ciência & Tecnologia	09	5,36
Conceitos Sociológicos Fundamentais	25	14,88
Cultura e Diversidade	30	17,86
Educação e Juventude	09	5,36
Estudos Rurais e Urbanos	09	5,36
Estudos sobre Política	19	11,31
Gênero e Sexualidade	07	4,17
Mídias e Indústria Cultural	17	10,12
Questões raciais e Identidade Afrobrasileira	08	4,76
Trabalho	08	4,76
Violência	09	5,36
Outras	18	10,71
Total	**168**	**100,00**

Fonte: Base de dados. LES/USP, 2015

Contemporanea_V8n2.indd 643 14/12/2018 11:45

Os textos e repertórios produzidos, depois de avaliados e com as devidas correções, são disponibilizados no *site* denominado *USP ensina Sociologia* (Disponível em: <www.ensinosociologia.fflch.usp.br>. Acesso em: 12 nov. 2018). O *site* funciona como propulsor da circulação da produção do laboratório, possibilitando certo grau de interação entre os alunos da licenciatura e o público escolar em geral, desde professores, alunos e outros interessados. A atualização de seus conteúdos é permanente, já que cada semestre novas elaborações temáticas são publicadas, além de oferecer outras informações para aprofundamento dos estudos dos professores, como indicações de bibliografia e filmes sobre diversos temas, *links* para outros laboratórios de ensino de Sociologia, para revistas acadêmicas e divulgação de eventos e matérias relevantes para a formação do licenciando. A seguir, apresentam-se nas Tabelas 4 e 5 as áreas predominantes dos conteúdos publicados, bem como os temas principais.

Tabela 4 – Trabalhos publicados no *site* por área

Área	**Montante**	**%**
Antropologia	10	18,87
Ciência Política	04	7,55
Sociologia	32	60,38
Outras	07	13,20
Total	**53**	**100,00**

Fonte: Base de dados. LES/USP, 2015

Tabela 5 – Trabalhos publicados no *site* por incidência de tema

Temática	**Montante**	**%**
Conceitos Sociológicos Fundamentais	10	18,87
Cultura e Diversidade	12	22,64
Educação e Juventude	01	1,89
Estudos Rurais e Urbanos	02	3,77
Estudos sobre Política	07	13,21
Gênero e Sexualidade	06	11,32
Mídias e Indústria Cultural	04	7,55
Questões raciais e Identidade Afrobrasileira	04	7,55
Trabalho	03	5,66
Violência	04	7,55
Total	**53**	**100,00**

Fonte: Base de dados. LES/USP, 2015.

Ainda que somente parte dos textos e repertórios didáticos produzidos no LES seja selecionada para publicação, a atividade proposta no programa de estágio supervisionado proporciona o contato, às vezes inédito, dos graduandos com a autoria de determinado tema de sua preferência, instigando novos interesses e projetos para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, a conjugação da produção do texto teórico à construção de um repertório didático desenvolvido durante o estágio representa uma espécie de trabalho de conclusão de curso da licenciatura, no qual se encontram e complementam-se os papéis de pesquisador e de professor.

Por esta razão, o modelo das atividades praticadas no LES foca a integração das diversas facetas da função de cientista social: a pesquisa, a objetividade e a expressão de ideias (texto teórico); a translação da teoria em prática de ensino (o repertório didático); a elaboração crítica de um tema (sessões problematizadoras); a cooperação com outros professores em formação (as discussões focais); a interface com as escolas (o *site*). Outro aspecto relevante refere-se à atividade de extensão, uma vez que por meio do *site* e dos materiais ali disponibilizados pode ocorrer a conexão com dinâmicas escolares distribuídas em todo o território nacional, uma espécie de contribuição tácita à sociedade.[6]

A opção por tal modelo de formação permite trabalhar diferentes estratégias didáticas junto aos graduandos em Ciências Sociais em vários níveis, de maneira a desenvolver o *habitus* de professor amalgamando-se ao *habitus* de cientista construído durante a formação no bacharelado e, sobretudo, reforçando o seu estabelecimento. No referencial bourdieusiano utilizado aqui,[7] *habitus* pode ser definido como uma matriz de percepções, apreciações e ações assimilada do grupo de origem e incorporada de modo não consciente. É um sistema de disposições que envolve a classificação do mundo e que indica formas de ação, pensamento e conduta dos indivíduos, constituindo predisposições mentais, julgamentos e apreciações da realidade acumulados pelo agente em sua trajetória de vida e lapidados em suas experiências, em especial, as de educação e aquelas provenientes da ligação com novos grupos sociais. Assim, para

6 A partir do site, outras instituições, como as Secretarias de Educação, a UNIVESP TV/Fundação Padre Anchieta, universidades e escolas públicas e particulares e professores passaram a entrar em contato com o LES, buscando informações, dando depoimentos do uso dos materiais produzidos ou solicitando apoio pedagógico.

7 A teoria da prática desenvolvida por Bourdieu é a base da discussão do *habitus*, pois traz à tona os limites da determinação da estrutura sobre o indivíduo e do livre desenvolvimento intencional de objetivos pelos sujeitos. O desafio reside justamente em entender a prática aliando *habitus* e capital a um determinado campo social. Na sociologia contemporânea, a noção tem sido utilizada quase se descolando dessa implicação dada pelo autor (cf. Grenfell, 2018, p. 75-78).

Contemporanea_V8n2.indd 645 14/12/2018 11:45

Bourdieu (1983), também cada campo profissional desenvolve determinado *habitus,* uma vez que abarca um processo educacional realizado por especialistas e que abrange a formação de "capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modo determinados, que então as guiam nas suas repostas criativas aos constrangimentos e solicitação do seu meio social existente" (Wacquant, 2017: 214).

Isto é, o aluno em formação traz para as reuniões de estágio incorporações de ações práticas, concepções e percepções inscritas em sua forma de agir e nas escolhas realizadas, instalando em estado prático um tipo de *capital cultural*[8] específico, o científico, mas também outro relativo à cultura geral. Estes tipos de capital interferem na sua forma de elaborar as atividades exigidas, pois nota-se que durante o desenvolvimento do estágio cada licenciando estabelece um movimento próprio nas interfaces entre a sua origem social, a formação inicial em Ciências Sociais, as visões de mundo e as concepções educacionais. Paira sobre cada texto e repertório didático elaborado uma relação particular entre teoria e prática, entre o que deve ou não ser a atuação do cientista social como educador.

As experiências no estágio extrapolam os limites de uma produção teórica ou didática. Antes, coadunam-se às disposições incorporadas como *habitus*[9] no *bacharelado*, resultando em uma multiplicidade de propostas de trabalho que refletem os entendimentos sobre a natureza da função docente. O impacto que a proposta em pauta enseja para a formação profissional do aluno talvez não possa ser expressa em dados quantitativos, posto que cada qual constrói um *habitus* particular em relação à diversidade de dispositivos existentes no campo acadêmico das Ciências Sociais. O licenciando acaba combinando em sua trajetória uma variedade de referenciais sobre o que é ciência, o que é ser professor ou aluno, qual o papel da escola, dentre outras práticas. Tornar-se professor, então, refere-se à operacionalização de um rol de conhecimentos e estratégias típicos dos ambientes científicos formadores aliados aos apreendidos em outros espaços de socialização.

Parte da preocupação formativa reside em fazer com que os alunos entrem em contato com uma dimensão importante da docência, que é a seleção de

8 Uma explicação mais aprofundada do conceito de *habitus* na teoria sociológica de Pierre Bourdieu e de sua relação intrínseca com a noção de *acumulação de capital cultural* pode ser encontrada em Wacquant (2007; 2017). Confira também Bourdieu (1983, 1998, 2008).

9 Acreditamos que o uso adequado da noção implica sua prova empírica, todavia aqui a utilizamos tão simplesmente para ressaltar o efeito da socialização acadêmica da USP, que gera um modo de relacionamento com o conhecimento científico pautando, em grande medida, a representação do que seja formar-se professor.

Contemporanea_V8n2.indd 646 14/12/2018 11:45

referências e a organização de peças teóricas e didáticas para a elaboração de aulas. Mas outra diz respeito a fazê-los tomar posição e se tornarem autônomos na sua capacidade de fazer escolhas teóricas e metodológicas. Isso representa alçá-los como agentes do processo formativo, estimulando o desenvolvimento da consciência crítica e do rigor científico para a composição de seu *habitus* profissional. Durante o estágio, os licenciandos são "obrigados" a mobilizar essas diferentes maneiras de pensar e agir, transferindo para a elaboração de sua prática a confluência das disposições de estudante, de pesquisador e de professor.

Por outro lado, embora as atividades de estágio supervisionado tenham a virtude de oferecer experiência na função docente, que não tiveram foco específico durante o bacharelado, contraditoriamente reproduzem a hierarquia entre a valorização da formação para a pesquisa em relação ao magistério no Ensino Médio. Exemplo disso reflete-se na produção discente, cujos licenciandos experientes em pesquisa acadêmica e especialistas em algum tema, em termos tendenciais, apresentam melhor desempenho do que aqueles desprovidos de tal aparato. Parcela da explicação para esse fato encontra-se na desenvoltura escrita e de comunicação adquiridas por alunos que elaboraram ou estão realizando pesquisas de iniciação científica, mestrado ou doutorado, devido à prática frequente de elaboração de relatórios, artigos e exposição oral em congressos e afins.

Outro aspecto refere-se ao grau de heterogeneidade do perfil discente,[10] cujo acesso a experiências diversificadas, que extrapolam a realização de disciplinas formais, exigiriam maior atenção da universidade. De certa forma, a proposta do LES tenta preencher esta lacuna, pois busca incentivar a prática de produção de textos com foco específico, exercitando o desenvolvimento da exposição objetiva e do olhar sociológico para questões determinadas, habilidades necessárias na pesquisa e nas aulas de Sociologia no Ensino Médio.

A despeito disso, com a organização das atividades de estágio no LES, tornou-se possível garantir a inter-relação constante entre as atividades da licenciatura com o conjunto do curso de bacharelado, algo que não acontecia anteriormente. Pode-se dizer que esta conjuntura tem trazido o reconhecimento progressivo da licenciatura por parte do público discente, incrementando as discussões sobre a formação de professores para a educação básica no curso de Ciências Sociais da USP.

10 Diversidade já exposta em trabalhos como de Comin e Barbosa (2011), demonstrando que 44,6% dos alunos de graduação trabalham e 40% deles têm idade superior a 25 anos.

Contemporanea_V8n2.indd 647 14/12/2018 11:45

Cabe registrar que durante o primeiro ano de funcionamento do laboratório, em 2010, o interesse pela licenciatura e pela nova disciplina de estágio foi insignificante, considerando que se registrou a desistência de dois terços dos alunos matriculados no primeiro semestre. Entretanto, de lá para cá, sobretudo com a implantação do *site*, em 2011, gradualmente a procura por matrículas aumentou e a evasão diminuiu bastante, como podemos ver na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Matriculados e concluintes por ano

Ano	Matriculados	Concluintes	%
2010	18	07	38,8
2011	40	35	87,5
2012	48	35	70,8
2013	45	34	75,5
2014	53	40	75,4
2015*	20	17	85,0
Total	**220**	**168**	

Fonte: Base de dados. LES/USP, 2015

* Somente até o primeiro semestre de 2015. A disciplina oferece 20 vagas por semestre devido ao espaço físico do laboratório e à natureza do trabalho oferecido.

Vários fatores poderiam ser elencados para o aumento da demanda. Aqui destacamos a reintegração da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, abrindo um flanco necessário em termos de mercado de trabalho, mas também os bons resultados pedagógicos apresentados pela disciplina de estágio e pela divulgação do LES, o que não significa o descarte de aprimoramentos ou de que essa fórmula sirva para outras realidades acadêmicas. A experiência aqui relatada constitui-se em uma possibilidade elaborada para atender à formação do cientista social de uma instituição com total ênfase em pesquisa e que precisou voltar sua atenção para a formação do professor de Sociologia.

Há, com clareza, necessidade de inovações futuras, mas que precisam tornar-se objeto da conjugação entre condições objetivas (subsídio financeiro e recursos humanos disponíveis) e instauração da cultura de ensino no projeto individual dos docentes ali atuantes (envolvimento de maior número de professores com o ensino de Sociologia, projetos de pesquisa relacionados ao ensino etc.). Como exemplo dessas possibilidades pode-se citar, entre outras ideias, a possibilidade de interatividade virtual com professores da rede pública, a criação

de cursos temáticos de curta duração para alunos e professores e a elaboração de projetos interdisciplinares pelos alunos de licenciatura para serem desenvolvidos em escolas.

A existência de um espaço privilegiado como o LES cumpre uma tarefa cara ao curso de Ciências Sociais da USP, que durante muitos anos vinha secundarizando tal atribuição. As atividades ali realizadas servem não só como subsídio para a produção de material didático para os professores do Ensino Médio, mas também como reflexão acerca de modelos formativos das licenciaturas em Ciências Sociais, posto que visam incluir na agenda do curso a preocupação com uma espécie de iniciação científica à docência, articulando a formação inicial dos alunos com as questões abordadas no ensino escolar de Sociologia.

A formação de professores de Sociologia configura-se como área incipiente de estudos no Brasil, embora o interesse pelo tema venha aumentado nos últimos anos. Segundo levantamento feito por Handfas & Maçaira (2014: 52), "a formação do professor tem sido tratada em sua relação com questões do ensino. No entanto, só encontramos uma dissertação que se dedicou à relação entre bacharelado e licenciatura e seus impactos na formação do professor de sociologia". A conhecida intermitência da obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar durante o último século foi apenas um dos fatores que contribuíram para desestimular o campo das Ciências Sociais a se envolver efetivamente na formação para a docência. Ademais, a relevância de tal tarefa constitui-se em motivos de descrença para grande parte dos acadêmicos, ocasionando o afastamento de tais discussões ou tornando-as conjunturais.

Particularmente no caso da FFLCH da USP, o movimento inconstante de aproximação e afastamento das questões de ensino marca sua origem. O antigo Instituto de Educação, responsável pela formação de professores, é incorporado à instituição quando ela é fundada, em 1934, e transformado em Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, em 1938, até se constituir em Faculdade de Educação (Cf. Hey; Catani, 2006), desvinculando os estudos para a docência do científico e profissional. As controvérsias sobre a competência de tal tarefa também se concentravam em poucos protagonistas, eles mesmos objetos de polêmica, como visto no caso de Fernando de Azevedo, que assume a cadeira de Sociologia Educacional na Faculdade de Filosofia em um contexto bastante particular:

> A entrada de Azevedo na cadeira de Sociologia Educacional em 1938 se dá após o fechamento pelo governador Adhemar de Barros do IEUSP (Instituto de Educação da Universidade de São Paulo) e a garantia, por parte do

> governador, de que todos os professores catedráticos do Instituto seriam realocados para cadeiras em outras faculdades da Universidade. Tal entrada causa insatisfação por parte de Paul Arbousse Bastide que não pensa que a nova diretriz da Universidade deva aceitar membros da Escola Normal (ARBOUSSE-BASTIDE, 1981, p.84) e críticas dos adversários políticos de Azevedo, que não reconhecem seus méritos acadêmicos. (Tomei, 2015: 11).

Os embates no interior da Faculdade de Filosofia prosseguiram entre a formação científica, a profissional e a formação de professores para a escola básica, motivados por questões de natureza bem diversas, entre elas a entrada de setores médios ou em ascensão nos quadros universitários e em cursos de humanidades, reservando a setores de elite os cursos "nobres" (Cf. Hey; Catani, 2006). O imaginário aí construído e a prática social equivalente colocam em último plano a preocupação com o ensino baseado na exigência de formação específica, bem como separando, de certa forma, as esferas da ciência, da profissão (liberal) e da docência escolar. Assim exposto por Moraes (2003: 14):

> Desde então, aprofundando-se a partir de 1969 com a Reforma Universitária, que desintegrou de vez a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em várias faculdades, institutos e escolas (Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Matemática e Estatística, Escola de Comunicações e Artes, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e criou a Faculdade de Educação, há uma relação difícil entre o bacharelado e a licenciatura, constituindo cursos com objetivos diversos: um forma pesquisadores ou técnicos e o outro forma professores.

É certo que de lá para cá ocorreram mudanças institucionais, em que destacamos a mais recente no tocante à reforma das licenciaturas em todas as unidades da USP, fato que culminou com a elaboração do *Programa de Formação de Professores*, em 2004 (Cf. USP, 2004). A partir daí, como mencionado anteriormente, o cenário da formação de professores de Sociologia se altera em termos de concepção curricular, envolvimento de quadro docente e percepção por parte dos alunos, passando a ser uma tarefa dividida entre a FFLCH e a Faculdade de Educação.

Apesar da conjuntura adversa – formar professores como um setor pouco valorizado pela academia e de oferta instável no Ensino Médio – a proposta que vem sendo desenvolvida pelo LES baseia-se em uma concepção do sistema de ensino escolar e dos fenômenos educacionais como objetos de caráter científico e que demandam formação prática especializada. Assim, a tentativa é

concretizar a formação docente equilibrando os conhecimentos específicos das Ciências Sociais, as noções didáticas e pedagógicas e as metodologias de pesquisa e ensino. O conjunto deste trabalho de articulação entre pesquisa e ensino baseado na produção de recursos teóricos e repertórios didáticos tem gerado mudanças tácitas significativas para o desenvolvimento da formação docente no interior do curso de Ciências Sociais da USP.

O cenário de formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio: otimismo da vontade e pessimismo da inteligência?

A célebre frase do escritor e musicólogo francês Roman Rolland (1866-1944) nos serve de mote para expressar o cenário da formação de professores de Sociologia no Brasil, em que, muitas vezes, a necessidade de acreditar em mudanças suplanta os números com os quais nos deparamos. Essa contradição inerente vem acompanhando a produção na área, como veremos a seguir.

Ao analisar os estudos sobre a situação dos professores de Sociologia no Brasil, depreende-se que o quadro é bastante complexo. Segundo Moraes (2003), a campanha pela obrigatoriedade da disciplina escolar de Sociologia "novamente põe em contato os profissionais da área" e também faz ressurgir "o clamor por programas e materiais didáticos", prevalecendo o entendimento de que a reconquista do espaço da disciplina no currículo acarreta necessariamente no resgate de uma característica essencial que foi deixada de lado pelas Ciências Sociais brasileiras: a aproximação com a educação básica.

Nos últimos dez anos, mesmo que as Ciências Sociais brasileiras tenham continuado concentradas nos termos fixados pela qualificação e produtividade da pesquisa científica, no seu interior aportam-se muitas experiências voltadas para pensar o "problema" do ensino. Tal contexto tem impulsionado uma nova fase para as licenciaturas, emergindo novos referenciais para a formação de professores, a produção de materiais didáticos e paradidáticos, novos espaços dentro dos cursos e departamentos, novas formas de interface com escolas, professores e alunos do Ensino Médio, além de melhorar a formação inicial e abrir um campo de pesquisas para os cientistas sociais.

Apesar dessa guinada, um ponto de inflexão nos é apresentado pela pesquisa feita por Silva e Vicente (2014), que indica uma situação emblemática ao revelar o levantamento nada animador sobre a formação inicial dos professores que estão à frente da disciplina. Tal constatação se dá pela análise dos dados fornecidos pelo censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2012, ao demonstrar que somente

Contemporanea_V8n2.indd 651 14/12/2018 11:45

uma pequena porcentagem de professores possui a formação específica que deveria pautar o ensino na área, como exposto na Tabela 7:

Tabela 7 – Principais formações específicas dos professores de Sociologia no Ensino Médio

Título de Licenciatura / outros	**%**
Ciências Sociais	17, 92
História	17,14
Pedagogia	12,10
Filosofia	11,78
Geografia	8,09
Letras	3,96
Outras licenciaturas	4,02
Bacharelado em Ciências Sociais	2,68
Bacharelado em Pedagogia	2,44
Bacharelado em Direito	0,68

Fonte: INEP, 2012 *apud* Silva; Vicente, 2014.

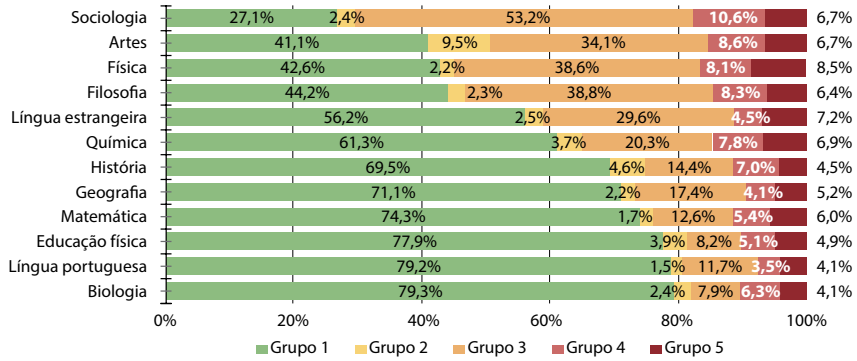
Tal configuração é assim compreendida por Silva e Vicente (2014):

> [...] ainda que a maior proporção de professores seja de licenciados em Ciências Sociais (17,92%), a soma de professores formados nos cursos de Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) é de apenas 20%. Um ponto positivo para o ensino de Sociologia é que a grande concentração de professores que lecionam possuem cursos de licenciatura e também fazem parte da área de Ciências Humanas. De tal modo, além de possuírem nos seus cursos de formação uma preparação didática, possuem como referência as Ciências Humanas (Silva; Vicente, 2014: 75).

Essas informações revelam um cenário bastante defasado de professores formados em Ciências Sociais e atuantes no Ensino Médio, ocultando ainda que esses números gerais agregam fortes discrepâncias regionais, relativas à distribuição entre os estados e entre as cidades de maior ou menor porte populacional e econômico. Segundo as notas estatísticas do censo escolar de 2017 (MEC, 2018: 19), persiste ainda grande inadequação da formação docente para a disciplina Sociologia no Ensino Médio, pois, "das disciplinas de Sociologia declaradas nas turmas de ensino médio, apenas 27,1% são ministradas por professores com a formação mais adequada", o que, nesse quesito, a coloca como o pior

resultado dentre as demais disciplinas escolares, cuja média é 70%. Leia-se, no gráfico, que o grupo 1 refere-se a professores com licenciatura na disciplina que lecionam, o grupo 2 de professores com bacharelado na área da disciplina, mas sem licenciatura, o grupo 3 comporta professores com licenciatura, mas não na disciplina que lecionam, o grupo 4 diz respeito a professores sem licenciatura ou bacharelado na área que lecionam e, por fim, o grupo 5 refere-se a docentes sem curso superior completo.

Gráfico 1 – Adequação da Formação Docente do ensino médio por disciplina – 2017



Fonte: Censo Escolar INEP/MEC (2018)

Outros autores, entre eles Handfas (2013), apontam um cenário de mudança, afirmando que há um movimento em curso no campo das Ciências Sociais que parece ter estimulado e aumentado a procura pela licenciatura. Uma das causas seria profissional, visto que se configura como uma nova alternativa no mercado de trabalho para os formados, um nicho ainda não saturado, pois a inclusão da disciplina no currículo é recente e a falta de professores licenciados é grande.

A esse respeito, desde 2005, o Programa de Educação Tutorial (PET) tem realizado levantamento junto aos alunos de graduação em Ciências Sociais da USP, revelando que a intenção dos ingressantes de realizar a licenciatura tem crescido exponencialmente. O fato é que o processo de adequação do curso para englobar atividades de formação de professores de Sociologia ainda está em andamento, como vimos na seção anterior, mas as experimentações têm corroborado a maior aproximação com as discussões de ensino de Sociologia, tanto para o conjunto de professores quanto para os discentes.

Em paralelo a esse crescimento da demanda por licenciatura, impulsionado nos últimos anos após o retorno ao currículo, tende-se a aumentar também os fóruns de debate acerca da formação do professor de Sociologia, o que já vem

ocorrendo em importantes congressos nacionais da área, como o Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB) e o GT Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).[11]

Muitas discussões, entretanto, continuam em aberto, entre elas a que diz respeito ao perfil profissional desejado e se haveria adequação dos cursos de graduação para oferecer essa formação, como apontaram Tânia Silva *et al.* (2009) ao analisarem a situação da licenciatura na Universidade Federal de Sergipe. Uma das indagações recorrentes, ainda, refere-se à compatibilidade entre a ênfase da graduação na formação para a pesquisa especializada em nível de pós-graduação e a formação para o ensino generalista voltado para a escola. Inclusive a possibilidade de inter-relação entre os papéis de pesquisador e de professor é evocada, em que emerge a defesa de uma atitude mais prática da Sociologia no Ensino Médio, um afastamento do gabinete por assim dizer.

Handfas e Teixeira (2007) apontam como questão crucial para pensar o ensino de Sociologia o cuidado que se deve ter no esforço de transposição de conteúdos, visando não minar o caráter científico da Sociologia na intenção de aproximação com a realidade dos alunos do Ensino Médio. Isto é, à licenciatura compete a tarefa de destacar novas formas de se ensinar Ciências Sociais na Educação Básica, demonstrando, na prática, sua preocupação com a variedade de intenções em relação aos desafios impostos pela *didatização* dos conhecimentos científicos. A clássica discussão dos fundamentos mesmos das Ciências Sociais é colocada em cheque, como exposto por Bernard Lahire:

> Eis uma série de questões que giram em torno da utilidade e da inutilidade efetivas ou desejadas da Sociologia, com as quais os pesquisadores são sempre inevitavelmente confrontados. Visto que ela tem sua atenção mais frequentemente voltada para sua própria sociedade e para os fatos que são contemporâneos ou que têm repercussões no mundo contemporâneo; visto que ela preenche, por vezes, funções críticas, e que seus resultados são geralmente legíveis pelos mesmos "objetos" de suas pesquisas, a Sociologia é uma ciência comumente forçada a passar tanto tempo a explicar e a justificar seus procedimentos e sua existência quanto a entregar os resultados de suas análises. A singular situação das Ciências Sociais é, portanto, particularmente desconfortável. Porque não somente é exaustivo ter de responder,

11 Conferir o trabalho de Oliveira (2016: 67), que assim qualifica o GT: "Trata-se de uma comunidade de pesquisadores cada vez mais ativa, que se articula a partir de outros espaços institucionais, e que se volta para um objeto que tem ganhado maior destaque nas discussões acadêmicas, dada sua relevância científica e social". Estão engajados no GT muitos daqueles considerados as principais referências nesse debate, não à toa mostra-se recorrente a citação a um grupo restrito de autores que discutem Ensino de Sociologia, e que atuam amiúde neste grupo.

> continuamente, a questão "para que serve?", como mais desconfortável ainda é o fato de que a resposta "isso não serve pra nada" está frequentemente na mente daquele que faz tal pergunta (Lahire, 2014: 47).

Para as autoras supracitadas (2007: 137), as propostas que defendem "processos educacionais impulsionados fundamentalmente pela experiência imediata ou pela prática cotidiana de seus agentes" podem resultar em retrocesso para o ensino de Sociologia, no sentido de separar a prática da teoria, quando o que se pretende é aproximá-las. Na mesma direção, Vargas (2013) tece críticas às práticas de ensino que utilizam os fenômenos cotidianos dos alunos como estímulo pedagógico, mas que não conseguem apresentar opções de interpretação apoiadas nos referenciais teóricos do campo disciplinar.

> Somente professores com uma sólida formação são capazes de sugerir materiais, referências e interpretações fundamentadas no arsenal teórico metodológico das ciências sociais, capazes de superar uma interpretação puramente subjetiva e vaga dos fenômenos discutidos. Essas práticas reforçam, de certa maneira, a ideia de que qualquer um é capaz de trabalhar os conteúdos da sociologia, já que os temas de que tratam concernem a todos e todos têm opiniões mais ou menos formadas a respeito deles. O desafio do trabalho do professor de sociologia é exatamente o oposto, de construir junto com os alunos uma interpretação que não seja apenas opinião (...) A grande dificuldade do trabalho do professor de sociologia é exatamente o de transitar entre esses diversos discursos e níveis de conhecimento, de saber reconhecê-los, de identificar suas características, diferenças e distintos alcances na apreensão da realidade (Vargas, 2013: 09).

Isso não quer dizer que as práticas de ensino de Sociologia devam ser pautadas apenas por transmissão de conteúdos teóricos. Seria apropriado encontrar um equilíbrio entre teoria e prática sem se deixar seduzir pelo pragmatismo nem pela erudição exacerbada. Ainda como ressalta Vargas (2013: 10), os "objetivos pragmáticos conspiram contra o ensino da Sociologia que raramente será considerado prático, sustentando-se muito mais numa preparação mais geral para a 'cidadania' e para uma convivência social crítica". É importante ter clareza, como assinalou o autor, que o desenvolvimento do olhar sociológico apurado é um projeto social e político mais abrangente que a formação dos alunos do Ensino Médio, referindo-se à construção dos agentes nas relações sociais.

Outros autores identificaram a desvalorização da função de professor em relação ao papel de pesquisador no interior das Ciências Sociais e os obstáculos

para a formação de pesquisadores que sejam também professores, principalmente em cursos que separam a licenciatura do bacharelado. Um ponto importante para discussão diz respeito à falta de prestígio acadêmico desse novo nicho de trabalho para sociólogos, que, no *ethos* preponderante entre os cientistas sociais, é visto como lugar ocupado por alunos despreparados para o enfrentamento da abstração teórica e mais afeitos à razão prática. Como observamos no caso da USP, também Silva *et al.* (2009) apontaram a divisão existente no interior dos cursos:

> Em geral, há em muitos casos uma hierarquia velada nos cursos de Ciências Sociais e/ou Sociologia atribuindo à licenciatura um status menor em relação ao bacharelado, essa tem sido uma queixa comum feita pelos estudantes e professores de várias instituições do país nos inúmeros fóruns e encontros realizados onde a temática foi colocada. (...) Outra questão a ser discutida diz respeito à valorização das duas formações no âmbito de muitas instituições de ensino superior. Parece haver em algumas instituições de ensino uma valorização menor da licenciatura em relação ao bacharelado que passa a ser visto tanto pelo corpo docente como pelos alunos como uma formação melhor. A licenciatura seria "o caminho natural" dos alunos considerados mais "fracos" e que não estariam aptos a enfrentar a monografia de conclusão de curso. Ou seja, por aqueles que "não tem perfil acadêmico", "vocação para pesquisadores", portanto para a carreira acadêmica (Silva et al., 2009: 08).

Em pesquisa realizada com docentes de cursos superiores de Ciências Sociais acerca da formação de professores para o Ensino Médio, Silva *et al.* (2009) demonstram que eles não se sentem responsáveis pela Licenciatura, delegando essa responsabilidade para as disciplinas de prática de ensino ministradas em departamentos ou faculdades de Educação, sendo mais marcante tal característica entre os docentes das áreas de Antropologia e Ciência Política. Nesse item, também constatamos, como demonstrado anteriormente, situação similar com a experiência da Licenciatura da USP, em dois aspectos: a inserção de atividades de formação de professores no espaço da graduação centra-se na área de Sociologia e as escolhas das temáticas dos alunos para a realização das atividades didáticas também se concentram nesse domínio.

Cabe ressaltar que a falta de prestígio social da profissão de professor no Brasil, de maneira geral, poderia ser apontada como um dos fatores culturais que contribuem negativamente para desqualificar o ensino de Sociologia no âmbito acadêmico, reforçando a distinção entre os que pensam e os que "se limitam a ensinar" (Handfas, 2013: 390). Com essa visão bastante arraigada, a

questão que merece relevo, aqui, refere-se a como não tornar essa ladainha um fator de imobilidade para inovações que precisam ser realizadas no interior dos cursos de formação acadêmica.

Se hierarquias foram geradas entre pesquisa-ensino-extensão, se fatores relativos à estruturação da carreira acadêmica reforçam a predominância da pesquisa acadêmica publicada em relação à formação profissional, se critérios avaliativos desqualificam a função de ensino, estes elementos constituem-se em dados objetivos que devem ser considerados. Nessa circunstância, a formação de professores não pode ficar refém da espera de uma transformação estrutural, ainda mais ao se considerar o crescimento da demanda por professores qualificados e as necessidades postas pelo mercado de trabalho. Assim é que entendemos que a experiência que ora analisamos possa contribuir para os estudos da área.

Considerações finais

> [Os alunos] *não se contentavam em recitar uma sequência de palavras, já não era somente uma questão de guardar na memória, era na inteligência da língua, da língua de outro, o pensamento de um outro. Eles não recitavam* Emílio*, eles restituíam o raciocínio de Rousseau (...) é o vaticínio imprecatório de Jean-Jacques que se exprime pela sua boca!*
>
> Daniel Pennac, *Diário de Escola*, 2008.

A perspectiva aqui desenvolvida como reflexão de uma prática que vem se desenvolvendo comporta a epistemologia de como entendemos e de como nos posicionamos no processo relativo ao ensino de uma disciplina como a Sociologia. Sujeita a embates internos ao campo disciplinar, que na configuração atual desfavorece as questões de ensino, também é atingida no espaço da educação básica ao ser desprovida de importância diante das consideradas "disciplinas soberanas", como Português e Matemática, ou de suas parceiras das Ciências Humanas, como História e Geografia. Agrega-se a isso a resistência da população em geral, devido às questões ideológicas inerentes aos estudos sociológicos, como assinala Vargas (2013), ou ainda à própria construção midiática associada a setores sociais conservadores, que atacam as disciplinas de cunho crítico considerando-as nefastas à formação dos jovens, expressa nos movimentos Escola sem Partido, Universidade sem Partido, entre outros.

A interface buscada entre o *habitus* desenvolvido no curso de graduação, o *ethos* que envolve a organização do currículo e a prática dos docentes e os

princípios simbólicos relativos à hierarquia do campo disciplinar comandaram a estruturação da experiência. Como previsto inicialmente, as mudanças ocorridas com as ações na Licenciatura refletiram, sobretudo, no conjunto do curso de Ciências Sociais, colaborando para a construção da legitimidade da área no seio das preocupações consagradas.

Outro aspecto relevante que se busca evidenciar diz respeito ao desenvolvimento da interface entre conhecimento científico e transmissão escolar, no interior de uma instituição voltada à pesquisa acadêmica de alto nível, como possibilidade de inversão do papel do aluno passivo, que está recebendo/ absorvendo conhecimento, para o papel do aluno produtor de um tipo de conhecimento diferente, qual seja, aquele relativo ao ensino e aprendizado escolar. Pressupondo o professor como aquele que deve mediar a interface entre dois universos tão próximos e tão distantes, o desafio reside em levar o licenciando a entender que a tarefa de aprender e o procedimento de ensinar são práticas que exigem exercícios, constituindo-se em processos de internalização de um olhar sociológico.

Tal olhar demanda conhecimento profundo e familiaridade com os objetos e as questões da área, porém esta construção não pode ser a mesma exigida no contexto da educação básica. Acreditamos tratar-se de levar os alunos em formação rumo a um caminho de autoria e autonomia, cuja finalidade é criar modelos próprios de *didatização* que expressem a incorporação – mesmo que por vezes simplificada – das teorias, objetos e métodos das Ciências Sociais e a consequente transposição no ensino escolar. Mesmo que tal empreitada não seja muito fácil de concretizar, posto que a experiência nos revele dezenas de meios distintos para se conseguir produtos intelectuais que deem conta de tal dinâmica, o escopo consiste em transformar "abstrações" em objetos de ensino, realizando uma ação prática para revelá-los "ensináveis, ou seja, acessíveis aos professores e seus alunos" (Chatel; Groose, 2014: 108).

Assim, o trabalho no LES passou a ter um objetivo bastante pragmático de elaboração de material didático, uma novidade também para o aluno, que precisa pensar em algo definido e aplicável, rompendo muitas vezes com a lógica abstrata da ciência, dominante no seu processo de formação acadêmica. Contudo, essa talvez seja uma possibilidade de enfrentar o desafio de junção da teoria com a prática, que tanto se professa, sem se afastar das bases epistemológicas que norteiam o campo científico, experiência com a qual esperamos contribuir para a formação de qualidade dos professores de Sociologia.

Contemporanea_V8n2.indd 658 14/12/2018 11:45

Referências

ALMEIDA, Ana Maria F. de; HEY, Ana Paula. Sociologia da Educação: olhares sobre um campo em ascensão. In: Miceli, Sergio e Martins, Carlos Benedito (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje II*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2018, pp. 253-310.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia* (Org. ORTIZ, Renato; Coord. FERNANDES, Florestan). São Paulo, Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. (Org. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio). Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção:* crítica social do julgamento. São Paulo, Ed. USP; Porto Alegre, Zouk, 2008 [1979].

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF, MEC, 1996.

BRASIL. *Resolução n. 01, de 18 de fevereiro de 2002*. CNE, Brasília, DF, 2002.

CHATEL, Elisabeth.; GROOSE, Gérard. O Ensino Sociológico nos Estabelecimentos de Ensino Médio: entre problemas sociais e sociologia acadêmica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 39, n. 1, jan-mar 2014, pp. 99-111.

COMIN, Álvaro.; BARBOSA, Rogério. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos estudos – CEBRAP.* São Paulo, n. 91, novembro 2011, pp. 75-95.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – USP. *Projeto Pedagógico das Licenciaturas,* 2014. HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. *Inter-legere*, Natal, n. 13, jul-dez 2013, pp. 386-400.

FAZIO, Luísa Helena M. de. Questões acerca da Sociologia da Educação no Brasil – Uma entrevista com Ana Paula Hey. *Revista Eventos Pedagógicos*. Sinop, MT, v. 9, n.3, nov-dez 2018, pp. 1280-1304.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. *BIB*. São Paulo, n. 74, 2º semestre de 2012, publicada em julho de 2014, pp. 43-59.

HANDFAS, Anita.; TEIXEIRA, Rosana Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. *Mediações*. Londrina, v. 12, n. 1, jan-jun 2007, pp. 131-142.

HEY, Ana Paula.; CATANI, Afrânio Mendes. A USP e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, Marília (Org.). *A universidade no Brasil*: concepções e modelos. Brasília, INEP, 2006, pp. 295-312.

ISA – International Sociology Association. 17th Brazilian Congress of Sociology, Newsletter July 2015. Disponível em: <https://www.isa-sociology.org/uploads/files/17th_brazilian_cs_2015.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 45, n. 1, jan-jun 2014, pp. 45-61.

LIEDKE FILHO, Enno D. Brazilian Sociology: contemporary epistemologicaltheoretical and institutional trends. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 1, Selected Edition, 2006. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_soc/v1nse/scs_a02.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. Estudos sociológicos sobre educação no Brasil (comentário crítico). In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* (1970-2002) – v. 4. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 2002, pp. 439-455.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 51, n. 3, set-dez 2015, pp. 251-260.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo Escolar 2017: notas estatísticas*. Brasília, INEP/MEC, 2018.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*. São Paulo, v. 15, n. 1, abril 2003, pp. 5-20.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Estudos sociológicos sobre educação no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* (1970-2002). v. 4, São Paulo, Sumaré/Anpocs, 2002.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de sociologia na SBS. *Revista Teoria e Cultura*. Juiz de Fora, v. 11, n. 1, jan-jun 2016, pp. 55-70.

PENNAC, Daniel. *Diário de escola*. São Paulo, Rocco, 2008 (240).

SANTOS, Mario Bispo dos. O PIBID na área de Ciências Sociais: condições epistemológicas e perspectivas sociológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2014, pp. 55-79.

SILVA, Ileisi.; FIORELLI, Luciana. O ensino das ciências sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury C. de (Org.). *Coleção explorando o ensino de Sociologia*. Brasília, MEC, 2010, pp. 23-31.

SILVA, Ileisi.; VICENTE, Daniel Vitor. Quadro nacional dos docentes de sociologia no ensino médio: desafios da formação docente entre textos, dados e contextos. *O público e o privado*. Fortaleza, n. 24, jul-dez 2014, pp. 69-80.

SILVA, Tania Elias M. *et al*. Sociólogo-professor: novos desafios para a formação profissional. *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. GT07 – Ensino de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

TOMEI, Francesco. *Fernando de Azevedo, durkheimiano brasileiro?* Relatório de pesquisa de iniciação científica desenvolvido junto à FFLCH/USP. FAPESP, 10/01/2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Programa de Formação de Professores.* Pró-Reitoria de Graduação da USP, Comissão Permanente dos Cursos de Licenciatura, São Paulo, USP, 2004.

_____. Laboratório de Ensino de Sociologia (LES). *Usp ensina Sociologia.* Disponível em: <www.ensinosociologia.fflch.usp.br>. Acesso em: 14 nov. 2018.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. O ensino de sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. In: SCHWARZ, Vera Lúcia Dos Santos. (Org.). *Educação básica: Um debate teórico sobre o ensino da sociologia*. Porto Alegre, UFRGS, 1ª edição, 2013.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus* (Dossiê Pierre Bourdieu). *Educação & Linguagem*. São Bernardo do Campo, SP, ano 10, n. 16, jul-dez 2007, pp. 63-71.

_____. H*abitus.* In: CATANI, Afranio Mendes.; NOGUEIRA, Maria Alice.; HEY, Ana Paula.; MEDEIROS, Cristina. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017, (400).

Recebido em 20/03/2017
Aprovado em 19/02/2018

Como citar este artigo:

HEY, Ana Paula; FERREIRA, Eduardo Carvalho e MORAES, Maria Regina Cariello. Entre ciência e docência? A experiência da USP para formar professores de Sociologia. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 635-661.

Resenhas

Contemporanea_V8n2.indd 663 14/12/2018 11:45

Contemporanea_V8n2.indd 664 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.076
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 665-671
Jul.–Dez. 2018

Resenhas

A visão de Wolfgang Streeck sobre o capitalismo contemporâneo

Pedro Mendes Rufino Barbosa[1]

Resenha do livro:

STREECK, Wolfgang. *How Will Capitalism End?: Essays on a Failing System*. London, Verso, 2016, 272 p.

Introdução

O livro *How will capitalism end?* é composto por uma série de ensaios e artigos escritos pelo sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2016). Como sugere o título, a tese central subjacente ao livro refere-se ao colapso do capitalismo; tese que também foi anunciada por autores como Marx, Polanyi e Schumpeter. Por isso, Streeck (2016: 57) se previne: "Se a história provar que estou errado, pelo menos estarei em boa companhia".[2] Mas a discussão do autor perpassa também questões como a crise da democracia, alentada pelo capitalismo, bem como a crítica referente à vertente teórica *variedades de capitalismo*. Esta resenha, então, se organizará a partir desses três eixos para, finalmente, discutir os limites e as potencialidades do argumento de Streeck (2016) como um todo.

O Fim do Capitalismo

O cerne do argumento de Streeck (2016) diz respeito à fragilidade do capitalismo contemporâneo que, desde 1970, tem sofrido uma série de crises, sendo

1 Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP- UERJ) – Rio de Janeiro, RJ – Brasil – mrbarbosa.pedro@gmail.com

2 Tradução livre.

Contemporanea_V8n2.indd 665 14/12/2018 11:45

a de 2008 apenas a mais recente. Isso revelaria, por sua vez, que a prosperidade capitalista testemunhada no pós-guerra tem mostrado seu esgotamento desde a década de 1980. No entanto, diferente de Marx, para quem o colapso capitalista culminaria no comunismo, Streeck (2016) não acredita nessa transição, mas pressupõe apenas a autodestruição do sistema em função de suas próprias contradições, sem prever, porém, qual sistema o sucederia.

Os sintomas de tais contradições se manifestam em cinco fontes de desordem no sistema: 1) a queda das taxas de crescimento, principalmente entre os países industrializados, fenômeno que dificulta a sustentação do sistema capitalista e a sobrevivência dos indivíduos nele; 2) a ampliação das desigualdades de renda e a consequente oligarquização das sociedades, isto é, a formação de uma elite cada vez mais rica com uma crescente parte da população padecendo na pobreza; 3) a cada vez mais explícita corrupção do sistema, propagada pela crescente financeirização da economia, como testemunhado na crise de 2008, que corrói a sua legitimidade ética; 4) o acelerado endividamento dos Estados capitalistas à solução para o qual tem se implementado programas de austeridade rígida que retiram direitos sociais e promovem a privatização de serviços públicos; 5) o advento de uma ordem internacional multipolar e os efeitos das tentativas dos Estados Unidos de retomar a hegemonia global; ambos os fatores contribuem para uma maior instabilidade geopolítica.

Dentre esses sintomas, Streeck (2016) enfatiza a crise fiscal dos Estados cuja origem se processa no fim da década de 1970. Em contraposição ao que prega a ortodoxia econômica, essa crise não decorre do gasto crescente com provisões sociais compelido pela dinâmica eleitoral, pressão de sindicatos e a ação de partidos socialdemocratas. O autor demonstra, a partir de dados, que o processo de endividamento dos Estados deu-se justamente quando do enfraquecimento desses atores políticos durante a década de 1980. A crise fiscal coincidiria senão com as dinâmicas de financeirização e globalização, em reflexo das quais asseverou-se a competividade entre as economias domésticas. No intuito de atrair investimentos, os governos promoveram uma série de desonerações de pessoas físicas – indivíduos com alta renda – e jurídicas, prática que redundou na perda do poder de arrecadação dos Estados, tornando-os vulneráveis ao crescente endividamento.

Com efeito, mesmo com a queda da capacidade orçamentária, quando se irrompe uma crise econômica, os Estados são pressionados a estabelecer um ajuste fiscal. Conforme Streeck (2016), estes constituem momentos cruciais por meio dos quais os donos do capital tentam privatizar serviços públicos. Em essência, o ajuste fiscal representa um mecanismo de reconquista de credibilidade

frente ao mercado financeiro, impelindo o Estado a demonstrar sua capacidade de honrar a dívida pública enquanto condição para voltar a receber investimentos. A essa dinâmica Streeck (2016: 131) chama de *consolidation state*:

> Um Estado de consolidação consolidado é aquele que conseguiu institucionalizar um compromisso político e construir uma capacidade política para nunca descumprir sua dívida, projetando uma determinação intransigente de colocar suas obrigações para com seus credores acima de todas as outras obrigações.

Em suma, para Streeck (2016), trata-se de uma estrutura político-institucional de controle do mercado financeiro sobre o Estado para que este atenda às demandas daquele.

Capitalismo e democracia

Nesse sentido, Streeck (2016) retoma a discussão clássica nas Ciências Sociais referente à relação entre capitalismo e democracia. Se Marshall (1967) e, mais recentemente, Acemoglu e Robbinson (2012) identificam uma relação consonante entre tais instituições, Streeck (2016)"number-of--pages":"272","source":"Amazon","event-place":"London","abstract":"The provocative political thinker asks if it will be with a bang or a whimperAfter years of ill health, capitalism is now in a critical condition. Growth has given way to stagnation; inequality is leading to instability; and confidence in the money economy has all but evaporated.In How Will Capitalism End?, the acclaimed analyst of contemporary politics and economics Wolfgang Streeck argues that the world is about to change. The marriage between democracy and capitalism, ill-suited partners brought together in the shadow of World War Two, is coming to an end. The regulatory institutions that once restrained the financial sector's excesses have collapsed and, after the final victory of capitalism at the end of the Cold War, there is no political agency capable of rolling back the liberalization of the markets.Ours has become a world defined by declining growth, oligarchic rule, a shrinking public sphere, institutional corruption and international anarchy, and no cure to these ills is at hand.","ISBN":"978-1-78478-401-o","shortTitle":"How Will Capitalism End?","language":"English","author":[{"family":"Streeck","given":"Wolfgang"}],"issued":{"date-parts":[["2016",11,29]]}},"suppress-author":true}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"} , por contraste, aponta uma relação de conflito. Este autor observa que os donos do capital sempre foram relutantes

em relação à democracia. Apenas cederam à expansão do sufrágio universal, entre o fim do Século XIX e o início do Século XX, em função da pressão de uma classe trabalhadora ascendente. Foi a correlação de forças, conformada neste período histórico, que permitiu a democracia servir de instrumento decisivo de controle, por parte da classe trabalhadora, diante da supremacia dos interesses dos donos do capital. Por isso, a relação harmoniosa entre democracia e capitalismo observada no ocidente, durante o pós-guerra, representaria uma anormalidade e decorreria em grande medida do extraordinário crescimento econômico observado nesse período. Mais especificamente, a abundância econômica do pós-guerra teria se projetado como condição decisiva para a contenção dos conflitos de interesses na sociedade.

Entretanto, para Streeck (2016), a condição normal do capitalismo expressa-se nas crises, ao invés de períodos de crescimento econômico. Em tempos de crise, torna-se mais difícil administrar os interesses dos diversos setores sociais, razão pela qual a relação entre capitalismo e democracia tende a ser frequentemente conflituosa. Ilustrativo disso é que a austeridade fiscal figura como o principal "remédio" imposto pelo mercado financeiro para contornar crises. Nesse cenário, como afirma o autor, "a capacidade dos Estados Nacionais de mediar os direitos dos cidadãos e as exigências de acumulação de capital tem sido severamente afetada" (Streeck, 2016: 91).

Na verdade, o autor salienta que tais conflitos não se circunscrevem aos limites nacionais. Uma vez que as dinâmicas de investimentos e da dívida pública estão em relação com o capitalismo global, logo a democracia tem que lidar também com interesses internacionais. De acordo com Streeck (2016), o que se observa, na prática, é a supremacia de uma elite internacional financeira que, por meio de organismos internacionais, limitam a ação dos governos para pressioná-los a atender suas exigências. Para tanto, impõe-se, inclusive, a suspensão da democracia como se testemunhou na Grécia, em Portugal e Irlanda.[3]

Ainda a propósito da relação entre democracia e capitalismo, Streeck (2016) analisa que a lógica do consumo propagada pelo contexto pós-fordista tem desestimulado a participação política nas sociedades afluentes. Numa linha de raciocínio similar à habermasiana,[4] o autor sustenta que a lógica de consumo perpetua uma cultura centrada apenas na satisfação individual, sob a qual a preocupação com os bens coletivos reveste-se de pouca relevância e, por consequência, torna desinteressante a participação política. Mais do que isso, mesmo

3 Streeck (2016) refere-se aqui à imposição de uma agenda econômica e fiscal, por parte da União Europeia, oposta ao programa político eleito democraticamente pelas sociedades dos referidos países.

4 No sentido da tese da colonização do mundo da vida.

quando os indivíduos decidem participar, a lógica do consumo prevalece, de modo a se vincular exclusivamente a pautas individuais ou sectárias, desvanecendo-se de orientação ao público. Quanto a esse fenômeno, Streeck (2016: 111) o caracteriza como "penetração dos modernos hábitos de consumo na esfera pública". O resultado disso seria a fragmentação da organização política diante da esfera pública cujo efeito recai sobre o enfraquecimento da concepção de provisão pública diante da privada típica ao mercado. Isso é prejudicial para a sustentação da cidadania, para os estratos sociais mais pobres e dependentes de provisão pública. Finalmente, ao enfraquecer a preocupação com as questões coletivas, desestrutura-se, por sua vez, a própria democracia.

Variedades de capitalismo

Do ponto de vista metodológico, Streeck (2016) é crítico à perspectiva de *variedades de capitalismo*, que pensa o capitalismo de forma circunscrita aos arranjos políticos-institucionais voltados para promover eficiência econômica. Evocando Marx ou mesmo Smith, o autor argumenta que no capitalismo subjaz uma dinâmica própria, independente das estruturas institucionais, tal como a sua tendência de expansão e a sua constante necessidade de acumulação. Ainda que sob contextos político-institucionais munidos de maior aparato regulatório – característica das *economias coordenadas*, assim chamadas pela vertente de *variedades de capitalismo* – a capacidade de controle, porém, é débil, pois não consegue acompanhar a rapidez das transações econômicas e, em tempos de globalização, esbarra nos limites de jurisdição. Além disso, a unidade de análise dessa vertente teórica repousa sobre os Estados nacionais, de cuja comparação tenta-se deduzir o primado da política sobre a economia enquanto fator explicativo da dinâmica capitalista. Contrário a essa posição, Streeck (2016) endossa uma teoria inversa, conforme a qual o capitalismo se sobrepõe aos fatores político-institucionais, na medida em que estabelece uma relação de interdependência e influência mútua entre economias domésticas. Às análises comparativas centradas nos Estados nacionais passam despercebidos os efeitos dessa relação. Ao mesmo tempo, o capitalismo se configuraria por certa unidade, razão pela qual Streeck (2016) discorda do conceito de *variedades de capitalismo*, pois, ao fim ao cabo, existiria apenas uma forma de capitalismo. Nessa linha de raciocínio, o autor constata a inocuidade inerente à busca por formas melhores de capitalismo; a única solução seria substituí-lo por um sistema alternativo.

Finalmente, vale dizer que o autor também critica a perspectiva econômica neoclássica, que pensa o capitalismo enquanto sistema econômico hermético,

apartado, portanto, das relações sociais. Ao contrário, o capitalismo está imbricado nessas relações inclusive no que diz respeito ao aspecto moral com o qual se legitima a ordem econômica na sociedade; daí a limitação das Ciências Sociais em compreender esse fenômeno, dada a divisão de trabalho entre as disciplinas que conferiu à Economia a exclusividade de estudá-lo. Nesse sentido, esse modo de produção constituiria um campo estruturante da sociedade, afetando-a em todas as suas dimensões.

Potencialidades e limitações

No que diz respeito ao ponto central levantado pelo livro, há que se salientar que, em nenhum dos artigos, Streeck (2016) responde efetivamente a pergunta expressa no título: "Como o capitalismo irá acabar?". Embora identifique contradições e pontos de conflito, o autor não apresenta elementos substantivos que sustentem a tese do colapso capitalista. Certo é que tensões sempre permearam em alguma medida o capitalismo, como frequentemente Marx indicou. Resta exprimir, porém, as razões pelas quais as tensões contemporâneas, diferentemente das de outrora – como as apontadas por Marx –, tornaram-se, então, suficientes para culminar no esgotamento do sistema agora. A essa questão, entretanto, Streeck (2016) não elucida.

Por outro lado, o autor apresenta dados que embasam o conceito de *consolidation state* por ele formulado. De fato, a análise temporal dos dados revela a crescente tendência de endividamento dos Estados, sobretudo após 1970. E, correlacionado com isso, expressa o processo de contensão fiscal a que se submeteram justamente para honrar tais dívidas.

Por esse ponto de vista, o autor expõe uma análise desafiadora à Ciência Política no que diz respeito às ameaças do capitalismo financeiro à democracia. Desafiadora, pois, traz a importância dos agentes do mercado – especialmente do financeiro – nas decisões tomadas por governos democráticos, dimensão frequentemente negligenciada pelos cientistas políticos. Ou seja, põe a questão sobre como as ambições do mercado e seus artifícios de controle sobre o Estado podem corromper o princípio da soberania popular democrática. Nesse mesmo sentido, Streeck (2016) levanta aspectos relevantes a respeito de como a globalização abre margem para a interferência de interesses capitalistas externos sobre escolhas tomadas democraticamente no âmbito doméstico. Em suma, o autor reinsere o debate sobre a compatibilidade entre democracia e capitalismo, atualizando-o ao destacar os desafios trazidos pela manifestação contemporânea deste sistema de produção.

Por último, cabe dizer que é pertinente a crítica de Streeck (2016) quanto às mazelas da divisão de trabalho na área das Ciências Sociais, sobretudo quando observa os "pontos cegos" analíticos delimitados pelas fronteiras disciplinares. Fronteiras estas incapazes de captar a complexidade subjacente a um fenômeno social tal qual o capitalismo, cuja compreensão, por exemplo, a análise estritamente econômica revela-se insuficiente. Esta não é uma crítica nova, trata-se de uma expressa influência de Polanyi (1980) em cujo trabalho clássico, *A Grande Transformação*, já se critica o liberalismo econômico pelo seu viés economicista. Da mesma maneira, a análise de Streeck (2016) também ecoa a crítica de Piketty (2014) de que o capitalismo e as questões a ele relacionadas não deveriam ser objeto de estudo exclusivo dos economistas, senão estarem sujeitos ao escrutínio dos cientistas sociais de uma forma geral.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*. Tradução Cristiana Serra, 1. ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1967, pp. 61–111.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty First Century*. Tradução Arthur Goldhammer. Cambridge Massachusetts, Belknap Press, 2014, 685 p.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, 337 p.

STREECK, Wolfgang. *How Will Capitalism End?: Essays on a Failing System*. London, Verso, 2016, 272 p.

Recebido em 05/02/2018
Aprovado em 07/11/2018

Como citar esta resenha:

BARBOSA, Pedro Mendes Rufino. A visão de Wolfgang Streeck sobre o capitalismo contemporâneo. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 665-671.

Contemporanea_V8n2.indd 672 14/12/2018 11:45

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.077
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 673-677
Jul.–Dez. 2018

Resenhas

O Brasil e a construção de uma ideologia sustentável

Francisco Laurimar do Nascimento Andrade[1]

Resenha do livro:

DRUMMOND, José Augusto. *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 1ª ed. 144 p

José Augusto Drummond nasceu em New York City (EUA), em 1948. É filho de pais brasileiros e cariocas e tem cidadania norte-americana e brasileira. Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (Niterói), em 1975. Fez seus estudos de pós-graduação nos EUA (Mestrado em *Environmental Science*, pela *The Evergreen State College*, Olympia, Washington (EUA), concluído em 1988; Doutorado em *Land Resources*, pela *University of Wisconsin*, Madison (EUA), concluído em 1999). Desde 2004 é professor da Universidade de Brasília, lotado no Centro de Desenvolvimento Sustentável, no qual é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. É coeditor da revista científica *Sustentabilidade em Debate.* É autor ou coautor de mais de 60 artigos científicos; autor, coautor, organizador ou coorganizador de 21 livros; autor ou coautor de 29 capítulos de livros.

O livro aqui resenhado é composto por dois capítulos que trazem à tona uma resposta crítica e minuciosa ao relatório de Miranda *et al.* (2008), membros de uma das unidades da Embrapa chamada "Embrapa Monitoramento por satélite". A obra é uma edição própria e autêntica, publicada pela primeira vez

1 Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) – Capanema – Brasil – laurimarangel@hotmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 673 14/12/2018 11:45

como livro de cunho crítico. Para tornar o texto apto a uma publicação na forma de livro, o autor incorporou novos dados a cada um dos capítulos para enriquecer a discussão. Drummond coletou vários dados em *sites* de órgãos governamentais e *sites* independentes, além de pesquisas feitas por ele próprio ao longo do desenvolvimento do livro. Também inúmeras sugestões de pesquisadores foram acrescentadas à discussão, sem falar nas leituras críticas em diversas versões feitas por colegas de Drummond. Outros textos de apoio foram usados para incorporar uma discussão mais firme à versão final do livro.

A priori, Drummond não tinha a intenção de publicar um livro de caráter crítico-explicativo. No entanto, os seus textos ganharam uma abrangência inimaginável e notória no decorrer das revisões. No início, Drummond escreveu o primeiro texto chamado "Áreas protegidas *versus* áreas ocupadas por atividades produtivas e infraestrutura no Brasil – há espaço para todos?" para ser uma pequena "resenha crítica" ao relatório de Miranda e colaboradores, porém, o texto incorporou dados importantes que o próprio autor levantou. O segundo texto , chamado "A biodiversidade como patrimônio – uma discussão social e cultural" surgiu como apoio a uma disciplina ministrada pelo autor. Nesse impasse de utilidades, Drummond decidiu publicar os dois textos como capítulos independentes de um mesmo livro.

O livro de Drummond é provocativo. A discussão é bem orquestrada na defesa de que sempre houve e sempre haverá espaço geográfico suficiente para abrigar diversas áreas, sejam elas protegidas ou produtivas. Apontando as falhas do relatório dos pesquisadores da Embrapa, o autor conseguiu criticá-los de várias formas, principalmente por meio da defesa da ideia de que as áreas protegidas não são exclusivamente para proteção da biodiversidade natural. Essas áreas são passíveis também de atividades agrícolas e, por vezes, de atividades de mineração, em pequena escala, além do extrativismo e da criação de pequenos animais.

No primeiro capítulo, a intenção de Drummond é mostrar que o Brasil tem extensão territorial suficiente para abranger tanto atividades agropecuárias como outros usos da terra, inclusive a proteção da biodiversidade natural. As observações do autor são fascinantes do ponto de vista territorial e ambiental do Brasil, pois mostram todo um contingente de atividades produtivas que conseguem crescer mesmo em extensas áreas com biodiversidade "natural". Ao contrário do que afirmam Miranda *et al.* (2008), Drummond consegue mostrar que as áreas ocupadas pela biodiversidade não impedem o crescimento das atividades produtivas agrícolas. Além disso, existem barreiras que realmente atrapalham o desenvolvimento agropecuário, como as instalações de infraestrutura,

por exemplo, que abrangem extensas áreas e tornam o espaço que ocupam indisponíveis para a agricultura.

Apesar de controverso em vários aspectos, o relatório de Miranda e colaboradores, de acordo com Drummond, vem ganhando cada vez mais apoio desde que foi publicado, principalmente de pesquisadores que são contra as áreas protegidas. Entretanto, o apoio vai muito além do meio científico, pois também perpassa os meios político e econômico. A "bancada ruralista" presente no Congresso Nacional, por exemplo, já apresentou e debateu tal relatório, mostrando total apoio aos seus autores e à ideologia por eles apresentada. Nesse momento, Drummond é motivado a defender o seu ponto de vista, e, para isso, ele faz uma análise minuciosa sobre as atividades que podem ser desenvolvidas dentro de cada denominação das ditas áreas protegidas.

As UCs (Unidades de Conservação), por exemplo, são erroneamente generalizadas no relatório de Miranda e coautores, já que esses pesquisadores afirmam que as UCs, como um todo, impedem o desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil, deixando de atentar para o fato de que existem basicamente 12 tipos de UCs, divididas em dois grupos – as de proteção integral e as de uso sustentável. As UCs de proteção integral realmente impedem o avanço agropecuário em áreas onde estão instaladas, mas a sua extensão territorial representa apenas um terço da área ocupada por UCs, sendo que os outros dois terços são representados por UCs de uso sustentável, nas quais é permitido o uso para atividades produtivas e de infraestrutura.

O autor também critica a mudança de leis já consagradas, como a recente aprovação da Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, que revogou o Código Florestal, no qual a principal alteração foi a redução das áreas de proteção permanente e das reservas legais. Para Drummond, a preservação da natureza é um preço a ser pago por qualquer sociedade que queira se integrar à modernidade, haja vista que o uso sustentável dos recursos naturais é um tema cada vez mais presente no atual cenário de mudanças climáticas.

O autor admite que existem impedimentos ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil, mas esse empecilho se encontra nas áreas abandonadas e subutilizadas e nas atividades industriais. Os argumentos de Miranda e colaboradores, por mais que pareçam "modernos", estão embasados em uma visão colonial e pós-colonial, na qual se pregava a expansão "horizontal" das áreas cultivadas, em oposição à expansão "vertical", pela qual se gera um aumento da produtividade e, consequentemente, agregação de valor.

Outro aspecto criticado no livro é o "acobertamento" do fato de que grandes áreas foram abandonadas após anos de usos inadequados pela agropecuária. É

explícito que Miranda e colaboradores não se preocuparam em "amarrar" todos os pontos dos seus argumentos, pois deixaram de contabilizar, segundo Drummond, 200 milhões de hectares (23% do território nacional) considerados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como abandonados. Por outro lado, os autores da Embrapa dão grande destaque aos 23% do território brasileiro que estariam disponíveis para as atividades agropecuárias, considerado por eles um percentual extremamente baixo. Mas, rompendo com essa visão pessimista, Drummond mostra que os 23% subestimados é um contingente de terras significativo, considerando a extensa fronteira territorial do Brasil e a quase que total ausência de fatores ambientais adversos.

No segundo capítulo, o autor sustenta a hipótese de que a biodiversidade é constituída pelo processo histórico de evolução, sendo que as ações antrópicas, principalmente as de finalidades agropecuárias, não acrescentam em nada ao valor natural da biodiversidade, valor esse insubstituível e independente ao *Homo sapiens*. Além disso, a discussão sustenta que a biodiversidade natural não foi construída pelo homem e, tampouco, pode ser por ele renovada, devendo ser analisada como patrimônio "externo". Um termo bastante encontrado na discussão do segundo capítulo é *agrobiodiversidade*, ou seja, a diversidade de organismos vivos ou não que são manipulados pelo homem e, por vezes, considerados parte integrante da biodiversidade natural. Porém, o autor enfatiza que animais ou plantas domésticos não enriquecem em nada a biodiversidade, visto que ela é anterior aos homens e será também posterior a eles, o que obedece a uma lógica de independência construtiva, isto é, não necessita de ajuda humana para os seus processos evolutivos.

A obra de Drummond é, sem dúvidas, esclarecedora, tanto do ponto de vista territorial do Brasil quanto conjuntural, isso porque o autor lança mão de inúmeras leis e dados estatísticos para mostrar que Miranda e colaboradores estão equivocados. Além disso, percebe-se claramente que a biodiversidade brasileira é rica em recursos, podendo sim abranger atividades produtivas e de proteção. Para tanto, é necessário adequar as aspirações agropecuárias à sustentabilidade, pois os fenômenos naturais de construção dos ecossistemas não são inerentes ao homem e, por isso, não podem ser criados ou renovados. Dessa forma, uma vez manipulada, a diversidade natural dá origem à agrobiodiversidade, que, segundo Drummond, não contribui para o enriquecimento de espécies nativas.

O livro de Drummond, em sua forma mais abrangente, perpassa a simples crítica, chegando a ser uma obra social. Essa história, contada de forma inteira e sem omissões de dados, deve ajudar, principalmente, profissionais engajados

na busca do verdadeiro desenvolvimento sustentável e jovens que buscam um maior conhecimento do potencial produtivo brasileiro.

Referências

DRUMMOND, José Augusto. *Proteção e produção: biodiversidade e agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 1ª ed. 144 p. ISBN 9788576173601.

MIRANDA, Evaristo Eduardo et al. *Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista*. Campinas, Embrapa Monitoramento por Satélite, 2008. Disponível em: <http://www.alcance.cnpm.embrapa.br/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Recebido em 23/08/2017
Aprovado em 07/11/2018

Como citar esta resenha:

ANDRADE, Francisco Laurimar do Nascimento. O Brasil e a construção de uma ideologia sustentável. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 673-677.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.078
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 679-685
Jul.–Dez. 2018

Resenhas

Gilberto Freyre, professor e sistematizador da sociologia brasileira

Amurabi Oliveira[1]

Resenha do livro:

MEUCCI, Simone . *Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Appris: Curitiba, 2015.

Uma das sínteses mais conhecidas sobre os clássicos do pensamento social brasileiro (PSB) encontra-se no prefácio feito por Antônio Cândido (1918-2017) para quinta edição de *Raízes do Brasil* (2006 [1936]), publicada em 1969, que, de certo modo, cristalizou uma visão acerca de autores fundamentais para essa área de conhecimento. Em suas palavras:

> Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e a partir de três livros: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (Cândido, 2006: 9).

1 Departamento de Sociologia e Ciência Política/ Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis – Brasil – amurabi_cs@hotmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 679 14/12/2018 11:45

E mais adiante ele continua:

> Para nós, os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos "patriarcais" e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal. Mas talvez significassem outra coisa para os jovens da direita, que em geral, se bem me lembro, tendiam a rejeitá-los, olhá-los com desconfiança ou, na medida do possível, ajustar ao menos o primeiro aos seus desígnios. (Cândido, 2006:11).

Esses autores e suas obras fundamentais são considerados um marco para as ciências sociais brasileiras, ainda que não sem algum dissenso. Neste sentido, é interessante destacar o fato de que a delimitação do que compreendemos como PSB é mais um exercício de atribuição que de inferência abarcando um conjunto de autores e trabalhos com preocupações muito distintas (Botelho, 2011). Mais que isso, recorrentemente tais autores são alçados a uma fase "pré-científica" das ciências sociais, sob a alçada do que chamamos de "ensaísmo" (Fernandes, 1977).

Partindo de uma compreensão em que se percebe "(...) a não existência de rupturas essenciais (ou de natureza?) entre os denominados *ensaios de interpretação do Brasil* e os *estudos científicos sobre a sociedade*, produtos da reflexão que se dará na universidade" (Botelho; Bastos, 2010: 478), o trabalho de Simone Meucci traz uma contribuição significativa para repensarmos a história das ciências sociais no Brasil, e de forma mais enfática o lugar de Gilberto Freyre (1900-1987) nesse processo.

O presente trabalho é oriundo de sua tese de doutorado intitulada *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico* (2006), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp sob orientação da professora Élide Rugai Bastos. Em certa medida, este trabalho demarca uma continuidade em relação a sua dissertação de mestrado intitulada *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos* (2011 [2000]). Na pesquisa anterior, Meucci voltou-se para o processo de rotinização do conhecimento sociológico no Brasil com base nos primeiros manuais produzidos entre as décadas de 1920 e 1940, dentre os quais fora analisado o livro *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios* (2009 [1945]), que destoava significativamente dos demais compêndios analisados no período. Como aponta a autora no prefácio que produziu para a nova edição deste trabalho de Freyre:

> (…) o livro *Sociologia* de Freyre se distingue da primeira "safra" dos livros didáticos da matéria sociológica, redigidos por autores com pouca

> experiência na análise social. *Sociologia* faz parte de um novo conjunto de compêndios surgidos no Brasil nos anos 1940, do qual *Teoria e Pesquisa em Sociologia* (também publicado em 1945) de Donald Pierson é também um exemplar paradigmático.
>
> De certa maneira, esses dois livros – de Freyre e Pierson –, mais do que mera reconstrução histórica e escolástica das etapas do pensamento sociológico, procuram realizar síntese original distinta das dezenas de livros didáticos de sociologia que até então ocupam as estantes das livrarias brasileiras. (Meucci, 2009: 15)

Pode-se afirmar que é a análise dessa obra tão singular é o fio condutor de *Artesania da Sociologia no Brasil.* Porém, Meucci realiza um esforço de pesquisa para adentrar no processo de elaboração deste compêndio, o que em muito antecede sua publicação, explorando uma faceta pouco conhecida de Freyre: a de professor. Ela estabelece um diálogo constante entre a concepção de sociologia presente no sociólogo-antropólogo – sempre com hífen como ele mesmo afirmara (Freyre, 1968) – e as transformações pelas quais o campo das ciências sociais foi passando, repensando seu lugar neste processo.

A primeira parte deste trabalho denomina-se "Experiência docente na escola normal de Pernambuco 1929-1930", na qual a autora explicita o contexto político e social no qual a atuação de Freyre estava inserida, bem como sua proximidade com o governador Estácio Coimbra (1872-1937). O então governador incumbiu Antônio Carneiro Leão (1887-1966) de promover reformas no sistema de ensino de Pernambuco, e dentre elas encontra-se a reforma da Escola Normal de Pernambuco. É interessante perceber aí o peso da Escola Nova nesta reforma, que implicou em modificações no currículo desta instituição, que passou a contar com a disciplina de Sociologia na formação de professores (principalmente professoras).

A proximidade pessoal de Freyre com o governador aparentemente tese peso em sua escolha como catedrático desta disciplina, mas também sua formação acadêmica obtida nos Estados Unidos, especialmente no campo das ciências sociais.[2] Meucci acompanha desde o processo de "revelação" de Freyre como sociólogo a partir da atuação na Escola Normal, o que faz principalmente

2 Freyre realizou estudos de graduação na Universidade de Baylor no Texas, e de mestrado em História Social na Universidade de Colúmbia. De fato, ele chegou a cursar disciplinas em outros departamentos, incluindo de Antropologia e Sociologia, porém, sua afirmação como antropólogo e sociólogo ainda é bastante nebulosa, mas de fato possibilitou que ele ganhasse ainda mais visibilidade no campo intelectual de seu tempo (Motta, Fernandes, 2013).

por meio do plano de ensino desta disciplina e das anotações de sua aula inaugural, até sua consagração como escritor em nível nacional com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933. Meucci explora o fato de que, distando de outros de seu tempo que buscavam diferenciar a sociologia das demais ciências, Freyre aponta para a interdependência das ciências, e para o diálogo da sociologia com outras disciplinas, apresentando uma concepção bastante particular de ciência social a seu tempo.

A segunda parte denomina-se "Experiência docente na Universidade do Distrito Federal 1935-1937", que remete àquela que foi possivelmente o período mais longo de docência de Freyre, que, como é bem sabido, não era afeito à cátedra. Também realiza uma breve análise sobre o curso dado pelo autor na Faculdade de Direito de Recife, ainda que este tenha sido por um período mais curto. Sua inserção na Universidade do Distrito Federal (UDF) se deu por meio da intermediação de Anísio Teixeira (1900-1971), idealizador desta singular e breve experiência acadêmica brasileira. A autora também nos faz perceber as distinções entre a atuação de Freyre no caso anteriormente analisado e neste, uma vez que agora ele já era um autor de renome nacional, e sua presença na UDF agregaria prestígio a esta instituição, criadora de um dos primeiros cursos de ciências sociais no Brasil.[3] O interstício de sua atuação da UDF coincide com o período em que ele estava trabalhando na produção de *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, que viria a compor sua *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil.4* Além da atuação como docente, Meucci também destaca a criação do *Club de Sociologia*, que contava com a participação de outros intelectuais da época, como Heloisa Alberto Torres (1895-1977).

Meucci parte principalmente das aulas taquigrafadas de Freyre referentes às disciplinas por ele assumidas no período: "Antropologia", "Sociologia Geral" e "Pesquisas e Inquéritos Sociais". Este rico material revela nuances do pensamento do autor, assim como uma certa concepção de ciências sociais. Mais que isso, é por meio das aulas que Meucci indica a forma como Freyre compreendia que deveria ser tratado o ensino dessas ciências, longe de abstrações teóricas e mais próximo da prática (o que já havia sido apontado em sua atuação na Escola Normal de Pernambuco), o que também pode ser interpretado a partir

3 Os cursos de ciências sociais foram criados no Brasil na década de 1930, sendo os primeiros o da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935).

4 Esta introdução é composta por três livros, os já citados *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, e mais *Ordem e Progresso*, publicado em 1957. Haveria um quarto livro, que se intitularia *Jazigos e Covas-Rasas*, porém, ele não chegou a ser escrito.

da influência americana em sua formação (Oliveira, 2014). Além do mais, também é apontada para a posição ambivalente que Freyre assume ante o Estado Novo, com destaque para sua aproximação com Gustavo Capanema (1900-1985) e para a utilização de suas ideias por este regime.

A terceira e última parte denomina-se "O livro Sociologia em debate sociológico", na qual Meucci volta-se mais cuidadosamente para o livro *Sociologia*, de Freyre, compreendo que por meio dele ele expressa sua visão acerca da sociologia e da sociedade. Como ela bem enfatiza, o cenário no qual esse livro foi publicado, já em 1945, é bem diferente daquele no qual foi produzida a primeira safra de manuais de sociologia, nos anos de 1920, uma vez que a sociologia já não integrava mais o curso secundário,[5] e havia em curso um claro processo de profissionalização das ciências sociais. Meucci indica que o compêndio de Freyre pertencia a uma nova geração de manuais, juntamente com o livro *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, de Donald Pierson (1900-1995), publicado no mesmo ano. Para a autora, nesta obra Freyre se opunha ao marxismo, ao evolucionismo, à sociologia cristã e às perspectivas mais progressistas.

Apesar de Freyre recorrentemente preferir deixar seus conceitos um tanto nebulosos (Motta, 2009), em *Sociologia*, devido a seu caráter didático, há uma maior clareza na delimitação destes. Tanto a relação da sociologia com as demais ciências ganharia visibilidade neste trabalho quanto o esclarecimento em torno de sua concepção de raça, conceito que como bem pontua Araújo (1994) é bastante impreciso em *Casa-Grande & Senzala*. A raça, sempre grafada com aspas em *Sociologia*, seria uma categoria que, nos termos que Freyre elaborou, fugiria de determinismos, porém, em um intenso diálogo também com os fatores biológicos, ecológicos, culturais e históricos.

Meucci situa os esforços de Freyre na atualização do debate sociológico de sua obra, como pode ser percebido pelas contínuas reedições (1957, 1962, 1967, 1973),[6] em meio às transformações das ciências sociais brasileiras, principalmente no contexto da profissionalização ocorrida na década de 1950, o que implicou também numa série de críticas a seu trabalho. A autora demonstra como Freyre buscou afirmar a proximidade da perspectiva sociológica de Georges

5 Apesar de haver experiências pontuais da sociologia no currículo escolar ainda no século XIX, é principalmente a partir das Reformas Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931) que ela passa a se consolidou no currículo escolar, tendo sido retirada através da Reforma Capanema (1942), que extinguiu os cursos complementares, nos quais a sociologia estava alocada (OLIVEIRA, 2013).

6 Freyre revisitava continuamente seus trabalhos, modificando-os, inserindo novos prefácios, capítulos e notas, o que recorrentemente se dava em resposta às críticas recebidas, ainda que raramente nomeasse seus críticos. Também estes novos "acréscimos" eram recorrentemente utilizados para que ele apontasse para a recepção de seus trabalhos, especialmente no exterior.

Contemporanea_V8n2.indd 683 14/12/2018 11:45

Gurvitch (1894-1965) e a sua, esta aproximação com o meio intelectual francês também seria reforçada pela recepção positiva de *Casa-Grande & Senzala* naquele país. Aponta ainda para a dimensão que a questão regional assume na obra de Freyre, sendo profundamente relevante para a compreensão de sua sociologia a questão da diversidade cultural e regional. Para a autora, as disputas travadas no campo da sociologia, das quais a relação de Freyre com seus críticos é paradigmática, também refletiriam às disputas em torno da definição dos valores norteadores no encaminhamento do processo histórico do país.

Certamente, *Artesania da Sociologia no Brasil* traz contribuições significativas para o campo do PSB, lançando novos olhares sobre a produção sociológica de Freyre, bem como sobre o lugar que ele ocupou no processo de sistematização da sociologia brasileira. Como bem nos indica a autora, o embate entre a sociologia de Freyre e a chamada sociologia científica é um dos momentos mais interessantes da sociologia brasileira no Século XX, que se desdobra também numa maneira peculiar de compreendermos os projetos de modernidade e de sociedade que estavam em jogo. Como nos coloca Roberto Motta em entrevista acerca da área do PSB:

> A meu ver a questão fundamental ainda é a dos modelos de sociedade e de história. Isto é, haverá um modelo normativo? Já que duas vezes mencionei Gilberto Freyre, eu diria que uma questão premente está na avaliação, aceitação ou recusa da interpretação freyriana do Brasil, isto ainda mais depois da aparente obsolescência do modelo marxista. (Schwarcz; Botelho, 2011: 158).

Creio que para compreendermos essa questão o trabalho de Meucci é um dos mais enfáticos e originais produzidos em período recente, visibilizando ainda a relevância das reformas educacionais para a institucionalização da sociologia no Brasil. Por fim, não sem menor relevância, cabe ressaltar que o trabalho da autora também é sintomático das próprias mudanças que vêm ocorrendo no campo do PSB, das possibilidades abertas pelo reexame desta área e de autores significativos no processo de constituição das ciências sociais brasileiras, mas que durante muito tempo foram relegados à alcunha de anticientíficos e provincianos, porém, Meucci consegue com perspicácia demonstrar que não é possível captar o pensamento de Freyre apenas recorrendo a estas simplificações.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, 216 p.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, 2010, pp. 47-66.

BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social Brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais: sociologia*. São Paulo, ANPOCS, 2010, pp. 475-496.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 9-21.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977, 256 p.

FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília, Editora da Unb, 1968, 189 p.

MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo, Hucitec; FAPESP, 2011, 169 p.

_____. *Artesania da Sociologia no Brasil*: *contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba, Appris, 2015, 363 p.

_____. Prefácio à presente edição: singularidades, revelações e ocultações da "Sociologia de Gilberto Freyre". In: FREYRE, Gilberto. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. São Paulo, É Realizações, 2009, pp. 11-26.

MOTTA, Roberto; BASTOS, Élide Rugai. Gilberto, Imagismo e Língua de Universidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, 2009, pp. 185-206.

MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionilia. Gilberto Freyre, um enigma genealógico. In:_____; _____ (Ogs.) *Gilberto Freyre*: *região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro, Instituto Miguel de Cervantes, 2013, pp. 11-36.

OLIVEIRA, Amurabi. Educação e Pensamento Social Brasileiro: alguns apontamentos a partir de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. *Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 1, julho 2014, pp. 15-44.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, v. 35, n. 2, jul-dez 2013, pp. 179-189.

Recebido em 28/09/2017
Aprovado em 07/11/2018

Como citar esta resenha:

OLIVEIRA, Amurabi. Gilberto Freyre, professor e sistematizador da sociologia brasileira. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 679-685.

CONTEMPORÂNEA

ISSN Eletrônico: 2316-1329
http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.079
Contemporânea
v. 8, n. 2 p. 687-696
Jul.–Dez. 2018

Resenhas

O império do samba, trinta e seis anos depois

Carlos Eduardo Dias Souza[1]

Resenha do livro:

VALENÇA, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba*. Rio de Janeiro: Record, 2017. 433 páginas.

Convidada para falar numa mesa sobre carnaval, organizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 04 de setembro de 2017, uma das autoras de *Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba* foi apresentada ao público como historiadora. Logo ao iniciar sua fala, a autora, Rachel, fez uma correção: ainda que interessada nas coisas do universo de Clio, ela não era historiadora de formação. Em seguida, no entanto, ponderou: "posso ser historiadora, desde que do Império Serrano".

A reedição da obra pela editora Record, em 2017, faz jus à ponderação: a sua primeira edição, há muito esgotada e escrita com seu então esposo Suetônio Valença, é de 1981 e cobre histórias da escola recolhidas por ambos desde antes mesmo da fundação do Império Serrano, em março de 1947. Explique-se: a escola remonta a uma anterior, o "Prazer da Serrinha", dirigida por Alfredo Costa, que considerava a agremiação "uma extensão de sua família" (Valença, 2017: 53). Insatisfeitos com a condução arbitrária de Costa na agremiação, um grupo de sambistas da comunidade matriz da escola, o morro da Serrinha, decidiu deixar de desfilar nas vésperas do carnaval de 1947, saindo num bloco montado de última hora para aquele carnaval. Apoiados por um sambista de destaque na cena carioca, Elói Antero Dias – o Mano Elói –, e recebendo o apoio de outros

1 Turismo e Hotelaria SENAC–RJ – Rio de Janeiro, RJ – Brasil – kdudiaz@gmail.com

Contemporanea_V8n2.indd 687 14/12/2018 11:45

sambistas egressos de uma escola da Tijuca e da Portela, formou-se, em 23 de março de 1947, uma comissão, reunida na casa de tia Eulália, que decidiu pela fundação de uma nova escola. Na reunião, foram decididos seu nome e suas cores: Império Serrano, nome sugerido por Sebastião de Oliveira, o Molequinho, com as cores verde e branco, propostas por Antenor (Valença, 2017: 74-75). Daí surgira outra marca do Império Serrano: a democracia. Sob as bênçãos de São Jorge, começava a história do Império Serrano, agora eternizada "no livro" (como ele é conhecido pelos imperianos) e ampliada por Rachel Valença nesta nova edição, que cobre os carnavais da escola de 1982 até a preparação para o desfile de 2017.

Na introdução à primeira edição, os autores confessam ser o livro "um misto de paixão e história" (Valença; Valença, 1981, p. XIII). Baseados em relatos de uma plêiade de bambas e outros membros da escola, com os quais conviviam desde o início da década de 1970, os autores, especialmente Rachel na reedição de 2017, deixam evidente que é a paixão que guia a escrita. Ao fazê-lo, não é o relato historiográfico que perde, pelo contrário: ao puxar pelos fios da memória, seja a das pessoas entrevistadas, seja a deles próprios, relatos, dramas e sambas antológicos da escola, Rachel e Suetônio apresentam ao leitor uma escola de samba em toda sua tradição e esplendor, mas também em seus dilemas, conflitos e derrotas. Tal tipo de abordagem, que valoriza a experiência cotidiana e a ação daqueles que por séculos estiveram invisibilizados da narrativa historiográfica, já é corrente na historiografia há algumas décadas. A categoria "experiência", evidenciada pelo inglês Edward Thompson (2001), propõe um olhar mais adiante à falsa dicotomia entre estrutura e agência, questão também cara às ciências sociais. Para além de uma possível determinação de tom classista, decorrente de fatores como a pobreza da periferia na qual se fundou o Império ou da atuação política de estivadores sindicalizados e que participaram da fundação da escola, Rachel e Suetônio se permitem entender a formação da escola a partir de múltiplas experiências – o que inclui a ambos, não nascidos na Serrinha e moradores de área nobre do Rio de Janeiro com formação universitária. Ainda que não sendo da Serrinha e nem tendo visto o Império nascer, ambos viram o Império lutar e também o viram vencer.

É nesse sentido que a escola é apresentada como resultado de tensões e formações específicas que fogem à perspectiva que já esteve mais em voga, que toma a escola de samba como uma evidência da consciência de classe e da criatividade inata das camadas populares, resultado de sua "improvisação". Pois a escola não nascera de um conflito dentro da própria comunidade? Aqui, porém, é que ganha força a narrativa da escola sobre si mesma, constantemente

corroborada pelos autores: formada a partir da migração de pessoas desalojadas de suas casas no centro do Rio no processo de reordenamento urbano que culminaria nas reformas do começo do Século XX, a Serrinha e outros subúrbios da região de Madureira recebiam não apenas migrantes que já moravam na cidade do Rio, mas também outros que chegavam naquele momento, como baianos e até mesmo portugueses. Do sul de Minas Gerais e do vale do rio Paraíba fluminense e paulista também vieram pessoas, muitas em busca de trabalho na então capital em contexto da ainda recente abolição da escravidão. O trem facilitava os descolamentos de todos esses grupos, cada um trazendo consigo e à sua maneira tradições festivas, que iam dos ranchos e blocos familiares ao jongo e ao caxambu: o jongo com o canto e a dança e o caxambu, a batida dos tambores, segundo Antônio Rufino dos Reis, jongueiro e um dos fundadores da coirmã Portela. "É a mesma coisa", diria Dona Eulália, a imperiana número 1 (Valença, 2017: 39).

"Pra sambar o ano inteiro", o Império ainda contaria com proteção de São Jorge, a quem a escola fora oferecida como afilhada após recusa da Portela, mordida após os "quatro anos de vitória sem igual" do Império nos carnavais de 1948 – sua estreia retumbante no préstito carnavalesco! – até o de 1951. A religiosidade de matriz africana evidenciava-se nos terreiros de Dona Marta, de Vovó Maria Joana Rezadeira (com seu famoso banquete para os cachorros) ou nos de Doroteia e Vieira, esses últimos no bairro vizinho de Oswaldo Cruz, nos quais também se dançava jongo (Valença, 2017: 39-50). Mano Elói, aliás, chegou a gravar discos para a Odeon com pontos de umbanda e registrados como "macumba" ainda na década de 1930. Para os autores, era sinal de seu prestígio, confirmado pela presidência da Federação Brasileira das Escolas de Samba, fundada em 1947, a partir da antiga associação, da qual também fora presidente (Valença, 2017: 84). É assim que o livro é iniciado, apresentando as "vigas-mestras"[2] da escola e reforçando as matrizes afro-brasileiras do samba do Império Serrano nos dois primeiros capítulos.

Duas dessas vigas são apresentadas no terceiro e no quarto capítulos do livro: Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira, respectivamente. A parceria de ambos legou sambas antológicos, como "Heróis da Liberdade",[3] samba do carnaval de 1969. Toda a riqueza poética de Silas fica evidente em sambas como "Aquarela brasileira", composto para o carnaval de 1964. Esses e outros sambas

2 O termo "viga-mestre" aparece no samba-enredo do carnaval de 1992 e faz referência a Silas de Oliveira, maior compositor de sambas-enredo da escola e que deu novo formato à sua composição nos anos 1950. Neste texto, o termo está sendo utilizado também em referência aos mais velhos e fundadores da escola.

3 Este samba-enredo teve a parceria de Manuel Ferreira.

Contemporanea_V8n2.indd 689 14/12/2018 11:45

dos quais Silas participou como autor, dentre eles "Cinco bailes tradicionais da história do Rio", escrito por ele junto a Bacalhau e Ivone dos Santos Lara – a Dona Ivone Lara, nome artístico da pioneira e mais profícua autora de sambas-enredo – para o carnaval de 1965, aproximam o samba do gênero épico, segundo Rachel e Suetônio. Construído a partir de mecanismos próprios à epopeia, iniciada com a invocação, seguida da proposição e daí passando à narrativa propriamente dita (Valença, 2017: 156), os sambas que Silas legou para o Império e para o mundo fazem parte do rol de inovações inaugurado pelo "menino de 47", como também é conhecido o Império Serrano. Os "sambas-lençol", como ficaram conhecidas as composições de Silas, que "cobriam" praticamente todos os temas abordados no enredo, deram o formato hoje padrão dos sambas de enredo no país, ainda que sem a riqueza de detalhes, como o vocabulário sofisticado e as melodias solenes, nos moldes de seu percursor (Mussa; Simas, 2010: 55-70).

Os Capítulos 3 ao 13 giram em torno da história de ambos. Silas faleceu antes dos autores chegarem à escola no ano de 1972. Já Décio chegou a ser entrevistado por Rachel em 1978 para a primeira edição do livro. Seguindo a lógica que preside a escrita do livro, é a memória dos autores que guia a narrativa. Não seria por acaso: na introdução a esta segunda edição, Rachel deixa claro que este é um "livro-exaltação" (Valença, 2017: 27). Sua participação na escola, de interessada no carnaval à componente nos desfiles, incluindo passagens rápidas pela bateria e outras mais demoradas em cargos administrativos, incluindo a direção do Império, fez da autora "a feliz depositária da memória" dessa que é hoje também sua escola, como é de outras tantas famílias, que lhe confiaram relatos, imagens e heranças (Valença, 2017: 22-24). Conforme já havia apontado Maurice Halbwachs (1990) em seus escritos sobre memória, depoimentos como este de Rachel possuem sentido dentro de um quadro de referência comum às pessoas que vivem do samba no Rio de Janeiro. O cotidiano, a história miúda, as experiências de membros dessas famílias ganham vida exatamente por Rachel ser quem é: imperiana, e pelo livro ser o que se propõe ser: um livro-exaltação. Em cena, pois, está uma espécie de comunidade afetiva baseada num fundamento comum e que tem pontos de aproximação suficientes para que os depoimentos recolhidos não sejam apenas memórias de um passado que já não existe, mas evidências do que significa ser imperiano ontem e hoje.

Assim, é pela trajetória de Décio e Silas que os autores reforçam o significado da existência cotidiana nos subúrbios de Madureira a Vaz Lobo, onde se localiza a Serrinha, a meio caminho entre os dois. Ali era reduto de jongo e de caxambu – e o Jongo da Serrinha, único remanescente na região metropolitana do Rio hoje, confirma a força dessa tradição. Era também reduto de sambas

– bastaria subir a Balaiada, rua na qual foi fundado o Império, para ouvir uma melodia vagando pela noite. A vida social ao redor dessas duas expressões culturais não se limitava à escola de samba ou ao carnaval, portanto: compor, cantar e ouvir sambas, bem como participar de rodas de jongo na região era parte do cotidiano de seus moradores. A própria escola Prazer da Serrinha possuía intensa vida social e cultural, mesmo com todo o autoritarismo de Seu Alfredo. Foi nela que Silas se aproximara de Décio; era dela que o pessoal saía para Festa da Penha em outubro, onde havia barracas de imperianos como Zacarias, que servia de ponto de encontro do pessoal da Serrinha desde os tempos da escola do Seu Alfredo. Na casa dos pais de Zacarias, frequentada por chorões do garbo de Pixinguinha, Donga, João da Baiana e Heitor dos Prazeres, vivia-se o samba para além daquilo que a escola representava, ainda que a tivessem como núcleo congregador de sociabilidade, posto que foi ela que reuniu as tradições do pessoal do choro – e Pixinguinha não era lá fã número 1 do samba –, do samba urbano do centro da cidade com o caxambu do pessoal que vinha de Minas ou de São Paulo de trem (Valença, 2017: 118).

Na Serrinha, portanto, pessoas de formação, em princípio, distante do samba, como Silas, cujo pai era protestante, reuniram-se em prol de um ideal comum: experimentar a liberdade. O ideal de democracia, que orienta até hoje as gestões do Império Serrano, deve ser lido, portanto, para além do mito fundador. Claro que havia figuras de proa na nova escola, como Tia Eulália, figura presente no cotidiano da escola desde a escolha do samba à observação da bateria, ou Mano Elói, que era ogã em macumbas na cidade, mas também líder portuário, atuando na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, associação sindical de maioria negra. Porém, mesmo pessoas, em princípio, distantes da comunidade, como o militante da imprensa Irênio Delgado, imperiano à primeira vista, logo seriam incorporados à escola. Os "quatro anos de vitórias sem igual" do Império de 1948 a 1951 aumentariam a sua fama, trazendo mais gente, como a cantora de rádio Marlene, para a escola. Ainda assim, toda essa fama não era suficiente para garantir boa existência aos seus. O próprio Silas passou por graves problemas financeiros e familiares, a despeito de sua genialidade (Valença, 2017: 148-153).

Ao problema de financiamento da escola e de seus membros somou-se, na década de 1970, a "exigência" de novos quesitos "não oficiais" para o julgamento dos desfiles: o visual ganhava primazia, o que demandava maiores recursos. A figura do carnavalesco ganharia importância nesse momento, como aquele que propõe o enredo e sua composição, influindo, por vezes, até mesmo na escolha do samba enredo. Ainda que o estreante Fernando Pinto tenha conseguido

mesclar a tradicional proposta do Império com a inovação exigida pelos novos tempos, no contexto mais amplo do desfile carnavalesco na cidade do Rio era o luxo que se destacaria como o elemento fundamental na composição dos desfiles, em grande medida como resultado dos aportes financeiros de patronos ligados ao jogo do bicho, especialmente em escolas até então de pouco destaque, como a Mocidade Independente de Padre Miguel e a Beija Flor. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos, a espetacularização do desfile teria, por isso, promovido uma profissionalização geral, ainda que por vezes atendesse também aos quesitos considerados tradicionais, como o mestre-sala e a porta-bandeira, que mantêm sua importância na avaliação geral da escola. Desde então, ainda segundo Santos, a ampliação da base social das escolas, fruto do sucesso e da contratação de profissionais, pareceu distanciá-las de seus elementos-chave (ou suas vigas-mestras), como os grupos negros moradores de favelas, os adeptos de religiões de matriz africana e ainda as camadas populares em geral que acompanhavam as escolas sem necessariamente nelas desfilar (Santos, 2006: 134-137). A força e representatividade das escolas e a política dentro delas passaria a depender, cada vez mais, de tais dinâmicas em desenvolvimento no "mundo externo" às agremiações, colocando em xeque elementos caros às suas histórias, como a presença e representatividade negra.[4]

Essa questão também fora discutida, ainda que de maneira distinta, por Luiz Costa Pinto em sua análise sobre o negro no Rio de Janeiro. No primeiro capítulo da segunda parte do livro "O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança", originalmente publicado em 1953, o autor se propõe a discutir o que ele chama de "associações tradicionais", dentre elas as escolas de samba. O alvo era as associações "negras" em contexto de grande mudança social – o início do Século XX –, marcado por processos como a urbanização e a proletarização do negro (Costa Pinto, 1998: 218). Divididas pelo autor em associações tradicionais e as de novo tipo, interessava-lhe observar a dinâmica das relações raciais a partir da observação dos padrões associativos de grupos negros no espaço urbano, bem como sua influência nesses mesmos padrões. As escolas de samba aparecem como associações do tipo tradicional e de feição lúdica. Esse parece ser o mote que justifica sua conclusão de que "tudo isso na verdade resulta do esforço de poucos", o que esvaziaria, a seu ver, o

4 A mesma autora, no artigo "O batuque negro das Escolas de Samba", destaca a ambiguidade do momento, pois, nos anos 70, as chegadas de grupos de classe média junto às escolas, como carnavalescos, também ajudaram a reforçar a apresentação de elementos afrobrasileiros nos desfiles. Daí o reconhecimento da força dessa cultura na exibição carnavalesca facilitaria, também, o recurso a ela como elemento de reconhecimento e autoestima entre aqueles que participam da produção do carnaval carioca (Cf. Santos, 1999).

potencial associativo das agremiações para além daqueles com posições na escola e, mesmo entre eles, fora do contexto de preparação para o carnaval (Costa Pinto, 1998: 229). O conceito de público, entendido enquanto aquele que observa os desfiles e até aparece em um e outro evento de preparação para os mesmos, reforçaria seu argumento de que as escolas não teriam vida própria depois do carnaval. A despeito da evidente presença de elementos que remeteriam à influência africana na música e na coreografia, o "sincretismo avassalador" causado pelas mudanças em contexto urbano não necessariamente fariam da escola um espaço de "tomada de consciência negra": elas eram divertimento de pobre, nada mais. Como os negros eram a maioria dos pobres, justificava-se sua presença ali, ainda que apenas como público.

Não é bem isso que se depreende dos relatos de Rachel no livro. A questão é complexa, mas uma lembrança destacada pela autora é ilustrativa: afastada da ala das crianças no carnaval de 1994, a responsabilidade do ensaio desta ala ficara a cargo de "dois brancos!", nas palavras do compositor Carlinhos, algo espantado com a decisão da nova diretoria (Valença, 2017: 297). O interessante da fala é notar como as escolas de samba vão além de um mero espaço de divertimento, mas principalmente de construção de sociabilidades que não se limitam ao carnaval – Rachel era responsável pela ala há anos, junto de Alfredinho. A "família imperiana" transcende o carnaval e não se resume ao desfile: ela é o próprio Império, que faz dele o seu dia a dia (Valença, 2017: 378). Dessa família Rachel também faz parte. E é como imperiana de fé que Rachel assume a narrativa do livro da preparação do desfile de 1982 em diante, destacando principalmente as dinâmicas políticas internas da escola como possível matriz explicativa para o momento vivido por ela. "Dono de muitas vitórias, da qual eu sou testemunha, e honro suas glórias", o Império relembrado pela autora ganha novas cores dos Capítulos 17 ao 29, última parte do livro. As disputas eleitorais, os candidatos, suas equipes e as fofocas surgidas nessa dinâmica um tanto conflituosa ganham vida em seu relato, em grande medida resultado de sua participação mais ativa na escola, que incluía a direção da ala Baleiro Bala, voltada para as crianças, desde 1980, e também passagens como secretária do Conselho Deliberativo a responsável pelo departamento cultural e ainda a vice-presidência da escola.

O padrão de apresentação dos carnavais segue o dos outros capítulos: a preparação para o desfile e o samba-enredo do ano são o centro da narrativa, a partir do qual são contadas as histórias. A diferença agora é que Rachel as conta de dentro, e o que antes talvez soasse como recurso à memória de tempos passados para compensar as perdas e problemas presentes, na verdade confirma o argumento central da obra: o Império como um "ato de amor". Mesmo os conflitos

presenciados pela autora passam pela comunhão de pessoas que amavam tanto a escola e que, cada um à sua maneira, buscaram fazer dele o que sempre foi: um grande campeão, inovador sem abandonar sua tradição. Assim são apresentadas as ações do presidente Jamil (o "Cheiroso", figura extremamente agregadora) e suas aproximações com pessoas como o bicheiro Carlinhos Maracanã, presidente da Portela que articulou junto à antiga Associação das Escolas de Samba a manutenção do Império no grupo especial do carnaval após o desastrado desfile de 1981 (Valença, 2017: 236). Enquanto internamente à escola Jamil apoiava ações como o Botequim do Império, que reforçava os laços comunitários e também entre sambistas da cidade na quadra da escola (Valença, 2017: 237), externamente o presidente buscava apoio de quem pudesse oferecer, como o carnavalesco Fernando Pamplona, que tinha grande simpatia pelo Império. Pamplona sugeriu enredos e carnavalescos para a escola, dentre eles as novatas Rosa Magalhães e Lícia Lacerda, que para o desfile de 1982 propuseram como título do enredo o controverso "Bum Bum Paticumbum Prugurundum" (Valença, 2017: 238). Quem diria que dali sairia mais um samba memorável na já vasta galeria de sambas-enredo imperianos?

A década de 80, porém, colocava novos desafios. A fundação de uma nova associação, a LIESA, a liga que passaria a coordenar o carnaval do grupo especial carioca quando da fundação do Sambódromo da Marquês de Sapucaí, em 1984, pode ser destacado como um deles (Valença, 2017: 255-256). Desde então, além do controle da política interna da escola, era preciso criar boas relações junto à liga, cuja iniciativa partira de escolas controladas por contraventores. Foi nessa mesma década que política interna do Império pareceu desandar. Mesmo com desfiles ainda alegres, como os de Renato Lage, também indicado por Pamplona (inclusive responsável pelo primeiro enredo patrocinado da história do carnaval, mas não por iniciativa da empresa, e sim da escola, que em 1985 falaria sobre cerveja) (Valença, 2017: 256), a ascensão de escolas como a Beija-Flor e seus desfiles deslumbrantes (como "Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia", em 1989) pareciam demandar novas formas de gestão do carnaval. Amargando posições ruins no desfile, figuras "salvadoras" se apresentaram, como Oscar Lino da Costa, que prometera fazer uma limpa na escola (Valença, 2017: 277), o que não adiantou: após o desfile de 1991 a escola era rebaixada. É nesse momento que a política interna da escola ganha importância no texto, até como resultado dos anos de participação de Rachel naquela família imperiana.

Assim é apresentada Neide Coimbra, a "Cigana guerreira" que amava tanto a escola que a tratava como se fosse sua casa – o que às vezes causava problemas, como quando a presidente viajava e levava consigo as chaves da quadra (Valença,

2017: 334). De coadjuvante de presidentes como o próprio Jamil, que voltava eleito em 1992, à fiadora de figuras controversas, como Marquinhos dos Anéis, Neide desponta na narrativa como inteligente articuladora, e não apenas para fins de políticos. Ainda que a Cigana viesse ela própria a assumir a presidência entre 1999 e 2005 e mesmo que tivesse em seu histórico ações questionáveis a fim de favorecer os seus, a sua chegada à direção promoveu a autoestima e a confiança da família imperiana, da qual ela também fazia parte (Valença, 2017: 323), após os sucessivos rebaixamentos de 1991, 1997 e 1999. Boas relações com a LIESA e a valorização da tradição da escola, ao revitalizar a Velha Guarda Show, por exemplo, foram pontos altos de sua gestão, também marcada por controvérsias eleitorais (Valença, 2017: 333). Numa dessas controvérsias ganhara força Vera Lúcia, viúva de ex-presidente e que encabeçava a oposição à Neide. Vera assumiria ainda um mandato tampão em 2011 (após a gestão de Humberto Carneiro, da qual Rachel fez parte como vice-presidente) e retornaria eleita, não sem controvérsias, em 2015.

A experiência de Rachel, somada às suas memórias, faz de *Serra, Serrinha, Serrano* "um ato de amor", tal qual fora cantado no desfile de 1992. A escola é relatada quase como uma família, cujos sentidos extrapolam desfiles, territórios e mesmo disputas políticas. "A minha história já fala por mim", diz o samba-enredo defendido no desfile de 2017, cujos preparativos Rachel chega a esboçar, e que fora vencido pela escola, o que lhe valeu o retorno ao grupo especial neste ano de 2018. Este livro, como parte da história da escola, é também um recurso precioso para que se possa saber mais não apenas sobre ela, mas também sobre temas, como formas de organização e sociabilidade populares, religiosidades em espaços periféricos e, principalmente, as contribuições de dinâmicas culturais afro-brasileiras na formação do subúrbio carioca. "Abra meu livro, pois tu sabes ler", diz o samba de Beto Sem Braço, Jangada e Maurição para o carnaval de 1992. Pois era à edição de 1981 que eles se referiam. Que bom que Rachel faz deste livro, agora em nova versão, um registro dessa que é uma das manifestações mais exuberantes de nosso país, as escolas de samba, contada por meio das histórias daquele menino de 1947, o hoje septuagenário Império Serrano.

Referências

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro. Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998, 355 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo, Vértice, 1990, 197 p.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antônio. *Samba de enredo: história e arte.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 238 p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Mangueira e Império: a carnavalização do poder pelas escolas de samba. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela.* 5ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. O batuque negro das Escolas de Samba. In: *Estudos Afro-Asiáticos.* Brasília, n. 35, 1999, pp. 43-66.

THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos.* Organizado por NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, Editora Unicamp, 2001, 288 p.

VALENÇA, Rachel; VALENÇA, Suetônio. *Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba.* Rio de Janeiro, Editora Record, 1981, 482 p.

VALENÇA, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: o império do samba.* Rio de Janeiro: Record, 2017, 433 p.

Recebido em 31/01/2018
Aprovado em 07/11/2018

Como citar esta resenha:

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. O império do samba, trinta e seis anos depois. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2018, pp. 678-696.

Normas para o envio de originais:

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês – A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional – Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – xxxxx@ufscar.br

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Contemporanea_V8n2.indd 697 14/12/2018 11:45

Notas de Rodapé – Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas – As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders*- Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]*

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da "fina flor da mocidade brasileira". Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editoral, o qual encaminha as peças para consultores *ad hoc*. Quando há pareceres contraditórios o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:
Tamires Bonani

Diagramação:
Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:
Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br